Adeus, Ziraldo
Criador do 'Menino Maluquinho' e do 'Pasquim' morre aos 91 anos e é enterrado no Rio A2

México
Apoiada pelo presidente López Obrador, Claudia Sheinbaum lidera as pesquisas para a eleição, em junho A17

Educação
Insper prepara expansão para dobrar o número de alunos em dez anos, diz Guilherme Martins B2

Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5975 | R$ 6,00

Temas abordados

- Como intensificar a relação comercial Brasil-EUA
- O efeito dos juros americanos nos mercados mundiais
- Eleições americanas e a relação com o Brasil
- Estabilidade do ambiente de negócios no Brasil
- Como a energia verde pode atrair investimentos
- As oportunidades do agronegócio

Empresários, autoridades e especialistas se reúnem para discutir temas essenciais para ampliar as oportunidades entre os dois países.

Acompanhe notícias sobre o evento e a transmissão ao vivo em valor.com.br

Adeus, Ziraldo
Criador do 'Menino Maluquinho' e do 'Pasquim' morre aos 91 anos e é enterrado no Rio A2

México
Apoiada pelo presidente López Obrador, Claudia Sheinbaum lidera as pesquisas para a eleição, em junho A17

Educação
Insper prepara expansão para dobrar o número de alunos em dez anos, diz Guilherme Martins B2

Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5975 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Resultados do 4º tri trazem otimismo para 2024

Cias abertas Lucro líquido de 394 empresas não financeiras subiu 13% e receita, 3%, na comparação anual

Felipe Laurence e Victor Meneses
De São Paulo

Finalizada a temporada de divulgações de resultados das empresas do último trimestre no ano passado, analistas veem perspectiva positiva para 2024, em especial para companhias que se beneficiem da queda dos juros e do aumento do consumo. O desempenho dessas empresas e um cenário de corte de custos em todos os segmentos ajudaram as companhias brasileiras de capital aberto a mostrar bom desempenho no quarto trimestre de 2023, com evolução do lucro e das receitas na comparação anual e também sobre o trimestre anterior.

Levantamento do **Valor Data** com 394 empresas não financeiras mostra que o lucro líquido dessa amostra chegou a R$ 54,1 bilhões, alta de 12,6% na comparação anual e 20,4% sobre os três meses anteriores. Já as receitas alcançaram R$ 913,5 bilhões entre outubro e dezembro, alta de 3,4% sobre o mesmo período de 2022 e de 4,9% ante o terceiro trimestre. Os números excluem Petrobras e Vale, pelo tamanho das companhias, para evitar distorção do resultado, e empresas que passaram por processos recentes de recuperação judicial, cujos números são muito díspares na comparação anual.

Os analistas ouvidos pelo **Valor** consideraram os resultados do quarto trimestre "neutros", ou seja, sem muitas surpresas, e a maior parte dentro das expectativas. Empresas que atuam no setor doméstico tiveram desempenho melhor do que as de exportação de commodities, impactadas pela queda nos preços e também pelo fato de o dólar ter se mantido em torno de R$ 4,80.

No geral, o que chamou a atenção dos analistas foi a melhoria na eficiência que as empresas domésticas apresentaram no quarto trimestre, com expansão de margens e geração de caixa robusta graças às iniciativas tomadas nos últimos anos. "Um cenário mais duro gerou a necessidade de as empresas buscarem essa eficiência de margens maior", diz Carlos Eduardo Sequeira, chefe de pesquisa do BTG.

As expectativas para o ano parecem mais otimistas. Uma análise feita pelo Santander das teleconferências de resultados das empresas durante o primeiro trimestre mostra um aumento significativo no uso da palavra recuperação e menos citações de inflação e inadimplência, uma indicação de que as companhias projetam um ambiente melhor em 2024. **Página B3**

A mão no vespeiro

ANA CAROLINA NEGRI/VALOR

Membro do 'Conselhão', o conselho de desenvolvimento econômico da Presidência da República, Sérgio Zimerman, fundador e CEO da Petz, critica a postura do governo sobre a isenção para compras em plataformas estrangeiras abaixo de US$ 50. Segundo ele, a posição do Planalto é mais uma preocupação com a repercussão nas redes sociais e com popularidade do que com questões técnicas. "Me parece muito claro que o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro." Página A20

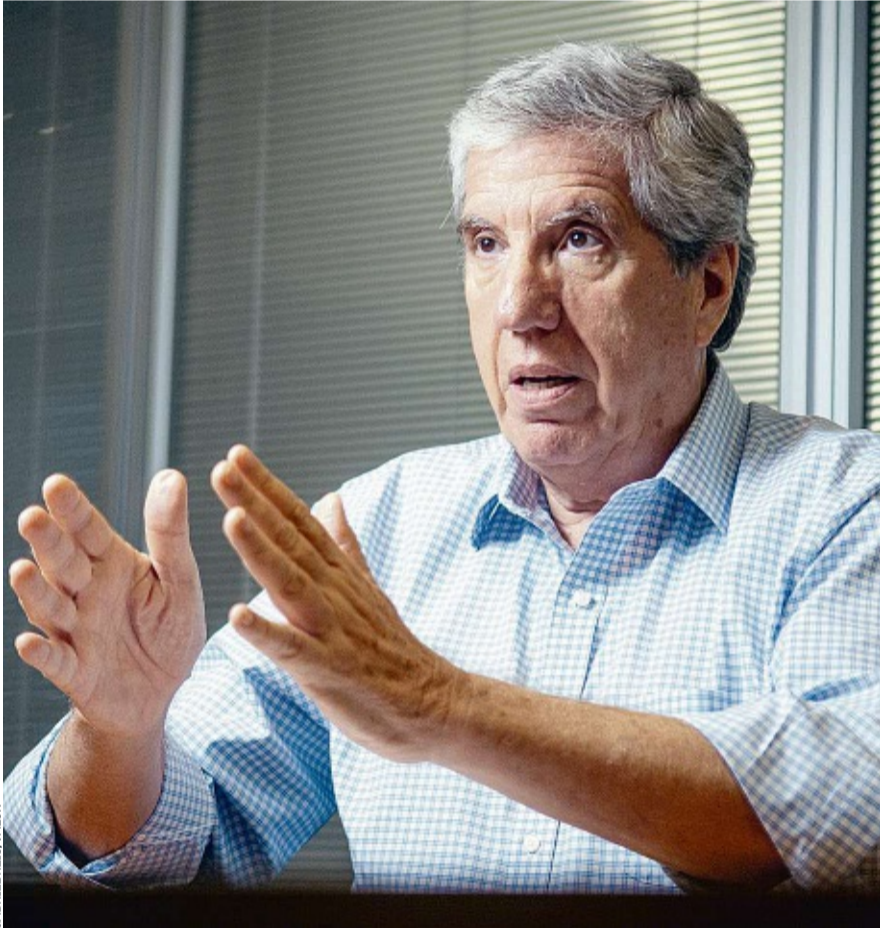
Defasagem nos preços da gasolina já está em 17%

Fábio Couto, Kariny Leal, Marta Watanabe e Estevão Taiar
Do Rio, de São Paulo e Brasília

A defasagem nos preços dos combustíveis no mercado doméstico, ampliada pela alta do petróleo na semana passada, é mais um elemento de pressão sobre a Petrobras. Média das projeções de três consultorias aponta que a gasolina era vendida nas refinarias da estatal, na sexta-feira, por preços 17% abaixo da paridade internacional. No diesel, essa diferença era de 13%.

Se a Petrobras mantiver os combustíveis sem reajuste por mais tempo, num cenário de escalada do petróleo, corre o risco de reduzir a rentabilidade. Nos governos anteriores do PT, a empresa ficou longos períodos sem reajustar os preços, o que levou a mais prejuízos e dívida. A empresa está novamente no centro de uma crise no governo Lula, que convocou ontem ministros para tratar do tema. Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre a reunião. **Página A10**

Mudança de estratégia

GABRIEL REIS/VALOR

Depois de vender a Aesop e a The Body Shop, no ano passado, agora a Natura se concentra em suas operações da América Latina e no plano para atrair investidores estrangeiros a uma eventual listagem da Avon Internacional em bolsa, disse ao "Valor" o presidente da holding brasileira de beleza, Fabio Barbosa. "Nosso negócio hoje não é expansão, não é pensar novamente em operações internacionais, em aquisições." Página B4

Gasto do governo com BPC se aproxima de 1% do PIB

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O aumento acelerado da despesa do governo federal com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) traz mais um elemento de pressão ao Orçamento. No ano passado, houve crescimento real (já descontada a inflação) de 12,4% em relação a 2022. Em janeiro e fevereiro deste ano, o aumento real foi de 16,1% e 16,8%, respectivamente, sempre na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os dados do Tesouro mostram que o gasto com esse benefício — pago ao idoso a partir de 65 anos com renda igual ou inferior a 25% do salário mínimo ou pessoa com deficiência, de qualquer idade, na mesma faixa de renda — já se aproxima de 1% do PIB.

Entre as causas para o aumento está o crescimento do número de beneficiários, que avançou 11,3% em 2023 e já era de 5,8 milhões em janeiro passado, como resultado do esforço do INSS para reduzir a fila de concessão do benefício, do envelhecimento da população e da reforma da Previdência, que tornou mais rigorosos os critérios para aposentadoria. "Como as regras ficaram mais restritas, acabam empurrando as pessoas para o BPC", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter. Outro fator que eleva a despesa é a política de valorização do salário mínimo, montante pago aos beneficiários. **Página A12**

'Venture capital' vê volume cair 47% em 2023

Liane Thedim
Do Rio

As operações de "venture capital", modalidade de investimento em startups com expectativa de crescimento rápido, esfriaram em 2023. Estudo da KPMG mostra que o volume de capital disponível para gestoras de venture capital no país investirem fechou 2023 em US$ 2,2 bilhões, queda de 47%. Foi um tombo maior que a média mundial, que teve recuo de 35%. Daniel Malandrin, sócio-líder da KPMG no Brasil, diz que, para fazer frente aos recursos minguados, as alternativas incluíram empréstimo-ponte e "crowdfunding". **Página C6**

Moraes determina inquérito para apurar conduta de Musk

Isadora Peron e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de inquérito para apurar a conduta do empresário Elon Musk, dono da plataforma X (antigo Twitter). A decisão foi proferida neste domingo, após o bilionário ameaçar desrespeitar decisões judiciais que determinavam remoção de conteúdo e bloqueio de contas da plataforma.

Moraes ordenou ainda que Musk passe a ser investigado no inquérito das "milícias digitais" e que a rede social se abstenha de desobedecer a qualquer ordem judicial já emanada pelo STF ou pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob pena de multa diária de R$ 100 mil e responsabilidade por desobediência à ordem judicial dos responsáveis legais pela empresa no Brasil.

Na sua decisão, o ministro ligou a plataforma aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Para Moraes, Musk, neste fim de semana, "iniciou uma campanha de desinformação" sobre a atuação do Supremo e do TSE, o que caracterizaria o elo da plataforma com as atitudes golpistas.

As postagens de Musk levaram também integrantes do governo e parlamentares a defender a regulamentação das redes sociais. O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que o debate do tema é "urgente". **Página A15**

Indicadores

Ibovespa	5/abr/24	-0,50 %	R$ 21,1 bi
Selic (meta)	5/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	5/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	5/abr/24		5,0514/5,0520
Dólar comercial (mercado)	5/abr/24		5,0642/5,0648
Dólar turismo (mercado)	5/abr/24		5,0843/5,2643
Euro comercial (BC)	5/abr/24		5,4747/5,4774
Euro comercial (mercado)	5/abr/24		5,4869/5,4875
Euro turismo (mercado)	5/abr/24		5,5358/5,7158

China lidera venda de carros ao Brasil

Marta Watanabe
De São Paulo

A China acelerou a exportação de automóveis para o Brasil e assumiu o posto que era da Argentina na liderança desse segmento. No primeiro trimestre do ano, o país asiático foi a origem de 39% do total de veículos para passageiros importados. Em igual período do ano passado, essa fatia ficou em 10,3%. A Argentina, historicamente o maior fornecedor externo de automóveis, teve 16% de participação neste ano, contra 40,2%. Em terceiro lugar ficaram os mexicanos, com fatia de 12,1% em 2024, participação ligeiramente menor que os 13,6% do ano anterior, sempre considerando o primeiro trimestre.

Os chineses aceleraram a venda de veículos no decorrer do segundo semestre passado e terminaram 2023 com um total de US$ 1,09 bilhão, um crescimento significativo frente aos US$ 186,7 milhões de 2022. Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a importação de carros chineses impressiona porque vem em ritmo muito mais acelerado que o do mercado doméstico. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), mais de 60% dos carros vindos da China neste ano oferecem motor exclusivamente elétrico. **Página A8**

Destaque

Aumentam demissões por justa causa

As demissões por justa causa bateram recorde no início deste ano. Em janeiro, o número de desligamentos desse tipo chegou a 39.511, o mais alto da série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, iniciada em 2004. O resultado de fevereiro foi o maior da série para o período. Apesar da alta em termos absolutos, as demissões por justa causa representaram cerca de 2% do total de desligamentos. O pico, por esse critério, foi 2,2%, em 2014. **A6**

Para o Copom, menos pode ser mais

Alex Ribeiro

Membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central disseram nos últimos dias que, se o colegiado for mais devagar na baixa da Selic, poderá chegar mais longe no ciclo de distensão. Isso significa que dentro de duas reuniões, em junho, a Selic cai só 0,25 ponto percentual?

Não necessariamente. O cenário central é uma baixa de 0,5 ponto, que só não foi sinalizada porque as incertezas aumentaram, e há risco de baixar menos. A teoria do "menos é mais" parece ter a intenção de mostrar que, se o BC reduzir o ritmo de cortes para 0,25 ponto, a taxa no fim do ciclo não será maior. Para combater a inflação, o que importa é o juro médio, que pode subir se o ritmo de cortes for menor, para uma mesma taxa no fim da distensão.

No seu ciclo de comunicação da última reunião — incluindo comunicado, ata do Copom, Relatório de Inflação, entrevistas e pronunciamentos ao mercado financeiro — todo esforço foi direcionado para deixar viva a possibilidade de um corte de juros de 0,5 ponto percentual em junho.

O Banco Central manteve o seu cenário básico e deu sinais indiretos de que, nele, estava contemplado um corte de 0,5 ponto. Despertando incredulidade em muitos, disse que as incertezas que encurtaram a sua sinalização futura para os juros a apenas uma reunião também incluem riscos positivos, e não apenas negativos. Também procurou minimizar a força da dissidência do Copom que, conforme a ata da última reunião, defende a desaceleração no ritmo de corte de juros se a incerteza se prolongar até junho.

O mercado pode até não concordar com a sinalização do Copom, mas não a pode ignorar, porque o Banco Central tem um bom domínio da taxa de juros de curto prazo. Assim, a hipótese de queda de 0,5 ponto está no jogo.

Mas como juntar isso com a comunicação verbal mais recente sobre andar mais devagar com os juros para chegar mais longe? O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tocou no assunto na entrevista do Relatório de Inflação. "Houve um questionamento [na reunião de março do Copom] de qual é o ritmo [de cortes na Selic], ou qual é o caminho, que nos levaria mais longe com maior certeza", informou.

Em cada reunião, o Copom costuma analisar várias trajetórias diferentes de cortes na taxa Selic para um mesmo cenário básico. Explicando melhor: primeiro, o Banco Central traça um cenário básico para projetar a inflação, incluindo a sua opinião sobre, por exemplo, o preço dos alimentos, o grau de aperto no mercado de trabalho e os juros americanos. Depois, roda algumas vezes o modelo de projeção, alimentando com diferentes trajetórias de queda da taxa Selic. O resultado disso são várias projeções de inflação para diferentes trajetórias da Selic, usando o mesmo cenário.

O público externo só conhece uma dessas projeções, divulgada após cada reunião do Copom, que leva em conta a trajetória de queda da Selic prevista pelos analistas econômicos no boletim Focus. Pela mais recente, a inflação ficaria em 3,2% em 2025, ano em que o Copom se propõe a cumprir a meta de 3%, caso a Selic saia dos atuais 10,75% ao ano e chegue a 9% no fim deste ano e 8,5% no ano que vem. Essa não é visão do Copom para o juro. É, na verdade, uma projeção condicionada ao que o mercado prevê para a Selic. É útil para saber se a trajetória mediana prevista pelos economistas permite ou não cumprir a meta de inflação.

Mas o que importa, na verdade, não é apenas a taxa no fim do ciclo de corte de juros, e sim toda a trajetória de queda de juro. O modelo de projeção do Copom usa a média da taxa Selic prevista pelo mercado nos próximos 12 meses. O Focus projetava, antes da última reunião do Copom, quedas de juros de 0,5 ponto em maio, junho e julho. Em setembro, a taxa ficaria parada e, em novembro, seria reduzida em 0,25 ponto, para 9%. A Selic ficaria estável na última reunião deste ano, e depois voltaria a cair 0,25 ponto na segunda e na quarta reuniões de 2025, chegando a 8,5%.

O que o Copom fez na última reunião, aparentemente, foi analisar diferentes trajetórias de corte de juros, o que inclui diferentes ritmos e diferentes taxas terminais. Quando mais devagar o Copom cortar os juros, mais altos serão os juros médios ao longo dessa trajetória. Quanto maior o juro médio, menor a inflação projetada, e mais perto da meta. Isso permite que, em tese, o Copom chegue a uma taxa mais baixa ao fim do ciclo, caso vá mais devagar.

Alguns analistas vêm chamando a atenção, nas últimas semanas, que a projeção condicional de inflação não permite chegar a uma taxa de 9% ao fim do ciclo. Normalmente, esse cálculo simples é útil para checar até onde a Selic pode cair. Atualmente, essa regra de bolso perde um pouco a validade.

Primeiro porque na ponta o modelo já usa uma taxa abaixo de 9% nas suas projeções, já que ele é alimentado pelos próximos 12 meses (a Selic média do Focus usada no modelo no primeiro trimestre de 2025 é de 8,92%, segundo o Relatório de Inflação).

O mais importante é que os membros do Copom estão chamando a atenção sobre como a trajetória de cortes de juros pode levar a uma taxa menor ao fim do ciclo. A conta que o mercado deveria fazer é o quanto um ritmo mais lento afeta as projeções de inflação. Pode não ser muito, mas a direção é clara: um ritmo menor não significa juro maior no fim do ciclo.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Cultura Desenhista morreu aos 91 anos, dormindo em seu apartamento, no Rio, na tarde do sábado

Parentes, amigos e fãs dão adeus a Ziraldo

Valor, com agências
De São Paulo

Parentes, amigos e fãs prestaram as últimas homenagens ao cartunista Ziraldo, ontem, no Rio. O velório ocorreu no Museu de Arte Moderna (MAM). Uma bandeira do Flamengo, time de coração do mineiro, foi estendida no caixão. Ao seu lado, o boneco do Menino Maluquinho, o célebre personagem do desenhista. De lá, o corpo seguiu para o Cemitério São João Batista, em Botafogo, onde foi enterrado.

O chargista Chico Caruso, os atores Fernanda Torres, Tonico Pereira e Fernando Alves Pinto (sobrinho de Ziraldo), o humorista Hélio de La Peña e o jornalista Sérgio Augusto (companheiro dos tempos do jornal "Pasquim") foram algumas das pessoas que acompanharam o enterro, que teve direito a risos, lágrimas e até um bolero entoado pelos presentes.

"Ele ficou no Brasil para lutar com a pena. Com papel, ideias pequenas" *Fabrizia Pinto*

Uma das filhas do cartunista, Fabrizia Pinto lembrou do papel de seu pai na luta contra a ditadura militar. "Ele ficou no Brasil para lutar com a pena. Com papel, com ideias pequenas e pérolas. Uma pessoa como essa não vai embora", disse Fabrizia.

A família do artista desejava que ele tivesse uma estátua em sua homenagem colocada no calçadão de Copacabana, ao lado da do poeta Carlos Drummond de Andrade, de quem era amigo. Ao saber do pedido, o prefeito Eduardo Paes consentiu.

"Ele tinha uma carioquice muito especial. Ele é de uma geração de mineiros que vem para o Rio mostrar todo seu talento e se espalha para todo Brasil. Vê o Menino Maluquinho, ele tinha um quê de carioquinha", afirmou o prefeito, que também levará o nome de cartunista a um projeto da rede municipal de educação.

DIVULGAÇÃO

Ziraldo: Cartunista começou a ganhar fama ao publicar na revista "O Cruzeiro"

Ziraldo morreu aos 91 anos, dormindo em seu apartamento no bairro da Lagoa, na Zona Sul do Rio, na tarde do sábado. A cineasta Daniela Thomas, também filha do artista, falou sobre os últimos momentos do pai. "Desde 2018 que ele estava acamado. Essa passagem dele é uma coisa que a gente até desejava para o alívio do sofrimento que ele estava tendo", afirmou.

Natural de Caratinga, no Estado de Minas Geral, onde nasceu em 24 de outubro de 1932, Ziraldo se formou em direito em 1957, na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Casou-se em 1958, com Vilma Gontijo, com quem teve três filhos.

O cartunista começou a ganhar fama nacional com os trabalhos na revista "O Cruzeiro" e no "Jornal do Brasil". Lançou em 1960 a revista em quadrinhos "Turma do Pererê". A primeira história em quadrinhos a cores produzida no Brasil chegou a ser cancelada após o início da ditadura militar, mas voltou nos anos 1970. Em 1980, lançou sua obra mais famosa, "O Menino Maluquinho".

Desenhistas, chargistas e cartunistas homenagearam Ziraldo em publicações nas redes sociais. O quadrinista Adão Iturrusgarai contou como conheceu "o gigante" e também republicou um tira de sua autoria de 2022, em que brincava com a "imortalidade" do músico Keith Richards, da Rainha Elizabeth e de Ziraldo.

Maurício de Sousa, criador da Turma da Mônica, publicou uma ilustração dele e do amigo brincando com seus personagens. Ele lamentou a partida de Ziraldo, a quem considerava "irmão". "Que tristeza! Não tenho palavras. Perdi mais que um grande amigo. Perdi um irmão", escreveu o artista.

Militância e onipresença na memória gráfica brasileira

Gonçalo Junior
Para o Valor, de São Paulo

Em uma de suas edições do ano de 1948, o então popularíssimo gibi O Herói, da editora Brasil-América (Ebal), trouxe em sua uma coluna "O que você quer ser quando crescer?" a foto e a resposta de um rapazinho de 16 anos, da cidade mineira Caratinga: "Quero ser desenhista de histórias em quadrinhos". Não era uma escolha comum entre os leitores. Quase todos ali sonhavam o mesmo que seus pais para os filhos: ser doutor — médico, advogado, engenheiro, dentista, arquiteto etc. O garoto chamava-se Ziraldo Alves Pinto, e ninguém podia imaginar que, além de uma afirmação, havia ali a convicção de um artista já formado. "Ele tinha noção e ambição de que seria grande e trabalhou muito para isso", diz o designer Ricardo Leite, organizador de um livro sobre seus cartazes.

Ziraldo foi para o Rio de Janeiro em 1954, depois de alguns anos em Belo Horizonte. Teve uma coluna de humor na "Folha da Manhã" e ganhou notoriedade três anos depois, quando virou uma das estrelas na constelação da revista "O Cruzeiro", a semanal mais lida do país. Em 1961, ganhou sua revista em quadrinhos, "A Turma do Pererê".

A ditadura matou a revistinha, por supostamente trazer mensagens políticas. O autor era visto como um subversivo, por liderar um movimento que pediu a João Goulart uma lei de reserva de mercado para os artistas brasileiros.

Enquanto Ziraldo migrava para o "Jornal do Brasil", em 1963, Pererê acendeu o barril de pólvora da imaginação do artista. Ele caiu na militância do cartum político nas páginas do jornal "Pif-paf", de Millôr Fernandes, outro que foi liquidado pela censura, dois meses depois do golpe. O artista mineiro parecia mais motivado a cada tropeço e, para encurtar a história que todos conhecem, foi um dos fundadores do semanário "Pasquim", em 1969, com Tarso de Castro, Millôr, Henfil, Sérgio Cabral.

O chargista passaria os 15 anos seguintes a infernizar a vida dos generais-presidentes, censores e dos políticos situacionistas. Nascia, por fim, o Ziraldo que todos passaram a admirar. Ele ainda surpreenderia por outras facetas, com a capacidade de se reinventar como no papel de designer revolucionário que foi. A tal ponto que, com apenas dois riscos ou uma letra, podia ser identificado quase como uma impressão digital. Tornou-se um dos poucos artistas gráficos que criou a própria tipologia como marca registrada. Quer ver? Imagine a letra "O" toda redondinha e troque o círculo interno por um retângulo ou um quadrado e pergunte a qualquer desenhista que tenha vivido os últimos 70 anos se ele seria capaz de acertar quem a fez. A chance de responder "Ziraldo" é imensa.

A onipresença de Ziraldo na memória gráfica e visual brasileira não para aí. Faça outro exercício, então: abra as grandes revistas das décadas de 1950 e 1960 e confira quantos anúncios foram desenhados e "escritos" por ele. Ou as capas de livros e cartazes de peças de Chico Anísio e Jô Soares, entre outros. O que dizer dos filmes de pornochanchada do Beco da Fome carioca — equivalente à Boca do Lixo paulistana? Foram dezenas. Ele estava em todo canto, pronto para deixar sua digital, principalmente se tivesse algum propósito solidário ou de contestação política.

Costuma ser citado como uma reserva moral, em um monumento pela liberdade de expressão. A partir do "Pasquim", transformou-se em um nome central na luta pela redemocratização. Qual saldo dessa matemática toda?

É que Ziraldo ocupa o posto do artista gráfico mais importante do país nestes 60 anos, pelo menos. E até um pouco mais. Leitor voraz e culto, daqueles que faziam o dever de casa e liam todos os jornais pela manhã, explorou a inteligência como um meio de minar as formas de resistência da repressão.

E mais. Embora tenha se tornado um dos nossos grandes nomes da literatura e das artes gráficas, Ziraldo sempre pareceu ter feito tudo pelo olhar de sua Caratinga. Neste Brasil tão imenso em que o fluxo migratório do interior para as capitais alimenta onda invisível de tantas saudades, isso explica, em parte, o sucesso de livros tirados da própria história de vida. É disso que se alimentará sua imortalidade, resguardada pela imensurável obra de um gênio que de maluquinho não tinha nada.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

GRUPO TOP ALTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Ilmos. Senhores Diretores e Administradores do
Grupo Top Alto
Rio de Janeiro - RJ
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do **Grupo Top Alto,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Grupo Top Alto,** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa 3.1(b), as demonstrações financeiras combinadas de 2022, anteriormente apresentadas como **Grupo Top Alto – RJ** estão sendo reapresentadas como **Grupo Top Alto**, uma vez que as empresas Armazém Top Alto, Vecpar e Top Alto Assessoria tiveram suas demonstrações combinadas ao grupo a partir de 2023 (com os dados de 2022 combinados para fins de comparação).

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração do **Grupo Top Alto**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do **Grupo Top Alto,** é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do **Grupo Top Alto**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Grupo Top Alto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Grupo Top Alto**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do **Grupo Top Alto**.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao **Grupo Top Alto** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de março de 2024

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
CRC/MG nº 5.198-02
CNAIPJ 000190
CVM8460
Régis Monteiro Ferreira
Contador
CRC/MG nº 67.409

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos nossas demonstrações relativas ao ano fiscal encerrado em 31 de Dezembro de 2023. Em mais um passo na execução do nosso planejamento estratégico, finalizamos os trabalhos para a apresentação dos resultados combinados dos negócios sob nosso controle societário comum. Este controle se dá no nível de nossos investidores e contemplam atividades empresariais desenvolvidas no segmento de Distribuição de alimentos em geral, food service, locação de veículos e imóveis.

Sinergia dos negócios empreendidos

Os negócios combinados nestas demonstrações pelo controle comum, foram criados para operar de forma SINÉRGICA. As locadoras de veículos e as atividades imobiliárias contribuem sobremaneira para o funcionamento harmônico e otimizado dos negócios, viabilizando uma operação logística de padrão elevado.

Vale ressaltar que neste período os negócios combinados ultrapassaram a marca de R$ 1 bilhão de reais de faturamento, marca expressiva e significativa para o nosso segmento de atuação, o que nos posicionou entre os 25 maiores distribuidores do País do ramo alimentício segundo levantamento do Ranking Anual da ABAD/Nielsen.

O Ano de 2023 trouxe características econômicas bem peculiares que se refletiram em nossa atuação. A redução acentuada do valor das commodities agrícolas, principalmente soja e milho, que também tem grande peso na formação de custos das proteínas animais, favoreceram para uma redução de preços que se refletiu em toda a cadeia produtiva e comercial dos alimentos. Este fato contribuiu para que o crescimento do faturamento fosse inferior ao previsto no Estado do Rio de Janeiro, e a lucratividade combinada fosse inferior em relação ao exercício anterior.

A aprovação de uma reforma tributária ainda não regulamentada, consequentemente de difícil mensuração quanto aos seus impactos na economia e na nossa atividade, torna mais desafiador o estabelecimento de metas e projeção de negócios. Mesmo uma transição lenta e gradual do modelo atual para o novo modelo, nos leva a agir com prudência para nortear investimentos mais relevantes.

Projeções de negócios e investimentos

Para 2024, nossas projeções são de manutenção da nossa posição de mercado, com incremento de faturamento de aproximadamente 8% a 10% na operação combinada.

Do ponto de vista de investimento, estamos ampliando a capacidade de armazenagem de secos da Unidade de Salvador, adicionando 600 posições pallets a partir de maio. Aumentamos a frota própria de entrega da unidade para 33 caminhões e a frota de agregados para 17 caminhões em

média. Assim viabilizamos a infraestrutura para o crescimento previsto de 2024. Ressaltamos que atualmente, já estamos armazenando aproximadamente 300 toneladas em CD terceirizado.

Em fase de estudo ainda, vislumbramos a ampliação da capacidade de estocagem de Frios da planta de Salvador em 800 posições pallets, com investimento estimado de aproximadamente R$ 3.000.000,00.

Na plataforma do Rio de Janeiro, 23 novos caminhões entraram em operação, foram substituídos 10 caminhões mais antigos. Desta forma renovamos e ampliamos nossa frota própria para 86 veículos e mais 3 agregados com tempo médio de operação de 3 anos. Aumentamos ainda 400 posições pallets em nossa capacidade de armazenagem, o que otimizou ainda mais nossa movimentação de mercadorias e qualidade no atendimento ao cliente.

A estrutura de ERP vem sendo objeto constante de investimentos em desenvolvimento de ferramentas de gestão das atividades desenvolvidas. Os principais vieses deste projeto se concentram na viabilização da atividade logística com o aumento da eficiência em tempo e qualidade dos serviços, e na evolução do relacionamento eletrônico com nossos usuários. O Foco está no fortalecimento da estrutura com vistas a estarmos prontos para um crescimento sustentável em qualquer cenário futuro.

Performance

O resultado líquido dos negócios combinados auferido no período, foi de R$24.542.910,51 correspondente a 2,3% do faturamento global. Na análise da evolução dos negócios quando comparados ao período imediatamente anterior, a plataforma de Salvador teve um crescimento de faturamento da ordem de R$44.378.665,44, que representa uma evolução percentual de 17,91% em relação ao ano anterior. Na plataforma do RJ, o crescimento da receita foi de R$41.533.487,91, representativo de 5,63% quando comparado ao período anterior. Na performance global combinada dos negócios, o fato de ter havido deflação nos preços de venda dos alimentos em 2023, contribuiu substancialmente para uma redução no resultado quando comparado com os resultados combinados do período anterior, da ordem de R$9.012.157,44, representativos de 26,86%. Nos períodos de deflação de preços, quase sempre o efeito da redução no preço de venda, consequentemente no faturamento é mais expressivo do que o efeito no custo dos produtos e despesas, conforme demonstrado no quadro I.

QUADRO I - LINHA DE EVOLUÇÃO HORIZONTAL DO FATURAMENTO X LINHA DE EVOLUÇÃO HORIZONTAL DOS CUSTOS

	31.12.23	31.12.22	AH%
Receita Operacional Bruta	1.070.727.650,48	988.156.641,25	8,36
Custo das Mercadorias Vendidas	(797.883.951,19)	(729.564.933,08)	9,36

Além do impacto no custo dos produtos vendidos, os demais custos seguem indexados minimamente a inflação resultando sistemicamente em uma redução de resultados quando comparados a período em que este efeito não tenha ocorrido, como é o caso do ano de 2022.

QUADRO II - ÍNDICES FINANCEIROS	TOP ALTO COMBINADO		Mercado – B3	
EXERCÍCIO	2023	2022	2023	2022
Rentabilidade = LL /PL x100	12,45	16,70	(7,28)	10,94
Liquidez Corrente = AC/PC	2,43	2,81	1,01	-
Liquidez Seca =AC-EST/PC	1,34	1,59	0,46	-
Endividamento Geral = (PC+PNC/AT)X100	27,85	25,18	75,00	72,27
Capitalização = PL/AT x 100	72,15	74,82	25,00	27,73

O Zelo pelas margens e permanente foco na obtenção de resultados que remunerem os investidores, tem nos garantido uma rentabilidade muito acima da média de mercado se comparada a empresas do segmento que atuam na bolsa de valores conforme demonstrado no quadro II. Mesmo com a queda pontual apresentada no período, nossa rentabilidade ainda se apresenta muito acima da média de empresas do segmento listadas na B3. Enquanto a média destas empresas em 2023, apresenta-se negativa em 7,28%, a nossa é positiva em 12,45%, e no ano de 2022, quando o mercado teve média em torno de 10,94%, obtivemos 16,70%. Obviamente a rentabilidade se reflete na liquidez do negócio por quanto constante se apresenta na sua evolução. Por isto, nosso índice de liquidez corrente se apresenta com 2,43 vezes em 2023, muito acima da média de 1,01 vezes do mercado neste mesmo período, mesmo sofrendo decréscimo pontual, 2,81 vezes em 2022, para as 2,43 vezes constatadas em 2023. A Liquidez seca do ano de 2023, comparada ao mercado, apresenta 1,34 vezes, contra 0,46. A queda de 1,59 vezes para 1,34 vezes, ainda nos deixa em uma posição bastante sólida neste comparativo. Nosso nível de endividamento geral, depõe acerca de nossa solidez, posto ser de 27,85% no ano de 2023, contra 75% no mercado no mesmo período. Apesar do ligeiro crescimento, de 25,18% em 2022, contra os 27,85% em 2023, ainda estamos, quando comparados a média do mercado, com destacada solidez. Seguimos firmes em nossa política de reinvestimento que demonstra a confiança no projeto, corroborada pelo nível de capitalização apresentado, que no ano de 2023, foi da ordem de 72,15%, comparado a 25% da média do mercado no mesmo período. Na evolução de 2022 para 2023, apresentamos ligeira queda, saindo de 74,82% para 72,15% muito acima ainda da média constatada no mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma).

ATIVO	Nota Explicativa	Top Alto 31.12.2023	Top Alto 31.12.2022	Combinado 31.12.2023	Combinado 31.12.2022 Reapresentado
CIRCULANTE					
Disponibilidades	4	2.530.527	533.049	6.699.330	10.522.645
Contas a receber de clientes	5	44.414.691	42.939.106	62.983.365	60.095.964
Adiantamentos	5	823.965	2.395.091	2.215.299	2.815.299
Estoques	6	44.368.196	45.437.835	69.346.772	67.064.722
Impostos a recuperar	7	9.313.278	9.653.135	9.826.715	9.992.763
Outros ativos circulantes	5	3.021.562	727.858	3.380.943	3.490.435
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		104.472.218	101.686.075	154.452.425	153.982.828
NÃO CIRCULANTE					
Investimentos		-	-		
Imobilizado	8	4.102.003	3.240.485	117.317.972	113.682.391
Intangível	8	314.143	457.102	1.360.505	1.622.755
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.416.146	3.697.587	118.678.477	115.305.146
TOTAL DO ATIVO		108.888.365	105.383.661	273.130.902	269.287.974

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Top Alto 31.12.2023	Top Alto 31.12.2022	Combinado 31.12.2023	Combinado 31.12.2022 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	29.115.417	26.416.148	43.731.495	36.784.746
Encargos Trabalhistas		1.037.524	1.030.628	2.824.979	2.996.572
Tributos a Recolher	10	2.300.969	2.296.719	4.361.811	4.448.690
Provisões para Contingências	13	-	-	86.365	128.225
Contas a Pagar	11	2.344.580	1.991.566	5.052.572	4.087.287
Empréstimos e Financiamentos	12	16.156	346.269	7.555.130	6.342.939
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		34.814.647	32.081.331	63.612.351	54.788.458
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	12	-	16.156	9.891.388	10.114.447
Provisões para Contingências	13	563.945	1.024.893	2.565.332	2.754.480
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		563.945	1.041.049	12.456.719	12.868.927
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14	54.000.000	54.000.000	103.743.500	109.343.500
Reservas de Lucros		19.509.773	18.261.282	22.089.682	19.875.772
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	71.228.649	72.411.317
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.509.773	72.261.282	197.061.831	201.630.589
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		108.888.365	105.383.661	273.130.902	269.287.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Top Alto 31.12.2023	Top Alto 31.12.2022	Combinado 31.12.2023	Combinado 31.12.2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	15	657.112.916	627.311.217	912.094.460	847.729.890
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS		(539.106.229)	(514.395.140)	(797.883.951)	(729.564.933)
LUCRO BRUTO		118.006.687	112.916.076	114.210.509	118.164.957
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		(86.114.205)	(75.266.517)	(41.221.219)	(38.843.537)
Despesas Comerciais		(19.659.747)	(17.985.081)	(35.382.920)	(31.637.824)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.427.051	4.344.435	7.970.785	8.253.969
RESULTADO OPERACIONAL (EBITDA)		16.659.785	24.008.913	45.577.156	55.936.765
Resultado Financeiro		(5.844.289)	(5.559.508)	(5.986.051)	(5.649.233)
Depreciação		(589.913)	(573.607)	(7.533.531)	(5.335.578)
RESULTADO OPERACIONAL (EBT)		10.225.583	17.875.798	32.057.573	44.951.953
Imposto de Renda		(2.540.773)	(4.506.762)	(5.489.935)	(8.339.977)
Contribuição Social		(923.318)	(1.631.074)	(2.024.728)	(3.056.908)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.761.491	11.737.962	24.542.911	33.555.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Top Alto 31.12.2023	Top Alto 31.12.2022	Combinado 31.12.2023	Combinado 31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.761.491	11.737.962	24.542.911	33.555.068
Outros resultados abrangentes	-	-		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.761.491	11.737.962	24.542.911	33.555.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Top Alto

	Capital realizado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Resultado Exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	54.000.000	-	18.261.282	-	72.261.282
Resultado Exercício	-	-	-	6.761.491	6.761.491
Destinação do Resultado	-	-	6.761.491	(6.761.491)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(5.513.000)	-	(5.513.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	54.000.000	-	19.509.773	-	73.509.773

Combinada

	Capital realizado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Resultado Exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Reapresentado)	109.343.500	72.411.317	19.875.772	-	201.630.589
Redução de Capital Social	(5.600.000)	-	-	-	(5.600.000)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(1.182.668)		-	(1.182.668)
Resultado Exercício	-	-	-	24.542.911	24.542.911
Realização de reservas	-	-	24.542.911	(24.542.911)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(22.329.000)	-	(22.329.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	103.743.500	71.228.649	22.089.682	-	197.061.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Top Alto 31.12.2023	Top Alto 31.12.2022	Combinado 31.12.2023	Combinado 31.12.2022 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		6.761.491	11.737.962	24.542.911	33.555.068
Ajuste por:					
Realização do Avaliação Patrimonial		-	-	(1.182.668)	(3.697.175)
Depreciação / Amortização		589.913	573.607	7.533.531	5.335.578
Constituição (Reversão) de Perda Liq. Duvidosa	5	(696.703)	(9.661)	(770.742)	142.154
Constituição (Reversão) de Prov. Contingências	13	(460.948)	1.024.893	(233.009)	(2.615.269)
Aumento/Redução em Clientes		(778.882)	(6.721.539)	(2.116.659)	(11.998.618)
Aumento/Redução em Estoques	6	1.069.639	(11.273.457)	(2.282.050)	(13.032.893)
Aumento/Redução em Impostos a Recuperar	7	339.857	2.436.130	166.048	2.422.450
Aumento/Redução em Outros Créditos		(722.578)	(325.831)	709.491	(3.089.663)
Aumento/Redução em Fornecedores	9	2.699.269	5.296.655	6.946.749	5.759.314
Aumento/Redução em Encargos Trabalhistas		6.896	3.303	(171.593)	397.387
Aumento/Redução em Outras Obrigações		353.014	(4.559.358)	963.285	(446.602)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		9.165.218	(3.967.103)	34.023.415	12.781.735
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
(Aquisições)/Baixas de Investimentos		-	253.000	-	253.000
(Aquisições)/Baixas do Imobilizado	8	(1.308.472)	(746.575)	(11.016.421)	(6.736.031)
(Aquisições)/Baixas do Intangível	8	-	90.400	109.559	(1.197.465)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(1.308.472)	(403.175)	(10.906.863)	(7.680.496)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aumento (Redução) Empréstimos e Financiamentos	12	(346.269)	(16.588)	989.132	2.182.171
Aumento (Redução) de Capital Social		-	7.000.000	(5.600.000)	7.070.000
Dividendos distribuídos		(5.513.000)	(2.370.000)	(22.329.000)	(17.528.000)
Caixa Líquido Usado em Atividades de Financiamentos		(5.859.269)	4.613.412	(26.939.868)	(3.275.829)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.997.477	243.134	(3.823.316)	1.825.409
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4	533.049	289.915	10.522.645	8.697.236
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	4	2.530.527	533.049	6.699.330	10.522.645
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.997.477	243.134	(3.823.316)	1.825.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações combinadas estão sendo apresentadas com o propósito de fornecer informações úteis como se as diversas entidades que estão sob controle comum fossem apenas uma única entidade. As demonstrações financeiras combinadas representam a soma das empresas sob controle comum que possuem operações no território nacional, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Minas Gerais, denominadas aqui como **"GRUPO TOP ALTO"**. Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais da **Top Alto Participações e Comércio Ltda**. também estão sendo apresentadas, tendo em vista que o principal negócio do "Grupo", sendo aqui denominada "líder". Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as empresas que fazem parte das demonstrações combinadas são:

a) **Top Alto Participações e Comércio Ltda.,** sociedade limitada sediada na cidade de Duque de Caxias/RJ, tem como atividade preponderante a distribuição atacadista de produtos alimentícios e bebidas no estado do Rio de Janeiro.

b) **Armazém Top Alto Ltda.,** sociedade limitada sediada na cidade de Salvador/BA, tem como atividade preponderante a distribuição atacadista de produtos alimentícios e bebidas nos estados da Bahia e Sergipe.

c) **Brasvec Locação e Participações Ltda.**, sociedade limitada sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tem como atividade preponderante a locação de bens móveis.

d) **Serra da Quina Ltda.,** sociedade limitada sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tem como atividade preponderante o comércio e distribuição de produtos alimentícios no Estado do Rio de Janeiro.

e) **Tanini Participações Ltda.,** sociedade limitada sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tem como atividade preponderante participação no capital de outras empresas.

f) **Vecpar Participações Ltda.,** sociedade limitada sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tem como atividade preponderante participação no capital de outras empresas.

g) **Top Alto 2012 Negócios Imobiliários Ltda.,** sociedade limitada sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tem como atividade a locação de imóveis próprios.

h) **Vec Locação e Participações Ltda.**, sociedade limitada sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tem como atividade preponderante a locação de bens móveis.

i) **Top Alto Assessoria e Desenvolvimento de Negócios Empresariais Ltda.**, sociedade limitada sediada na cidade de Belo Horizonte /MG, tem como atividade preponderante assessoria em gestão empresarial.

Os dados das empresas combinadas estão sumarizados na nota explicativa nº 3.1(b).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, já considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Também, foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TGs) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base de mensuração
As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

• Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - Nota 3.2(b)
• Vida útil dos ativos – Nota 3.2(d)
• Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) – Nota 3.2(f)
• Provisões e contingências – Nota 3.2(i)
• Ajuste a valor presente – Nota 3.2(j)

Aprovação das demonstrações financeiras
A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2024, considerando

os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Critérios Contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras combinadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Combinação

a) Base de Combinação
Demonstrações combinadas representam um único conjunto de demonstrações contábeis de entidades que estão sob controle comum. As demonstrações combinadas são elaboradas com o objetivo de apresentar as informações como se as diversas entidades que estão sob controle comum fossem apenas uma única entidade, conservando-se, todavia, as operações históricas efetivamente ocorridas. As demonstrações financeiras combinadas da Sociedade, que incluem as demonstrações contábeis das empresas listadas na Nota Explicativa nº1, foram elaboradas em conformidade com as práticas de combinação/consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, os principais procedimentos de combinação são: - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas combinadas; - Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa combinadas. Ajustes decorrentes de eventuais resultados ainda não realizados entre essas entidades conforme estabelecido na NBC TG 44 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 44 – Demonstrações Combinadas). As políticas contábeis das empresas individuais e em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas nas demonstrações combinadas. As demonstrações combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros e que não representam as demonstrações individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas e não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos lucros/dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários. Adicionalmente, a apresentação das demonstrações combinadas não substitui a necessidade de divulgação de demonstrações individuais e/ou consolidadas para órgãos reguladores e/ou para o público conforme requerido pelas respectivas legislações aplicáveis.

As 03 (três) pessoas físicas que detêm o controle sobre cada entidade incluída nas demonstrações combinadas possuem percentuais de participação distinto em cada entidade que variam entre 10% e 50%.

b) Empresas incluídas nas demonstrações combinadas
As empresas incluídas nas demonstrações financeiras combinadas são controladas pelo mesmo grupo de sócios, e administrada pelos mesmos gestores.
Esta demonstração contempla as entidades individuais relacionadas a seguir e o resultado combinado não é base para distribuição de lucros/dividendos.
Ressalta-se que as empresas Armazém Top Alto, Vecpar e Top Alto Assessoria tiveram suas demonstrações combinadas a partir de 2023, com os dados de 2022 combinados para fins de comparação), e dessa forma as demonstrações contábeis combinadas de 2022 estão sendo reapresentadas.

INFORMAÇÕES INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2023

EMPRESA	ATIVO	PASSIVO	PATRIMÔNIO LIQUIDO	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Top Alto Participações e Comércio Ltda	108.888.365	35.378.591	73.509.773	6.761.491
Armazém Top Alto Ltda	46.968.035	21.218.795	25.749.240	1.086.077
Brasvec Locação e Participações Ltda	9.762.834	6.171.734	3.591.099	1.831.937
Serra da Quina Ltda	828.056	34.253	793.803	(29.522)
Tanini Participações Ltda	72.739.875	2.365.523	70.374.353	906.457
Vecpar Participações Ltda	25.871.356	808	25.870.548	1.267.221
Top Alto 2012 Negócios Imobiliários Ltda	87.825.888	165.591	87.660.297	3.450.847
Vec Locação e Participações Ltda	18.384.251	11.041.073	7.343.178	11.160.574
Top Alto Assessoria e Desenvolvimento de Negócios Empresariais Ltda	82.399	1.589	80.810	(8.036)
	371.351.058	76.377.957	294.973.102	26.427.047
Eliminações	*(98.220.156)*	*(308.886)*	*(97.911.270)*	*(1.884.136)*
DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS	273.130.902	76.069.071	197.061.831	24.542.911

3.2. Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

a) Caixa e equivalente caixa – São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Sociedade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como "equivalentes de caixa", conforme estabelecido na NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

b) Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Sociedade não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Demais ativos circulantes – São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

d) Imobilizado – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas mencionadas na nota 8 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Sociedade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado, conforme descrito na Nota 3.2 (f) – Redução ao valor recuperável (impairment). O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.

e) Intangível – Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Sociedade que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Sociedade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível, conforme descrito na Nota 3.2(f) – Redução ao valor recuperável (*impairment*).

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) – A Sociedade avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado, intangível e investimentos. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

g) Empréstimos e financiamentos – Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados acrescidos dos respectivos encargos incorridos até a data de encerra são classificados como passivo circulante para vencimentos até 12 meses após a data das demonstrações financeiras e no passivo não circulante para vencimentos superiores a 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

h) Imposto de renda e contribuição social – A Sociedade calcula o imposto de renda e contribuição social com base na legislação vigente considerando adições e exclusões legais previstas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro antes do imposto de renda, ajustada na forma da legislação vigente. Os serviços prestados são apresentados nas demonstrações de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida dos serviços). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

i) Provisões para contingências – A provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. As provisões são atualizadas periodicamente.

j) Demais passivos circulantes e não circulantes – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro-rata" dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

k) Reconhecimento de receita – A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e possa ser mensurada de forma confiável, conforme determina a NBC TG 47 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

l) Apuração do resultado – As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência) de que trata a NBC TG 47 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

• Resultado financeiro: *Receitas financeiras:* Decorrem das aplicações financeiras mantidas pela Sociedade reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. *Despesas financeiras:* Abrangem despesas com juros sobre financiamentos, despesas com juros e encargos financeiros de transações bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Distribuição de Lucros/Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – A distribuição de lucros/dividendos e juros sobre o capital próprio para os sócios do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeira ao final do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

n) Partes Relacionadas – Os montantes de eventuais transações com partes relacionadas são decorrentes de transações com condições negociadas de mercado.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa – As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro, o saldo era composto por:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Bancos e equivalentes	328	1.893	209.105	219.698
Aplicações financeiras	2.530.199	531.156	6.490.225	10.302.948
Total	2.530.527	533.049	6.699.330	10.522.645

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade entre 100% e 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário, são prontamente conversíveis a um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. E estão apresentadas ao valor justo de realização.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro, o saldo era composto por:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Clientes (a)	45.977.941	45.199.059	65.325.141	63.208.481
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (b)	(1.563.250)	(2.259.953)	(2.341.776)	(3.112.517)
	44.414.691	42.939.106	62.983.365	60.095.964
Adiantamento de Terceiros (c)	748.990	165.198	1.082.061	2.200.372
Outros ativos circulantes (d)	2.272.572	562.660	2.298.883	1.290.063
	3.021.562	727.858	3.380.943	3.490.435

a) Derivado da venda de produtos e serviços no curso normal das atividades e nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% dos recebíveis ou das receitas.

b) As perdas estimadas são realizadas mensalmente, considerando 180 dias de inadimplência, onde o valor integral do título é reconhecido como perda. Adicionalmente, ao final de cada período é analisado o histórico de perda e realizado o cálculo de perda estimadas sobre os valores a vencer. No período em que ocorre o pagamento do cliente, a provisão é revertida.

c) Correspondem a antecipações realizadas a fornecedores, para viabilizar a entrega de matéria prima tempestivamente e a um custo menor.

d) Valores representados pelos recebimentos de duplicatas de clientes, recebidas via cobranças bancárias, baixadas no contas a receber conforme arquivo de retorno bancário, cujos créditos bancários ainda não foram disponibilizados em conta corrente.

6. ESTOQUES

Em 31 de dezembro o saldo era composto por:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Mercadoria para revenda	39.234.053	40.816.514	64.212.629	62.444.401
Estoque Substituição Tributária	5.134.143	4.621.321	5.134.143	4.621.321
	44.368.196	45.437.835	69.346.772	67.065.722

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os valores normalmente são compensados com os tributos que serão recolhidos, no período seguinte.

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PIS a Recuperar	1.670.936	1.780.613	1.680.273	1.780.613
COFINS a Recuperar	7.229.527	7.761.825	7.271.805	7.761.825
ICMS a Recuperar	-	-	29	-
Outros Impostos a Recuperar	412.815	110.697	874.609	450.325
	9.313.278	9.653.135	9.826.715	9.992.763

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31/12/2022, acrescido das adições e deduzidos pelas baixas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos eram compostos por:

	Top Alto		Combinado		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	Taxas anuais de depreciação
Imóveis	-	-	98.876.492	98.876.492	4%
Máquinas e equipamentos	2.348.151	1.317.849	4.060.725	2.926.630	10%
Computadores e Periféricos	762.443	728.720	1.126.211	1.059.137	10%
Móveis e utensílios	486.569	460.815	778.131	737.008	10%
Veículos	-	-	37.404.970	30.176.447	20%
Benfeitorias Imóveis Terceiros	1.881.715	4.450.762	2.248.664	4.596.154	
Outros	211.310	209.890	211.310	209.890	
Servidor	532.040	532.040	532.040	532.040	
	6.222.228	7.700.076	145.238.542	139.113.797	
Depreciação acumulada	(1.941.147)	(4.280.513)	(27.741.492)	(25.252.329)	
Perda por Desvalorização	(179.078)	(179.078)	(179.078)	(179.078)	
Total	4.102.003	3.240.485	117.317.972	113.682.391	
Software	866.571	866.571	1.847.131	2.070.093	
Direito de Uso	686.195	686.195	799.598	686.195	
	1.552.766	1.552.766	2.646.730	2.756.288	
Amortização Acumulada	(1.238.623)	(1.095.664)	(1.286.224)	(1.133.533)	
Total	314.143	457.102	1.360.505	1.622.755	

9. FORNECEDORES

Em 31 dezembro o saldo era composto por:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores	29.115.417	26.416.148	43.731.495	36.784.746
Total	29.115.417	26.416.148	43.731.495	36.784.746

A conta é consubstancialmente representada por títulos com vencimento até 30 ou 60 dias, a favor dos fornecedores de matéria prima ou prestadores de serviços no curso normal das atividades.

10. TRIBUTOS A RECOLHER

Em 31 de dezembro o saldo era composto por:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS	2.300.527	2.295.317	2.629.810	2.897.601
COFINS	-	-	258.132	207.440
PIS	-	-	38.670	43.375
ICMS Diferencial de Alíquota	442	1.402	442	1.402
IRPJ	-	-	1.011.920	939.388
CSLL	-	-	422.837	359.484
Total	2.300.969	2.296.719	4.361.811	4.448.690

11. CONTAS A PAGAR

A conta é formada por valores a pagar a terceiros ao final do exercício, tais como locação de imóveis e máquinas,
bem como valores em aberto com sócios a título de distribuição de lucros e/ou juros sobre o capital próprio.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A conta é formada por valores a pagar a terceiros e/ou sócios ao final do exercício, especialmente referente à empréstimos e financiamentos para capital de giro e aquisição de equipamentos.

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Financiamentos - CP	16.156	193.875	6.001.682	5.259.923
Empréstimos- CP	-	152.394	1.692.526	1.257.103
(-) Juros e Encargos a apropriar - CP	-	-	(139.077)	(174.087)
Total Passivo Circulante	16.156	346.269	7.555.130	6.342.939
Financiamentos - LP	-	16.156	9.937.223	10.347.368
Empréstimos- LP	-	-	-	-
(-) Juros e Encargos a apropriar - LP	-	-	(45.835)	(232.922)
Total Passivo Não Circulante	-	16.156	9.891.388	10.114.447
Total Empréstimos e Financiamentos	16.156	362.425	17.446.518	16.457.386

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O Grupo no curso normal dos seus negócios é parte em demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais. A administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, entende haver riscos contingentes significativos que possam resultar em impacto relevante sobre os resultados futuros, provisionando tais contingências trabalhistas, conforme quadro abaixo:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas - CP	-	-	86.365	128.225
Cíveis - CP	-	-	-	-
Tributárias - CP	-	-	-	-
Total Circulante	-	-	86.365	128.225
Trabalhistas - LP	563.945	1.024.893	2.565.332	2.754.480
Cíveis - LP	-	-	-	-
Tributárias - LP	-	-	-	-
Total Não Circulante	563.945	1.024.893	2.565.332	2.754.480
Total Provisões para Contingências	563.945	1.024.893	2.651.696	2.882.705

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Top Alto Participações e Comércio Ltda. é composto por R$ 54.000.000 (cinquenta e quatro milhões de reais), dividido em 54.000.000 (cinquenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

15. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios é como segue:

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita Bruta de Venda e Serviços	778.802.574	737.269.086	1.070.727.650	988.156.641
Impostos incidentes e outras deduções	(121.689.658)	(109.957.869)	(158.633.190)	(140.427.551)
Receita Líquida de Venda e Serviços	657.112.916	627.311.217	912.094.460	847.729.090

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Grupo calculou a provisão para imposto de renda e contribuição social com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pelo regime do lucro real nas empresas abaixo:

• Top Alto Participações e Comércio Ltda.
• Armazém Top Alto Ltda.
• Serra da Quina Ltda.

Já as empresas abaixo são tributadas pelo regime de lucro presumido:

• Brasvec Locação e Participações Ltda.
• Tanini Participações Ltda.
• Vecpar Participações Ltda.,
• Top Alto 2012 Negócios Imobiliários Ltda.
• Vec Locação e Participações Ltda.
• Top Alto Assessoria e Desenvolvimento de Negócios Empresariais Ltda.

As declarações de rendimentos do Grupo estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições também estão sujeitos a estas condições, nos termos da legislação aplicável.

A conciliação entre as despesas nominal e efetiva para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Imposto de renda e contribuição social corrente – conciliação entre as despesas nominal e efetiva

	Top Alto		Combinado	
Base do lucro real	2023	2022	2023	2022
Lucro antes de impostos de renda e contribuição social	9.764.634	17.877.021	32.057.573	44.951.953
Alíquotas fiscais nominais	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	(3.319.976)	(6.078.187)	(10.899.575)	(15.283.664)
Efeito do regime de imposto de renda para lucro presumido	-	-	(86.309)	(79.434)
Equivalência patrimonial	-	-	(2.193.022)	(12.877.982)
Outros, líquidos	33.509	(246.028)	247.352	1.207.729
Imposto de renda e contribuição social	(3.307.369)	(6.137.837)	(7.514.662)	(11.396.885)
Alíquota fiscal efetiva	34%	34%	23%	25%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.307.369)	(6.137.837)	(7.514.662)	(11.396.885)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(363.260)	-	(363.260)	-
Imposto de renda e contribuição social	(3.670.629)	(6.137.837)	(7.877.923)	(11.396.885)

Na Base do Lucro Presumido Consolidado, apenas as empresas tributadas pelo lucro presumido foram consideradas conforme quadro apresentado acima.

A base de cálculo das empresas tributadas pelo lucro presumido compreende basicamente às receitas de serviços, com presunção de lucro de 32%, além de rendimentos de aplicações de renda fixa e variável as quais são tributadas integralmente.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
(a) Categorias dos instrumentos financeiros e valor justo

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são classificados conforme segue:

Top Alto

		31/12/2023		31/12/2022	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Recebíveis mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	1	2.530.527	2.530.527	533.049	533.049
Contas a receber de clientes	1	44.414.691	44.414.691	42.939.106	42.939.106
Outros ativos	1	3.021.562	3.021.562	727.858	727.858
		49.966.780	49.966.780	44.200.014	44.200.014
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	1	29.115.417	29.115.417	43.731.495	43.731.495
Empréstimos e financiamentos	1	16.156	16.156	362.425	362.425
Outros passivos a pagar	1	2.344.580	2.344.580	5.052.572	5.052.572
		31.476.153	31.476.153	49.146.492	49.146.492

Combinado

		31/12/2023		31/12/2022	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Recebíveis mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	1	6.699.330	6.699.330	10.522.645	10.522.645
Contas a receber de clientes	1	62.983.365	62.983.365	60.095.964	60.095.964
Outros ativos	1	3.380.943	3.380.943	3.490.435	3.490.435
		73.063.638	73.063.638	74.109.044	74.109.044
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	1	43.731.495	43.731.495	36.784.746	36.784.746
Empréstimos e financiamentos	1	17.446.518	17.446.518	16.457.386	16.457.386
Outros passivos a pagar	1	5.052.572	5.052.572	4.087.287	4.087.287
		66.230.585	66.230.585	57.329.419	57.329.419

Para melhorar a consistência e comparabilidade, as entradas utilizadas na mensuração do valor justo são classificadas em três níveis principais, conforme segue:

• Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como derivativos negociados publicamente e títulos patrimoniais) é baseado nos preços de mercado cotados no final do período de a cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de cotação atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.
• Nível 2: O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que maximiza o uso de dados de mercado observáveis e confia o menos possível em estimativas específicas da entidade. Caso todos os dados significativos exigidos para o valor justo de um instrumento forem observáveis, o instrumento é incluído no Nível 2.
• Nível 3: Se uma ou mais entradas não está baseada em dados do mercado observáveis, o instrumento está incluído no Nível 3. Este é o caso de títulos patrimoniais não cotados em bolsa.

A administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, que são reconhecidos pelos seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, não diferem significativamente dos respectivos valores justos, pois:

(i) As taxas contratadas para empréstimos como operações contratadas estão próximas das taxas de juros atualmente disponíveis no mercado, e/ou,

(ii) Parte substancial dos saldos vence em datas próximas às datas do balanço.

(b) Gestão do risco do capital

O Grupo avaliou suas necessidades de capital para atender suas atividades operacionais, visando ter uma estrutura de capital que considerem adequadas aos custos financeiros e aos prazos de financiamento e suas garantias. O Grupo monitora seu grau de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e otimização do saldo de dívida e patrimônio líquido.

	Top Alto		Combinado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.530.527	533.049	6.699.330	10.522.645
Empréstimos e financiamentos	(2.344.580)	(362.425)	(17.446.518)	(16.457.386)
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
Dívida líquida	185.947	170.624	(10.747.188)	(5.934.740)
Patrimônio líquido	73.509.773	72.261.282	197.061.831	201.630.589
Índice de Endividamento (Dívida líquida / Patrimônio líquido)	-	-	0,05	0,03

(c) Gerenciamento de riscos de mercado

No curso normal das suas operações, o Grupo está exposto aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

• Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo esteja exposto somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

• Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento;

• Risco de crédito: É avaliado como muito baixo face as condições contratuais, especificamente em relação à obrigação da prestação dos serviços, direito de recebimento das parcelas e a possibilidade de suspensão daquela obrigação.

A Administração entende que os instrumentos financeiros reconhecidos nas informações financeiras pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

			Top Alto		Combinado	
	Índice	Risco	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI/Selic	2.530.199	531.156	6.490.225	10.302.948
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI/Selic	(2.344.580)	(362.425)	(17.446.518)	(16.457.386)
Instrumentos financeiros	CDI	Aumento do CDI/Selic	-	-	-	-
Exposição Líquida ao Risco			185.619	168.731	(10.956.293)	(6.154.438)

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, levando a uma perda financeira. O Grupo está exposto ao risco de crédito de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber de clientes) e de suas atividades de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa.

O risco de crédito do cliente é gerenciado pela Companhia com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relativos ao gerenciamento do risco de crédito do cliente. As contas a receber de clientes em aberto são monitoradas regularmente. Consulte a Nota Explicativa 5 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a sua política. Os investimentos dos recursos excedentes são realizados apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes das demonstrações da posição financeira de 31 de dezembro de 2023 são os valores contábeis de seus ativos financeiros.

(e) Risco de liquidez

O principal objetivo do gerenciamento do risco de liquidez é monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações do Grupo, bem como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. O Grupo busca mitigar esse risco pelo fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários para suprir eventuais descasamentos.

Para isso, o Grupo elaborou análises de fluxo de caixa projetado e revisam as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados periodicamente.

18. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo possui cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado em valores considerados suficientes pela Administração para suportar eventuais perdas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira.

Rio de Janeiro/RJ, 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA
Ernesto Sabino Carvalho – Diretor Responsável
CONTADOR RESPONSÁVEL
Vander Ribeiro de Almeida
CRC-MG 71.899

Conjuntura Janeiro teve maior registro da série desde 2004; alta pode estar ligada à volta ao presencial

Demissão por justa causa cresce e bate recorde

Marsílea Gombata
De São Paulo

O número de demissões por justa causa bateu recorde no início deste ano. Em janeiro, o total de desligamentos do tipo chegou a 39.511, maior patamar da série histórica, que tem início em 2004. A leitura de fevereiro foi a maior para o segundo mês do ano. De acordo com economistas, o dinamismo do mercado de trabalho e fatores comportamentais explicam o fenômeno.

Levantamento feito pela LCA Consultores mostra que o total de demissões por justa causa de janeiro é 11,5% maior do que os 34.131 de dezembro e representa 25,6% a mais do que os 31.454 desligamentos desse tipo em janeiro de 2023, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em fevereiro, o total de desligamentos do tipo chegou a 35.667, o que representa uma alta de 25,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando houve 28.310 desligamentos.

Bruno Imaizumi, economista da LCA responsável pelo levantamento, aponta aspectos comportamentais, sazonais e metodológicos por trás das altas recentes.

“Não sabemos até que ponto essa volta ao trabalho presencial pós-pandemia pode ter contribuído para isso”, diz. “Essas demissões podem ter ocorrido com mais força por conta do comportamento de parte de alguns empregados no local de trabalho, neste momento em que as empresas estão conseguindo avaliar e mensurar melhor o tempo de trabalho de seus funcionários”, comenta o economista.

O próprio processo de renúncia silenciosa — ou “quiet quitting”, em inglês —, no qual o funcionário vai deixando de cumprir tarefas sem fazer questão de avisar o empregador, pode pesar nesse aumento das demissões por justa causa, afirma. A renúncia silenciosa é um fenômeno que ocorreu principalmente nos Estados Unidos na volta da pandemia ao trabalho presencial.

Imaizumi acrescenta ainda a questão da metodologia do Caged, que desde 2020 tem sido mais abrangente, capturando mais informações sobre desligamentos e admissões.

Soma-se a isso a sazonalidade. O economista afirma que janeiro, por exemplo, costuma ser um mês em que as empresas revisam metas e costumam renovar ou descontinuar contratos de emprego.

Segundo o economista, o total de demissões por justa causa acumulado em 12 meses indica que a tendência de alta desse tipo de desligamento deve continuar.

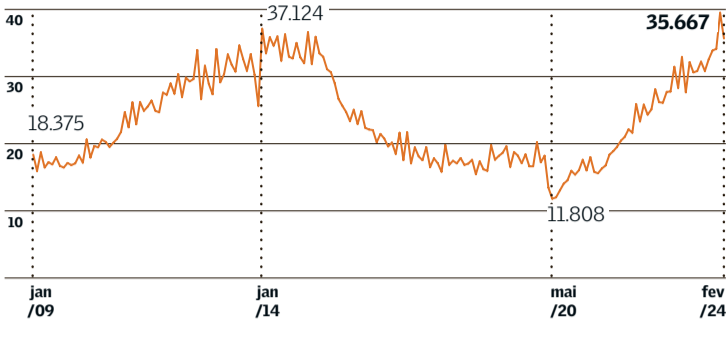
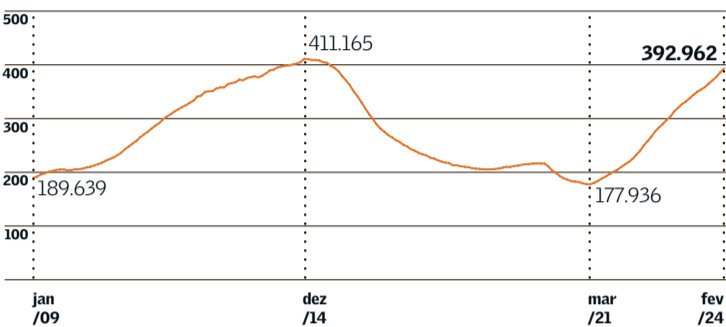
Em fevereiro o total de demissões por justa causa no acumulado em 12 meses alcançou o total de 392.962, ante 385.605 em janeiro.

O recorde da série no acumulado em um ano ocorreu em dezembro de 2014, com 411.165 demissões por justa causa. Mas a curva vem aumentando, e não parece que irá desacelerar tão cedo.

“O mercado não está apenas mais aquecido, gerando vagas, mas também mais movimentado, com mais admissões e desligamentos”, pontua Imaizumi.

O dinamismo do mercado é a principal variável por trás das demissões por justa causa, diz Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

“Quando o mercado está muito ativado, os desligamentos crescem, há maior rotatividade. Geralmente, os desligamentos ocorrem por iniciativa dos empregados. Mas quando esse quer ser mandado embora e a empresa não concorda, pode haver uma situação de conflito que poderia justificar a demissão por justa causa. É uma hipótese”, afirma Zylbersztajn.

Ele acrescenta, no entanto, que a reforma trabalhista deveria ter desestimulado as demissões por justa causa, perante a possibilidade de acordo entre empregado e empregador. Mas, apesar da alta em termos absolutos, Zylbersztajn ressalta que as demissões por justa causa representam cerca de 2% do total de desligamentos e que essa proporção chegou ao ápice da série há dez anos.

“O pico de demissões cor justa causa ocorreu em 2014, quando o mercado de trabalho estava bastante ativo, mais ou menos como agora”, diz. “O número de agora é o maior em quantidade de casos, mas não em proporção em relação ao total de desligamentos. Em 2014 chegou a 2,2% do total, enquanto em janeiro de 2024 representou 2,1%, e em fevereiro, 1,85%.”

Os números vistos hoje lembram tendências passadas, como entre 2011 e 2014 e no pós-crise de 2015, afirma Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

“Assim como no pré-crise, hoje essa alta é explicada por conta do mercado de trabalho aquecido, com desemprego menor, e com uma menor parcela de trabalhadores menos qualificados à margem”, afirma.

“Hoje, pessoas de menor qualificação ou menos experientes estão empregadas. Isso gera potencial maior para erros por parte dos trabalhadores e comportamentos que poderiam levar a uma demissão por justa causa mais facilmente.”

Enquanto o mercado de trabalho estiver aquecido, o economista argumenta, a tendência é continuarmos a ver os números de demissões por justa causa em patamar alto. “A questão é que o mercado já começou a desaquecer. O que deveremos ver, então, é a manutenção desse cenário, sem aumentos significativos das demissões por justa causa.”

> “Quando o mercado está muito ativado, os desligamentos crescem, há maior rotatividade”
> *Hélio Zylbersztajn*

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Bruno Imaizumi: “Não sabemos até que ponto essa volta ao trabalho presencial pós-pandemia pode ter contribuído”

Recorde de demissões por justa causa
Número absoluto no mês, sem ajuste sazonal

Número anual indica tendência
Desligamentos por justa causa - acumulado em 12 meses

Fonte: MTE. Elaboração: LCA

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.538	27.016	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.091	20.490	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.447	6.527	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mar/24	fev/24	2024	2023	12 meses	mar/24	fev/24	dez/23	mar/23
IBGE									
IPCA	-	0,83	1,25	4,62	4,50	-	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	-	0,81	1,38	3,71	3,86	-	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-0,30	-0,41	-0,97	-3,30	-4,00	1.094,76	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	0,27	0,42	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-0,50	-0,76	-1,84	-5,92	-6,79	1.270,47	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	0,92	-1,02	-1,59	-11,34	-11,56	1.756,96	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-1,02	-0,66	-1,94	-3,77	-4,89	1.073,32	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	0,10	0,55	1,27	3,55	2,93	743,02	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	0,28	0,13	0,68	3,49	3,36	1.095,74	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	0,26	0,46	1,18	3,15	2,87	683,22	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mar/24 -0,31% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mar/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**
	jan/24		**dez/23**		**jan/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2023	2022	%	2024	2023	%
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**
Discriminação	**jan/24**		**dez/23**		**jan/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	0,8	-	-8,8	6.700,09	1,5	1.114,22
Discrepância estatística	0,0	-	-2,7	331,80	-1,0	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**81,3**	**-**	**-129,1**	**225,75**	**83,7**	**1.186,19**
Juros Noniminais	**-71,6**	**30,46**	**-54,9**	**54,05**	**-46,5**	**-13,44**
Result. Nominal do Gov. Central	**9,7**	**-**	**-184,0**	**144,44**	**37,1**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Rede D'Or aposta na eficiência operacional para oferecer medicina de excelência

Com modelo de gestão centralizada, companhia reduz custos administrativos para investir ainda mais na qualidade da assistência

Em um setor tão vital para milhões de brasileiros quanto o da saúde, a eficiência operacional em hospitais é fundamental para que a qualidade da medicina chegue a cada vez mais pessoas, em diferentes regiões do país.

Com quase 50 anos de atuação diante de um volume impressionante de mais de dez milhões de atendimentos anuais e cerca de 500 mil cirurgias todos os anos, a Rede D'Or, maior empresa de saúde da América Latina, entrega o mesmo padrão de qualidade assistencial em suas 73 unidades no país.

Diante desses números, uma questão que se impõe: como é possível gerir um volume tão expressivo de procedimentos mantendo a excelência?

A chave para essa questão está na implementação de estratégias de gestão consolidadas, como é o caso do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e do Programa Compartilha.

O CSC é um modelo de trabalho que se beneficia da escala, centraliza a execução de diversas atividades, fornecendo serviços de forma integrada a todas as unidades hospitalares. Em outras palavras, esse centro funciona como uma poderosa engrenagem que impulsiona a operação para ser cada vez mais eficiente em todas as dimensões do negócio.

— Operando em escala, a companhia obtém a máxima otimização dos seus recursos administrativos com menor custo para a operação — afirma Márcio Gonçalves, líder das Operações Integradas de Supply Chain, que prossegue: — E como a Rede D'Or segue expandindo sua presença no país, por meio da construção ou aquisição de hospitais, surgiu a necessidade de consolidar as operações administrativas dentro de um padrão a ser reproduzido.

É mais eficiente para o negócio dispor de um ambiente centralizado de tecnologia da informação (TI), que ofereça esse suporte a todas as unidades, do que manter um setor funcionando em cada hospital, por exemplo. Esse conceito estende-se a outras áreas, entre elas recursos humanos, contabilidade, compras e financeiro.

DIVULGAÇÃO

Time do Centro de Serviços Compartilhados da Rede D'Or

DIVULGAÇÃO

Centro de Distribuição do CSC com capacidade para suprir as necessidades dos hospitais da empresa que trabalham em rede

CADEIA INTEGRADA

A robustez desse modelo reforçou o protagonismo da Rede D'Or durante a pandemia de Covid-19. Enquanto muitos serviços assistenciais foram impactados com o fechamento de suas emergências ou ainda com a falta de leitos e de insumos, a empresa sustentou a alta demanda de atendimentos sem interrupção da sua operação e ainda deu suporte para outros hospitais, como a Santa Casa de São Paulo, e assumiu a gestão de dois hospitais de campanha, construídos no prazo recorde de 20 dias.

— Tanto a negociação para a compra de suprimentos como o planejamento para abastecer os hospitais ocorrem dentro de uma operação centralizada e de ponta a ponta. Atuando em escala, garantimos condições comerciais competitivas, uma gestão eficiente dos estoques com uma ágil e segura reposição dos itens nas unidades, reduzimos possíveis perdas por validade, entre outras ações estratégicas para otimizar os recursos — diz Gonçalves.

> **"Atuando em escala, garantimos condições comerciais competitivas, uma gestão eficiente dos estoques com uma ágil e segura reposição dos itens nas unidades, reduzimos possíveis perdas por validade, entre outras ações estratégicas para otimizar os recursos"**
> **Márcio Gonçalves**
> líder das Operações Integradas de Supply Chain da Rede D'Or

BOAS PRÁTICAS

Outra das estratégias do grupo é aproveitar o potencial de atuação em rede para disseminar uma cultura de boas práticas. É disso que trata o Programa Compartilha, que desde 2021 divulga entre todos os melhores casos de eficiência operacional de cada unidade. Funciona como grande ambiente de aprendizagem em que uma liderança, time ou processo aprende com os erros e acertos aprendidos nas demais unidades hospitalares, visto que todos enfrentam desafios diários muito semelhantes. A eficiência operacional, nesse caso, vem da capacidade de multiplicar muito mais rapidamente a inovação, soluções e oportunidades.

Otimização de custos, por exemplo, é uma dessas oportunidades. A partir da criação de uma área unificada de Gestão de Contratos, a negociação direta com fornecedores trouxe melhorias aos hospitais participantes do projeto. A implementação dessa gestão centralizada dos múltiplos fornecedores não apenas resulta em uma significativa redução de custos, mas também impulsiona a ampliação da escala operacional, gerando retornos substanciais para o cuidado assistencial. Boas práticas compartilhadas também reduziram custos com descartáveis em geral não médicos, em materiais de escritório e em serviços de manutenção.

— Se hoje a Rede D'Or atingiu um patamar de excelência em saúde, é porque sempre houve uma busca constante por eficiência operacional. O objetivo é desonerar as pontas para que os gestores concentrem tempo e recursos na atividade-fim, garantindo um atendimento assistencial de elevado padrão a todos — conclui o executivo.

SUSTENTÁVEL

Com a otimização dos seus custos administrativos, a Rede D'Or alcança uma redução da sua despesa total, operando com esse tipo de custo mais baixo que outras empresas do setor. Os recursos provenientes dessa eficiência são então direcionados para melhorias adicionais na qualidade do serviço, aquisição de equipamentos de última geração, remuneração eficiente de colaboradores e aprimoramento da infraestrutura, promovendo um ciclo virtuoso de redução de custos e melhoria da qualidade da assistência entregue à sociedade.

ACESSE PARA SABER MAIS SOBRE

*REFERÊNCIA DOS DADOS: ATÉ SETEMBRO DE 2023 (A MAIS RECENTE DIVULGAÇÃO DA COMPANHIA).

Comércio exterior Aceleração começou no 2º semestre de 2023; país se torna cliente importante para chineses

China desbanca Argentina e já detém quase 40% da venda de carro importado ao Brasil

Marta Watanabe
De São Paulo

No primeiro trimestre do ano a China acelerou a exportação de automóveis e liderou com folga o fornecimento externo de carros aos brasileiros. O país asiático, que hoje é o maior produtor global de automóveis, foi a origem de 39% do total de veículos para passageiros importados pelo Brasil de janeiro a março de 2024. Em igual período do ano passado a fatia foi de 10,3%. A Argentina, historicamente o maior fornecedor externo de automóveis ao Brasil, teve 16% de participação este ano contra 40,2% em 2023. Em terceiro lugar vieram os mexicanos, com fatia de 12,1% em 2024, participação ligeiramente menor que os 13,6% de 2023, sempre considerando o primeiro trimestre.

No ano todo de 2023 os argentinos ficaram na primeira posição de vendas de carros ao Brasil, com total de US$ 2,24 bilhões, crescimento de 9,8% contra o ano anterior. Os chineses aceleram a venda de veículos ao Brasil principalmente no decorrer do segundo semestre e terminaram 2023 em segundo lugar, com total de US$ 1,09 bilhão, com crescimento significativo frente aos US$ 186,7 milhões de 2022.

De janeiro a março de 2024, do US$ 1,46 bilhão em compras externas brasileiras de automóveis, US$ 569,9 milhões vieram da China. O valor é mais de cinco vezes os US$ 102,9 milhões de igual período de 2023 e mais da metade do que o Brasil comprou em automóveis dos chineses em todo o ano passado. O ritmo acelerado dos chineses também impulsionou a importação total de automóveis para passageiros pelo Brasil, que cresceu 46,4% de janeiro a março contra iguais meses de 2023.

Da Argentina, foram desembarcados US$ 234,6 milhões no primeiro trimestre, 42% a menos que os US$ 401,3 milhões de iguais meses de 2023. Do México vieram US$ 176,3 milhões em automóveis de janeiro a março deste ano.

Os números oficiais de exportação do governo chinês também mostram que o Brasil ganhou importância no mapa de exportação de automóveis do país asiático. O Brasil, que era o décimo nono maior destino dos veículos para passageiros embarcados pela China no primeiro bimestre de 2023, ficou em quinto lugar no mesmo período deste ano, atrás da Rússia, Bélgica, Reino Unido e México.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a importação de carros chineses impressiona porque vem em ritmo muito mais acelerado que o do mercado doméstico. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), mais de 60% dos carros importados da China no primeiro trimestre do ano são com motor exclusivamente elétrico. "Os dados mostram uma estratégia para um novo cenário, com a antecipação da China para ocupar espaço nesse mercado", diz.

Davi Gonçalves, analista responsável pelo setor automotivo da Tendências, lembra que já no ano passado, principalmente no último trimestre, houve crescimento de importações de veículos elétricos e híbridos de origem chinesa.

"Os dados seguiram aquecidos, apesar do início da taxação pelo imposto de importação em janeiro, e devem continuar elevados no curto prazo. Entre os fatores conjunturais que favorecem o quadro está o aumento de interesse dos consumidores brasileiros por carros tecnológicos e movidos a energias renováveis, em contexto mais favorável ao consumo de alta renda", afirma.

Além disso, aponta Gonçalves, os preços competitivos das montadoras chinesas e a baixa produção doméstica brasileira desses veículos também devem ajudar.

Com o desempenho de janeiro a março, os veículos passaram a ser o segundo item mais importado da China pelo Brasil e ajudaram a impulsionar o total das compras externas vindas do país asiático. Enquanto o valor da importação total brasileira caiu 1,8% de janeiro a março contra iguais meses de 2023, os desembarques de produtos made in China cresceram 14% em valor, segundo a Secex. O aumento foi puxado por alta de 40,2% no volume. Houve queda de 17,6% nos preços médios de importação.

Gabriela Faria, economista da Tendências, lembra que a redução de preços nos importados chineses alia um cenário mais geral, de redução de preços após os choques que pressionaram a inflação global, a uma situação específica da China, que tem experimentado uma "deflação". "A China passou por período de expansão da capacidade produtiva, mas não houve demanda local para absorver a oferta, o que leva à queda de preços que também se reflete nos produtos que o país exporta", diz.

No caso dos veículos, a crescente participação chinesa nas importações é um fenômeno observado em vários países, observa Gonçalves. "De toda forma, apesar dos níveis permanecerem em níveis historicamente elevados no decorrer do ano, haverá entraves que limitam o ritmo de expansão", diz. Gonçalves cita, além do aumento do imposto de importação, o esperado aumento da produção nacional, o que considera o início das operações de montadoras chinesas no Brasil entre o fim deste ano e início do próximo. Pelo cronograma estabelecido pelo governo, os carros elétricos passaram a pagar 10% de Imposto de Importação desde janeiro de 2024. A alíquota deve subir gradativamente e chegar a 35% em julho de 2026.

A China elevou o nível de exportação de vários itens e um deles é o automóvel, o que vem suscitando políticas de proteção nos diversos destinos, avalia Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). No caso do Brasil, a proteção foi feita via aumento do imposto de importação.

"No caso específico do Brasil há um elemento que parece um pouco diferente. Ao mesmo tempo em que existe a indústria automotiva brasileira, esse bebê de 60 anos que sempre que precisa de proteção vai a Brasília, o governo tem interesse em absorver as empresas chinesas. Então, ao mesmo tempo em que impõe o imposto sobre importação, abre a possibilidade dessas empresas internalizarem parte da produção, o que não é um processo imediato", afirma.

A maior importação de automóveis no Brasil, diz Ribeiro, reflete uma das diretrizes de Pequim de elevar a posição chinesa nas cadeias de valor.

"É um movimento que a China está fazendo no mundo inteiro, de adensamento tecnológico das exportações, e os veículos não poderiam ficar de fora", observa.

"A questão é que a China já está num ponto de exportar também as fábricas, seguindo a experiência de outros países asiáticos, mas de maneira muito mais rápida."

A Hyundai coreana é um exemplo de sucesso nesse sentido, cita. "Creio que os chineses querem fazer algo parecido. Uma das diferenças é que o carro elétrico atende a uma demanda de nicho enquanto as experiências anteriores partiram para massificação", acrescenta.

Já a perda de terreno argentino nas importações brasileiras de carros, diz Ribeiro, deve considerar que não devemos tratar os parques fabris automotivos entre Brasil e Argentina de forma separada.

"Na verdade é um parque fabril único espalhado nos dois países. Com a crise argentina, há um movimento de internalizar a produção no Brasil versus produzir na Argentina, e isso parece estar um pouco mais evidente nos automóveis de massa, com maior volume de produção", diz.

Isso acontece, avalia o economista, não só em razão da perda de fôlego da demanda doméstica do país vizinho, como também pela insegurança causada durante a transição em algumas condições, como a das negociações trabalhistas sindicais.

GABRIEL REIS/VALOR

Gabriela Faria: China aumentou a produção sem ter demanda doméstica

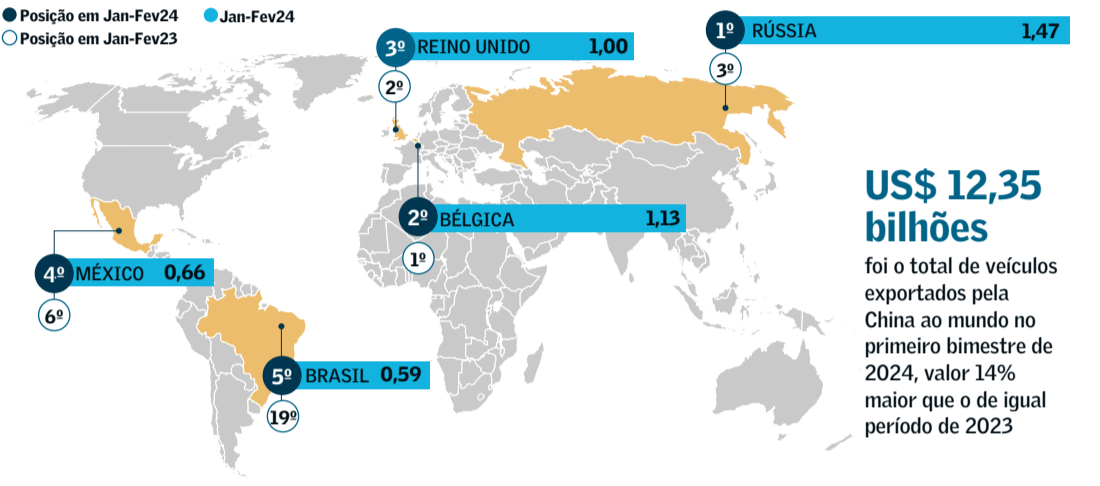
> "Os dados mostram uma estratégia para um novo cenário"
> *José Augusto de Castro*

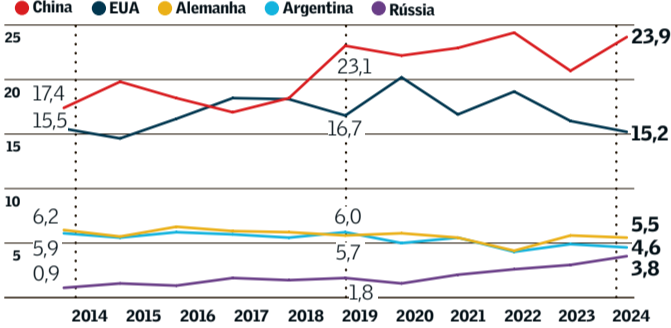
Carros chineses aceleram

Importação brasileira de veículos por principais origens em 2024 - US$ milhões

País de origem	Jan-Mar2022	Jan-Mar2023	Jan-Mar2024
China	21,5	102,9	569,9
Argentina	307,0	401,3	234,6
México	27,6	135,4	176,3
Alemanha	62,0	101,5	128,9
Estados Unidos	20,6	42,4	59,8

Brasil, quinto maior comprador

Ranking da exportação chinesa de automóveis aos cinco principais destinos em 2024 - US$ bilhões

China firme como principal fornecedor externo

Fatia das principais origens na importação brasileira, no período de Jan-Mar - %

Fonte: Secex/Mdic e governo chinês

Automóveis se tornaram o segundo item mais importado da China

Produtos mais desembarcados	Jan-Mar24 (US$ milhões)
Diodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores	863,5
Automóveis de passageiros	569,9
Aparelhos de telefonia	524,0
Circuitos integrados	392,8
Inseticidadas e herbicidas	312,5

Brasileiro está mais pessimista e cauteloso com cenário, indica Ipsos

Ívina Garcia
De São Paulo

O consumidor brasileiro está mais cuidadoso e pessimista quanto ao cenário atual, mostrando uma nova queda no Índice de Confiança do Consumidor, segundo dados divulgados pela Ipsos. Março fechou com queda de 1,2 ponto no índice, após uma alta de 1,8 ponto no mês anterior, antecedido de três quedas consecutivas de novembro a janeiro.

A oscilação aponta que o consumidor brasileiro está mais reativo e cauteloso, isso motivado pelo cenário político-econômico atual. O economista e CEO da Ipsos, Marcos Calliari, diz que o principal fator neste mês está relacionado à questão climática. "O Brasil registrou nas duas primeiras semanas de março um recorde de demanda de energia por onda de calor, aumentando consequentemente os gastos com as contas do mês", explica.

Apesar das oscilações, com 56,8 pontos, o Brasil ainda ocupa a quarta colocação no índice global da Ipsos, que conta com 29 países, ficando atrás apenas da Índia (72,2), Indonésia (63,4) e México (58,6), estando acima da média global de 48,6 pontos. O índice de confiança mede não só a capacidade de compra, como também a visão que os consumidores têm em relação ao futuro. Esses fatores influenciam ativamente na forma como a população gasta ou não no mês.

> **4º**
> **Lugar é a posição que o Brasil ocupa entre os países com maior confiança**

Além da questão climática, o aumento do dólar, que chegou a R$ 5,05, e a baixa popularidade do governo Lula, após posicionamentos do presidente com relação aos conflitos internacionais, também deixaram a população mais pessimista.

Calliari conta que, historicamente, o índice vem mostrando variações distintas quando observado anualmente. Entre 2022 e 2023 foi observado um crescimento constante, muito puxado pelas várias notícias econômicas otimistas, como crescimento do PIB, redução da inflação e diminuição da taxa de juros, além do otimismo natural associado ao início de uma nova administração.

A partir da segunda metade de 2023, os números começaram a oscilar bastante em reflexo da desaceleração na queda da inflação e uma taxa de juros que não cai rapidamente. "Olhando para o futuro, espera-se uma redução adicional na taxa de juros, talvez mais lenta do que o esperado", explica.

Apesar disso, o cenário ainda não é totalmente positivo, porque, segundo Calliari, as reformas necessárias para impulsionar o crescimento, como a reforma tributária, estão enfrentando dificuldades de aprovação e negociação.

"No médio prazo, as eleições municipais podem intensificar a polarização e os ataques políticos, o que pode levar a um maior desgaste. Além disso, não se espera que essas eleições ofereçam grandes oportunidades para os governos ligados à administração federal atual", diz.

No cenário internacional, o Brasil precisa se consolidar como um destino seguro para investimentos, usando os conflitos na Europa e a instabilidade nos Estados Unidos como ponte para ocupar esse espaço, o que ajudaria a fortalecer o otimismo do consumidor, explica o economista.

FABIANO SANCHES/DIVULGAÇÃO

Marcos Calliari: "Principal fator está relacionado à questão climática"

Petróleo Diferença no diesel também já é de 13%; reajustes dos combustíveis continuam a ser desafio para a cúpula da Petrobras

Defasagem de preços da gasolina já está em 17%

Fábio Couto, Kariny Leal, Marta Watanabe e Estevão Taiar
Do Rio, São Paulo e Brasília

Em meio à discussão sobre o comando da Petrobras, os reajustes nos preços dos combustíveis continuam a ser um desafio para a cúpula da empresa. A alta do petróleo na semana passada jogou mais pressão por altas nos preços da gasolina e do diesel para recompor defasagens em relação ao mercado internacional. Média das projeções de três consultorias e entidades de classe ouvidas pelo **Valor** aponta que a gasolina era vendida nas refinarias da estatal, na sexta-feira, por preços 17% abaixo da paridade internacional, enquanto no diesel essa diferença era de 13%.

Se a Petrobras mantiver os combustíveis sem reajuste por mais tempo — no atual cenário de escalada do petróleo —, corre risco de reduzir a rentabilidade como ocorreu no passado. Nos governos anteriores do PT, a empresa ficou longos períodos sem reajustar os preços da gasolina e do diesel, o que levou a prejuízos e a aumento da dívida. Anos foram necessários para recuperar as finanças.

Entre 2008 e 2012, a prática de reter preços também reduziu em 31,6% a arrecadação do governo com tributos incidentes sobre as atividades da Petrobras, como mostrou o **Valor** em reportagem de 2014. De 2008 a 2013, o valor dos tributos pagos pela Petrobras caiu de 2,1% do PIB para 1,6%.

Por outro lado, se a Petrobras aumentar os preços dos derivados de petróleo no mercado interno, como é recomendável em momentos de alta do petróleo, tendem a crescer as pressões políticas sobre a companhia.

Nenhum governo — e algo parecido ocorreu na gestão Bolsonaro — gosta quando a Petrobras aumenta os preços dos combustíveis, uma vez que a decisão é impopular e contribui para a alta da inflação. Mas reajustes são necessários para manter a boa saúde financeira da empresa quando a conjuntura aponta para altas do barril tipo Brent, dizem especialistas.

Para atender a demanda, cerca de 30% do diesel consumido no país é importado. Se o petróleo sobe no exterior, portanto, a empresa precisa repassar a alta para o mercado interno. No ano passado, um fator que ajudou a aliviar a discussão sobre os reajustes dos combustíveis foi o diesel fornecido pela Rússia a preços mais baixos. Os russos ultrapassaram os EUA, tradicional exportador para o Brasil.

Em maio de 2023, a Petrobras mudou a política de preços que vigorava desde o governo de Michel Temer, que atrelava os preços domésticos às cotações internacionais, conhecida como Preço de Paridade de Importação (PPI).

No atual governo, a Petrobras instituiu uma nova política de preços, batizada de "estratégia comercial", modelo foi mal recebido pelo mercado por ser pouco transparente e não dar previsibilidade sobre os reajustes. A Petrobras tem reiterado que nenhuma empresa de qualquer setor é obrigada a abrir a formação de preços dos produtos que vende. Seria uma questão de estratégia comercial diante da concorrência.

A discussão sobre a formação dos preços da companhia ficou um pouco de lado, diz Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e economista da LCA Consultores, uma vez que as cotações de petróleo amenizaram em 2023. "Mas esse ainda é um fator de preocupação pois o histórico mostra que a prática de preços domésticos muito abaixo dos internacionais por período longo no passado afetou a lucratividade da empresa."

Caso surjam novos choques no cenário internacional, o tema pode voltar à mesa, diz. Borges acrescenta que a prática de preços internos abaixo das cotações do petróleo também pode provocar desabastecimento no mercado doméstico, uma vez que a produção nacional sozinha não é suficiente para atender à demanda de diesel.

Hoje o cenário para reajustes ganha força por dois motivos: as cotações do barril do petróleo Brent romperam a barreira dos US$ 90 pela primeira vez em seis meses, e o câmbio foi negociado acima de R$ 5 na semana passada, obrigando o Banco Central a intervir no mercado com leilões. Câmbio e preço do barril são as principais variáveis para o reajuste.

LEO PINHEIRO/VALOR

Defasagem nos preços pode levar a desabastecimento
Bráulio Borges

Considerando os dados do fechamento de mercado de sexta-feira (5), a consultoria StoneX indica defasagem de 12% nos preços do diesel, o que equivale a R$ 0,42 por litro, e de 12,6% na gasolina (R$ 0,35 por litro). O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima defasagem média de 25,92% nos preços da gasolina, o que corresponde a uma diferença de R$ 0,98 por litro, e de 8,22% nos preços do diesel (R$ 0,31 por litro). A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) projeta defasagem média de 12% na gasolina (R$ 0,48 por litro) e de 19% no diesel, o que significaria reajuste de R$ 0,65 por litro.

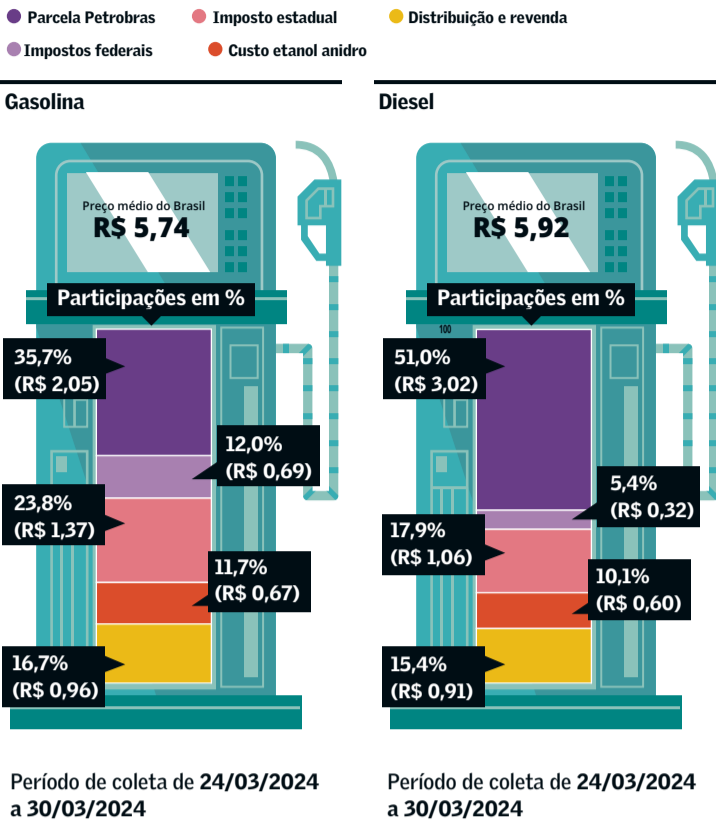
A última vez que a Petrobras mexeu nos preços da gasolina foi em 21 de outubro, quando aplicou redução de 4,1% (R$ 0,12 por litro). O diesel está sem mudanças nos preços desde 27 de dezembro, quando a companhia reduziu os preços nas refinarias em 7,94%.

Em 2022, com lucro recorde de R$ 188 bilhões, 77% a mais do que em 2021, a Petrobras transferiu aproximadamente R$ 248 bilhões em valores atuais para a União (R$ 103 bilhões em tributação, R$ 86 bilhões em royalties e participações e R$ 59 bilhões em dividendos). Parte da explicação se deveu a fatores conjunturais: o preço de paridade internacional (PPI) era baseado no preço internacional do petróleo e no câmbio.

Na ocasião, a própria companhia atribuiu o resultado recorde à elevação do preço do petróleo por causa do início da Guerra da Ucrânia. Mas o PPI também era considerado por diversos analistas do setor uma política mais transparente e próxima das flutuações de mercado do que a fórmula atual — fator que também tendia a maximizar os resultados.

Com exceção de 2020, início da covid-19, o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis ficou em 2023 no menor nível em relação à arrecadação total do tributo no país, considerando a última década. O imposto sobre combustíveis correspondeu a 16,6% do ICMS arrecadado, ante 17,7% em 2022.

A perda de fatia em 2023 resultou da redução da alíquota de ICMS após medidas legais do governo em 2022, na corrida eleitoral na qual o então presidente Jair Bolsonaro buscou enfrentar a pressão da inflação. À época o preço dos combustíveis pesou na alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A medida reduziu o ICMS da energia elétrica, telecomunicações e transportes.

"Foi uma medida equivocada, porque o governo da época queria influenciar preços por meio de limitação legal de alíquota legal na gasolina", diz Felipe Salto, economista da Warren Rena e ex-secretário de Fazenda de São Paulo.

A medida revela, segundo Salto, como os combustíveis são um ponto sensível na inflação que pesa no bolso do consumidor e o grau de repercussão na arrecadação, dada a representatividade na receita de ICMS dos Estados.

"O que preocupa são decisões de intervenções na política de preços de combustíveis. Não há como saber se isso será feito, mas seria ruim porque atrapalharia muito a economia e resvalaria também na arrecadação tributária", diz Salto.

"Passamos a considerar as nossas melhores condições de refino e logística para a prática de preços competitivos, disputando mercado com outros atores que comercializam combustíveis no Brasil; e para mitigação da volatilidade externa, proporcionando períodos de estabilidade de preços aos nossos clientes, como ocorre neste momento", afirmou a Petrobras.

Carlos Kawall, economista da Oriz Partners, pondera, no entanto. "A pior destinação seria fazer uso político e entrar na linha do populismo para segurar preços de combustíveis, não somente com recurso do orçamento da União, mas afetando a gestão da Petrobras com subsídios para gasolina, que beneficiam classes mais altas e vão contra descarbonização", diz.

Os impostos sobre os combustíveis também são formas de a União e os entes federados receberem contribuições da Petrobras. O ICMS é um imposto estadual incorporado aos preços cobrados nas refinarias e passou a ter um valor fixo em 2022, quando Bolsonaro sancionou uma lei que eliminou a cobrança por percentual.

Segundo uma fonte, a alíquota fixa do ICMS evita que a arrecadação se altere mesmo que a estatal mude os preços. Antes, o imposto era cobrado com base em percentual sobre o litro do combustível na refinaria, definido por Estado. "Agora, quando o preço dos combustíveis está alto, pode afetar o consumo, mas não a arrecadação do imposto", diz a fonte.

Para a fonte, que participou das discussões sobre o ICMS, a medida é favorável e deixa o imposto mais previsível. Em 2024, o ICMS sobre a gasolina está em R$ 1,37 por litro e sobre o diesel, em R$ 1,06 por litro. O imposto federal sobre a gasolina é formado por Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Como o preço dos combustíveis é formado

Parte expressiva dos custos finais vem dos impostos

Participações em %

Componente	Gasolina (Preço médio do Brasil R$ 5,74)	Diesel (Preço médio do Brasil R$ 5,92)
Parcela Petrobras	35,7% (R$ 2,05)	51,0% (R$ 3,02)
Impostos federais	12,0% (R$ 0,69)	5,4% (R$ 0,32)
Imposto estadual	23,8% (R$ 1,37)	17,9% (R$ 1,06)
Custo etanol anidro	11,7% (R$ 0,67)	10,1% (R$ 0,60)
Distribuição e revenda	16,7% (R$ 0,96)	15,4% (R$ 0,91)

Período de coleta de **24/03/2024 a 30/03/2024**

Fonte: Petrobras, com base em dados da ANP

Estatal avalia acordo bilionário de tributos com a União

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A Petrobras está avaliando a possibilidade de aderir à transação tributária que será proposta pela União relacionada aos contratos de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, apurou o **Valor** com duas fontes a par do assunto.

A adesão poderia colocar fim a uma disputa que envolve processos que somam R$ 55,234 bilhões e, ao mesmo tempo, ajudar o governo na missão de zerar o déficit primário neste ano.

A minuta de edital foi colocada em consulta pública na última sexta-feira pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Receita Federal e receberá contribuições até a próxima sexta-feira, dia 12. A expectativa é que o edital seja publicado pelo governo até o fim do mês, para que as empresas possam fazer a adesão.

O assunto foi um dos temas debatidos na reunião na semana passada no Palácio do Planalto, que contou com a participação dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Silveira (Minas e Energias). Eles também debateram a questão da retenção dos dividendos extraordinários da petroleira.

Segundo uma fonte do governo, a Petrobras estaria propensa a aderir à transação, já que vem perdendo os processos sobre o tema no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A diretoria da estatal estaria avaliando os prós e contras da adesão, que poderia encerrar processos que somam R$ 55,234 bilhões, caso todo o litígio entre na transação. Caso venha a aceitar o acordo, a empresa teria desconto sobre o valor dos débitos.

Porém, nas suas demonstrações financeiras, a Petrobras avalia os processos relativos aos contratos de afretamento como "perda possível", pois cita haver manifestações favoráveis ao entendimento da companhia nos tribunais superiores.

"A companhia ratifica a classificação [do IRRF] da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos", diz trecho referente às demonstrações relativas ao 4º trimestre de 2023.

"Os demais processos envolvendo Cide e PIS/Cofins encontram-se em fases administrativa e judicial diversas e são classificados como perda possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da companhia", completa a Petrobras em seu balanço.

O edital colocado em consulta pública permite a transação — uma espécie de acordo para por fim à disputa administrativa ou judicial — sobre a incidência ou não do IRRF, Cide, PIS e Cofins sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas.

É a chamada transação de grandes teses tributárias, que está sendo feita Receita e pela PGFN com o objetivo de encerrar disputas e garantir uma arrecadação para a União. Isso porque, em caso de não acordo, mesmo que a União ganhe a disputa no Carf, as empresas podem recorrer ao Judiciário, em processos que se arrastam por anos.

De acordo com a minuta que se encontra no edital, as empresas que aderirem à transação do afretamento poderão escolher duas opções de pagamento. A primeira oferece desconto de 60% sobre o valor total do débito. O restante deverá ser pago com entrada de no mínimo 30% e o saldo remanescente em até seis parcelas mensais.

A segunda opção oferece desconto de 35% sobre o valor total do débito. O restante será pago com uma entrada de no mínimo 10% e o saldo remanescente em até 24 parcelas mensais. A minuta também prevê que a transação poderá compreender a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, até o limite de 10% do saldo remanescente após a incidência do desconto inicial.

A transação tributária é uma das grandes apostas da equipe econômica para arrecadar mais e conseguir chegar perto da meta de zerar o déficit primário das contas públicas neste ano.

No último relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento federal, o governo previu R$ 36,6 bilhões com essas iniciativas, que envolvem outros editais e transações individuais, além da questão do afretamento. Procurada para comentar, a Petrobras não retornou. ***(Colaborou Beatriz Olivon)***

Lula convoca ministros para tratar da crise na Petrobras e encontra Haddad hoje

Isadora Peron, Gabriel Shinohara e Paula Martini
De Brasília e Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou ontem uma reunião para tratar da Petrobras no Palácio da Alvorada. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, além de Paulo Pimenta (Secom), foram chamados para o encontro. Haddad antecipou a sua volta para Brasília, para uma reunião marcada para 20h, mas a reunião não foi confirmada. Na agenda oficial, porém, consta encontro de Haddad com Lula hoje, às 18h.

Nos últimos dias, a possível mudança no comando da Petrobras tem sido tema do noticiário. Na sexta-feira, o **Valor** publicou que Lula confidenciou a interlocutores a disposição de demitir o presidente da empresa, Jean Paul Prates. No entorno presidencial, o nome do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, era o nome mais cotado.

A crise sobre o comando na Petrobras escalou na semana passada. Na quarta-feira passada, o ministro de Minas e Energia, Alexandres Silveira, reconheceu, à "Folha de S. Paulo", que tem embates com Prates, mas que eles são "salutares". Na segunda-feira, dia 1º, na GloboNews, o ministro já havia dito que a "Petrobras não pode ter único objetivo de dividendos".

Em março, a remuneração aos acionistas da Petrobras havia sido fator de atrito entre Prates e parte do governo depois de o conselho de administração da companhia ter votado por reter em uma conta de reserva R$ 43 bilhões em dividendos extraordinários. Prates queria que parte desse dinheiro fosse distribuída aos acionistas como dividendo extra, mas foi voto vencido e acabou se abstendo na votação do colegiado sobre o tema. A postura foi interpretada por alas do governo como um alinhamento a minoritários, que defendiam a distribuição.

Depois das entrevistas de Silveira, cresceu a insatisfação de Prates a ponto de ele ter pedido audiência com Lula para ter uma conversa "definitiva" sobre sua situação na empresa, como informou Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, na quinta-feira. O executivo estaria irritado com o "bombardeio" de Silveira e do ministro-chefe da Casa Civil.

A notícia de que Prates teria pedido uma audiência com Lula não pegou bem no Palácio do Planalto e aumentou a fervura à qual o presidente da Petrobras está submetido. Ficou a impressão de que ele acabou tensionando ainda mais a situação. Fontes do governo chegaram a dizer, nos bastidores, que Prates não aprendeu até hoje a saber lidar com Lula, que não gosta de ser pressionado.

As discussões em torno do comando da Petrobras ganharam força quando faltam pouco mais de duas semanas para a eleição do conselho de administração da companhia, marcada para ser realizada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobras, no dia 25 de abril.

Mas a fritura de Prates é mais antiga e tem origem no relacionamento conturbado com o ministro de Minas e Energia. Os problemas são conhecidos desde o início do governo, no ano passado, e têm relação com temas da pauta do governo, como preços dos combustíveis, distribuição de dividendos e retomada de investimentos da companhia.

Desde a crise dos dividendos, vários nomes foram ventilados para o lugar de Prates, incluindo Magda Chambriard, ex-diretora-geral da Petrobras; Miriam Belchior, ex-ministra-chefe da Casa Civil; além de Bruno Moretti, atual conselheiro da Petrobras; e Rodrigo Dubeux, secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda e candidato ao conselho de administração da estatal.

O candidato mais cotado atualmente, contudo, é Mercadante. Ele, inclusive, já teria sido procurado por Lula e relatou a interlocutores que não pode garantir a permanência no BNDES. Na sexta-feira, as ações da Petrobras caíram com a possível indicação.

Contas públicas Aumento dos gastos foi de 12,4% em termos reais em 2023 e primeiro bimestre deste ano indica crescimento mensal de mais de 11%

Despesa com BPC dispara e benefício já é quase 1% do PIB

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As despesas do governo com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm crescido em ritmo muito superior ao limite do novo arcabouço fiscal, trazendo mais um elemento de pressão ao Orçamento. Em 2023, houve alta real de 12,4% em relação ao ano anterior e de 17,6% em valores nominais. Em janeiro e fevereiro deste ano, o crescimento real foi de 16,1% e 16,8%, respectivamente, sempre na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os dados do Tesouro Nacional mostram ainda que a despesa com o benefício já se aproxima de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

São alguns fatores que explicam essa alta. Um deles é o aumento do estoque de benefícios, que cresceu 11,3% no ano passado em relação a 2022. Em janeiro deste ano, a alta foi de 11,2%. Eram 5,8 milhões de pessoas recebendo no início deste ano o benefício, pago a idoso a partir de 65 anos com renda igual ou menor que 1/4 do salário mínimo ou pessoa com deficiência de qualquer idade, em mesma situação de renda. Para efeitos de comparação, a média de crescimento do estoque entre 2010 e 2021 foi de 2,5%, segundo cálculo dos economistas Marcos Mendes e Rogério Nagamine.

A alta no estoque pode ser explicada, segundo os especialistas, pelo aumento na concessão dos benefícios, em virtude das ações adotadas pelo governo e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para acelerar a análise de requerimentos e reduzir a fila de espera. Há, ainda, a hipótese de que mais pessoas estão pedindo o benefício, devido ao envelhecimento da população e pela percepção de que estaria mais fácil obtê-lo.

"Apesar do intuito das medidas ser reduzir a fila, à medida que a concessão de benefícios cresce, mais pessoas tendem a procurar o INSS", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter. Ela acrescenta que as regras de aposentadoria ficaram mais rígidas com a reforma de 2019, sem equivalência para o BPC, o que leva mais pessoas a procurar o benefício assistencial.

"À medida que regras da Previdência ficaram mais restritas, você acaba empurrando as pessoas para o BPC, que exige comprovação de renda ou de deficiência, mas não exige contribuição", diz a economista. "De modo geral, os critérios do BPC são bastante lenientes e desestimulam as pessoas a contribuir para a previdência, pois se pode obter um BPC na mesma idade em que se obtém a aposentadoria, pelo mesmo valor de um salário mínimo, sem contribuir", acrescenta Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

Ele também lembra que uma mudança na avaliação para concessão do BPC para pessoa com deficiência, adotada via portaria publicada em outubro de 2021, também ajuda a explicar o crescimento do benefício. "Foram adotados mecanismos automáticos de verificação da condição social dos demandantes de BPC por deficiência que, se aplicados com critérios frouxos, podem ser mais uma fonte de aumento da concessão", afirma Mendes.

Mais recentemente, o Ministério da Previdência Social autorizou a realização de perícia por telemedicina para a concessão do BPC para pessoas com deficiência, o que pode acelerar ainda mais a concessão.

As ações de combate à fraude e revisão de cadastro podem ajudar a reduzir o ritmo de crescimento, mas Mendes e Naganime não observam mudança relevante no padrão de cessação de benefícios irregulares. "Esse sempre foi um benefício difícil de controlar, porque há empresas que se especializaram em demandar o benefício, lançando mão de judicialização para que o benefício seja concedido a quem não se enquadra nos critérios de acesso e, algumas vezes, mediante fraude", diz Mendes.

Outro fator que afeta a despesa com o BPC é a política de valorização do salário mínimo, já que o benefício tem valor igual ao do piso salarial. A política, implementada em 2023, prevê que os reajustes anuais do salário mínimo passarão a levar em conta a inflação mais a taxa de crescimento real do PIB. Durante o governo Bolsonaro, só havia reposição da inflação.

Quanto maior a despesa com o BPC, maior a pressão sobre o Orçamento federal. Isso porque o novo arcabouço estabelece que o limite máximo para crescimento das despesas do governo é de 2,5% ao ano, em valores reais. Só que o BPC — uma despesa obrigatória — vem crescendo em ritmo muito superior, assim como os benefícios previdenciários, que tiveram alta real de 7,9% em 2023, o que acaba diminuindo o espaço para os gastos não obrigatórios, como investimento e custeio. "Esse crescimento de dois dígitos [do BPC] não cabe no Orçamento", diz Vitória.

Por outro lado, o governo manteve em R$ 103 bilhões a estimativa de gasto no ano com BPC, número que pode estar subestimado em até R$ 6 bilhões, segundo economistas consultados pelo **Valor**. O caso, contudo, é um pouco diferente dos benefícios previdenciários, para os quais a avaliação de que há defasagem é unanimidade e pode chegar a até R$ 18 bilhões, conforme mostrou o **Valor** na semana passada.

A XP projeta que o BPC custará R$ 108,1 bilhões aos cofres públicos neste ano. A diferença de quase R$ 5 bilhões para a estimativa do governo acontece porque o banco calcula um crescimento médio do número de beneficiários de 6% a 7%, ante os 2% a 3% projetados pelo Executivo, explica Tiago Sbardelotto, economista da XP.

O Banco Inter e os economistas Mendes e Nagamine projetam uma despesa da ordem de R$ 109,4 bilhões e R$ 109 bilhões, respectivamente. A ASA Investments, R$ 106 bilhões. A Warren Investimentos, R$ 105,6 bilhões. O BTG é o único entre os consultados que tem a mesma estimativa do governo, de R$ 103 bilhões.

Uma despesa alta do BPC também traz um desafio maior para o governo em busca da meta fiscal. "O BPC é uma despesa de mais de R$ 100 bilhões por ano. Qualquer aceleração tem potencial para piorar o resultado fiscal na casa de dezenas de bilhões", diz Mendes.

Os especialistas acreditam que a alta do estoque e do nível de gasto veio para ficar, mas dizem que há ações que podem ajudar no controle e melhor focalização dessa política pública. Uma sugestão é a revisão da vinculação à valorização real do salário mínimo.

"Tanto a Previdência quanto os benefícios assistenciais precisam estar desvinculados da política de valorização do salário mínimo, que está vinculada a ganho de produtividade do trabalho. No caso de aposentadoria e benefícios assistenciais, poderia ter correção apenas pela inflação", defende Vitória. Ela também cita que o governo deveria consolidar os programas de apoio social, hoje dispersos em várias políticas, como o Bolsa Família, o BPC e o seguro defeso.

Mendes também defende uma revisão da vinculação, além de medidas para fechar brechas usadas para judicialização e mudanças nos critérios de acesso ao BPC, para que ele fique mais adequado à realidade de restrição orçamentária do país e ao ritmo de crescimento do novo arcabouço fiscal.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Social (MSD) afirma que o aumento nos índices de concessões se deu em função das "ações imprimidas fortemente pelo INSS, órgão responsável pela operacionalização do BPC, direcionando toda a sua força de trabalho para analisar os requerimentos represados com vistas a acabar com a fila dos pedidos de requerimentos que se acumulou ao longo dos últimos anos". "O represamento tem diminuído, e o resultado disso é o aumento dos deferimentos e também indeferimentos", completa a pasta.

O ministério também afirma que a força de trabalho, até então canalizada em boa parte para o combate às filas, agora "se volta às rotinas de monitoramento e reavaliações do benefício". "Vale lembrar que os acompanhamentos sistêmicos continuam sendo operacionalizados, e serão otimizados no processo revisional", diz o MDS, coordenador da política do BPC.

Procurada, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SMA) do Ministério do Planejamento e Orçamento informou que iniciou uma interlocução com o MDS que pode dar início a um processo de qualificação cadastral do BPC. "Os trabalhos são ainda preliminares e não há achados e recomendações", frisou a pasta.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Rafaela Vitoria: "À medida que a concessão de benefícios cresce, mais pessoas tendem a procurar o INSS"

> "Critérios do BPC são lenientes e desestimulam a contribuição para a previdência"
> *Marcos Mendes*

Benefício de Prestação Continuada

Estoque e valor gasto crescem e pressionam Orçamento

R$ 103,4 bilhões é o valor projetado pelo governo para o BPC em 2024

até R$ 6 bilhões é o quanto pode estar subestimada a projeção do governo

Estoque

Período	Nº de benefícios	Variação mesmo mês ano anterior - em %
jan/24	5.818.770	11,2*
dez/23	5.783.482	11,3
dez/22	5.195.802	7,8
dez/21	4.817.830	-1,1
dez/20	4.869.431	2,5
dez/19	4.752.440	-0,2
dez/18	4.760.966	1,9
dez/17	4.672.825	2,7
dez/16	4.551.501	3,4
dez/15	4.403.154	2,2
dez/14	4.310.448	3,5
dez/13	4.165.956	4,2
dez/12	3.999.462	3,9
dez/11	3.849.895	4,4
dez/10	3.689.221	5,7

Gasto

Período	Valor total pago* (R$ bi)	% do PIB
2023	92,671	0,9
2022	78,827	0,8
2021	67,668	0,8
2020	62,667	0,8
2019	59,728	0,8
2018	56,156	0,8
2017	53,744	0,8
2016	48,990	0,8
2015	42,538	0,7
2014	38,558	0,7
2013	33,944	0,6
2012	29,543	0,6
2011	25,235	0,6
2010	22,502	0,6

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, Tesouro Nacional, Boletim Estatístico da Previdência Social e bancos e corretoras consultados

Gasto anual com saúde foi 9,7% do PIB

Lucianne Carneiro e Victoria Netto
Do Rio

O Brasil gastou R$ 872,7 bilhões com produtos e serviços de saúde em 2021, o que correspondeu a 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB), mostrou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do montante, a maior parte (R$ 509,3 bilhões do total, ou 5,7% do PIB), veio das famílias e instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias, enquanto R$ 363,4 bilhões, ou 4% do PIB, foram em despesas do governo.

Em 2020, esse valor total foi R$ 769,0 bilhões, o equivalente a 10,1% do PIB. Os valores são correntes, ou seja, não são atualizados pela inflação e por isso não podem ser comparados. Em 2019, eram R$ 711,9 bilhões, ou 9,6% do PIB.

A nova edição da "Conta Satélite de Saúde" mostra o que aconteceu com a economia da saúde no país em 2020 e em 2021, os dois primeiros anos da pandemia. O estudo é feito pelo IBGE com parceria de Ministério da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fiocruz e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O levantamento acompanha a estrutura de dados das contas nacionais e é considerado uma ferramenta importante para a construção e o aprimoramento de políticas públicas em saúde.

O aumento da participação das despesas com saúde no PIB entre 2019 e 2020 é explicado por maiores gastos com saúde tanto por parte do governo quanto das famílias por causa da pandemia. A analista do IBGE Tassia Holguin cita o efeito preço nesse movimento: houve alta de 7,1% dos preços dos medicamentos consumidos pelas famílias e de 29,3% do preço dos serviços de saúde pública consumidos pelo governo, taxas mais intensas que a do aumento médio de preços da economia.

Embora a parcela do valor gasto com saúde tenha aumentado em 2020, o volume de consumo diminuiu 4,4% neste período, em linha com a queda no consumo de outros bens e serviços. Com o isolamento social, a população adiou procedimentos médicos eletivos.

"Se, por um lado, as emergências estavam lotadas de casos de covid, as pessoas não seguiram fazer exames de rotina, check-ups, cirurgias eletivas, fisioterapia... Houve queda no número de procedimentos médicos, tanto quando se olha os dados do governo quanto os da ANS", afirma Holguin.

Depois, em 2021, houve uma retomada desse consumo de produtos e serviços e saúde, em ritmo superior ao do resto da economia. O consumo de bens e serviços de saúde teve expansão de 10,3% naquele ano, enquanto o de bens e serviços que não são ligados à saúde aumentou 2,3%.

Pela ótica da produção, as atividades de saúde eram 7,7% do valor adicionado total da economia em 2021, ou R$ 593,1 bilhões. Em 2020, o valor foi de R$ 538,6 bilhões, ou 8,2% do valor adicionado bruto total da economia.

Já a participação da saúde no total de postos de trabalho no país avançou de 5,3% das ocupações, em 2010, para 8%, em 2021. Neste caso, explica Holguin, é preciso lembrar que uma mesma pessoa pode ocupar mais de um posto de trabalho na saúde, assim como ocorre na educação.

Na comparação de um horizonte mais longo, a pesquisa aponta que a participação dos gastos com saúde no PIB avançou de 8% em 2010 para 9,7% em 2021. Segundo Holguin, o movimento pode estar ligado ao avanço das tecnologias no setor — que estimulam o aumento de procedimentos, além do encarecimento de procedimentos — e ao envelhecimento da população brasileira.

O estudo faz também uma comparação internacional e mostra que essa parcela no PIB do Brasil foi semelhante à média dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2021, mas a fatia que corresponde à participação do governo ficou 3,7 pontos percentuais menor.

Em 2021, os gastos públicos brasileiros com saúde representaram apenas 4% do PIB, enquanto as despesas médias de governos dos países membros da OCDE ficaram em 7,7%. Apenas o México, entre os países selecionados, teve uma participação do governo menor que a do Brasil (3%).

Piauí cria método para recuperar celular roubado

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A polícia do Piauí desenvolveu um método para rastrear e recuperar celulares roubados em Teresina. O programa reduziu em 44% o roubo de telefones na capital do Estado no primeiro trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023 e agora pode ganhar dimensão nacional. Nesta semana a metodologia da polícia piauiense será incorporada ao Programa Celular Seguro, do Ministério da Justiça.

Representantes do Poder Executivo e das forças de segurança pública do Piauí estiveram em Brasília na quinta-feira, 4, para conversar e explicar como a iniciativa funciona.

"Estamos trilhando um caminho de boas práticas, de sucesso e, principalmente, de uma política baseada na inteligência, na tecnologia e no aprimoramento dos processos", disse o secretário de Segurança do Piauí, Chico Lucas.

O governador do Estado, Rafael Fonteles (PT), destacou que quase 6 mil celulares foram devolvidos aos donos desde que o programa foi instalado no Estado. "Esse protocolo exitoso será difundido como uma política nacional de combate ao furto e ao roubo de aparelho celular", diz.

O programa funciona por um banco de dados com acesso ao Imei (código internacional de identificação de equipamentos móveis) dos telefones roubados. A polícia piauiense consegue saber onde cada telefone foi parar, pois as operadoras de telefonia são obrigadas, por ordem judicial, a dar informações das novas linhas habilitadas nos aparelhos furtados ou roubados.

A Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) analisa as cadeias de comercialização dos aparelhos roubados. Com isso, ações de blitz, busca pessoal e veicular, intimações por aplicativos de mensagem e operações, os agentes recuperam o telefone e devolvem o celular para os donos.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª E 3ª SÉRIES EMITIDAS NO ÂMBITO DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), através da presente rerratificação, é informado aos titulares das debêntures da Segunda e Terceira Séries em circulação objeto da 27ª (vigésima sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 27ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 12 de novembro de 2020 e aditado em 21 de dezembro de 2020, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), que a assembleia geral de debenturistas originalmente convocada para o dia **23 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, cujo edital fora publicado no dia 02 de abril de 2024 no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", tem a sua data de realização, em primeira convocação, alterada para o dia **29 de abril de 2024**, às **14:00 horas**, a ser realizada, em primeira convocação, de forma **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital" e "Assembleia", respectivamente). A convocação ora rerratificada tem por objeto a mesma Ordem do Dia originalmente proposta, qual seja ("Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.
3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) *Documentos à Disposição dos Debenturistas*. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.5, inciso (i) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão) das respectivas séries. Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusulas 9.5.1 e 9.6.5, inciso (i) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia deverão ser tomadas tanto em primeira quanto em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação das respectivas séries.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/557273571), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/557273571), e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/557273571), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/557273571), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido website preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 04 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª SÉRIE EMITIDA NO ÂMBITO DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), através da presente rerratificação, é informado aos titulares das Debêntures da Terceira Série em circulação objeto da 22ª (vigésima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 22ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 03 de janeiro de 2018 e aditado em 08 de fevereiro 2018, entre a Companhia e a Planner Corretora de Valores S.A. ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), que a assembleia geral de debenturistas originalmente convocada para o dia **23 de abril de 2024**, às **15:00 horas**, cujo edital fora publicado no dia 02 de abril de 2024 no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", tem a sua data de realização, em primeira convocação, alterada para o dia **25 de abril de 2024**, às **17:30 horas**, a ser realizada, em primeira convocação, de forma **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital" e ("Assembleia", respectivamente). A convocação ora rerratificada tem por objeto a mesma Ordem do Dia originalmente proposta, qual seja ("Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.
3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) *Documentos à Disposição dos Debenturistas*. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.planner.com.br/solucoes-corporativas/fiduciario/), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.4, inciso (ii) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão). Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusula 9.5.1 e 9.6.4, inciso (ii) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia do Edital deverão ser tomadas tanto em primeira, quanto em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da Terceira Série em Circulação.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/155662688), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/155662688) e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/155662688), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/155662688), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada, por meio do referido website em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 04 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Disciplina, lealdade e dinheiro no bolso

Bruno Carazza

A política brasileira passou por mudanças importantes em resposta à grave crise de 2013 a 2016. Em meio a tantas turbulências, os poderes Legislativo e Judiciário tomaram decisões que alteraram a organização e o funcionamento do sistema político-partidário.

Em março de 2015 o Congresso Nacional aprovou a primeira de uma série de emendas constitucionais que vêm tornando obrigatória a aplicação de uma parcela cada vez maior de recursos orçamentários segundo a vontade de deputados e senadores, reduzindo uma importante moeda de troca política à disposição do presidente da República.

Em setembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal proibiu empresas de doarem para partidos e candidatos. Para suprir o fim da maior fonte de recursos das eleições, em 2017 o Congresso criou um fundo para custear as campanhas. No mesmo pacote, as coligações eleitorais foram proibidas, e a cláusula de desempenho levou a uma onda de fusões e aquisições de partidos.

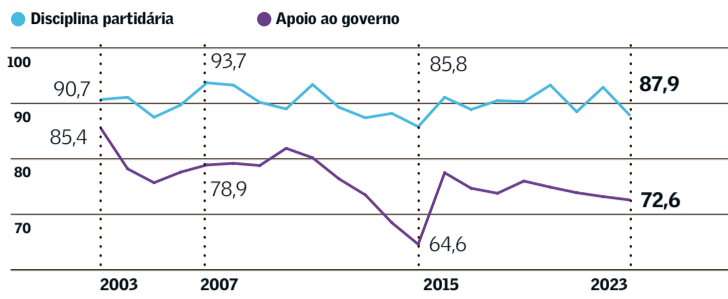
Muito se argumenta que as emendas orçamentárias impositivas tornaram os parlamentares mais fortes em relação ao governo. Também se afirma frequentemente que a ampliação do fundão eleitoral deu ainda mais poder aos líderes partidários.

Para medir de que forma essas reformas orçamentárias e eleitorais mudaram o comportamento dos parlamentares, a economista Caroline Lucion Puchale se debruçou sobre os dados em sua tese de doutorado, defendida na semana passada junto ao programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para identificar o que leva um deputado a votar de acordo com a orientação de seu partido, Puchale partiu de alguns pressupostos. No seu modelo, a disciplina partidária seria uma função de fatores como popularidade, experiência política e visibilidade da sua atuação parlamentar.

Também contariam a participação ou não do seu partido na coalizão do governo e o volume de emendas orçamentárias que o congressista consegue empenhar, assim como a quantia de recursos dos fundos eleitoral e partidário que ele recebe de sua sigla nas eleições.

Disciplina e lealdade

Adesão de deputados à orientação do seu partido e ao governo - %

Fonte: Para disciplina partidária até 2021, Caroline Puchale (2024). Demais dados calculados por Bruno Carazza a partir de informações da Câmara dos Deputados.

Ao rodar os seus modelos econométricos, Puchale encontrou alguns resultados interessantes, como a maior obediência de parlamentares de partidos de esquerda e a tendência de políticos novatos ou muito populares serem mais indisciplinados.

Os testes empreendidos por Puchale, porém, não revelaram evidências significativas de que as emendas impositivas ou o financiamento público de campanhas tenha mudado a propensão dos deputados a seguir as recomendações do seu partido.

Esse resultado frustrou a expectativa da autora e de alguns membros da banca, que esperavam que os deputados deveriam ser mais obedientes à medida em que os partidos passaram a controlar mais recursos orçamentários e eleitorais para distribuir para seus filiados.

Meu *feeling*, porém, ia na direção contrária. Minha hipótese era que, como a distribuição das emendas individuais impositivas é uniforme e a quota do fundão eleitoral em geral premia de forma muito equivalente todos os deputados que buscam reeleição, a capacidade de os líderes exigirem a lealdade de seus comandados diminuiu após as mudanças de 2015-2017.

Como se vê no gráfico, nem o índice de disciplina partidária (medido pela nova doutora) e tampouco o apoio ao governo (calculado por mim) apresentam grandes flutuações depois de passado o terremoto político de 2013 a 2015, quando tivemos as jornadas de junho, a eclosão da Operação Lava-Jato e a crise que levou ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

O exercício de Caroline Puchale tem o grande mérito de se debruçar sobre um dos mais importantes fenômenos político em curso no Brasil. Os resultados inconclusivos mostram que o mistério dos efeitos do aumento de dinheiro nas mãos dos políticos continua no ar.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Pesquisa Popularidade do presidente nesse segmento é afetada por questões da vida real, aponta Iser

Inflação, desinformação, insegurança e temas morais: os desafios de Lula junto às evangélicas

Andrea Jubé
De Brasília

Uma nova pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (Iser) com grupos de mulheres evangélicas, segmento considerado estratégico para melhorar a aprovação do governo e um dos alvos da campanha "Fé no Brasil", revelou que apesar dos dados econômicos positivos, o sentimento é de que a vida delas não melhorou e a sensação de insegurança é permanente. Elas estão mais expostas a "fake news" contra o governo, e estão convencidas de que aumentou a ofensiva contra os evangélicos.

Parcela do eleitorado decisiva para a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em outubro de 2022, as mulheres evangélicas estão deixando de apoiar o petista, conforme demonstraram pesquisas recentes divulgadas há cerca de um mês. O levantamento da Quaest, por exemplo, mostrou que o índice de reprovação do trabalho de Lula junto aos evangélicos é de 62% — 6 pontos percentuais maior do que a sondagem anterior, divulgada em dezembro.

"Foi o voto dessas mulheres [evangélicas] que mudou a direção das eleições em 2022", afirmou ao **Valor** a antropóloga Lívia Reis, coordenadora de Religião e Política do Iser. Precursor nos estudos da relação entre religião, política e direitos humanos na sociedade brasileira, o instituto realiza pesquisas sobre o tema há 54 anos e se consolidou como referência nesse debate.

Em 2022, o Iser promoveu a primeira rodada de uma pesquisa qualitativa com mulheres evangélicas, a fim de compreender como essa parcela da sociedade se organiza comunitariamente e institucionalmente.

As entrevistas que fazem parte da segunda rodada do levantamento ocorreram em dezembro de 2023, captando o sentimento desse grupo em relação ao primeiro ano do governo Lula 3.

O trabalho ainda está em fase de sistematização para divulgação do relatório final em maio. Mas o **Valor** teve acesso às conclusões preliminares da pesquisa, que entrevistou 45 mulheres evangélicas, de 16 a 65 anos, das classes C e D, majoritariamente negras, de todas as regiões do Brasil.

Ao contrário do modelo quantitativo, que submete questionários prontos a milhares de entrevistados, a pesquisa qualitativa pressupõe longas conversas com as mulheres selecionadas para o trabalho. São moradoras de grandes cidades, principalmente de capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Manaus.

A primeira percepção é de que essas mulheres, que estão na base da pirâmide social, ainda não conseguiram identificar benefícios deste governo, como a melhora dos dados macroeconômicos.

"Os juros estão caindo, a inflação está caindo, houve melhora no emprego, mas o preço da comida e dos remédios não diminuiu, elas [mulheres evangélicas] não percebem nenhuma mudança na vida prática delas", explicou Lívia Reis, que conduziu as entrevistas com as participantes do estudo.

Com efeito, embora a inflação esteja dentro da meta, o grupo de alimentação e bebidas tem contribuído significativamente para a alta dos preços medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Foi o item que mais pressionou o índice em janeiro, e ficou atrás somente do reajuste das mensalidades escolares na medição de fevereiro.

Nesse ponto, Lívia chama a atenção para uma peculiaridade do segmento evangélico em geral: a maior exposição à circulação de "fake news". "Isso ficou evidente nas entrevistas: as pessoas se informam, principalmente, pelos grupos de Whatsapp, sobretudo nessa faixa de renda [classes C e D]", observou a antropóloga.

Quando as entrevistadas respondiam que nada mudou em suas vidas no aspecto econômico, a pesquisadora fez ponderações de que, segundo o noticiário, houve melhoras no campo macroeconômico, como queda da inflação e do desemprego. Mas elas rebatiam que nada disso havia chegado até elas.

A pesquisadora atribui o desconhecimento de fatos relevantes da vida nacional, como dados econômicos essenciais, à perda do hábito de buscar informação pelos canais tradicionais, como assistir aos telejornais. "Elas se informam por redes religiosas de grupos no Whatsapp, que formam uma rede de confiança, onde compartilham a vida cotidiana e informação", resumiu.

Por isso, a antropóloga afirma que um dos principais adversários do governo na interlocução com os evangélicos é a "máquina de desinformação" em operação no Brasil, que por sua vez, integra uma rede assimétrica ainda maior, de alcance internacional.

Entre a primeira e a segunda rodada dessa pesquisa, ou seja, de 2022 a 2023, Lívia constatou que a "narrativa de perseguição aos evangélicos vem se sedimentando e ganhando mais corpo". Segundo ela, um contrassenso porque estatisticamente, as vítimas reais de intolerância religiosa são as religiões de matriz africana.

Pelas redes de informação religiosas, estabelecidas nos aplicativos de conversas, as entrevistadas recebem notícias falsas como as de que portarias do governo teriam autorizado banheiros unissex nas escolas públicas, ou que Lula seria a favor do aborto ou de permitir a mudança de sexo em crianças.

Em contrapartida, Lívia pondera que por se tratar de um governo de esquerda, espera-se a ampliação de direitos de minorias, como o casamento civil de pessoas do mesmo sexo ou a reação mais efetiva à tentativa de dificultar o aborto legal em adolescentes vítimas de estupro. "Isso vai ser interpretado como perseguição aos cristãos, como agressão aos valores do cristianismo", argumentou.

> "A igreja é o lugar onde o filho ou o neta delas está a salvo de tomar tiro"
> *Lívia Reis*

Outra questão perceptível na reta final da pesquisa é a preocupação das mulheres evangélicas — que são, essencialmente, mães, avós e chefes de famílias — com a segurança pública e o temor da escalada da violência urbana. "A sensação de insegurança é real", diz a pesquisadora.

Ela explica que esse receio relaciona-se diretamente com a igreja como lugar de acolhimento seguro. "É onde o filho ou neto delas vai estar a salvo de tomar um tiro de bala perdida ou de ser cooptado pelos traficantes", afirmou.

Enquanto o governo não consegue proporcionar vagas suficientes em creches ou escolas de tempo integral, os templos evangélicos estão presentes em quase todos os bairros, principalmente nas periferias, oferecendo abrigo e atividades extras, como leituras da Bíblia ou, até mesmo, prática de esportes.

Ela lembrou que a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), por exemplo, montou escolinhas de futebol em algumas sedes. Ligado à Iurd, o partido Republicanos já comandou o Ministério do Esporte na gestão Dilma Rousseff, onde conduziu o programa Segundo Tempo.

Lívia Reis acrescenta que uma das percepções diante do conjunto de entrevistas é o sentimento de desesperança, a falta de ilusão de que o futuro será melhor. Uma sensação que só passa perto dessas mulheres quando estão na igreja.

"É sobre expectativa de futuro, é isso que precisa ser disputado pelo governo", analisou. "Para isso, o governo precisa buscar meios de se comunicar melhor", completou.

Ela concorda com Lula, entretanto, que à medida em que as entregas que mais dialogam com essas mulheres, como vagas em escolas de tempo integral, ou a redução do preço dos alimentos, chegarem até elas, a aprovação do governo pode melhorar. Mas ressalta que sem ajuste na comunicação com o segmento, e um combate efetivo às "fake news" que proliferam entre elas, dificilmente essa resistência ao governo vai refluir.

RICARDO STUCKERT/PR/9-9-2022

O presidente Lula participa de cerimônia com evangélicos em São Gonçalo (RJ): dificuldade de comunicação com eleitorado que não para de crescer no país

Desafios do presidente com evangélicos

Conclusões preliminares da pesquisa

Economia

Apesar da melhora dos dados macroeconômicos, sensação é que não houve melhora na vida prática das mulheres ouvidas, com alta de preços de alimentos e remédios

Desinformação

Público ouvido se informa exclusivamente por grupos de mensagens ligados a redes religiosas e não são impactadas pelo noticiário, mesmo que haja agenda positiva

Sentimento de perseguição

Aumentou a sensação de que evangélicos são perseguidos. É essa a leitura que entrevistadas fazem do avanço de pautas progressistas, consideradas opostas a valores do cristianismo

Sensação de insegurança

As mulheres ouvidas compartilham o sentimento de que só se sentem seguras na igreja, onde seus filhos não serão atingidos por balas perdidas ou cooptados pelo tráfico de drogas

Fonte: Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Judiciário Em resposta a provocações feitas pelo dono da plataforma X, ministro ordena que ele seja alvo de inquérito de milícias digitais

Moraes manda abrir investigação sobre a conduta de Elon Musk

LUIZ ROBERTO/TSE

Alexandre de Moraes: ministro ligou plataformas digitais aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de inquérito para apurar a conduta do empresário Elon Musk, dono da plataforma X (antigo Twitter). A decisão foi proferida neste domingo (7), após o bilionário norte-americano ameaçar desrespeitar determinações judiciais para a remoção de conteúdo e bloqueio de contas da plataforma.

Moraes ordenou ainda que Musk passe a ser investigado no inquérito das milícias digitais e que a rede social se abstenha de desobedecer qualquer ordem judicial já emanada pelo STF ou pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob pena de multa diária de R$ 100 mil e responsabilidade por desobediência à ordem judicial dos responsáveis legais pela empresa no Brasil.

O ministro do STF determinou que Musk seja investigado em relação aos crimes de obstrução à Justiça, inclusive em organização e incitação ao crime. No caso da inclusão no inquérito já existente, ele afirmou que a conduta do empresário pode representar "dolosa instrumentalização criminosa" da plataforma.

Na sua decisão, o ministro ligou a plataforma aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. "Ressalto, ainda, ser inaceitável, que qualquer dos representantes dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada, em especial o ex-Twitter atual 'X', desconheçam a instrumentalização criminosa que vem sendo realizada pelas denominadas milícias digitais, na divulgação, propagação, organização e ampliação de inúmeras práticas ilícitas nas redes sociais, especialmente no gravíssimo atentado ao Estado Democrático de Direito e na tentativa de destruição do Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional e Palácio do Planalto, ou seja, do própria República brasileira", disse.

Segundo ele, após a tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023, "de maneira absolutamente pública e transparente", foi discutida em reunião no TSE, com representantes de todas as plataformas, "o real perigo dessa instrumentalização criminosa" dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem.

Para Moraes, Musk, neste fim de semana, "iniciou uma campanha de desinformação" sobre a atuação do Supremo e do TSE, o que caracterizaria o elo da plataforma com as atitudes golpistas.

No sábado, Musk fez ataques ao ministro Alexandre de Moraes. Como presidente do TSE, Moraes foi o responsável por endurecer as regras contra as plataformas, para evitar a disseminação de "fake news" durante as eleições.

O bilionário começou o dia respondendo a um post de janeiro do ministro perguntando o "porquê de tanta censura". Durante a tarde, o empresário continuou publicando mensagens que sugeriam que a liberdade de expressão estava ameaçada no Brasil.

"Estamos suspendendo todas as restrições. O juiz aplicou multas pesadas, ameaçou prender nossos funcionários e bloquear o acesso ao X no Brasil. Como resultado, provavelmente perderemos toda a receita no Brasil e teremos que fechar nosso escritório lá. Mas os princípios são mais importantes do que o lucro", disse no X.

Neste domingo, ele voltou a mencionar Moraes, prometendo publicar "tudo" o que o ministro exige e mostrando como, supostamente, as demandas violam a legislação brasileira. "Ele deveria renunciar ou sofrer impeachment", provocou.

As postagens de Musk foram celebradas por usuários e até parlamentares alinhados à direita, como os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A regulação das redes sociais e a necessidade de taxação das big techs voltaram ao foco das atenções nos últimos dias. Além do enfrentamento entre Moraes e Musk, avança um plano do governo em quatro frentes para taxar as big techs, conforme mostrou a "Folha de S. Paulo" e confirmou "O Globo".

> "Suspendemos todas as restrições. Princípios importam mais que o lucro"
> *Elon Musk*

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu que o debate do tema é "urgente". "Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o Estado de Direito", escreveu.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, reagiu às publicações. No X, o ministro afirmou que não permitirá "que ninguém, independente do dinheiro e do poder que tenha afronte" o país.

Relator do chamado "PL das Fake News", que discute a regulamentação das redes no Congresso, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) também se pronunciou. "Chegamos ao limite! Agora o Elon Musk sinaliza desrespeitar Poder Judiciário", disse.

Ele afirmou que vai pedir ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que paute a votação do projeto, para que seja estabelecido o "regime de responsabilidades dessas plataformas digitais". "É resposta em defesa do Brasil."

PSDB derrete, e PSD de Kassab chega a 320 prefeitos

Cristiane Agostine
De São Paulo

Longe do poder e em meio a uma crise interna, o PSDB minguou no Estado de São Paulo e passou dos 173 prefeitos eleitos em 2020 para apenas 26. A maioria dos municípios paulistas governados hoje por tucanos tem menos de 100 mil eleitores. Em contrapartida, o PSD do secretário estadual de Governo, Gilberto Kassab, quintuplicou o número de prefeituras no Estado e deve fechar o período da janela partidária com cerca de 320 prefeitos, metade das cidades paulistas.

Atualmente, as 26 prefeituras comandadas pelo PSDB somam 3,17 milhões de eleitores, 9,3% do total do Estado. O cenário contrasta com o que saiu das urnas há quatro anos, quando o partido reelegeu o prefeito Bruno Covas na capital paulista (cidade com 9,3 milhões de eleitores), elegeu outros 172 prefeitos e comandava quase metade do eleitorado do Estado, com o maior número de prefeituras.

Contrasta ainda mais com o que foi registrado em 2022, quando o PSDB chegou a ter 238 prefeitos em São Paulo, depois de um movimento de filiação em massa comandado pelo então governador João Doria (ex-PSDB), que buscava ter apoio dentro do partido para disputar a prévia nacional da legenda e tentar ser candidato à Presidência contra o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Sem respaldo dentro do PSDB, Doria não foi candidato e deixou a legenda em 2022. Seu sucessor no governo estadual, Rodrigo Garcia, disputou a reeleição, mas perdeu no primeiro turno e também se desfiliou do PSDB.

Dirigente nacional do partido, o prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira, diz que o PSDB "derreteu" no Estado. "Chegamos no fundo do poço", afirma. "Daqui para frente, é só crescer. Temos que saber gerenciar a reconstrução do partido, depois do derretimento", diz Nogueira.

Das 26 cidades de São Paulo governadas atualmente pelo PSDB, oito têm mais de 100 mil eleitores. A maior delas é São Bernardo do Campo, com 642 mil eleitores, seguida por Santo André (583,3 mil eleitores) e Ribeirão Preto (475 mil). Nessa lista estão ainda Araçatuba, Carapicuíba, Guarujá, Jacareí e São Caetano do Sul.

As outras 18 cidades têm eleitorado que varia de 3 mil pessoas (Parisi) a 92, 6 mil (Votorantim). Os dados sobre as prefeituras comandadas por tucanos foram divulgados pelo PSDB paulista.

Na capital, o partido já elegeu três prefeitos (José Serra, João Doria e Bruno Covas) e conseguiu em 2016 uma vitória inédita na cidade, ao eleger Doria no primeiro turno. Agora, a situação é de penúria. O PSDB deixou o comando da cidade com a morte de Covas, em maio de 2021, poucos meses depois de se reeleger. O vice-prefeito eleito Ricardo Nunes (MDB) assumiu a gestão e não terá o apoio dos tucanos para disputar a reeleição.

Na eleição municipal passada, o partido elegeu a maior bancada da Câmara Municipal da capital, com oito vereadores, mesmo número eleito pelo PT. Os parlamentares tucanos decidiram apoiar a reeleição de Ricardo Nunes e, em meio a divergências com a atual direção municipal e estadual, decidiram deixar o PSDB. Com isso a legenda perdeu a representação no Legislativo da maior cidade do país. O maior beneficiário foi o MDB do prefeito, que filiou quatro dos oito extucanos. O PSD filiou dois.

O PSDB ainda não formou a chapa que deve disputar a Câmara e calcula eleger um ou, no máximo, dois vereadores na cidade.

Em 2020, o partido teve cerca de 400 candidatos a prefeito nas 645 cidades do Estado. Para a eleição deste ano, o número de candidaturas tucanas será mais modesto. Até agora, há 70 pré-candidaturas em conjunto com o Cidadania, partido ao qual o PSDB está federado. Nem todas essas pré-candidaturas são lideradas por tucanos. Segundo Nogueira, a divisão entre os nomes do PSDB e do Cidadania está equilibrada. Nogueira é presidente da federação PSDB-Cidadania na cidade de São Paulo e no Estado, e segundo vice-presidente da Executiva nacional do partido.

"Depois que o PSDB perdeu o governo do Estado, o partido sofreu uma especulação violenta", diz Nogueira. O PSDB comandou o Estado por sete mandatos consecutivas até a derrota de Rodrigo Garcia, em 2022. "Teve a saída em massa dos prefeitos do PSDB, em especial para o PSD, atraídos pelo governo."

Um dos poucos a se filiar ao PSDB para disputar uma prefeitura foi o ex-deputado estadual Fernando Cury, que assediou a ex-deputada Isa Penna. Na época, os dois eram deputados e Cury apalpou os seios de Isa durante uma sessão da Assembleia Legislativa, em cena gravada e transmitida pela Casa, em 2021. O parlamentar foi afastado temporariamente do cargo, expulso do Cidadania, não conseguiu se reeleger em 2022 pelo União Brasil e foi condenado por importunação sexual. Agora, Cury entrou no PSDB para concorrer à Prefeitura de Itatinga, cidade vizinha a seu berço político, Botucatu.

O principal herdeiro do espólio eleitoral do PSDB no Estado é o PSD, que atraiu boa parte dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores tucanos e já quintuplicou o número de prefeituras em São Paulo. O partido tem hoje o maior número de prefeituras do Estado, com quase metade (49%) das cidades paulistas.

Em 2020, o PSD elegeu 66 prefeitos. Agora, calcula fechar o período de janela partidária, que terminou no sábado (6), com 320 prefeituras. O presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, comanda a secretaria estadual de Governo, da gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos), e tem atraído prefeitos com a promessa de convênios, recursos e investimentos. O PL também tem feito uma forte investida nos tucanos e já atraiu lideranças do PSDB como o prefeito de Jundiaí, Luiz Fernando Machado. O Republicanos, partido do governador, PP, MDB e União Brasil também filiaram prefeitos, mas ainda não divulgaram um balanço do total de prefeituras comandadas atualmente.

Cresce apreensão no PT com polarização nas eleições locais

Análise

César Felício
De Brasília

Cresce o pessimismo dentro do PT com as eleições municipais. Na opinião de um dos mais influentes dirigentes da sigla, a perspectiva eleitoral é ruim para o partido fora do Nordeste, especialmente em relação a São Paulo, principal colégio eleitoral, onde o PT apoiará o deputado Guilherme Boulos (Psol).

A avaliação é que Boulos está garantido no segundo turno, mas terá grandes dificuldades em agregar apoio do centro político para derrotar o prefeito Ricardo Nunes (MDB), apoiado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

São dois os motivos citados por este dirigente: Nunes comanda uma máquina administrativa e eleitoral capitalizada e o cenário de polarização nacional tende a transferir a rejeição a Lula na cidade para Boulos, sem que a rejeição a Bolsonaro vá para o atual prefeito. O prefeito não tem um histórico de identidade com a extrema-direita, enquanto Boulos e o Psol têm grande identificação com o campo da esquerda.

Para esse petista, houve um erro estratégico do governo federal ao apostar na manutenção da polarização com Bolsonaro depois do 8 de Janeiro, alimentando debates com o grupo político do ex-presidente em temas como a política externa.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiteradas vezes menciona seu antecessor, sobretudo nos momentos em que Bolsonaro enfrenta percalços na justiça em função das investigações a que responde. Lula, por exemplo, chamou Bolsonaro de "covardão" ao fazer um pronunciamento público em uma reunião ministerial. A recomendação que é feita atualmente por aliados do presidente é de que ele baixe a temperatura do debate, algo difícil de conciliar com o engajamento na campanha eleitoral local, como o presidente deve ser instado a fazer.

> Política externa de Lula é considerada um sangradouro de votos para o presidente

De acordo com esse diagnóstico, falta ao governo federal o anúncio de um programa que gere impacto na opinião pública a curto prazo. A retomada do programa Bolsa Família é considerada um veio esgotado, e investimentos do PAC e do Minha Casa Minha Vida têm sua resposta nas pesquisas diluída pelo médio e longo prazo. Já a política externa de Lula alinhada à Rússia e Venezuela é considerada um sangradouro de votos para o presidente.

Boulos e Nunes estão virtualmente empatados nas pesquisas eleitorais, oscilando entre 30% e 35%. Em um patamar bem mais baixo, entre 5% e 10%, estão Tabata Amaral (PSB), Kim Kataguiri (União Brasil) e Marina Helena (Novo). Caso Kim e Marina Helena mantenham suas candidaturas, seus partidos devem apoiar Nunes em um segundo turno.

Conquistar o eleitorado de Tabata Amaral deve se tornar fundamental para Boulos. O PSB é o partido do vice-presidente Geraldo Alckmin e deve declarar apoio a Boulos no segundo turno. Mas dentro da própria campanha do pré-candidato do Psol parte-se da premissa de que Tabata e Nunes competem pela herança tucana. Nunes tem o apoio declarado de Tomas Covas, filho do prefeito Bruno Covas, falecido em 2021, de quem o atual prefeito era vice. Tabata busca uma aliança com o PSDB, que seria representado na chapa pelo apresentador José Luiz Datena.

Independentemente do resultado em São Paulo, a visão dentro do PT paulista é que cresceu a possibilidade de uma candidatura presidencial do governador Tarcísio de Freitas contra Lula em 2026. A linha de corte será a aprovação do governo federal em abril de 2026, momento em que o governador precisaria se desincompatibilizar para disputar outro cargo.

Se a soma de avaliações boas ou ótimas de Lula ficar abaixo de 40%, a possibilidade de Tarcísio derrotar o atual presidente é vista como real dentro do partido e a aposta é que Tarcísio se sinta estimulado a concorrer. Esse seria um sinal de que o antipetismo é um fenômeno mais forte do que o bolsonarismo. Na última pesquisa nacional de avaliação de governo divulgada pelo Datafolha, no dia 21, esse índice ficou em 35%.

Judiciário Interpretação de que artigo 142 da Constituição dá tarefa especial aos militares é rejeitada

STF tem 10 votos contra Poder Moderador

Isadora Peron
De Brasília

Dez ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo os dois indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), já votaram contra a possibilidade de as Forças Armadas desempenharem o papel de Poder Moderador. O julgamento, que ocorre no plenário virtual, termina nesta segunda-feira. Falta apenas o ministro Dias Toffoli se pronunciar.

Apoiadores do ex-chefe do Executivo costumam citar o artigo 142 da Constituição ao defender uma eventual intervenção militar. Os ministro Kassio Nunes Marques e André Mendonça, no entanto, rechaçaram essa interpretação. Eles acompanharam a posição do relator, ministro Luiz Fux, mas não publicaram seus votos no sistema eletrônico da Corte.

"Nunca houve a previsão das Forças Armadas como Poder Moderador"
A. de Moraes

O dispositivo constitucional diz que "a Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República". Pelo texto, "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes da lei e da ordem".

Ao longo do julgamento, que começou no dia 29 de março, ministros fizeram questão de fundamentar seus votos para, segundo eles, reafirmar o óbvio e afastar qualquer interpretação equivocada sobre os limites de atuação das Forças Armadas.

"Exatamente em virtude da necessidade de garantir o Estado Democrático de Direito por meio da divisão das funções estatais em poderes civis, nunca na história dos países democráticos houve a previsão das Forças Armadas como um dos Poderes de Estado, ou mais grave ainda — como se pretendeu em pífia, absurda e antidemocrática 'interpretação golpista' – nunca houve a previsão das Forças Armadas como Poder Moderador, acima dos demais Poderes de Estado", escreveu Alexandre de Moraes.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF /29-2-2024

Kassio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro, um dos 10 votos declarados

Para ele, "a ignóbil interpretação da previsão das Forças Armadas como Poder Moderador do Estado brasileiro acarretaria a concentração de poder em um único e armado órgão da administração do Estado, em absoluto desrespeito à Constituição Federal e às regras do Estado Democrático de Direito, caracterizando um verdadeiro Estado autoritário".

Moraes, no entanto, não mencionou em seu voto os atos golpistas de 8 de Janeiro, como fez o decano Gilmar Mendes, que ligou o "processo de retomada do protagonismo político das altas cúpulas militares" aos atentados contra as sedes dos três Poderes, no início de 2023.

Para o ministro, o texto do artigo 142 "não impõe ao intérprete nenhuma espécie de dificuldade hermenêutica". "A hermenêutica da baioneta não cabe na Constituição. A sociedade brasileira nada tem a ganhar com a politização dos quartéis e tampouco a Constituição de 1988 o admite."

Em seu voto, Fux defendeu que a chefia das Forças Armadas cabe ao presidente da República, mas que ele tem um poder limitado, que não inclui "qualquer interpretação que permita indevidas intromissões no regular e independente funcionamento dos outros Poderes e instituições, bem como qualquer tese de submissão desses outros Poderes ao Executivo".

O relator também apontou que as chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) devem ser empregadas para o "excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública interna", depois de esgotados os mecanismos ordinários de preservação da ordem.

Segundo Fux, a Constituição colocou as Forças no âmbito do controle civil do Estado, como "instituições nacionais permanentes e regulares", atributos que as qualificam como órgãos de Estado, e não de governo."

Em voto protocolado em 31 de março, data em que o golpe militar de 1964 completou 60 anos, Flávio Dino classificou a ditadura como um "período abominável" da nossa história. Ele fez ressalva ao voto do relator, ao sugerir que a íntegra do acórdão do julgamento seja enviada ao Ministério da Defesa, com o objetivo de que ele seja difundido "para todas as organizações militares, inclusive Escolas de formação, aperfeiçoamento e similares".

Governo se empenha em aparar arestas com Pacheco

Julia Lindner
Brasília

O governo Lula atua para tentar desfazer o mal-estar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que está insatisfeito com a postura do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ameaça agora travar a agenda prioritária para o Palácio do Planalto na Casa.

Nesta segunda-feira (8), Pacheco receberá na residência oficial do Senado o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência, Alexandre Padilha, e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Haddad também é esperado para a conversa, embora a sua presença ainda não esteja oficialmente confirmada.

O encontro foi solicitado pelos integrantes da ala política do governo, que têm atuado como bombeiros no impasse. Na semana passada, os líderes tiveram diversas reuniões com Pacheco para tentar amenizar o clima. O próprio Haddad procurou o presidente do Senado, através de mensagens de texto, para minimizar qualquer ruído.

Como mostrou o **Valor**, Pacheco está incomodado desde a semana passada com a proposta apresentada pela equipe econômica para a renegociação da dívida dos Estados. A versão sugerida pela Fazenda descarta a federalização de ativos como forma de amortização da dívida, ponto considerado crucial pelo parlamentar mineiro.

Haddad, por sua vez, resiste a essa ideia e tenta ganhar tempo. Na versão da Fazenda, é prevista somente uma participação limitada da União nas empresas públicas e de sociedade mista.

Para Pacheco, é inegociável incluir no texto a possibilidade da venda de empresas do seu Estado, como a Companhia Energética Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), para a União.

Pacheco tem pressa e quer resolver o imbróglio até o dia 20, quando esgota o prazo concedido pelo ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), para Minas aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e negociar sua dívida com a União, estimada em mais de R$ 160 bilhões. Haddad, por outro lado, defende dois meses para a proposta ser concluída.

A questão da renegociação das dívidas dos Estados é considerada importante para o projeto eleitoral de Pacheco, que pretende se candidatar ao governo de Minas Gerais em 2026. Caso as tratativas com a gestão Lula não avancem, aliados do presidente do Senado consideram que o episódio será explorado politicamente pelo atual governador, Romeu Zema (Novo), contra ele. Zema não poderá mais se candidatar ao cargo por estar no segundo mandato, mas tentará emplacar um sucessor contra a eventual chapa de Pacheco.

Interlocutores do presidente do Senado garantem que a agenda de votações prioritárias para o governo acordada com ele por Padilha há cerca duas semanas deverá ficar em compasso de espera enquanto não houver um entendimento sobre a dívida dos Estados. Aliados de Pacheco dizem que ele, assim como Haddad, pode levar "60 dias" para colocar os temas em votação, em referência ao prazo proposto pelo ministro para concluir a proposta da renegociação.

O tempo, neste caso, joga contra o governo, considerando que os trabalhos no segundo semestre tendem a ser mais lentos me função das eleições municipais.

Um dos itens que pode ser prejudicado é o projeto de lei (PL) de falências, listado como prioritário para o governo. O texto, já aprovado pela Câmara, tira dos juízes o poder de indicar o administrador judicial que acompanhará os trâmites e fiscalizará o processo falimentar. Também cria a figura do "gestor fiduciário", que será escolhido pelos credores para fazer esse papel.

Na Fazenda, a avaliação é que o texto pode ter a tramitação desacelerada no Senado em função de "jabutis" (trechos estranhos ao escopo da matéria) incluídos pela Câmara na redação final, mas não pela insatisfação de Rodrigo Pacheco. ***(Colaborou Lu Aiko Otta)***

Cenário Sheinbaum lidera pesquisas para votação junho e obterá apoio no Congresso, mas terá de negociar para aprovar reformas

López Obrador deve eleger aliada no México, mas sem supermaioria

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

Claudia Sheinbaum, ex-prefeita da Cidade do México, segue firme para se tornar a primeira mulher a ocupar a Presidência do México e suceder seu padrinho político, Andrés Manuel López Obrador (Amlo), nas eleições de 2 de junho. Mas as pesquisas também indicam que a forte popularidade de Amlo não deverá render ao seu partido, o Morena, a almejada supermaioria no Congresso, que lhe permitiria fazer mudanças na constituição.

Analistas ouvidos pelo **Valor** acreditam que a situação no Legislativo deve mudar pouco. O governista Movimento de Regeneração Nacional (Morena), fundado por Amlo, um nacionalista de esquerda, esteve meses atrás no limiar de obter 330 das 500 cadeiras da Câmara. Essa bancada lhe permitira, por exemplo, redesenhar a constituição — aprovando uma lista de 20 propostas de reformas que vão do fim da proibição da reeleição presidencial à redefinição de concessões de serviços a empresas privadas ou as regras para a exploração do setor de Petróleo.

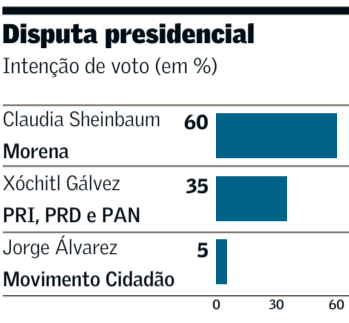
Mas as intenções de voto para o Legislativo indicam hoje que a maioria do Morena na Câmara e no Senado será parecida à atual — de 189 deputados e 60 senadores. "O que se espera hoje é que o futuro governo, caso o favoritismo de Sheinbaum se confirme, tenha uma bancada governista de 160 a 200 deputados e de 65 a 70 dos 128 senadores", disse Carlos Ramírez, analista da consultoria Integralia.

"Embora esteja longe de dar ao governo a capacidade de mudar a Constituição a seu gosto, é uma força suficiente para garantir governabilidade", afirmou Ramírez.

A média das principais pesquisas do país, ponderadas pela mídia mexicana, mostra Sheinbaum, com 60% das intenções de voto para a Presidência. Sua principal adversária, Xóchitl Gálvez, tem 35% da preferências. Gálvez concorre por uma coligação formada pelos partidos Republicano Institucional (PRI), da Revolução Democrática (PRD) e Ação Nacional (PAN) — que eram hegemônicos no México até a chegada de López Obrador ao poder. Um terceiro candidato, Jorge Álvarez, do Movimento Cidadão, tem 5%.

Ramírez aponta, contudo, que, se eleita, Shinbaum deverá reforçar amplamente o controle do governo sobre o Judiciário. "No fim de dezembro, caberá ao novo presidente escolher um novo ministro para a Corte Suprema. O Morena já elegeu 3 dos 11 magistrados da Corte. Ao escolher um quarto ministro, o tribunal terá dificuldade para obter os 8 votos mínimos (dois terços do colegiado) para considerar inconstitucionais projetos do governo", afirmou Ramírez. Os ministros da Corte superior do México são escolhidos exclusivamente pelo presidente da República para mandatos fixos de 15 anos não renováveis.

> "Maioria do Morena será suficiente para boa governabilidade"
> *Carlos Ramírez*

Disputa presidencial
Intenção de voto (em %)

Fonte: Média ponderada de várias pesquisas pelo El País

Em nota enviada para seus clientes para consultoria financeira BNAméricas, "há uma séria preocupação sobre o conteúdo e o impacto" das reformas que o governo do Morena pretende imprimir sobre o setor privado. Em seu conjunto de 20 propostas apresentado em fevereiro por López Obrador estão medidas como reduzir a idade mínima de aposentadoria de 68 para 65 anos — com benefício equivalente ao do último salário do período de trabalho ativo —, indexação do reajuste do salário mínimo à inflação e bolsas para estudantes de baixa renda.

Essas propostas podem ser levadas adiante pelo Morena mesmo sem a supermaioria, mas sua aprovação vai exigir negociações com outras forças políticas, o que implica modificações nos projetos.

"A primeira grande questão é como planejam financiar todos estes projetos. Se instituídos na Constituição, pretende-se elevá-los a direitos universais para todos os cidadãos do país, sem dizer quais são as origens orçamentárias", afirmou o constitucionalista Mariano Calderón, do escritório de advocacia Santamarina & Steta.

"Além da parte das propostas que trata de programas sociais como educação e saúde universais, há todo um segundo bloco de reformas que causaria um grande impacto na segurança jurídica, no Estado de Direito e no investimento privado, nas linhas ferroviárias, na eletricidade, nas concessões nacionais de água, na indústria mineira e, mais importante, no poder judicial", acrescentou Calderón.

"Isso gera muita incerteza e preocupação porque busca aumentar a discricionariedade do Executivo, voltar a um presidencialismo absoluto no qual a única coisa que importa no país é a palavra do presidente, eliminando a função de outros poderes e de agências autônomas", disse.

Invasão de embaixada pode custar caro a Equador

De São Paulo

Funcionários da embaixada mexicana em Quito deixaram ontem o Equador após a polícia equatoriana ter invadido a missão para prender o ex-vice-presidente Jorge Glas, acusado de corrupção que tinha pedido asilo ao México. Os dois países romperam relações após a invasão, sexta-feira à noite.

A violação da embaixada, que desafia convenções internacionais, causou forte reação de países da região — incluindo Brasil, Argentina, Colômbia, Chile e Venezuela. O Departamento de Estado dos EUA emitiu nota lamentando o episódio e instou os dois países, que qualificou de "parceiros importantes", a evitar uma escalada.

O governo equatoriano submete no dia 21 uma série de propostas de reformas de segurança, fiscais, trabalhistas e políticas. As propostas mais polêmicas vão da permissão de extradição de equatorianos para terceiros países, passando pela autorização para que armas e equipamentos confiscadas de criminosos sejam usados pela polícia, até alterações na jornada de trabalhadores e na formação de salários.

Para alguns analistas, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, agiu para evitar que Glas, que teria recebido propinas da companhia brasileira Odebrecht, saísse do país e lhe causasse prejuízos eleitorais. Noboa foi eleito no fim do ano passado para um mandato-tampão que vai até maio de 2025, quando deve tentar uma reeleição.

"Em primeiro lugar, o governo equatoriano sabe que a invasão da embaixada é uma ação ilegal, mas justifica essa ação pela ilegalidade anterior do governo mexicano em hospedar Glas na embaixada", disse ao **Valor** o acadêmico da Faculdad Latinoamericana de Ciências Sociales (Flacso) Simón Pachano. "É bom que se diga que Glas não é alguém perseguido politicamente, mas um criminoso comum. Mas, um crime não pode ser resolvido com outro crime ainda mais grave que o primeiro", afirmou.

"Depois, isto trará consequências diplomáticas — basicamente haverá repreensões nas organizações internacionais e a imagem do país como um parceiro não confiável se espalhará — e, acima de tudo, haverá consequências econômicas, com a redução da confiança dos investidores no Equador, que já é muito baixa", disse Pachano.

A especialista equatoriana em direito internacional do Observatório de Direito e Justiça María Dolores Miño alertou que Quito terá de enfrentar sanções imediatas de natureza política que "não devem ser subestimadas". "O fato de as proteções do estatuto do asilo político e das convenções de inviolabilidade diplomática terem sido retiradas à força é uma clara violação dos direitos protegidos", disse. ***R.L. (Com agências internacionais)***

Israel anuncia redução de tropas no sul de Gaza

ARIEL SCHALIT/AP

Israel anunciou ontem que retirará algumas forças de Khan Younis, reduto do Hamas no sul da Faixa de Gaza, reduzindo a presença de tropas no território a um dos níveis mais baixos desde o início da guerra, há seis meses. Segundo Israel, as forças vão se recuperar e se preparar para futuras operações, enquanto um número considerável de soldados permanecerá em outras partes do enclave. O premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, reiterou ontem que estão mantidos os planos para uma grande ofensiva contra a superpovoada cidade de Rafah, perto da fronteira com o Egito, apesar da oposição dos EUA ao ataque. Internamente, Netanyahu enfrenta críticas pelo fracasso na libertação de reféns em poder do Hamas em Gaza. No sábado, milhares de israelenses protestaram contra ele em Tel Aviv (foto).

Seis meses de guerra mudaram expectativas em Israel

Análise

Shayndi Raice e Dov Lieber
Dow Jones Newswires, de Tel Aviv

Em 6 de outubro, Israel parecia à beira de uma nova era de reconhecimento por parte do mundo muçulmano, perto de um acordo de paz com a Arábia Saudita que o moveria para o centro de um Oriente Médio realinhado, depois de anos à sua margem. O conflito histórico com os palestinos, que definiu a sua existência durante a maior parte dos seus 75 anos de história, parecia ter finalmente ficado em segundo plano.

Tudo mudou em 7 de outubro.

Após um ataque sangrento que poderia ter trazido a simpatia do mundo, Israel está mais perto do que nunca de ser um pária global. O acordo de paz saudita está em espera. A questão palestina está novamente a perturbar os seus vizinhos árabes. Está em discussão aberta com o seu principal aliado, os EUA. E o seu espaço físico de vida foi reduzido pelos perigos nas suas fronteiras norte e sul.

Em seis meses, o mundo virou de cabeça para baixo para esta pequena nação. No dia 7 de outubro – ou Black Sabbath, como os israelenses chamam agora – o Estado Judeu sofreu um choque fundamental que abalou o seu sentimento de segurança e a crença na força dos seus militares. Respondeu com uma invasão violenta de Gaza que, aos olhos de grande parte do mundo, o tornou o agressor e os seus agressores as vítimas. O isolamento resultante poderá ser uma ameaça maior ao seu futuro do que o ataque do Hamas que matou 1,2 mil em 7 de outubro.

"A longevidade de Israel está em questão pela primeira vez desde o seu nascimento", disse Benny Morris, um historiador israelense. A única altura em que Israel enfrentou uma ameaça existencial semelhante, disse ele, foi na sua guerra pela independência em 1948, quando lutou contra cinco países árabes e milícias palestinas locais.

A manifestação de simpatia global após o pior ataque aos judeus desde o Holocausto diminuiu, tendo sido substituída por imagens de palestinos famintos e mortos em Gaza. Imagens projetadas em todo o mundo mostram áreas da Faixa de Gaza transformadas em escombros. Mais de 33 mil palestinos foram mortos, segundo as autoridades de saúde palestinas, cujos números não fazem distinção entre combatentes e civis.

Na semana passada, o assassinato de sete trabalhadores humanitários que tentavam alimentar moradores desesperados de Gaza parece ter destruído a noção, para grande parte do mundo, de que os militares israelenses não estão fora de controle em Gaza e causou uma reavaliação por parte dos EUA sobre o seu apoio a Israel.

A normalização com a Arábia Saudita está suspensa, enquanto os laços com aliados árabes como Egito e Jordânia se desgastaram. Manifestantes pró-palestinos lotaram as ruas das capitais ocidentais, às vezes pedindo o fim de Israel. Um aumento no antissemitismo chocou e alarmou não só os israelenses, mas também os judeus em todo o mundo. Tudo isto fortalece o sentimento em Israel de que o país só pode confiar em si mesmo.

Israel enfrenta um dilema em que quer ser amado pelo Ocidente, mas precisa de ser temido pelos seus inimigos no Médio Oriente para garantir a sua existência a longo prazo, disse Micah Goodman, um autor e filósofo israelita.

Israel, que tem aproximadamente o tamanho de Sergipe, teve o seu espaço terrestre habitável diminuído. Centenas de milhares de israelenses deslocados da periferia de Gaza e da fronteira norte, perto do Líbano, foram retirados de suas casas. Muitos regressaram às comunidades do sul, mas nenhum conseguiu voltar às comunidades do norte. Muitos vivem em hotéis.

33 mil
morreram em Gaza na reação israelense

Os israelenses ainda não sabem se o pior ainda está por vir.

A Cisjordânia está tensa. Uma guerra total com o grupo militante libanês Hezbollah, muito mais poderoso que o Hamas, parece mais provável. Israel também se prepara para retaliação por parte do Irã por um ataque aéreo na segunda-feira a um edifício diplomático iraniano na Síria.

Israel apenas começou a sentir o impacto econômico do conflito, já que centenas de milhares de reservistas foram forçados a deixar os empregos para lutar na guerra.

No meio de tudo isto, Israel não alcançou nenhum dos seus objetivos de guerra de resgatar todos os reféns capturados em 7 de outubro e expulsar o Hamas de Gaza.

O ataque desafiou a noção de que o conflito com os palestinos poderia ser contido com uma combinação de medidas de segurança e incentivos econômicos, em vez de através de um acordo de paz. O mandato do premiê Benjamin Netanyahu foi marcado pela crença de que poderia continuar a dividir a liderança palestina, evitando assim a necessidade de negociar uma solução de dois Estados. A normalidade era uma promessa que parecia ter sido cumprida, mas foi despedaçada.

Caso dos Rolex amplia crise no governo do Peru

Michael Stott
Financial Times

Três relógios Rolex, um bracelete Cartier de US$ 56 mil e uma seleção de joias de US$ 500 mil deixaram a presidente do Peru sem palavras. Dina Boluarte, uma advogada provinciana de origem humilde antes de assumir o cargo, não conseguiu explicar a promotores públicos de onde vieram os acessórios luxuosos.

Em vez disso, a primeira mulher a liderar o Peru questionou os interesses da mídia nos relógios e joias que ela usou em compromissos oficiais, dizendo esperar que isso não fosse "machista e discriminatório" e que "ser corrupta não está no meu DNA". Seu advogado aproveitou e disse que "nem todo enriquecimento é ilícito".

Os promotores não ficaram impressionados. Eles ampliaram sua investigação para incluir depósitos não explicados de cerca de US$ 300 mil em contas bancárias de Boluarte. A polícia arrombou a porta da residência de sua família em Lima na Sexta-Feira Santa em busca de provas.

Será que isso significa o fim de um dos líderes mais impopulares do mundo, que vem tropeçando em um índice de aprovação de 9%? Não necessariamente, segundo o Congresso do Peru. Na quarta-feira, os parlamentares votaram por uma ampla margem pela confirmação do novo gabinete de Boluarte, formado às pressas após a saída de seis ministros na segunda-feira e a renúncia anterior do primeiro-ministro em razão de um escândalo separado. Nesta quinta-feira, eles rejeitaram dois pedidos de impeachment.

Por que o improvável voto de confiança? Quase dois terços dos parlamentares estão sob investigação por supostos crimes e o Congresso está com a imagem tão suja quanto o presidente, de modo que os parlamentares temem eleições antecipadas. Uma presidente fraca também está possibilitando ao Congresso reescrever a Constituição: este ano, os parlamentares recriaram o Senado e se permitiram buscar a reeleição imediata, desprezando os resultados de um referendo que mostrou que a população não queria nenhuma das duas coisas.

Os peruanos vêm assistindo tudo isso com um misto de cansaço, desgosto e desespero. Eles tiveram seis presidentes nos últimos seis anos, sendo que quatro foram forçados a sair devido a supostas impropriedades. Boluarte assumiu a presidência em dezembro de 2022, quando seu antecessor, Pedro Castillo, foi preso depois de tentar fechar o Congresso. O empobrecido sul do Peru, base de apoio de Castillo, irrompeu em protestos e Boluarte enviou tropas. Pelo menos 49 civis foram mortos, desencadeando protestos internacionais e abalando fatalmente a credibilidade de seu governo interino desde o começo.

Essa turbulência no governo abalou a economia. Os investidores temem se comprometer com grandes projetos, especialmente no importante setor minerador, uma oportunidade perdida no momento em que a demanda global por minerais críticos é elevada.

O setor informal, que emprega mais de 70% dos trabalhadores, vem crescendo. A exploração ilegal de minérios e madeira está desenfreada, o tráfico de drogas prossegue ininterrupto; universidades privadas de reputação duvidosa estão em toda parte. Em vez de conter essas atividades, os legisladores as estão encorajando. As iniciativas do poder legislativo vêm dificultando a repressão aos garimpeiros e madeireiros, além da guerra contra o crime organizado.

Will Freeman, membro do Council on Foreign Relations, vê "indícios preocupantes de que o crime organizado pode estar exercendo uma influência significativa sobre os legisladores". Com as empresas legítimas relutando em fazer doações aos partidos políticos peruanos, assolados por escândalos, o dinheiro sujo preenche esse vácuo. O crime e a violência estão em alta.

Não é de surpreender que poucos peruanos estejam otimistas. Um número crescente está emigrando: mais de 400 mil apenas no primeiro semestre do ano passado. Em Lima, as opiniões estão divididas entre aqueles que veem uma degradação constante da política e aqueles que acreditam que um nacionalista autoritário da linha de Nayib Bukele, de El Salvador, vencerá as eleições marcadas para 2026. Enquanto isso, Boluarte cambaleia.

"Os Rolex resumem uma realidade cuja principal característica é que não existe mais política", diz Alberto Vergara da Universidad del Pacífico. "Dina e seu governo não dão a mínima para o país. Para eles, política é pilhagem." *(Tradução de Mario Zamarian)*

Valor ECONÔMICO

Elaboração da LDO põe de novo metas fiscais em xeque

O envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo Executivo ao Congresso até a próxima segunda feira (15) recoloca em questão as metas fiscais para este ano e o próximo. Pelos cálculos do governo, o aumento de arrecadação permitiu que na primeira revisão de receitas e gastos, encerrada em fevereiro, o contingenciamento de despesas fosse mínimo, um dos menores em muito tempo — R$ 2,9 bilhões. Em tese, isso dá a ideia de que a situação fiscal é confortável, quando, na verdade, é o contrário. Pelas projeções do mercado, a meta não será atingida neste ano e em nenhum outro do terceiro mandato de Lula.

Não se trata de uma fatalidade: com corte de gastos é possível atingir as metas. Mas o Planalto, desde a criação do novo regime fiscal, prefere tentar apenas o aumento de receitas para isso, um processo com limites óbvios em um país que já exibe alta carga tributária.

As despesas estão crescendo bem mais que as receitas, que já foram, em boa parte, elevadas para fechar brechas — casos dos fundos exclusivos e dos fundos offshore. Há um limite para o aumento da arrecadação e ele está próximo, disse a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. "Está se exaurindo o aumento do Orçamento brasileiro pela ótica da receita, passar disso significa aumentar imposto. Precisamos colocar para rodar a esteira sobre a ótica da despesa", afirmou.

A ministra afirmou que todos os cálculos estão sobre a mesa, o que envolve contenção obrigatória de gastos no exercício orçamentário e as metas fiscais deste e do próximo ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por seu lado, disse o óbvio, quando perguntado sobre as chances de atingir 0,5% do PIB de superávit sugerido pelo novo regime fiscal em sua formulação original: que alcançar os objetivos fiscais é uma tarefa dos três Poderes. Haddad tem feito marcação cerrada sobre as frestas que vão sendo criadas por pressões políticas para ampliar os gastos do Tesouro e para burlar as regras orçamentárias pelo caminho usual: a criação de despesas sem que sejam apontadas receitas equivalentes para cobri-las.

O aumento das receitas, base sobre a qual repousa a garantia de aumento das despesas do novo regime fiscal, está ocorrendo, mas o déficit primário, o norte da meta fiscal, continua aumentando. Em fevereiro, segundo o Banco Central, cujas estatísticas diferem das do Tesouro, ele atingiu R$ 262,2 bilhões em doze meses, ou 2,44% do PIB. O déficit no mês, de R$ 48,7 bilhões, foi o maior desde dezembro de 2021. A dívida bruta do governo central aumentou 0,4 ponto percentual, para 75,5% do PIB, enquanto a dívida líquida se manteve estável em 60,9% do PIB. Essas estatísticas, porém, não contam toda a história.

Há um avanço brutal do déficit nominal em função da grande carga de juros. Pela primeira vez desde fevereiro de 2021, ele voltou a ultrapassar R$ 1 trilhão em 12 meses, atingindo 9,24% do PIB. A carga de juros propriamente dita foi de 6,8% do PIB. Não há a menor possibilidade de a dívida se estabilizar, quanto mais cair, enquanto os juros reais forem superiores ao crescimento da economia. Os juros reais estão ao redor de 6% ao ano, enquanto as previsões para o PIB neste e nos próximos dois anos mal ultrapassam o PIB potencial, estimado em 2%. Na melhor das hipóteses, será possível que a expansão fique igual aos 2,9% do ano passado, ainda assim abaixo do que seria necessário para derrubar a relação entre dívida pública e PIB. O futuro não é promissor. Mesmo que a taxa Selic seja de 8,5% no final do ciclo de afrouxamento monetário, a taxa real estará em torno de 5%, percentual muito superior ao ritmo que a economia brasileira poderá alcançar a médio prazo.

O apelo de Haddad de um "pacto" para o cumprimento da meta fiscal, ainda que informal, faz sentido, mas deveria antes ser apoiado pelo próprio Executivo, e, em primeiro lugar, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não há, fora do Ministério da Fazenda, nenhuma palavra sobre contenção de gastos ou sobre alinhamento das despesas com as metas fiscais. Nas reuniões do presidente com os ministros, em um período de queda de popularidade de Lula, as orientações vão todas no sentido contrário, de mais despesas e propaganda sobre obras e ações do governo.

Os investidores neste cenário mantêm a inflação a alguma distância da meta de 3% por meses a fio. A consequência é que, com a resistência da queda da inflação, os juros serão mais altos do que poderiam ser em um quadro de austeridade moderada. Isso ainda é possível. Uma revisão sensata das metas até poderia mudar as expectativas, desde que o controle dos gastos entrasse na órbita do Executivo.

O mote do Planalto parece, no entanto, ser o de, no momento decisivo, ampliar a meta de déficit primário em função da elevação das despesas, e não o de calibrar os gastos para se adequar à meta fiscal. O amortecimento das metas fiscais permitirá ao governo gastar mais até 2026, ano das eleições presidenciais. A inflação, porém, que desgasta a imagem de presidentes, pode atrapalhar esses planos.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Pela primeira vez, extração onshore das 'junior oils' ultrapassa a da Petrobras. Por **Francismar Ferreira**

A nova realidade da produção de petróleo e gás em terra

Em 2023, houve um aumento na produção de petróleo e gás onshore no Brasil, porém foi a primeira vez que a Petrobras não foi responsável pela maior parte dessa produção. Isso reflete a consolidação de uma nova realidade nesse setor, com a entrada em cena de diversas petroleiras independentes, também conhecidas como 'junior oils'. Contudo, a manutenção da tendência de aumento, a realização de novas descobertas, a construção de novas infraestruturas e a dinamização econômica das regiões produtoras continuam a ser desafios significativos para essas petroleiras, que, diferentemente da Petrobras, possuem menor escala e capacidade financeira.

A produção terrestre de petróleo e gás vinha apresentando tendência de declínio desde 2004, quando atingiu seu auge produtivo com a marca de 348,2 mil barris de óleo equivalente por dia (mboe/d). Esse fato se relaciona diretamente ao amadurecimento de praticamente todas as bacias terrestres com longo histórico de produção e exploração. O ano de 2023 foi um dos poucos momentos na última década em que a trajetória de diminuição da produção foi interrompida.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de petróleo e gás em terra, em 2023, foi de 212,6 mboe/d, o que representa um aumento de 2,9% em relação a 2022 e corresponde a 4,9% da produção nacional. A produção de petróleo atingiu uma média de 78,49 mil de barris por dia, enquanto a de gás natural foi em média 21,33 milhões de m³ por dia. As petroleiras independentes produziram em média 107,6 mboe/d, alcançando a marca de 50,4% da produção onshore, superando pela primeira vez a produção terrestre da Petrobras, que foi em média 105,4 mboe/d. O gráfico apresenta a evolução desses números ao longo da última década.

A nova configuração do onshore brasileiro está intimamente associada à mudança estratégica implementada pela Petrobras. A partir de 2015, a estatal promoveu um redirecionamento geográfico de suas operações e passou a priorizar as bacias do Sudeste, em especial, os ativos de alta produtividade no pré-sal. Todos os campos terrestres, nesse contexto, foram inseridos na política de desinvestimentos da companhia.

Esse movimento abriu espaço para uma verdadeira reestruturação do segmento, marcada pela expansão de petroleiras independentes que adquiriram campos anteriormente pertencentes à Petrobras. Em 2023, a estatal suspendeu a venda dos seus últimos ativos terrestres, o Polo Bahia, com 28 campos na bacia do Recôncavo, e o Polo de Urucu, com sete campos na bacia do Solimões.

DIVULGAÇÃO/PETROBRAS

Além da política de desinvestimento, a Petrobras também reduziu o volume de investimentos no setor. A estatal perfurou seus últimos poços em terra em 2019. O último poço pioneiro perfurado em terra foi ainda em 2018.

Petrobras e petroleiras independentes
Fatia na produção de óleo e gás em terra (Mboe/d)

Fonte: Elaboração do autor.

Além disso, a última aquisição de bloco exploratório nesse ambiente foi em 2017 na bacia do Paraná no contexto da 14ª Rodada de Concessão da ANP. Isso evidencia não só a redução dos aportes no onshore, mas também um relativo desinteresse da Petrobras por esses ativos — estratégia também observada entre outras grandes petroleiras multinacionais que atuam no Brasil, como Shell, Total, Repsol, Equinor, ExxonMobil, etc.

As petroleiras independentes ganharam espaço com os desinvestimentos da Petrobras. Ao adquirir os ativos da estatal, elas evitaram os altos custos iniciais associados às atividades de exploração e desenvolvimento de novos campos. No entanto, enfrentam o desafio de revitalizá-los, o que demanda robustos investimentos. Apesar disso, essas empresas têm demonstrado grande interesse em expandir suas atividades no segmento. Uma mostra dessa intenção é a aquisição de dezenas de ativos exploratórios em leilões promovidos pela ANP ao longo dos últimos anos, bem como a perfuração de 130 poços em terra somente em 2023, dos quais 112 foram destinados ao desenvolvimento e 10 foram pioneiros.

A produção terrestre de petróleo e gás no Brasil tem recebido vários estímulos nos últimos anos. Destaca-se nesse contexto as medidas adotadas pela ANP para a redução dos royalties incidentes sobre os resultados dessas áreas como incentivo à produção incremental de campos maduros (Resolução 749/2018) e a diminuição de alíquotas de royalties para pequenas e médias petroleiras (Resolução 853/2021). De modo geral, esses incentivos favorecem as operações das independentes, no entanto, representam potenciais perdas financeiras para os governos, municipais e estaduais.

A Petrobras, de acordo com seu plano estratégico atual (PE 2024-2028+), não planeja expandir suas operações em terra. Apesar da menor rentabilidade em comparação aos campos do pré-sal, o onshore ainda oferece oportunidades relevantes para a estatal desenvolver novas tecnologias, como por exemplo, iniciativas de descarbonização e captura de carbono. Além disso, devido à sua escala e poder financeiro, a Petrobras tem condições de absorver os custos de produção mesmo em contextos de queda do preço do petróleo, garantindo a continuidade das operações no onshore e contribuindo assim de maneira perene para o desenvolvimento local e regional.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por meio do Plano Decenal de Expansão de Energia 2032, prevê um crescimento de mais de 40% na produção de petróleo e gás em terra até 2032, com a maior parte desses recursos provenientes de novas descobertas. Apesar de relativamente pequena em comparação com a produção nacional, esse aumento pode contribuir para o desenvolvimento econômico regional e ajudar a suprir parte da demanda futura, especialmente de gás, em um cenário nacional de crescimento econômico.

No entanto, considerando que esse setor requer medidas sólidas de descarbonização e que sua recente dinamização pode gerar expressivos impactos ambientais, é crucial que se busque um alinhamento com a nova política industrial do país e a legislação ambiental nacional. A Petrobras, enquanto empresa estatal e verticalizada, poderia desempenhar um papel importante nesse processo.

Francismar Ferreira é Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pesquisador da área de Exploração e Produção do Instituto Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Escolas de Ciências

Ana Maria Diniz

Em 2024, a inteligência artificial vai avançar de forma notável. Os chatbots como o Bard e o ChatGPT se tornarão mais intuitivos e dinâmicos, com comportamentos mais semelhantes ao raciocínio humano. Os novos sistemas irão muito além do texto digital: serão multimodais, incorporando, relacionando e analisando vários tipos de mídia na produção de seus próprios textos, imagens, vídeos e sons.

A tecnologia também será usada para equipar uma nova geração de robôs, adentrando o mundo físico e ajudando a resolver problemas reais. E isso é só o começo, o ponto da virada. A partir do ano que vem, a IA vai acelerar e deve romper de vez a "bolha tech", invadindo o cotidiano e transformando de forma significativa e perceptível a economia, os empregos, as relações, enfim, redefinindo a vida como a conhecemos hoje.

Isso fez soar o alarme, dado pela Academia Brasileira de Ciências: no atual contexto científico brasileiro, marcado pelo êxodo de quase 7 mil cérebros e por uma queda abrupta na produção científica nos dois últimos anos, a expansão da IA constitui mais uma ameaça do que uma oportunidade, e pode deflagrar um declínio tecnológico sem precedentes no país.

Para evitar o desmanche, o Brasil só tem uma alternativa: investir em ciência e qualificar o capital humano. Identificar jovens talentos e incentivá-los a seguir carreira nas áreas STEM, como verdadeiros cientistas do futuro, preparados para trabalhos disruptivos e multidisciplinares, é fundamental nesse processo.

A disputa, hoje, é pela fronteira do conhecimento. O simples domínio de conteúdos, procedimentos e técnicas já não é suficiente para um cientista ser um profissional completo. No entanto, a maioria quase absoluta dos bacharelados no Brasil continua com a mesma estrutura rígida de cem anos atrás, oferecendo cursos disciplinares e conteudistas, uma fórmula desatualizada e ineficaz, em desconexão com a realidade. Nos últimos anos, algumas raras exceções a esse modelo obsoleto de ensino despontaram no horizonte inflexível da academia: são as chamadas escolas de Ciências ou supergraduações.

A Ilum, em Campinas, é a mais conhecida delas. Criada há apenas dois anos, a instituição registrou um número de candidatos fora do comum para o seu bacharelado em Ciência e Tecnologia — um curso federal, público e gratuito — no último vestibular. Ao todo, foram 3.900 inscrições para as 40 vagas oferecidas, o triplo do ano anterior e uma relação de 97,3 candidatos por vaga – um feito para uma graduação recém-criada em Ciência, área que boa parte dos jovens acha chata e sem futuro. Para se ter uma ideia, o curso de Medicina da USP teve 117 candidatos por vaga.

A Ilum faz parte do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), onde ficam os quatro laboratórios nacionais, um dos quais abriga o acelerador de partículas Sirius. O curso tem uma abordagem inédita, interdisciplinar, colaborativa, com metodologias ativas e ensino em tempo integral. Todo o currículo dialoga com os programas científicos desenvolvidos no CPEM em áreas estratégicas, como saúde, energias renováveis, agroambiental e tecnologias quânticas.

A IMPA Tech, inaugurada esta semana, é outra instituição que pretende subir a régua da formação de cientistas no Brasil. Primeiro curso de graduação do IMPA, responsável pela Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), o bacharelado em Matemática da Tecnologia e Inovação tem o intuito de formar profissionais para as áreas de IA, machine learning, big data e robótica. A escola fica no Porto Maravalley, um hub de tecnologia na região portuária do Rio. Neste primeiro ano foram abertas 100 vagas e o processo seletivo considerou o desempenho dos alunos na OBMEP. O curso, gratuito, dura quatro anos, com um ciclo básico inicial de seguido de outro com especializações em Matemática, Ciência de Dados, Ciência da Computação ou Física.

A curiosidade, o raciocínio lógico e a vontade de inventar têm de ser semeadas cedo para termos cientistas

Como alternativa às supergraduações, mirando quem já entrou na faculdade, a Unesp, a USP e a Unicamp, em parceria com a Universidade de Oxford, começaram a oferecer este ano aos seus alunos a disciplina opcional de Ciência Translacional. A ideia é preparar os estudantes sobre como alinhar o trabalho acadêmico e de pesquisa com as demandas do mercado. Este ano foram abertas apenas 30 vagas, como projeto piloto, para alunos matriculados em cursos de graduação da Unesp, USP e Unicamp nas áreas de saúde, biológicas, agrárias, exatas e engenharias. As aulas, que começaram em março, são online e ministradas por professores brasileiros e de Oxford.

A ciência brasileira avançou muito nas últimas quatro décadas, mas não o suficiente para os enormes desafios e disrupções do mundo atual. A falta de uma visão de longo prazo e de um plano estruturado, que olhe para a questão de maneira mais holística, é uma dos maiores barreiras nesse sentido.

Se queremos povoar o país de jovens cientistas, temos que começar cedo, nas escolas, semeando nas crianças e nos jovens a curiosidade, o raciocínio lógico, e a vontade de descobrir e de inventar, incentivando a formação das novas gerações nas áreas STEM. Por outro lado, temos que dar condições para que os egressos dessas graduações possam trabalhar e evoluir em suas carreiras no Brasil, e não no exterior.

As escolas de Ciências não vão, sozinhas, recuperar a defasagem brasileira em áreas estratégicas, mas são um passo importantíssimo para o aprimoramento da nossa ciência e para a promoção da cultura científica em todo o país.

Ana Maria Diniz é fundadora do Instituto Península, que atua na formação de professores; empresária e conselheira do Todos pela Educação e Parceiros pela Educação.

Frase do dia

"A China já está num ponto de exportar fábricas, seguindo outros países asiáticos, mas de maneira muito mais rápida".

De Livio Ribeiro, da BRCG, sobre avanço do carro chinês no Brasil

Não é meramente hipotético pensar a quais valores a IA deve se alinhar. Por **Antara Haldar**

A IA aprenderá a obedecer a lei?

Se o trabalho do cientista da computação britânico Alan Turing sobre "máquinas pensantes" foi o prelúdio do que chamamos hoje de inteligência artificial, o best-seller "Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar", do falecido psicólogo Daniel Kahneman, pode ser a continuação, dadas suas ideias sobre como nós mesmos pensamos. Entender o "nós" será crucial para regulamentar "eles".

Esse esforço está rapidamente passando para o topo da agenda dos formuladores de políticas. Em 21 de março, as Nações Unidas adotaram por unanimidade uma resolução histórica (liderada pelos Estados Unidos) pedindo à comunidade internacional para "governar essa tecnologia em vez de deixá-la nos governar". E isso veio na esteira da Lei de IA da União Europeia e da Declaração de Bletchley sobre segurança da IA, que mais de 20 países (a maioria deles economias desenvolvidas) assinaram em novembro passado. Além disso, os esforços nacionais estão em andamento, inclusive nos EUA, onde o presidente Joe Biden emitiu um decreto sobre o "desenvolvimento e uso seguros e confiáveis" da IA.

As medidas são uma resposta à corrida armamentista da IA que começou com o lançamento público do ChatGPT pela OpenAI no final de 2022. A preocupação fundamental é o cada vez mais conhecido "problema do alinhamento": o fato de que os objetivos de uma IA e os meios escolhidos para persegui-los podem não ser respeitosos ou mesmo compatíveis com os dos humanos. As novas ferramentas de IA também têm o potencial de ser mal utilizadas por maus atores (de golpistas a propagandistas) para aprofundar e amplificar formas preexistentes de discriminação e preconceito, violar a privacidade e deslocar trabalhadores.

A forma mais extrema do problema do alinhamento é o risco existencial da inteligência artificial. IAs em evolução constante, capazes de ensinar a si mesmas, podem sair do controle e decidir fabricar uma crise financeira, manipular uma eleição ou até mesmo criar uma arma biológica.

Mas uma pergunta não respondida fundamenta o status da IA como uma potencial ameaça existencial: a quais valores humanos a tecnologia deve se alinhar? Ela deve ser filosoficamente utilitária (na tradição de John Stuart Mill e Jeremy Bentham) ou deontológica (na tradição de Emmanuel Kant e John Rawls)? Deve ser culturalmente WEIRD (sigla em inglês para ocidental, educada, industrializada, rica, democrática [Western, Educated, Industrialized, Rich, Democratic]) ou não-WEIRD? Deve ser politicamente conservadora ou liberal? Deve ser como nós ou melhor que nós?

Podemos exigir que a IA pague o ingresso para entrar na nossa sociedade: obediência ao código de conduta coletivo. Se as redes neurais da IA imitam nossos cérebros, e a lei é, como se acredita, um fenômeno em grande parte cognitivo, isso deve ser possível

Não são perguntas meramente hipotéticas. Eles já estiveram no centro de debates da vida real, incluindo os que se seguiram ao lançamento pela Microsoft de um chatbot racista, misógino e hipersexual em 2016; a estranhamente manipuladora e sedutora Sydney, do Bing (que tentou convencer um repórter de tecnologia a deixar sua esposa); e, mais recentemente, o Gemini do Google, cujo personagem "progressivo" o levou a gerar resultados historicamente absurdos, como imagens de soldados nazistas negros.

Felizmente, as sociedades modernas criaram um mecanismo que permite que diferentes tribos morais coexistam: o estado de direito. Como observei em artigos anteriores, o direito, como instituição, representa a apoteose da cooperação. Seu surgimento foi um avanço profundo depois de séculos de luta da humanidade para resolver seu próprio problema de alinhamento: como organizar a ação coletiva.

Cognitivamente, o direito representou uma nova tecnologia radical. Uma vez internalizada, ele alinhou a ação individual ao consenso da comunidade. A lei era obedecida como lei, independentemente do julgamento subjetivo de um indivíduo sobre qualquer regra. Vários filósofos proeminentes têm focado nessa característica única. O teórico jurídico do século 20 H. L. A. Hart descreveu o direito como um mecanismo que permite que as normas sejam moldadas pela mudança das metanormas comportamentais subjacentes.

Recentemente, Ronald Dworkin caracterizou o direito em termos de "integridade", pois incorpora as normas de toda a comunidade, em vez de se assemelhar a um "tabuleiro de xadrez". Se o direito fosse uma colcha de retalhos, poderia representar melhor os elementos individuais de crença e opinião, mas às custas da coerência. O direito, portanto, serve como um botão de substituição em relação ao comportamento humano individual. Ele absorve debates complexos sobre moral e valores e os transforma em regras vinculativas.

A maior parte do debate atual sobre IA e a lei está focada em como a tecnologia pode desafiar os paradigmas regulatórios predominantes. Uma preocupação é o "efeito rainha vermelha" (alusão a Alice no País das Maravilhas), que descreve a dificuldade inerente de manter a regulamentação atualizada com uma tecnologia em movimento acelerado. Outra questão é o desafio de regulamentar nacionalmente uma tecnologia realmente global. Fora isso, há o problema-monstro de Frankenstein de uma nova tecnologia ser desenvolvida na maioria dos casos por um punhado de empresas privadas cujas prioridades (lucros) diferem das do público.

É sempre difícil achar o equilíbrio certo entre promover a inovação e mitigar os riscos potencialmente enormes associados a uma nova tecnologia. Com a expectativa de que a IA altere cada vez mais a prática do direito, será que o direito ainda consegue mudar a trajetória da IA? Falando mais diretamente, se as "máquinas pensantes" são capazes de aprender, elas podem aprender a obedecer à lei?

À medida que os gigantes da tecnologia avançam em busca da IA geral — modelos capazes de superar os humanos em qualquer tarefa cognitiva — o problema da "caixa preta" da IA permanece. Nem mesmo os criadores da tecnologia sabem exatamente como ela funciona. Como os esforços para atribuir à IA uma "função objetiva" podem produzir consequências não-intencionais (por exemplo, uma IA encarregada de fazer clipes de papel pode decidir que a eliminação da humanidade é necessária para maximizar sua produção), precisaremos de uma abordagem mais sofisticada.

Nesse sentido, devemos estudar a evolução cognitiva que permitiu às sociedades humanas durar tanto tempo. Se as leis humanas podem ser impostas como uma restrição de projetos (talvez com os guardiões da IA no papel de disjuntores, o equivalente a policiais nas sociedades humanas) é uma pergunta para os engenheiros. Mas se isso puder ser feito, pode representar nossa salvação.

Por meio da lei, podemos exigir que a IA pague o ingresso para entrar na nossa sociedade: obediência ao nosso código de conduta coletivo. Se as redes neurais da IA imitam nossos cérebros, e a lei é, como se acredita amplamente, um fenômeno em grande parte cognitivo, isso deve ser possível. Do contrário, ao menos o experimento lançará luz sobre o papel dos fatores afetivos, emocionais e sociais na sustentação da lei humana. Embora pode ser que tenhamos de repensar e melhorar elementos da lei existente, essa perspectiva ao menos nos obriga a examinar as diferenças críticas entre "nós" e "eles". É aí que os esforços para regulamentar a IA devem começar. *(Tradução de Fabrício Calado Moreira)*

Antara Haldar é professora associada de Estudos Jurídicos empíricos da Universidade de Cambridge, parte do corpo docente visitante da Universidade de Harvard e investigadora principal de uma bolsa do European Research Council sobre direito e cognição.

Cartas de Leitores

Peso do Estado

Um governo leve, magro, eficiente e especificamente se limitando às suas funções básicas (infraestrutura, segurança, neutralidade diplomática, saúde e educação) e sem se envolver na atividade empresarial é o ideal. Infelizmente no Brasil está mais que comprovada a ineficácia governamental no ramo empresarial, a exemplo da Vale do Rio Doce que, privatizada, deslanchou e a Petrobras envolvida em corrupção, se complicou e quase quebrou, além de um dos Três Poderes, extrapolar a sua atividade constitucional. Sob pesada carga tributária, insegurança jurídica, é gorda a nossa máquina pública (38 ministérios), ineficiente e cara, com dívida em torno de 75% do PIB e pífias contrapartidas. O ideal é ser mais Brasil e menos Brasília.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Segurança

O Brasil, sem guerras oficialmente reconhecidas, registrou quase 40 mil mortes violentas em 2023. Os motivos para este preocupante número vão desde a falta de um plano nacional de segurança pública, até o avanço do crime organizado — já com tentáculos até no poder político — passando por uma Justiça caótica e pelo despreparo das polícias, muitas vezes sem recursos, também vítimas.

É um quadro que exige atenção e correção, nunca enfrentado, porém, com a objetividade necessária. O recente episódio da fuga de dois presidiários de um presídio federal de segurança máxima, e a respectiva recaptura somente após 50 dias, são exemplos emblemáticos das lacunas existentes no sistema prisional do país e do alcance das cada vez mais poderosas facções criminosas. São urgentes, portanto, as ações que evitem o atingimento de um ponto de não retorno, a partir do qual ficará difícil a garantia mínima do simples direito de ir e vir.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Ditadura militar

Almino Afonso descreve com detalhes, em minúcias, os dias que antecederam o "affair", de 31 de março de 1964 (Golpe Militar), em entrevista (**Valor**, 28-3-24 – A12), na plenitude de seus 95 anos, numa lucidez de pasmar.

Foi vice-governador e o derradeiro ministro de João Goulart (Trabalho), e, em paralelo, sugere que o relacionamento do atual mandatário com o Legislativo carece de ampliar negociações. Realça que, na noite na qual o presidente do Senado (Auro de Moura Andrade) fez o clássico discurso "da casa vazia", impôs a Ranieri Mazzilli assumir a Presidência da República. O ponto crucial a gerar a insegurança (e a certeza do golpe) fora a adesão do Comando do Segundo Exército: o General Amauri Kruel. Almino acabara de receber um bilhete, entregue pelo deputado Bocayuva Cunha, onde estava escrito "Kruel aderiu". Foi o suficiente para a oposição festejar, dando vivas à vitória.

Arnaldo Montenegro
gamadvsp@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Tributação Silêncio de Lula sobre fim de isenção a sites estrangeiros é preocupação com popularidade

‘Claramente, o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro’

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Sérgio Zimerman: 'No Conselhão, estou sendo literalmente cozido desde o quarto trimestre do ano passado'

Adriana Mattos e Nelson Niero
De São Paulo

Membro do Conselhão, o conselho de desenvolvimento econômico do governo, Sérgio Zimerman foi o escolhido por um grupo de conselheiros ligados ao varejo para discursar na última reunião do órgão, em Brasília.

Colocado no fim da fila das apresentações pelos organizadores, o empresário abriu sua fala num tom bem muito mais duro daqueles que vieram anteriormente, e questionou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo que considera ser uma “postura sem sentido e de benefício” do governo com as plataformas estrangeiras, que importam remessas abaixo de US$ 50 com imposto zero desde agosto.

“Não faltam empresários que acham que tem que ficar de boca fechada”, disse, em entrevista ao **Valor**, no mês passado. “Deveria fazer parte das obrigações de um empresário se posicionar, pelo impacto das políticas públicas no futuro da empresa e da sociedade.”

O fundador e executivo-chefe da rede de artigos para animais de estimação Petz questiona há meses a decisão do governo de livrar dos 60% de imposto de importação os marketplaces estrangeiros que seguirem regras de um programa de conformidade. Ele e outros empresários até tentaram marcar uma reunião com Lula. “Esses dias recebi a notícia de que [o tema] está na pauta de prioridades do presidente. Desculpa, mas já são seis meses de espera. Eu não entendo que prioridade é essa”.

O último contato do Ministério da Fazenda com o IDV, entidade que reúne varejistas brasileiros, foi em outubro de 2023.

Para ele, a postura do governo de manter essa isenção, enquanto a carga tributária do comércio nacional é de 109%, é muito mais uma preocupação com rede social e popularidade do que com questões técnicas. “O que me parece muito claro é que o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro.”

Não por acaso, ele desconfia que está sendo “cozido” no Conselhão desde o fim do ano passado. “Chega uma hora em que você fala dez vezes a mesma coisa. A sensação é que você está falando, mas ninguém está escutando”, diz.

Um exemplo desse diálogo interrompido é a divergência entre os números da Receita Federal e do Banco Central sobre o valor das importações em 2023 com produtos abaixo de US$ 50, alvo da política de isenção. Enquanto a Receita fala em algo como R$ 16 bilhões, o BC trabalha com R$ 50 bilhões.

“Eu fico com a sensação de que o Banco Central não conversa com a Receita Federal como se fossem do mesmo governo”.

A definição desse valor é crucial porque, sem saber o tamanho real da entrada de mercadorias no país, não avança o debate em torno do quanto o governo pode ganhar se cobrar impostos das plataformas. E também não sai do lugar a discussão do fim da isenção.

No caso do Fisco, o órgão trabalha com os valores da venda fornecidos pelas próprias lojas estrangeiras, por autodeclaração. Já o BC contabiliza o valor da transação pelos meios de pagamento. No primeiro caso, na visão de varejistas nacionais, pode ser sinal de que o subfaturamento continua a acontecer. Procurados, BC, Receita e Fazenda não se manifestaram.

A postura ativista de Zimerman não se restringe às negociações setoriais com o governo — e o resultado nem sempre é o silêncio dos interlocutores. Ele foi duramente criticado nas redes sociais porque assinou abaixo-assinado para que o Lula revisse, em janeiro, a posição de apoiar investigação de suposto genocídio em Israel, levando a imagem da Petz a reboque. Nascido em São Paulo, o fundador da Petz faz parte da comunidade judaica da capital. “Até hoje tem gente que chama a Petz de genocida.”

Leia trechos da entrevista.

Cozido no Conselhão

Eu acho que essa demora em se evoluir no debate de uma alíquota de importação para envios abaixo de US$ 50 é muito mais uma questão de preocupação com rede social e com popularidade do que com questões técnicas. Na melhor das hipóteses, se está olhando a questão de popularidade.

No Conselhão, estou sendo literalmente cozido desde o quarto trimestre do ano passado. Falam: “O presidente tem interesse no tema.” Fiz o pronunciamento no Conselhão, na reunião em dezembro [em que questiona a entrada de itens estrangeiros sem controles]. E disseram: “O presidente gostou muito”. Esses dias recebi mensagem de que está na pauta de prioridades. Respondi: Desculpa, mas essa pauta de prioridade já tem o quê? Seis meses? Não entendo que prioridade é essa.

Falando para ninguém

Claramente esse é um assunto que não se quer se colocar o dedo. O que me parece claro é que o presidente evita tocar no tema. É meio assim, eu não vou pôr a mão nesse vespeiro não, deixa desse jeito.

Depois dessa “geladeira”, decidi dedicar meu tempo às questões da Petz. Chega uma hora em que você fala dez vezes a mesma coisa. A sensação é que você está falando para ninguém. E estou falando da informação divergente do Banco Central e da Receita sobre valores das importações abaixo de US$ 50 e renúncia fiscal. Já passaram dois meses desde que levantamos isso junto ao governo. Não há resposta.

A incógnita dos R$ 34 bi

A Confederação da Indústria (CNI) e a do Comércio (CNC) apresentaram, em janeiro, uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a isenção e pela isonomia tributária entre locais e estrangeiros. Falei com Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV [instituto do varejo], que deveria se oficiar o BC na ação para tratar essa questão.

Há outra divergência que vemos. No caso do valor anual de remessas internacionais de pequeno valor [até US$ 50], vemos o BC falar em cerca de R$ 50 bilhões, e a Receita em R$ 16 bilhões. E tem essa diferença de R$ 34 bilhões.

Talvez tenha outras coisas dentro desses R$ 34 bilhões, mas que podem significar pouco, algo como R$ 1 bilhão, R$ 2 bilhões, R$ 3 bilhões, como a assinatura do Amazon Prime, que paga para o exterior, por exemplo. Mas a gente não consegue chegar em uma conta que feche essa diferença.

Eu fico com a sensação de que o BC não conversa com a Receita como se fossem do mesmo governo. Parece que existe uma coisa de não se mostrar as informações, mas eu não consigo ter a menor ideia de qual a razão disso. E uma certeza eu tenho: o ministro Haddad [Fernando Haddad, da Fazenda] também não tem a menor ideia do porquê dessa divergência.

Conversa com Haddad

Quando eu questionei o ministro sobre as divergências nos valores, ele disse que tem outras coisas no valor. Pedi então para ele explicar o que são esses R$ 34 bilhões. Ele disse: “Boa pergunta”. Agora, esse silêncio, essa dificuldade em conseguir a explicação torna todo esse processo muito estranho.

> “A sensação é que você fala e ninguém escuta”
> Zimerman, sobre divergência entre BC e Fisco

Mais divergências

Sobre a venda pelo “cross border”, falamos em uma renúncia fiscal potencial de R$ 30 bilhões pela isenção de imposto de importação, sem sequer haver um consenso sobre esse número. Enquanto o BC trabalha com esse valor, o número da Fazenda é um terço disso, R$ 10 bilhões. Como é que pode ter um número de renúncia para a Fazenda e outro para o BC? É dinheiro suficiente para, num momento que está se discutindo ajuste fiscal, não se pensar duas vezes sobre o que é certo fazer.

A China é o Paraguai

A China é tipo o Paraguai. No Paraguai você consegue comprar coisas originais, boas e coisas falsificadas. Tem uma grade para todos os gostos. A China também produz qualquer coisa. E quando você importa da China ou de qualquer parte do mundo, pela lei, você assume a responsabilidade da indústria. Só que a venda direta, que é essa venda do fabricante chinês ao país, está totalmente desregulada.

O mesmo produto que esse cross-border está vendendo para o consumidor, se eu quiser comprar pela Petz e vender, não consigo, porque não passo pelos testes. Porque se eu vender por minha conta e matar alguém, com um produto de tinta tóxica, sou preso. Tem um arcabouço de proteção ao consumidor quando se trata de empresa nacional, o que é correto. Isso desaparece quando esse varejista é estrangeiro. Acho inacreditável que essa situação seja mantida.

Desistir do país?

Isso aqui equivale, na minha concepção, a quando um empresário que tem condições começa a desistir do país e falar: “Em vez de lutar pelo Brasil, vou morar fora e pronto. Tenho que resolver o meu problema.” Acho muito triste ter que ir por esse caminho.

Janja e as redes sociais

Acho que cada um tem que imaginar as hipóteses para explicar essa situação de manter a falta de isonomia de tributos [entre empresas locais e estrangeiras]. A hipótese mais inocente que eu vejo é isso: a posição da Janja [Rosângela Lula da Silva, primeira-dama, a favor da isenção], e o efeito nas redes sociais [do fim da isenção]. Porque, tecnicamente, não tem razões para isso continuar. Não existe governo que atente contra o próprio varejo e a indústria. Em favor do quê? Na China, o cross-border é uma questão de Estado. E fica mais estranho ainda quando as próprias plataformas admitem que um imposto de importação de 20% seria justo. Mas nem isso o governo coloca.

Promessas de Haddad

Eu continuo com a percepção de que o Haddad é uma pessoa bem intencionada, que está com um pensamento absolutamente correto sobre esse assunto, mas acho que ele está com outros desafios em que tem mais apoio do governo. O problema é que ele sabe que, tecnicamente, é certo fazer [criar alíquota para a importação], mas, politicamente, ele não tem apoio. Desde a primeira vez que nos encontramos, ele já sinalizou que, se não tiver apoio político, não tem jeito. E o apoio político não aparece, muito pelo contrário. E como não se bastasse isso, tem a questão dos controles. Se você vai vender um produto na China ou, acho, em qualquer parte do mundo, os governos pedem o pré-cadastro do produto para saber se ele está sujeito a alguma norma técnica. Aqui, o “cross-border” é uma porta escancarada.

Surpresa positiva

Tem que se admitir que ser ministro da Economia em um país como o Brasil, com a falta de apoio político para as questões de estabilidade fiscal, não é fácil. Acho que, no geral, Haddad tem surpreendido positivamente.

Dois pesos, duas medidas

Existe um dado muito objetivo. Com as novas regras de importação abaixo de US$ 50 após agosto, a alíquota de imposto de importação foi de 60% para zero. E o ICMS, de zero para 17%. Em 2022, eram R$ 60 bilhões em valor importado, quando a alíquota era 60%. Ou seja, haveria R$ 36 bilhões de impostos de importação. Aí eu pergunto: existe uma prescrição fiscal para crimes tributários de cinco anos?

Por que não se está indo atrás desses R$ 36 bilhões que não foram arrecadados? As plataformas estão aí, são conhecidas. Se fosse descoberta uma venda de R$ 60 bilhões de uma empresa brasileira sem arrecadar o imposto, ficaria tudo por isso mesmo? A Receita está vendo, o governo está vendo, e faz de conta que não tem nada.

‘Genocida’

A minha visão não é alinhada com nenhum político ou partido político. Não tenho problema nenhum de elogiar coisas que o PT possa fazer ou que o Bolsonaro tenha feito. Me mantive equidistante da polarização. Aliás, a polarização, para mim, é a coisa mais pobre que pode ter, ela esmaga o diálogo, o contraditório. Vejo que esse espaço para debate desapareceu.

A vez que fui mais criticado, e a Petz por extensão, foi quando assinei aquele abaixo-assinado para que o Lula revisse a posição de apoiar a África do Sul que defendia a existência de genocídio em Israel. Até hoje tem gente que chama a Petz de “genocida”.

Empresários de boca fechada

Deveria fazer parte dos deveres de um empresário se posicionar, dado o impacto das políticas públicas no futuro da empresa, quando você pensa no negócio a médio e longo prazo. A sua empresa vai ser tão mais forte quanto mais forte for a sociedade. Agora, não faltam empresários que acham que têm que ficar de boca fechada.

Finanças
Debêntures baratas ajudam empresas a antecipar quitação de dívidas
C1

Empresas

Logística Terminal de contêineres está parado e dragagem pode ser cortada por falta de pagamento

À espera de concessão, Porto de Itajaí vive crise

Taís Hirata
De São Paulo

O Porto de Itajaí (SC), que deverá ser alvo de uma concessão bilionária do governo federal, enfrenta uma grave crise, que se arrasta há mais de um ano. Nos últimos dias, um novo episódio deixou o setor ainda mais preocupado: a ameaça de interrupção do serviço de dragagem, por falta de pagamento da autoridade portuária à empresa responsável. A dragagem é essencial para garantir a profundidade do canal de acesso e a passagem dos navios.

A administração municipal, que hoje deve cerca de R$ 17 milhões à Van Oord, prestadora do serviço, tenta buscar recursos federais para quitar a conta passada e as futuras. A empresa já avisou o porto que, caso não haja pagamento até maio, a atividade deverá ser interrompida.

A situação preocupa as empresas importadoras e exportadoras que utilizam o porto e os operadores de terminais. A crise afetaria inclusive o Portonave, terminal privado de contêineres em Navegantes, que está fora da área pública do porto, mas que compartilha o canal de acesso.

"Estamos bastante preocupados. A foz do rio Itajaí é uma região em que há assoreamento e necessidade de dragagem permanente. Portanto, se houver paralisação, vai se perder calado, isso reduz a capacidade operacional", afirma Osmari Castilho, diretor superintendente da Portonave. Para além do receio de interrupção do serviço agora, o executivo diz que é necessário garantir sua continuidade a partir de janeiro de 2025, quando o contrato com a Van Oord se encerra.

A superintendência do Porto de Itajaí destaca que a dragagem está em operação neste momento e diz que está em busca de ajuda do governo federal para garantir o pagamento. Foi pedido um aporte federal de até R$ 50 milhões, mas ainda não há definição sobre o apoio. Questionado, o Ministério de Portos e Aeroportos afirmou que "recebeu o pedido e o documento está sob análise". Pessoas a par do tema dizem que o repasse federal deverá vir em valor menor, e que a prefeitura terá que colocar parte dos recursos.

O episódio da dragagem é apenas mais uma turbulência, entre as diversas acumuladas desde o fim de 2022. Em dezembro daquele ano, chegou ao fim o contrato da APM Terminals, da Maersk, que controlava o terminal de contêineres do porto — principal operação de Itajaí.

A APM chegou a buscar uma renovação com antecedência, mas a autoridade portuária preferiu abrir uma licitação simplificada para escolher o operador temporário. A vencedora foi a CTIL Logística. A empresa, porém, não assumiu devido a questionamentos da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) sobre a capacidade da operadora. Meses depois, os donos da empresa foram alvo de uma operação da Polícia Federal, por suspeita de tráfico internacional de drogas. A reportagem não conseguiu contato com a companhia.

R$ 2,9 bi
será o investimento da nova concessão

A solução provisória foi a prorrogação do contrato com a própria APM por seis meses. Porém, em junho de 2023, o grupo decidiu não renovar e deixou o terminal, que desde então está parado.

Segundo a administração do porto, essa paralisação é a principal causa da atual crise com a dragagem, visto que as receitas obtidas com o terminal de contêineres deixaram de entrar.

No fim de 2023, a Antaq fez uma nova licitação de um contrato temporário de dois anos para o terminal, que novamente teve turbulências: a primeira colocada foi desclassificada e, após questionamentos, saiu vencedora do processo a segunda melhor classificada, a Mada Araújo.

A empresa, que não é conhecida no setor, firmou o contrato em janeiro deste ano e recebeu um prazo de 180 dias para iniciar a movimentação de carga. Porém, no mercado há dúvidas sobre a capacidade da companhia de viabilizar a operação. Procurado, o grupo não respondeu às questões enviadas pela reportagem.

Para Lito Guimarães, diretor da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, é necessário garantir um "plano B" para a retomada imediata da movimentação de contêineres em Itajaí, caso haja problemas com a nova empresa. "Não dá para esperar mais licitações [para um contrato temporário], que têm maturação demorada", diz.

Desde a paralisação de Itajaí, ele diz que os terminais de contêineres de Santa Catarina operam no seu limite. "Os portos estão colapsados por falta de espaço, em um mercado que representa a segunda maior movimentação de contêineres do país e que hoje vive uma situação grave."

A solução definitiva, porém, virá apenas com a nova concessão do porto, que deverá incluir a operação do terminal de contêineres e o canal de acesso — incluindo a dragagem.

O projeto está em consulta pública até maio, e o governo espera fazer o leilão no primeiro trimestre de 2025. A estimativa é que a concessão gere investimentos de cerca de R$ 2,9 bilhões.

A expectativa no mercado é que a licitação atraia interesse. Para Ivam Jardim, sócio da Agência Porto Consultoria, unir a operação do terminal e a gestão do canal em um só contrato traz desafios, porém, caso fosse feita a separação, haveria um atraso ainda maior, porque os projetos teriam que passar novamente pelo Tribunal de Contas da União. "Acredito que haverá interessados, tanto empresas ligadas a armadores quando operadores como a DP World, que já manifestou interesse. Mas, por enquanto, temos a primeira versão do edital, todos irão analisar melhor." Rafael Schwind, do Justen, Pereira, Oliveira e Talamini Advogados, avalia que haverá disputa no leilão. "É um porto bem localizado, tende a haver concorrência."

Ensino Guilherme Martins, presidente da escola, fala sobre as mudanças sob sua gestão e detalha o novo plano de expansão

‘Não quero ser o cérebro do Insper e tomar todas as decisões’

Stela Campos
De São Paulo

Perto de completar um ano na presidência do Insper, Guilherme Martins comemora as mudanças que vem promovendo na instituição sem fins lucrativos, uma das escolas mais reconhecidas do país nas áreas de negócios e economia. A mais emblemática, para ele, é o anúncio de uma nova expansão. Martins conta que vem negociando há meses com o conselho de administração qual é o tamanho que a escola quer ter nos próximos dez anos e que, no fim de março, chegaram a um consenso: dobrar o número de alunos em todas as áreas do conhecimento onde o Insper atua, incluindo as incorporadas nos últimos 25 anos, como direito, engenharia e ciência da computação, e parar por aí.

Hoje, são 6.066 alunos, sendo 3.516 na graduação e 2.550 na pós (lato e stricto sensu), além de 8.194 na educação executiva. É o dobro em relação a 2017. O Insper tem vestibular em dez cidades, emprega mais de 400 professores, 120 em tempo integral, e em 2023 teve receita de R$ 371 milhões. “A pergunta era: a gente quer crescer mais? É uma discussão profunda”, diz Martins.

Para dobrar o número de alunos, a escola deve inaugurar, até 2030, dois prédios na rua Quatá, seu QG no bairro da Vila Olímpia, em São Paulo, onde já funciona em dois edifícios próprios. Além do reforço na infraestrutura, Martins quer ganhar robustez na operação. Para tanto, está promovendo uma mudança cultural interna, com mais avaliações, indicadores e o desdobramento de metas. “Vamos dar cadência ao que queremos fazer e comemorar entregas, não iniciativas”, afirma.

Mestre e doutor em administração, com uma rápida passagem pelo mundo corporativo no início da carreira, hoje, aos 39 anos, diz conseguir aplicar o que aprendeu nos dois universos e que o acadêmico o fascina pela complexidade. Em entrevista ao **Valor**, Martins fala sobre os desafios de diversidade e internacionalização da escola, entre outros temas. A seguir, os principais trechos:

Valor: *Como tem sido a sua experiência como presidente?*

Guilherme Martins: Ingressei no Insper em 2009. Naquele momento eu estava iniciando o doutorado na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas e, naturalmente, indo para uma carreira acadêmica. Tive oportunidade para ser professor auxiliar no Insper de uma disciplina na área que eu fazia doutorado e foi paixão à primeira vista. Durante o doutorado morei nos Estados Unidos e voltei quando assumi a disciplina de operações e supply chain. Na sequência, assumi a coordenação do curso de administração. Foi minha primeira experiência na gestão da escola. É muito diferente coordenar. A coordenação envolvia lidar com todos os professores, alunos, a complexidade tinha aumentado e eu gostei. Em 2020, assumi a diretoria da graduação, cuidava de todas as graduações, e veio a pandemia.

Valor: *Como foi esse desafio?*

Martins: Fui colocado à prova logo de cara porque era impossível achar que eu, centralmente, resolveria como as coisas iriam acontecer. Por um posicionamento nosso, a graduação é presencial com a vivência integral do aluno no campus, e precisava ser on-line. Foi um choque, eu só conseguiria fazer profundas transformações se conseguisse liderar bem com os professores, que são muito autônomos e as melhores pessoas para tomar decisões dentro das disciplinas. Eu precisava ser um maestro, guardando os princípios da escola sem tirar a autonomia, não trazer para mim todas as decisões, deixando que as boas práticas e a inovação acontecessem na base.

Valor: *O que ficou dessa experiência on-line?*

Martins: Foi um período que a gente aprendeu muita coisa e eu acho que não ficou a essência do on-line, que é o aluno não precisar vir ao campus. Isso a gente não abre mão. Algumas ferramentas que a gente aprendeu ficaram, porque a tecnologia apoia a sala de aula, algumas automações de autogestão da aprendizagem do aluno, testes e material de estudo adicional.

Valor: *O Insper tem a intenção de atuar em alguma outra área do conhecimento?*

Martins: Não. E falo isso com muita segurança. Nós passamos os últimos meses com o conselho discutindo isso. Qual é o papel do Insper olhando para as áreas de conhecimento? A gente fez uma expansão forte em escala e escopo. Hoje, temos o dobro de alunos que tínhamos em 2017. A gente fez isso muito rápido e existem as dores do crescimento. Temos cursos que começaram recentemente e a pergunta é: quando todas as vagas forem preenchidas nesses novos cursos, qual será o tamanho do Insper? A gente quer mais? A engenharia, a tecnologia e o direito precisam expandir em termos de pesquisa e pós-graduação e gerar o mesmo impacto e reputação que a escola de negócios e economia. Então, nosso trabalho é desenvolver essas áreas. Mas tem o desafio de, em menos de 10 anos, dobrar o número de alunos. Eu preciso preparar a organização para esse crescimento, que tem implicações físicas grandes, porque o ensino é presencial. Essa expansão é concentrada na rua Quatá, não há previsão de ir para outro lugar. Porque aí tem outro DNA do Insper, que é a integração das áreas de conhecimento.

> “O que não ficou [da pandemia] foi a essência do on-line: o aluno não precisar vir ao campus. Isso não abrimos mão”

Valor: *Como funciona essa integração?*

Martins: Quando a gente expandiu para a engenharia e depois para o direito, não criamos escolas diferentes, mantivemos tudo no mesmo núcleo. Tem uma única diretoria de graduação, uma única diretoria de pós que cuida de todas as áreas de conhecimento, centros de pesquisa. A gente acha que pelo nosso sistema ser diferente vamos ter um limite para esse crescimento. Imagina o Insper com 50 mil, 100 mil alunos? Não. Somos uma instituição com um tamanho ótimo e que deve gerar impacto na sociedade para além do número de alunos que forma.

Valor: *Quais mudanças vêm sendo feitas na gestão do Insper?*

Martins: Mencionei de crescer com excelência, desenvolvendo áreas em que recentemente a gente entrou, garantindo que o corporativo viabilize eu estar no estado da arte como universidade. Eu preciso aplicar as técnicas de gestão que eu ensino em sala de aula. Com meu viés de professor, vou sentar com a equipe e falar “não vamos estabelecer meta, vamos desdobrar a meta institucional”. Vamos garantir a melhoria contínua, o que é disruptivo. É a junção entre academia e gestão. É gratificante esse papel de organizar a casa, é apaixonante, traz o desafio.

Valor: *Como começaram essas mudanças operacionais?*

Martins: A gente criou um escritório de projetos institucionais para dar cadência ao que quer fazer e comemorar entregas, e não iniciativas. Não é meu papel amarrar demais, porque as pessoas têm muita autonomia e têm que ter, porque a inovação também sai delas. Tem que ser eficiente e inovar, você tem que dar espaço para os dois. É essa ideia de ambidestria que tenho trabalhado com o pessoal. Pelo fato de sermos sem fins lucrativos, temos que ser austeros nos gastos, as equipes são enxutas, e a gente tem que ter espaço para inovar, porque a gente vive disso, de excelência. O Insper sempre foi muito empreendedor, acho que um papel que estou contribuindo é, sem perder esse empreendedorismo, garantir a eficiência nos processos.

Valor: *Você teve que fazer movimentações na equipe?*

Martins: Reestruturei o comitê executivo, mudei a governança. Antes, a presidência tinha diretamente oito diretores. Hoje, tenho dois vice-presidentes, e continuam sendo nove pessoas ao todo. Um vice-presidente é acadêmico, e tem o vice-presidente corporativo, que cuida das áreas administrativas, e eu tenho um papel além da estratégia corporativa, de supervisão do todo.

Valor: *Seu antecessor, Marcelo Knobel, saiu em apenas três meses por diferenças estratégicas com o conselho. Isso o preocupou antes de assumir o cargo?*

Martins: Eu já era membro do comitê executivo, então eram pessoas que eu já conhecia. Acho que o conselho não tem nenhum dever de ser gentil comigo. Sou uma pessoa transparente, tento ser fácil de lidar, tenho posições firmes quando tenho que ter, quando não sei eu digo que vou estudar. Sou muito tranquilo com feedback. E não é um exercício, é o meu jeito mesmo. A minha relação tem sido muito boa e eu tento ter proximidade. Eles são um ativo meu e não um passivo. Não quer dizer que seja um ambiente só de concordância, nem no comitê executivo. Tenho buscado ter um tipo de liderança em que as pessoas possam colaborar na tomada de decisão. Não quero ser o cérebro do Insper e tomar todas as decisões. Quero pessoas que me ajudem a tomar melhores decisões.

GABRIEL REIS/VALOR

Martins vê o conselho de administração do Insper como um ativo e não um passivo

Valor: *Como fica a questão da internacionalização da escola nessa perspectiva de crescimento?*

Martins: Ela se dá de várias formas, atraindo professores estrangeiros, o que não é trivial para o Brasil. A gente tem que ter consciência de que não está na Europa a 100 km da casa do professor. Essa é a primeira fronteira. Depois é ter mais “double degrees” [quando uma instituição do exterior valida a formação] e o “progressive degree” [quando o aluno recebe dois títulos de níveis diferentes, graduação e mestrado, por exemplo]. Essa é a minha agenda de hoje. A gente tem mais de 120 acordos internacionais para os alunos terem mobilidade, fazerem intercâmbio. Isso está relativamente bem resolvido, mas precisamos fazer mais. Ano passado fizemos parcerias relevantes com a universidade de Illinois e a de Chicago, que incluem pesquisas, troca entre professores, aconselhamento do nosso currículo. Eu quero ter acordos mais profundos do que a simples mobilidade. Eu já recebo 115 alunos estrangeiros em eletivas que são em inglês. O que de fato vai fazer diferença na internacionalização é a gente ter esses acordos que envolvem pesquisa.

Valor: *Como vocês têm trabalhado a questão da diversidade entre professores, alunos e operacional?*

Martins: A diversidade teve um caminho interessante no Insper. Era uma comissão com alunos, professores, staff, essa comissão ainda existe, mas a gente internalizou essa estrutura na área de pessoas. Hoje, é uma área executiva, com “headcount” para tocar a agenda de fato. A contratação de professores é intencional. Todo edital que a gente abre deixa claro, como uma boa prática, que está em busca de mulheres e outros grupos. Só que não é só abrir uma vaga que as pessoas vêm. O que a gente faz é ir atrás proativamente.

> “O que de fato vai fazer diferença na internacionalização é ter esses acordos que envolvem pesquisa”

Valor: *E entre os alunos?*

Martins: No corpo discente, temos 29% de meninas na graduação. A gente acha que pode ter muito mais. O curso de direito, por exemplo, tem 58% de meninas, 42% de meninos, está ótimo. O curso de administração é mais masculino do que a média do Brasil. Quando se identificam esses “gaps”, temos chance de atuar. E a gente já tem feito isso na atração de alunos.

Valor: *O Insper é uma escola de elite, mas também tem bolsas. Como vocês tratam essa inclusão?*

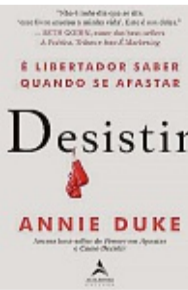
Martins: Hoje, a gente tem 10% de bolsistas. O programa cresceu muito nos últimos anos, hoje são 340 bolsistas. A pergunta é como a gente pode dobrar o programa de bolsa, viabilizar isso. Temos o desafio do “funding”. A gente tem um repasse de 5% da receita líquida da graduação para o fundo de bolsa, que conta com doações de pessoas, institutos e também de ex-alunos. Temos um residencial estudantil para o aluno que vem de fora de São Paulo. Ele tem lugar para morar e recebe uma ajuda de custo. O que a gente aprendeu no passado é que se você tiver um programa de bolsa pequeno, você gera um problema para o bolsista, porque ele anda sozinho no campus. Quando a gente atingir 500 pessoas andando no campus, esse se torna um grupo grande, que acaba se integrando ao longo da graduação com os demais alunos. A média de desempenho do meu aluno bolsista é melhor do que o não bolsista. Eles são lideranças intelectuais nas classes.

Estante

Potencial oculto: como extrair o melhor de você e dos outros
Autor: Adam Grant
Editora: Sextante
Páginas: 288
Preço: R$ 59,90

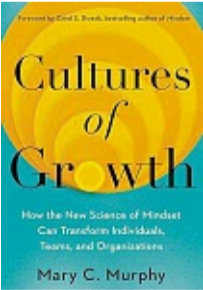
Adam Grant, renomado estudioso da área de recursos humanos, defende nesta obra que todas as pessoas são capazes de se aprimorar por meio do esforço. Utilizando evidências científicas e histórias reais, o autor mostra como o desenvolvimento de habilidades conta mais pontos do que dons natos para alcançar o sucesso.

Guia prático de negócios conscientes — Volume 2
Autores: Raj Sisodia, Timothy Henry e Thomas Eckschmidt
Editora: Voo
Páginas: 200
Preço: R$ 59

O segundo volume da série de livros tem como foco a relação entre os diferentes stakeholders de uma companhia. A obra traz exercícios, checklists e exemplos reais para que o leitor possa identificar o seu ecossistema de negócios, criar valor, fortalecer a sua operação e alcançar resultados.

Desistir: é libertador saber quando se afastar
Autora: Annie Duke
Editora: Alta Books
Páginas: 288
Preço: R$ 74,90

A autora do best-seller “Pensar em apostas” elaborou um guia a respeito da habilidade de saber quando é a hora certa de abrir mão de algo. Na obra, ela defende a ideia de que não devemos desistir de alguma coisa apenas por ser difícil, mas é preciso saber desapegar daquilo que não vale a pena, e sugere que o caminho para o sucesso envolve muitas desistências.

Negócios com propósito: impacto e lucro lado a lado
Autor: Anderson Rodrigues
Editora: Gente
Páginas: 192
Preço: R$ 64,90

O fundador da Vida Veg, empresa de produtos veganos refrigerados, apresenta um guia de empreendedorismo para aqueles que desejam alcançar resultados financeiros de modo sustentável. A obra analisa como aliar o lucro a um impacto socioambiental positivo, de forma o conciliar a busca pela prosperidade com o propósito de deixar um legado.

Cultures of growth
Autora: Mary C. Murphy
Editora: Simon & Schuster
Páginas: 352
Preço: R$ 137,70

Nesta obra, a psicóloga norte-americana Mary C. Murphy mostra como é possível criar e sustentar uma mentalidade de crescimento dentro de qualquer companhia. Para ela, talento e inteligência são conceitos que podem ser nutridos em cada indivíduo e, portanto, uma cultura empresarial voltada para essa construção é capaz de transformar pessoas e grupos.

Irreplaceable
Autor: Kevin Ervin Kelley
Editora: Matt Holt
Páginas: 256
Preço: US$ 24,33

No livro, o autor explica por que nem tudo pode ser substituído pela tecnologia e revela os motivos de os locais físicos serem essenciais para a sociedade e os negócios. Ele detalha o que é necessário para que os estabelecimentos atraiam pessoas e mantenham vantagem competitiva, de forma a criar experiências humanas impossíveis de serem replicadas pelo digital.

Balanços Levantamento com 394 empresas não financeiras mostra evolução em receita e no lucro no último trimestre do ano passado

Resultados melhores criam perspectivas positivas para 2024

Felipe Laurence e Victor Meneses
De São Paulo

Puxadas pelas empresas voltadas para o mercado doméstico e pela continuidade no corte de custos, que compensou o momento fraco das commodities, as companhias brasileiras de capital aberto tiveram um bom desempenho de resultados no quarto trimestre de 2023, com evolução do lucro e das receitas na comparação anual e também sobre o terceiro trimestre.

O bom momento, na opinião de analistas, abre uma perspectiva de desempenho positivo ao longo deste ano em especial para companhias domésticas, apoiada na queda dos juros e no aumento do consumo.

Levantamento do **Valor Data** com 394 empresas não financeiras mostra que o lucro líquido dessa amostra chegou a R$ 54,1 bilhões, alta de 12,6% na comparação anual e 20,4% sobre setembro. Já as receitas alcançaram R$ 913,5 bilhões entre outubro e dezembro, crescimento de 3,4% sobre o mesmo período de 2022 e de 4,9% ante o terceiro trimestre.

Os números excluem Petrobras e Vale, pelo tamanho das companhias, para evitar uma distorção do resultado, e empresas que passaram por processos recentes de recuperação judicial cujos números são muito díspares na comparação anual, caso de Oi, Light e Paranapanema.

Apesar da melhora, os analistas ouvidos pelo **Valor** consideraram os resultados do quarto trimestre "neutros", ou seja, sem muitas surpresas e na maior parte dentro das expectativas que o mercado tinha para o trimestre.

Empresas que atuam no setor doméstico tiveram desempenho mais positivo do que as de exportação de commodities, impactadas pela queda nos preços e também pelo fato de o dólar ter se mantido em torno de R$ 4,80.

"No consolidado, os resultados vieram só 4% abaixo do que esperávamos, o que consideramos um desempenho neutro", comenta Aline Cardoso, chefe de pesquisa e estratégia para ações do Santander. "Ainda assim, tivemos um trimestre em que o lucro das empresas cresceu em média 3%, em comparação com a queda de 20% no terceiro trimestre."

> "No consolidado, os resultados vieram só 4% abaixo do que esperávamos"
> *Aline Cardoso*

"Contra as nossas expectativas, o trimestre foi um pouco pior do que esperávamos, principalmente no Ebitda e no lucro, mas na comparação anual inegavelmente foi um desempenho bem forte", diz Carlos Eduardo Sequeira, chefe de pesquisa do BTG Pactual. Ele destaca o desempenho das empresas que atuam no setor doméstico, apoiado no melhor desempenho econômico, no período.

Os setores de energia, saneamento e telecomunicações foram os que ficaram, em geral, acima das expectativas. No primeiro, a maior demanda por energia elétrica e os preços mais altos, decorrência das altas temperaturas, acabou impulsionando resultados durante os três meses finais do ano.

Já as empresas de telecomunicações, em especial TIM Brasil e Telefônica Brasil, se aproveitaram de um ambiente competitivo mais "racional" — com ofertas menos agressivas — e conseguiram repassar aumentos de preços acima da inflação aos clientes. A redução nos investimentos também acabou gerando um aumento significativo de margens e geração de caixa robustas.

No geral, o que chamou a atenção dos analistas foi a melhoria na eficiência que as empresas domésticas apresentaram no quarto trimestre, com expansão de margens e geração de caixa robusta graças às iniciativas tomadas nos últimos anos. "Um cenário mais duro gerou a necessidade das empresas buscarem essa eficiência de margens maior", diz Sequeira, do BTG.

Em levantamento do Bank of America (BofA), que leva em conta 79 empresas que compõem o Ibovespa, inclusive companhias financeiras, o lucro por ação teve queda de 13%, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 3% e as receitas se mantiveram estáveis, na comparação anual. Sobre o terceiro trimestre, o lucro por ação caiu 1% no ano, o Ebitda subiu 15% e as vendas caíram 6%.

Quando retirados efeitos de empresas de energia e materiais básicos, notadamente Petrobras e Vale, o lucro por ação teve crescimento de 21% no quarto trimestre, sobre o mesmo período de 2022, com o Ebitda também subindo 21% e o faturamento das 79 companhias observadas aumentando 5%. Sobre o terceiro trimestre, o lucro por ação ficou estável, já o Ebitda teve alta de 9% e as vendas das empresas aumentaram 6%.

Empresas que lidam com commodities tiveram resultados fracos, o que já era esperado, em decorrência da queda nos preços, o que acabou causando uma redução nos lucros. No levantamento do BTG, empresas de commodities tiveram queda de 7,2% nas receitas e 22,7% no lucro líquido, na comparação anual. Para o Santander, os resultados acabaram vindo um pouco melhores do que esperavam nos preços.

Tanto petróleo quanto celulose tiveram preços mais baixos ao longo do quarto trimestre, com o barril do Brent em queda de 7% no período, US$ 83 na média, enquanto a celulose negociada na China teve redução de 29% nos preços, a US$ 615 por tonelada, por causa das incertezas macroeconômicas ao redor do mundo.

> **R$ 54 bi**
> **de lucro líquido nas empresas avaliadas**

Já o minério de ferro manteve patamares elevados, com problemas na ponta da oferta, mas o aproveitamento das siderúrgicas foi baixo e o preço do aço se manteve pressionado.

No geral, as expectativas para o ano parecem mais otimistas. Uma análise feita pelo Santander das transcrições das teleconferências de resultados das empresas durante o primeiro trimestre, mostra um aumento significativo no uso da palavra recuperação e menos citações de inflação e inadimplência, uma indicação de que as companhias projetam um ambiente melhor em 2024 — o que pode representar melhores margens de lucro ao longo do ano.

"Temos expectativa que a retomada de atividade, ganho de salário real e menor desemprego deva ter efeitos positivos nos setores de consumo durante o primeiro trimestre", diz o chefe de pesquisa do BTG. "Não será uma temporada espetacularmente mais forte, mas a tendência de melhoria deve continuar", afirma. Ele pondera que muito da melhoria virá dos juros mais baixos, reduzindo pressão nas despesas financeiras.

O resultado das companhias abertas no 4º trimestre *
Dados em R$ bilhões

	4º trim./22	3º trim./23	4º trim./23	Variação % 4º trim.23 / 4º trim.22	Variação % 4º trim.23 / 3º trim.23
Receita líquida	883,6	870,7	913,5	3,4	4,9
Custo de produtos/serviços	-670,0	-654,8	-684,6	2,2	4,5
Lucro bruto	213,7	215,9	228,9	7,1	6,0
Despesas/receitas operacionais	-124,4	-112,3	-131,3	5,5	16,9
Lucro operacional (Ebit)	89,2	103,5	97,6	9,4	-5,7
Despesas financeiras líquidas	-35,1	-56,9	-42,0	19,4	-26,2
Lucro líquido	48,0	44,9	54,1	12,6	20,4

Custos e margens	4º trim./22	3º trim./23	4º trim./23	Variação p.p. 4º trim.23 / 4º trim.22	Variação p.p. 4º trim.23 / 3º trim.23
Custos (em % da receita líquida)	75,8	75,2	74,9	-0,9	-0,3
Margem bruta (em % da receita líquida)	24,2	24,8	25,1	0,9	0,3
Margem Ebit (em % da receita líquida)	10,1	11,9	10,7	0,6	-1,2
Margem líquida (em % da receita líquida)	5,4	5,2	5,9	0,5	0,8

Fontes: CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Dados somados de 394 empresas não financeiras (exclui Petrobras, Vale, Light, Oi, Paranapanema, Rossi Residencial e PDG Realty)

Cosmético Projeto de cisão para Avon Internacional prevê listagem, mas será preciso enxugar estrutura e atrair investidores ao negócio

Na Natura, foco agora não está em expansão nem aquisição

Ana Luiza de Carvalho e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A Natura vai centrar seus esforços em suas operações da América Latina e no plano que está sendo traçado para os ativos da Avon Internacional, concentrados em 37 países entre Europa, África e Ásia — uma boa parte considerada pouco estratégica para os negócios do grupo.

Fábio Barbosa, presidente da holding da gigante brasileira de cosméticos, coordena os estudos com um grupo de advogados e bancos para atrair investidores para a divisão fora da América Latina. "Nosso negócio hoje não é expansão, não é pensar novamente em operações internacionais nem aquisições. Eu brinco que, se alguém falar de aquisição aqui, ponho para fora da sala", disse o executivo em entrevista ao **Valor**.

Há quase dois anos à frente do grupo, Barbosa, que estava no conselho de administração da companhia, foi "convocado" pelos três fundadores da Natura — Antônio Seabra, Guilherme Leal e Pedro Passos — para reestruturar a empresa, altamente endividada em 2022 e com resultados fracos.

De lá para cá, o grupo vendeu dois importantes símbolos do processo de internacionalização da companhia — a marca de luxo Aesop, por US$ 2,6 bilhões para a francesa L'Oréal, e The Body Shop, por 207 milhões de libras, para a gestora Aurelius, por um quinto do 1 bilhão de libras pago pelo ativo. O desafio está na estruturação da Avon Internacional.

Para o executivo, as sinergias entre Natura e Avon na América Latina estão claras e os investimentos nas marcas serão retomados, com a Natura como âncora. "A gente quer consolidar nossa liderança no Brasil, trabalhar nas margens e integrar a Avon dentro das operações de Natura em toda a região."

A ideia agora é listar o segundo negócio em bolsa, atraindo investidores que não têm interesse necessariamente em ativos da América Latina. As operações da Natura & Co já são tratadas pela companhia de forma distinta, inclusive na divulgação de resultados financeiros. João Paulo Ferreira responde por América Latina e Kristof Neirynck pela outra divisão.

O formato, contudo, está em estudo, mas a pergunta que fica no mercado é: como atrair capital para um negócio que não é considerado mais o "core" da Natura?

> "Não está claro como será a alocação de ativos e passivos entre as duas empresas"
> *Vinícius Strano*

Do pacote de 37 países da Avon Internacional, são poucos os mercados mais relevantes para essa divisão de negócio, como parte do leste europeu, África, Oriente Médio e a Ásia. A Rússia tornou-se um ponto sensível, sobretudo com a guerra na Ucrânia. Em algumas regiões, a Avon deve limitar sua presença à distribuição de produtos. Não será o caso da Polônia, por exemplo, que conta com um complexo fabril e uma área administrativa já estruturada.

"A estratégia é rentabilizar as operações da Avon Internacional, estancar a queda das receitas e escolher os países com maior potencial e rentabilidade em detrimento dos que não têm", disse Barbosa.

A cisão dos negócios — e eventual listagem, como pretende o grupo — permitirá uma visibilidade distinta das operações do grupo no mercado, afirmam analistas ouvidos pelo **Valor**. "O que não está claro ainda é como vai ser a alocação de ativos e passivos entre as duas empresas separadas. Talvez a Avon Internacional tenha de ter caixa, mas não sabemos quanto vai ser alocado lá. Ainda é preciso aguardar por desdobramentos da cisão como acordos comerciais", apontou Vinicius Strano, do UBS.

João Soares, analista do Citi, vê sentido na cisão como forma de simplificação dos negócios e reconhece que as operações da Avon Internacional são "completamente diferentes" da atuação da holding na América Latina, em aspectos como rentabilidade e execução de risco. A integração entre as marcas Avon e Natura na América Latina deve acentuar ainda mais as diferenças entre as duas operações. "A grande questão é em relação aos royalties que a operação da América Latina pagaria para Avon."

A Natura ainda não tem resposta para parte dessas questões, mas sinaliza que mercados mais importantes para o grupo vão receber mais investimentos. "A ideia é listar, mas é preciso efetivamente entender a complexidade e os passos necessários que passam pela questão tributária, financeira e organizacional para ter a clara compreensão do apetite do investidor, de maneira que ele possa ser beneficiado com essa decisão, não prejudicado. É importante dizer que os acionistas, se o assunto for adiante, serão os mesmos inicialmente nas duas [empresas]. Depois cada um se posiciona como quiser."

Com carreira consolidada no mercado financeiro, Fábio Barbosa, que completa 70 anos em outubro, recebeu um mandato claro ao deixar o conselho da companhia para assumir o comando da companhia para "arrumar a casa".

GABRIEL REIS/VALOR
Fábio Barbosa, presidente da holding, vê sinergias de Avon e Natura na AL

"A primeira delas foi trabalhar a estrutura financeira. O grupo estava com endividamento alto. Foi preciso sanear essa questão. O segundo mandato, vamos dizer assim, era a simplificação da estratégia e estrutura organizacional que havia sido montado para lidar com várias operações mundo afora. E, inclusive, criando uma holding relevante naquele momento em Londres. Tivemos de simplificar a estrutura administrativa e a estratégia. E terceiro, recuperar as margens e lucratividade."

A venda da Aesop foi importante para reduzir a alavancagem — já com o desinvestimento da The Body Shop, o objetivo foi a simplificação estratégica do grupo, uma vez que essa marca tinha uma atuação menor no varejo no Brasil, mas muito grande, especialmente na Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, e foi duramente impactada pela covid-19, como as operações de varejo de forma geral.

Em 2023, a Natura teve lucro líquido de R$ 2,9 bilhões, revertendo o prejuízo de R$ 2,8 bilhões do ano anterior, e encerrou o ano com caixa líquido de R$ 1,7 bilhão. O quarto trimestre, porém, teve prejuízo de R$ 2,7 bilhões. Com a venda da Aesop, R$ 7,6 bilhões foram para pagar dívidas, que, em 2022, estavam em R$ 7,4 bilhões. Com isso, o grupo passou a ter uma posição líquida de caixa de R$ 1,65 bilhão. A companhia anunciou quase R$ 1 bilhão em dividendos.

Barbosa disse não ter um prazo para deixar o dia a dia do grupo. "No momento, não tenho nenhum outro plano a não ser consolidar Avon e Natura na América Latina e equacionar a Avon Internacional."

Vendas diretas das marcas mantêm espaço mesmo com diversificação de canais

De São Paulo

As operações de cosméticos da Natura &Co América Latina somaram volume bruto de mercadoria (GMV) de R$ 40 bilhões no último ano. Essa é a primeira vez que a companhia divulga o índice. O GMV reúne o valor dos produtos comercializados em todos os canais de operação, incluindo vendas diretas, e-commerce e lojas físicas, nas operações da holding em todos os países da região.

Os resultados trimestrais da Natura &Co já incluem indicadores como receita bruta e receita líquida, enquanto o GMV é uma métrica mais comum em resultados trimestrais de companhias que operam no ambiente on-line por marketplaces. Na semana passada, o grupo Boticário divulgou GMV de R$ 30,8 bilhões.

Além da tradicional venda direta, por meio de consultoras de beleza, a Natura hoje também possui um e-commerce próprio e 885 lojas físicas em todo o país, das quais mais de 770 são franqueadas. A companhia já é uma das vinte maiores franquias do Brasil e, no ano passado, o fluxo de clientes foi de 15 milhões de pessoas.

O vice-presidente de negócios da Natura Brasil, Agenor Leão, afirmou que a diversificação de canais não representa risco de canibalização de vendas diretas. "Há diferentes perfis de compra e de clientes em cada canal, o que se reflete no tíquete médio e na frequência de compra. Também sabemos que há categorias que vendem mais em um determinado canal do que outro, e com essa complementariedade conseguimos alcançar diferentes públicos."

Segundo ele, as operações digitais possibilitam a captura de dados para criar ofertas aos clientes "de forma muito mais individualizada". Outra iniciativa é a identificação de influenciadores digitais e a prospecção de parcerias com eles, o que potencializa as campanhas de marketing especialmente dentre a geração Z.

A produtividade das consultoras (ou seja, o valor dos pedidos de produtos nas encomendas para clientes) segue em alta, mesmo com a disponibilidade de produtos em outros pontos de venda. Um dos motivos para isso é a integração das operações administrativas e logísticas de Avon e Natura no Brasil, incluindo centros de distribuição conjuntos e futuro envio de pacotes únicos para as duas marcas.

"Há uma sobreposição pequena de categorias. A Avon tem liderança em algumas categorias de maquiagem, enquanto a Avon tem em outras." A integração ampliou a presença da Avon nos lares brasileiros, considerando que consultores não atuam de forma exclusiva. *(ALC)*

'Pai' do urbanismo social mostra experiência de Medellín

Cidades

João Luiz Rosa
De São Paulo

O colombiano Alejandro Echeverri não gosta de usar a palavra "favela". Prefere "bairro popular". "É uma definição mais ampla, que inclui a todos; quando se usa o termo 'favela', que por si mesmo já discrimina, fica mais difícil integrar esses lugares [às demais partes da cidade]", diz o arquiteto.

O cuidado de Echeverri com as palavras reflete a natureza de seu trabalho. Considerado o pai do urbanismo social, foi ele quem comandou o processo de reurbanização de Medellín, segunda maior cidade da Colômbia, a partir dos anos 2000. De "cidade mais perigosa do mundo", dominada pelo narcotráfico, Medellín passou a ser um símbolo de revitalização urbana. A taxa de homicídios, que beirava 200 mortes por 100 mil habitantes em meados dos anos 90, caiu para menos de 25.

Echeverri diz que não há uma fórmula mágica para tratar dos problemas nas metrópoles latino-americanas. "Cada cidade tem de adaptar os esforços à sua própria lógica e capacidade [de reação]. O importante é ter o valor das pessoas como elemento central", afirma. "O foco não está na infraestrutura, mas em transformar a história de vida das pessoas e combinar as transformações físicas com programas sociais."

O urbanismo social preconiza a realização de projetos para melhoria de serviços públicos, transporte urbano, habitação e espaços compartilhados simultaneamente à adoção de políticas em torno de temas como educação e cultura. A estratégia está voltada à transformação de áreas com índices elevados de pobreza e violência.

DIVULGAÇÃO

> "Foco não é infraestrutura, mas transformar a vida das pessoas"
> *Alejandro Echeverri*

Cofundador do Centro de Estudos Urbanos e Ambientais da Universidade EAFIT (Urbam), em Medellín, Echeverri vai compartilhar suas experiências no seminário "Novas Centralidades Urbanas", que a plataforma de conteúdo Arq. Futuro vai promover nesta terça-feira, dia 9, em Campinas (SP).

O principal problema na América Latina, afirma o arquiteto, é a falta de continuidade de projetos e políticas públicas sempre que muda uma administração municipal. "É uma tragédia", diz ele. "O que aprendemos em Medellín é que se conseguirmos ter uma continuidade aceitável, por oito ou doze anos, o impacto será relevante."

Na cidade colombiana foram definidas estratégias de curto, médio e longo prazos, com diferentes escalas e tamanhos. Os projetos são importantes porque é maior a probabilidade de que sejam concluídos na mesma administração que os iniciou.

"Um grande volume de pequenos projetos conectados pode gerar uma grande transformação", afirma Echeverri. "O importante é definir a que ponto se quer chegar para desencadear uma agenda com dimensões e volumes de investimento variados, mas que seja articulada e coordenada."

O urbanismo social não é uma panaceia, adverte o arquiteto. Questões como o crime organizado fogem ao escopo do projeto urbanístico, por melhor que ele seja, e exigem outro tipo de resposta institucional.

Na década de 2000, quando a reurbanização de Medellín começou, sob a gestão do prefeito Sergio Fajardo (2004-2008), a Colômbia tinha os maiores cartéis de drogas do mundo. Apesar da melhora, o problema está longe de acabar. "Ainda existem cartéis na Colômbia, mas muitos deles migraram para o México e outros países", diz o arquiteto. "Infelizmente, não é que o tráfico esteja mais fraco. O que estamos vendo é como o narcotráfico, em escala global, está afetando países como o Equador."

Echeverri participa de um livro que está em fase de impressão e vai se chamar "A Cidade Sem Muros: Histórias do Normalismo Social" (em tradução livre), em que discute como as barreiras físicas que separam os bairros mais pobres dos mais ricos têm, além do óbvio caráter econômico, implicações psicológicas profundas.

Essas paredes invisíveis alimentam uma polarização entre os habitantes de classes sociais diferentes que acaba impedindo a integração dos espaços. Uma cidade de portas abertas, diz ele, não depende só de construir moradias populares — embora isso seja importante —, mas de estabelecer lugares públicos nos quais as relações humanas possam ser consolidadas. É uma resposta às condições que acabam confinando os mais necessitados a bairros distantes, sem serviços básicos, enquanto os mais ricos se isolam em condomínios fortificados para se proteger.

A ideia subjacente é fazer com que forças estimuladas por processos de promoção de equidade e inclusão tenham maior influência em bairros deteriorados e reduzam lacunas que, na falta dos agentes de bem-estar social, acabam ocupadas pelo crime e a violência. "Não é viável pensar que todos teremos o mesmo nível de renda, mas é factível ampliar a agenda de oportunidades para a maioria da população", diz Echeverri.

Chegar a esse patamar de entendimento exige a participação da sociedade civil — e não apenas do governo. Entre os interlocutores devem estar empresas, universidades, ONGs, líderes comunitários. A experiência mostra que projetos apoiados por essas organizações têm mais chance de sucesso que os executados isoladamente por grupos políticos ou cuja orientação seja muito vertical, de cima para baixo, afirma o arquiteto.

"No hemisfério Norte, a sociedade é um ator importante, incluindo cidadãos e a iniciativa privada", afirma Tomas Alvim, cofundador da Arq.Futuro. "O Brasil é um dos países mais urbanizados do mundo. Quando se fala da Amazônia lembramos imediatamente da floresta, mas 72% da população local mora em cidades", diz ele.

A Arq. Futuro foi criada há 16 anos e há cinco é parceira do Insper no Laboratório Arq. Futuro de Cidades, que promove cursos e projetos. Com o seminário "Novas Centralidades", patrocinado pela Iguatemi S.A., a plataforma retoma a realização de eventos ao vivo.

Echeverri destaca a mobilidade como um dos temas centrais do debate. Em Medellín foram criados sistemas de transporte, incluindo teleféricos, a partir da infraestrutura disponível, o que resultou em rotas seguras para os moradores, principalmente os mais jovens. A questão, afirma o arquiteto, "é como geramos uma cidade sustentável, onde uma criança de 8 anos, de qualquer classe social, possa caminhar livremente e sem medo."

Metais e Petróleo
Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações 05/04/24	Há uma semana	Fim de março	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em % Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.391,0	2.270,0	2.270,0	2.335,5	2.306,0	5,33	5,33	2,38	3,69	2.068,5	2.410,0
Três meses	2.433,0	2.311,0	2.311,0	2.382,0	2.354,0	5,28	5,28	2,14	3,36	2.123,0	2.440,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	1.820,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	1.952,0	0,00	0,00	17,42	-6,76	1.450,0	2.035,0
Três meses	1.820,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	2.007,0	0,00	0,00	17,42	-9,32	1.503,0	2.035,0
Chumbo											
Disponível	2.091,0	1.965,0	1.965,0	2.031,0	2.119,5	6,41	6,41	2,95	-1,34	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.118,0	2.005,5	2.005,5	2.068,0	2.120,0	5,61	5,61	2,42	-0,09	1.991,0	2.284,5
Cobre grade A											
Disponível	9.198,0	8.729,0	8.729,0	8.476,0	8.780,0	5,37	5,37	8,52	4,76	7.812,5	9.257,0
Três meses	9.320,0	8.835,0	8.835,0	8.580,0	8.785,0	5,49	5,49	8,62	6,09	7.890,0	9.370,0
Estanho high grade											
Disponível	28.705,0	27.650,0	27.650,0	25.175,0	24.675,0	3,82	3,82	14,02	16,33	22.910,0	29.450,0
Três meses	28.900,0	27.600,0	27.600,0	25.500,0	24.450,0	4,71	4,71	13,33	18,20	23.275,0	29.450,0
Níquel											
Disponível	17.475,0	16.530,0	16.530,0	16.300,0	22.710,0	5,72	5,72	7,21	-23,05	15.620,0	25.540,0
Três meses	17.715,0	16.740,0	16.740,0	16.570,0	23.100,0	5,82	5,82	6,91	-23,31	15.880,0	25.775,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.587,5	2.391,0	2.391,0	2.640,5	2.848,0	8,22	8,22	-2,01	-9,15	2.224,0	2.937,0
Três meses	2.629,0	2.434,0	2.434,0	2.654,0	2.832,0	8,01	8,01	-0,94	-7,17	2.236,5	2.908,0
Petróleo - US/barril (2)	**05/04/24**	**Há uma semana**	**Fim de março**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	86,10	82,42	82,42	71,84	80,63	4,46	4,46	19,85	6,78	67,29	91,30
Brent - mercado futuro	90,13	87,00	87,00	76,91	84,62	3,60	3,60	17,19	6,51	71,82	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Gestão Empresário falou nos EUA na abertura da 10ª edição da Brazil Conference e não citou nominalmente a empresa brasileira

Sem citar Americanas, Lemann fala da importância das derrotas

Stella Fontes
De Cambridge (EUA)

Considerado o homem mais rico do Brasil, Jorge Paulo Lemann, um dos sócios-fundadores da gestora 3G Capital, prefere não usar a palavra fracasso, mas insucesso. Porque os insucessos não necessariamente são ruins, mas problemas a serem resolvidos e que representam oportunidades para descobrir onde houve falhas e como não repeti-las, disse o empresário, que participou no sábado do painel de abertura da 10ª edição da Brazil Conference em Harvard e MIT.

"É como perder uma partida de tênis. Você pensa sobre como fazer melhor nas próximas", afirmou, em conversa com o professor Daniel L. Shapiro, autor do livro "Negociando o Inegociável" e um dos autores de "Além da Razão: Usando Emoções ao Negociar".

Sem mencionar textualmente o caso Lojas Americanas, Lemann lembrou que uma companhia comprada pelo trio de sócios da 3G, com 30 mil funcionários, passou por uma grave crise recentemente e foi preciso "salvá-la". "No geral, tive muito sucesso nos negócios, mas os dois últimos não foram de muito", afirmou. "Os problemas são, em geral, uma oportunidade para fazer melhor e seguir em frente", acrescentou.

Deflagrada a crise, o foco agora está em consertar os estragos e fazer com que a empresa volte a ser um negócio bem-sucedido, disse Lemann. Em recuperação judicial e com dívidas que superam R$ 40 bilhões, a varejista foi palco de uma fraude contábil revelada no início do ano passado.

Em outro momento, o empresário indicou que houve problemas relacionados a seguir apostando em um sistema de treinamento de lideranças dentro de casa: todos ficaram parecidos, pouco adaptáveis às mudanças em curso no mundo. Diante disso, o comportamento mudou e voltou-se a atrair competências de fora de casa.

Questionado sobre confiança, disse que esse é um laço fundamental numa empresa, e aquele que não se encaixa eticamente não permanece no negócio. "Confiança é muito importante. No banco [Garantia], eram dezenas de sócios e nunca houve um problema legal, porque sempre esteve muito claro quais eram as regras."

Nascido no Rio, o empresário lamentou os problemas de segurança enfrentados na capital fluminense e lembrou com saudosismo dos tempos de surfe, pescaria e tênis, e da mãe "poderosa", que proporcionou educação baseada em autonomia e independência.

Questionado por Shapiro sobre os ensinamentos que vieram da prática de esportes, citou a noção de que é necessário muita prática até alcançar o sucesso, que as derrotas têm papel relevante nesse trajeto e que é preciso tomar riscos. "É algo muito importante. Aprender a tomar riscos e saber até onde ir", disse.

Um dos aprendizados no mundo dos negócios, contou, foi o de que, normalmente, formação acadêmica e coragem de tomar riscos são inversamente proporcionais, e lembrou da resistência que encontrou, entre conhecidos com PhD, quando decidiu comprar a Brahma, que mais adiante e após algumas aquisições daria origem à maior cervejaria do mundo, a Anheuser-Busch InBev (AB InBev).

DIVULGAÇÃO/VOLPONI MÍDIA

"Os problemas são, em geral, uma oportunidade para fazer melhor"
Jorge Paulo Lemann

A decisão de compra da Brahma, contou, foi tomada em uma tarde, mas após "dez anos" de análise, e levou em conta não fluxo de caixa ou projeção de resultados no longo prazo, mas os fatos de que o Brasil é um país quente, de população jovem, e a empresa era mal gerida.

Segundo Lemann, na vida e nos negócios, vale o sistema dos "cinco objetivos básicos", praticamente uma filosofia colocada em prática para simplificar o caminho e alcançá-los. E deixou um conselho aos estudantes de Harvard: "Estudar é bom, mas ainda tentaria relacionar isso à realidade. Você realmente aprende cometendo erros, e não apenas estudando."

As palestras da Brazil Conference 2024 ocorreram no fim de semana nos auditórios da Universidade de Harvard e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em Cambridge.

A repórter viajou a convite da Brazil Conference

Empreendedorismo e democracia na pauta

De Cambridge (EUA)

Com ingressos esgotados dez dias antes, a 10ª edição da Brazil Conference em Harvard e MIT, evento organizado pela comunidade de estudantes brasileiros em universidades americanas, se propôs a proporcionar o encontro de "vários Brasis". De um dos painéis de abertura, com Jorge Paulo Lemann, à fila enorme para assistir à primeira palestra da cantora Ivete Sangalo — sem direito a chorinho —, a conferência debateu empreendedorismo, negócios, democracia, filantropia e comunicação, com empresários, artistas e jovens líderes.

Em sua primeira palestra, Ivete lembrou como construiu a carreira e se tornou gestora após construir sua família, a sua Ítaca (e de Ulisses). Na plateia, além de Lemann, o amigo Nizan Guanaes, os sócios da farmacêutica Cimed — os irmãos João Adibe Marques e Karla Felmanas Marques —, o prefeito do Recife, João Campos, e outras personalidades.

Em outro painel, Nizan já havia "entrevistado" o amigo Fabrício Bloisi, fundador do iFood. Os dois, baianos e nascidos em 9 de maio com alguns anos de diferença, falaram sobre pensar grande quando se deseja empreender e sobre ter foco, entre outros atributos.

Perto de atingir a marca de 100 milhões de pedidos por mês, o iFood já movimenta 0,5% do PIB. A meta é chegar a 1%. Conforme Bloisi, "muito estudo e trabalho" e empoderamento de pessoas são ferramentas básicas para alcançar objetivos. "Como presidente, decido muito menos do que vocês imaginam [...] eu empodero muita gente boa, que está se renovando o tempo todo", contou.

Em outro painel, o presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro, debateu com Wellington Vitorino, formado no MIT e fundador do ProLider, como jovens empreendedores podem contribuir para transformar o país a partir de ações sociais. Vorcaro, um dos novos donos do Fasano Itaim, hotel de luxo na capital paulista, comentou que o foco da instituição financeira é ajudar empresas no acesso a financiamento. "Temos que reconhecer também as evoluções no Brasil. Há 25 anos, quando comecei a jornada de empreendedorismo, a burocracia para desenvolver qualquer negócio era muito maior. Mas ainda há itens de trava, como o acesso a crédito e o custo de capital. Várias empresas muitas vezes têm um bom plano, mas o custo de capital elevado e a ausência de acesso ao crédito acabam levando ao insucesso."

Mais cedo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, debateu populismo e suas consequências com Steven Levitsky, coautor de "Como as Democracias Morrem".

O apresentador da Globo Luciano Huck gravou em sua palestra um quadro para o programa "Domingão com Huck", que comoveu a plateia, e foi novamente questionado sobre sua entrada na vida política — sem resposta direta.

Ontem, a embaixadora do Instituto DuClima na conferência, Naira Santa Rita, afirmou que ela e Marta Melo, do Instituto Sapiência, foram alvo de racismo. Segundo Naira, elas participavam como ouvintes de uma palestra em Harvard quando ouviram comentários, de "três meninas brancas" brasileiras, em inglês, sobre se "essas mulheres negras" teriam "piolho em seus cabelos e dreads". A Brazil Conference disse que repudia qualquer ato de discriminação e que "está tomando medidas para averiguar o incidente". *(SF)*

Marketing Gerdau e ArcelorMittal estão anunciando em festivais de música, TV, rádio e em esportes

Siderúrgicas investem para ficar mais perto do consumidor

DIVULGAÇÃO/GERDAU

A Gerdau, que investiu no Rock in Rio de 2022 ao usar seu aço para construir o Palco Mundo (foto), neste ano volta a apostar no mesmo festival: perto dos jovens

Cynthia Malta
De São Paulo

Grandes siderúrgicas como Gerdau e ArcelorMittal, que não vendem seus produtos para o consumidor final, estão com campanhas de marketing de grande porte direcionadas justamente a esse público. A estratégia abrange anúncios em TV aberta e fechada, patrocínio de shows de música, de esportes e influenciadores em redes sociais. Por quê?

No caso da Gerdau, maior fabricante brasileira de aço, com 123 anos de operação, a decisão de ficar mais perto do consumidor começou a ser desenhada há sete anos, quando o comando passou às mãos de Gustavo Werneck, que não é da família Gerdau, controladora do negócio. A imagem que se planejava transmitir era de uma empresa mais moderna, menos hierárquica, mais leve. O orçamento do marketing, então, cresceu — o de 2023, cujo valor não é informado, dobrou em relação a 2016.

"Queríamos nos tornar uma empresa querida, onde os jovens quisessem trabalhar", diz Pedro Torres, diretor de comunicação e relações institucionais da Gerdau. Os jovens já não queriam trabalhar em siderúrgicas, consideradas empresas da "velha economia". Preferiam ir para startups.

Os desastres ambientais de Mariana, em 2020, e Brumadinho, em 2019, provocados por atividade de mineração da Samarco e da Vale, respectivamente, impactaram a imagem do setor siderúrgico. O minério de ferro é o principal insumo na produção do aço.

"A sociedade ficou cética com essa indústria e estamos nesse ecossistema", disse Torres. Ele explica que 70% do aço produzido pela empresa vem da sucata, 30% do minério de ferro. "Mas fomos contaminados pelas tragédias." O impacto negativo não se limitou à imagem do setor. "Passamos a ter dificuldade em ter novas licenças ambientais para operar".

Nos festivais de música Rock in Rio, em 2022, e The Town, em São Paulo, ano passado, a Gerdau construiu palcos com aço 100% reciclável. "Ficamos mais conhecidos pelos jovens. Até então, achavam que na empresa não teriam liberdade para serem criativos", disse Torres.

A Gerdau também aposta em rede social. "Em 2022 entramos no TikTok. Agora estamos em várias redes sociais e temos 2,5 milhões de seguidores", diz Torres. A mensagem, com foco no público jovem, é que a Gerdau é uma empresa que investe em inovação e que respeita o meio ambiente. "A indústria siderúrgica tem imagem de poluidora. E precisávamos adotar uma linguagem mais leve", diz.

A avaliação na Gerdau é que a estratégia deu certo. Em 2023 o programa de trainees para preencher 200 vagas atraiu 45 mil pessoas.

A ArcelorMittal, que em 2023 apostou no programa de culinária Masterchef, neste ano está, desde fevereiro, com uma grande campanha nacional em TV aberta e fechada, em rádio e nos cinemas, além das ruas de Belo Horizonte, sua sede no Brasil. Desenvolvida pela N Ideias e pela DM9, a campanha inclui ainda patrocínio da Olimpíada de Paris.

Há cerca de 10 anos, a ArcelorMittal chegou a anunciar na TV aberta, mas de forma tímida. Agora, usando a melodia "Alô, alô, WBrasil", da música de Jorge Ben Jor, a empresa está ensinando o consumidor a pronunciar seu nome: "Alô, Alô, ArcelorMittal".

O plano é a campanha durar até dezembro. A empresa, que pertence ao grupo de mesmo nome sediado em Luxemburgo, prevê investir no Brasil R$ 25 bilhões em cinco anos. E seu comando avalia que é importante contar o que a companhia está fazendo, para mostrar seu tamanho e tornar-se mais conhecida dos brasileiros.

Para Jaime Troiano, da consultoria Troiano Branding, a estratégia das duas siderúrgicas faz muito sentido. A divisão entre empresas que vendem a outras empresas (B2B) e as que vendem ao consumidor final (B2C) é cada vez "mais tênue". As B2B "sempre se encastelaram nessa posição", de não precisar falar para a sociedade. Mas essa visão está mudando.

A cultura ESG (governança ambiental, social e corporativa) ajuda a fazer com que as empresas se exponham mais. E o consumidor vem ganhando mais poder. Pode ir às redes sociais e dar sua opinião sobre produtos e empresas.

123
anos tem a Gerdau e 102, a ArcelorMittal

Aço da China tem 18% do mercado brasileiro

De São Paulo

A China é o maior produtor de aço bruto do mundo, tendo respondido por 53,9% do mercado global no ano passado, segundo dados informados pelo Instituto Aço Brasil. E a presença do aço chinês no mundo tende a aumentar, pois o mercado imobiliário na China continua fraco — a alternativa, então, é exportar.

Grandes siderúrgicas no Brasil têm reclamado, acusando os chineses de praticarem dumping. A fatia do aço chinês no mercado brasileiro chegou a 25%, em dezembro, com média de 18% no ano de 2023.

As siderúrgicas vêm pressionando o governo para que aumente alíquotas de importação ou imponha cotas, para que o aço nacional não continue perdendo espaço. Mas o governo também é pressionado pelos compradores do aço, como a indústria automobilística e a de máquinas e equipamentos, que não querem pagar mais pelo aço que consomem.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços acumula mais de 60 pedidos de investigação de dumping. Decidiu abrir investigação referente a uma acusação feita pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no fim de fevereiro. Mas esses processos costumam levar mais de um ano para serem concluídos e, se for comprovado dano à indústria local, não há garantia de que o imposto de importação vá aumentar — foi isso o que ocorreu com o aço laminado a quente. O governo considerou que se subisse a alíquota do imposto, a indústria que consome o aço seria prejudicada.

No panorama mundial, o Brasil é o nono maior produtor de aço, com 1,7% do mercado, segundo o site do Instituto Aço Brasil. *(CM)*

Quem inventou o jingle?

História

Natália Flach
De São Paulo

Sabe aquela música que cita características de um produto e gruda na cabeça? Pois trata-se de um jingle, um tipo de publicidade que toca nas rádios, na TV e nas plataformas de streaming com o propósito de vender uma mercadoria, um serviço ou ainda uma marca. Nos casos bem-sucedidos, esses comerciais não apenas influenciam o comportamento do consumidor como também se tornam parte da cultura popular.

O primeiro jingle conhecido é do cereal Wheaties, da General Mills. O comercial foi criado em 1926 para tentar reverter um fracasso de vendas. Enquanto alguns conselheiros queriam tirar o produto do mercado, o vice-presidente da fabricante, Donald Davis, procurou Henry A. Bellows e Earl Gammons — gerente e publicitário, respectivamente, de uma rádio em Saint Paul, Minnesota — para que escrevessem um anúncio cantado sobre o cereal.

O jingle usou a melodia da canção "Jazz Baby", de 1919, para a frase "Have You Tried Wheaties?". As vendas cresceram na cidade, na contramão do restante do país. A General Mills, então, levou a campanha a outros Estados em 1929.

No Brasil, o primeiro jingle foi o da padaria Bragança, de 1932. Bruno Peres, professor da ESPM, conta que o dono da panificadora não queria pagar pela música. Seu autor, Antônio Gabriel Nassara, disse que poderia receber depois, se a estratégia desse certo. O jingle, cantado com sotaque português, foi um sucesso tão grande que Nassara fechou um contrato de um ano.

Mais enxuta, a nova DPZ aumenta a receita em 48%

Agência

Claudia Penteado
Para o Valor, do Rio

Quando chegou à DPZ, há cerca de dois anos e meio, Benjamin Yung tinha como desafio ajudar a reposicionar uma empresa que havia perdido seus três maiores clientes — Itaú, McDonald's e Natura.

A agência também retomava sua icônica marca de 3 letras — dos fundadores Roberto Duailibi, Francesc Petit e José Zaragoza — deixando para trás o "T" que a acompanhou durante sete anos, fruto da fusão com a Taterka, promovida pelo grupo Publicis.

Em agosto de 2021, o então CEO da DPZ&T, Eduardo Simon (que tinha vindo da Taterka), e outros executivos decidiram sair da agência para fundar a Galeria, levando os 3 maiores clientes.

Yung assumiu o comando ao lado de Fernando Diniz. O "T" saiu da marca um ano depois, em julho de 2022. E Diniz saiu da DPZ há quatro meses para o cargo de CEO da Leo Burnett, que também pertence ao grupo Publicis

A nova DPZ, explica Yung, é uma empresa de estrutura e gestão mais enxutas. Dá passos cautelosos, mas com espírito de startup, trabalhando com muitos dados para administrar sua estrutura e os negócios dos clientes.

No ano passado a receita cresceu 48%, com a conquista de novos clientes — a Seguros Unimed e a operação brasileira da plataforma de jogos on-line Sportingbet — e mais investimentos dos clientes que já faziam parte da carteira como Electrolux e Ypê.

Para 2024, o executivo prevê repetir uma taxa de crescimento de dois dígitos. "A DPZ tem um lugar emblemático no nosso mercado e precisa ocupá-lo de fato. Essa é a minha meta", diz Yung, que é conhecido no mercado como BJ.

Yung, antes de assumir a DPZ, ficou por mais de seis anos na agência Suno, tendo passado também por AlmapBBDO, FCB e DM9DDB, sempre na área de criação. Ele cursou Administração na Fundação Getulio Vargas (FGV), estudou fotografia na Panamericana e tem um MBA pela Berlin School of Creative Leadership. Costuma dizer que "a publicidade é o lugar em que a arte encontra as finanças".

A seguir os principais trechos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *O que o motivou a aceitar o comando da DPZ?*

Benjamin Yung: O grupo Publicis me colocou que havia uma oportunidade de "recomeçar" a DPZ do zero, dentro do que fazia mais sentido tanto para a marca quanto para o portfólio de empresas do Grupo Publicis no Brasil. A DPZ tinha se tornado uma grande agência, de grandes clientes, grandes anunciantes, grandes verbas, competindo com outras grandes agências que o grupo tinha. E o grupo estava carente de ter uma agência que fosse, de fato, criativa. Por isso procuraram um CEO criativo de origem e que entendesse de negócio. Minha história caía como uma luva, com a experiência de ter participado de uma startup muito bem sucedida [Suno United Creators], que começou com 12 pessoas em uma salinha, e em quatro anos tinha mais de 500 funcionários e clientes como Santander, iFood, Heineken, Yamaha. Isso me capacitou para entrar na empresa, avaliar o que se podia aproveitar, o que era passado, o que só funciona dentro de uma grande estrutura. Quando se trabalha com grandes clientes e grandes verbas, há uma margem de manobra muito maior do que quando se está em uma startup, e há necessidade de ter um 'mind set' [mentalidade] específico para construir, ou melhor, neste caso, reconstruir algo.

DIVULGAÇÃO

"A publicidade é o lugar em que a arte encontra as finanças"
Benjamin Yung

Valor: *E como foi esse processo?*

Yung: Eu queria usar todo o valor dessa "love brand" [marca querida pelas pessoas], mas com mentalidade de startup. A transformação demorou um pouco mais do que eu planejava, porque encontrei uma agência que estava acostumada a ser gigantesca. As agências falam muito sobre dados, mas aplicam pouco isso na gestão de seus próprios negócios. Nós investimos no desenvolvimento de uma ferramenta chamada "Power BI", que relata todos os dados da operação. Passamos a medir em tempo real o desempenho das equipes, garantindo maior previsibilidade de recursos versus demanda. Cuidamos de nossas equipes e asseguramos uma entrega melhor, mais rápida e mais suave para uma operação mais rentável e sustentável. A era do achismo acabou. O achismo leva muitas agências a montar operações de acordo com uma estimativa de demanda e só renegociar o contrato um ano depois, valendo-se de outros clientes para tapar eventuais buracos na operação. A gente não tinha esse "luxo". Consegui sentar com os clientes e falar o que cada conta demandava de fato. Criamos um sistema de "reconversa" trimestral de contratos, em que avaliamos o cliente, e ele nos avalia. É um pensamento "always beta" [sempre testando], e ficar corrigindo. Não é um pensamento de grandes agências. Assim, fomos crescendo e os clientes começaram a ver valor no que estávamos trazendo.

Valor: *E em que modelo de remuneração se basearam?*

Yung: Nossa crença no sucesso, que tem a ver com a história da própria DPZ, me levou a implementar — e não são todos os clientes que estão abertos a isso — um "success fee" [taxa de sucesso]. Porque eu acredito muito no meu trabalho, e acredito que a agência deve ganhar quando o cliente ganha. Não quando o cliente "gasta", calcado puramente no quanto está investindo, especialmente se você pensar pela lógica do mercado financeiro. Trouxemos para dentro da operação essa quebra de paradigma e acredito que nos levou a crescer muito nesse último ano. Porque conseguimos mostrar, na ponta do lápis, o valor que aportávamos. O valor que temos.

Valor: *Como mostrar esse valor?*

Yung: Hoje há muito mais dados. Nos anos 90, sucesso era ver a propaganda sendo discutida em mesa de bar. Hoje a mesa do bar são as redes sociais. Tudo é plenamente mensurável, e provamos nosso valor através dos KPI's [indicadores de desempenho] que a gente estabelece com cada cliente. No caso de Seguros Unimed, era o crescimento do reconhecimento de marca. No caso da Electrolux, ela se tornou a marca de eletrodomésticos mais vendida do Brasil, e há três anos era praticamente desconhecida. É um grande "case" sobre o que acreditamos que a criatividade pode fazer.

Valor: *Como ser uma agência enxuta e atender grandes clientes?*

Yung: Hoje em dia muitas agências se dizem "full service", [serviço completo], mas no fundo são "full generalists" [generalistas em tudo], né? Um monte de generalistas fazendo de tudo. O princípio do "Power of One", que o grupo Publicis vem implementando mundo afora, é o que tem levado suas ações a estarem super valorizadas [em 2023 o Publicis Groupe tornou-se a segunda maior holding global de comunicação, depois do WPP, destronando o posto ocupado por décadas pelo Omnicom Group]. É o princípio de criar empresas realmente especialistas trabalhando de maneira integrada e customizada para cada necessidade, de cada cliente. Isso me permitiu ter uma operação muito mais enxuta, onde eu "plugo" os especialistas, com uma entrega muito mais profunda e robusta. Foi dentro desse modelo que trouxemos a Sportingbet: toda a concorrência foi feita unindo as forças da Sapient, da Performics e da DPZ, com ferramentas de inteligência de mídia e a Prediction (empresa de predição de resultado e investimentos). São os especialistas contra os generalistas. Recentemente, criamos um hub com a Performics para olhar para toda a mídia da Electrolux na América Latina, inclusive estratégia de comércio on-line e de venda direta ao consumidor. Algo que eu sozinho, como DPZ, não faria. Eu teria que ter uma agência enorme, inflada de pessoas.

Concorrência Órgão investiga denúncia sobre abuso de poder dominante; SG sugeriu arquivamento

Cade deve julgar até junho caso de revenda de pneus

Beatriz Olivon
De Brasília

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pode resolver, ainda no primeiro semestre, uma investigação sobre a ocorrência de abuso de poder dominante no mercado de revenda de pneus Pirelli no Brasil. A Superintendência-Geral (SG) do órgão antitruste sugeriu o arquivamento da investigação, que terá seu destino definido pelo Tribunal a partir desse posicionamento.

O processo deriva de inquérito aberto em 2021, a partir de denúncia feita pela Grid Pneus e Serviços e pela Garantia Pneus e Serviços Automotivos sobre suposta infração à ordem econômica no mercado de revenda de pneus da Pirelli no país. O caso poderá ser levado ao Tribunal ainda no primeiro semestre, segundo fonte ouvida pelo **Valor**.

Os denunciantes alegaram no processo que a empresa Campneus, revendedora oficial e controlada pelo grupo Pirelli, coordenaria com seus concorrentes práticas para limitar a concorrência, entre elas a fixação de preços e margens dos produtos vendidos, limitação de descontos e condições de pagamentos.

O suposto cartel ocorreria por meio de reuniões entre concorrentes em que haveria troca de informações sensíveis, como margens das vendas efetivadas e padronização de práticas comerciais. Além da Campneus, são investigadas no Cade a Prometeon TP industrial de Pneus Brasil, Bellenzier Pneus, Tropical Pneus, Pneuaço Administração e Participações, Della Via Pneus, Santa Helena Pneus e um conjunto de pessoas físicas.

O caso chegou a ser arquivado em 2019, antes de se tornar processo administrativo, mas foi reaberto tendo em vista investigações na esfera criminal. A Superintendência-Geral considerou, na época, que parte do material levado ao Cade, a princípio, "evidencia a prática de combinação de preços, estratégias comerciais e condições de venda de produtos em diversas regiões do país".

> Faltam indícios mínimos de comprovação de autoria e materialidade

O que o Cade analisa na etapa atual não é a ocorrência de cartel, mas sim de abuso de poder dominante, que também seria uma infração, mas de impacto menor.

O denunciante alega no processo ter atuado como revenda Pirelli desde 1991, tendo sido convidado a fazer parte do acordo em 2016. Aponta que a combinação existiria, pelos menos, desde 2013 e que, mesmo convidado, nunca aderiu, o que levou ao rompimento da relação comercial com a Pirelli.

Já o grupo Pirelli argumentou ao Cade que a questão analisada pela Superintendência-Geral trata de uma "complexa disputa comercial privada". Pirelli e Campneus alegaram que a denúncia feita tem como objetivo central de evitar o pagamento de "vultosa dívida".

Em documento apresentado à autarquia as empresas Della Via Pneus, Prometeon, Pirelli e a Campneus e mais três pessoas físicas também alegaram a Grid e a Garantia, motivadas por interesses particulares, procuraram instrumentalizar o Cade e outros órgãos judiciais para resolver controvérsias relacionadas a insatisfações de cunho privado.

Depois de continuar as investigações, em dezembro de 2023 a SG sugeriu o arquivamento "pela ausência de indícios mínimos de comprovação de autoria e materialidade dos fatos investigados".

No parecer, a SG indica que os diálogos mantidos por integrantes das fornecedoras de pneus se deram em um contexto de "aparente insistente busca, por parte do denunciante, de melhores condições comerciais". Ficou demonstrado, para a SG, "grande insatisfação" do denunciante com a concorrência acirrada e as dívidas acumuladas, sem indícios suficientes para indicar a existência de cartel ou de conduta uniforme entre revendedoras.

Em fevereiro, o relator, conselheiro Gustavo Augusto, pediu que a Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade e o Ministério Público Federal analisem os elementos apresentados em processo judicial que tramita sobre o assunto, avaliando a consistência das evidências e a suficiência das provas. O conselheiro pediu que a procuradoria especializada consulte se existem no processo outros elementos probatórios que devam ser considerados para o julgamento. A partir dessas informações o caso deve ser levado ao Tribunal.

Procurada, a Grid Pneus e Serviços Automotivos informou em nota que aguarda que o relator determine novas diligências para produção de provas e coleta de depoimentos e testemunhos e que consideram isso fundamental tendo em vista o conflito de entendimentos entre os pareceres do órgão técnico de Triagem de Condutas e o da Superintendente-Geral Substituta do Cade.

> **2019** foi quando a SG arquivou o processo

Em nota, a Pirelli e a Campneus informaram que a denúncia foi feita por dois ex-revendedores, do mesmo grupo econômico, que, para se furtar ao pagamento de dívida comercial com a Pirelli, já reconhecida pela Justiça do Estado de São Paulo, buscaram criar danos à imagem da companhia e induzir as autoridades a erros sobre os fatos.

A Bellenzier Pneus informou em nota em nome da empresa e de um sócio que a SG foi "clara e precisa" em demonstrar a inexistência de qualquer tipo de prova em desfavor da empresa e de seu sócio. A Prometeon informou que não comenta casos em andamento.

As empresas Tropical Pneus, Pneuaço, Della Via Pneus e Santa Helena Pneus não retornaram.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alpha Systems Engenharia e Projetos Industriais Ltda.** - CNPJ: 15.916.267/0001-09 - Endereço: Av. João Horácio Tarantini, 620, Bairro Paulista, Olímpia/sp - Requerente: Alpha Systems Engenharia e Projetos Industriais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.
Requerido: **Eurotronics Eletrônica Ltda. Epp** - CNPJ: 08.604.593/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Luiz Migliano, 193, Bairro Jardim Vazani - Requerente: F. Tronic Comércio, Importação e Exportação de Componentes Eletrônicos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Requerido: **Hartb Tecnologia S/A** - CNPJ: 26.238.507/0001-71 - Endereço: Av. Nove de Julho, 5049, 13º Andar, Bairro Jardim Paulista - Requerente: Banco Sofisa S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Requerido: **Wt Participações Ltda.** - CNPJ: 20.684.136/0001-75 - Endereço: Av. Francisco Matarazzo, 1705, 1º Andar, Sala 04, Bairro Água Branca - Requerente: Concreserv Concreto & Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Defesa Monitoramento Ltda.** - CNPJ: 04.562.640/0001-46 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1502, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Inviosat Administração e Serviços Ltda.** - CNPJ: 10.520.367/0001-90 - Endereço: Rua Leonel Mosele, 275, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Inviosat Participações Ltda.** - CNPJ: 21.518.986/0001-66 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1502, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Inviosat Segurança Ltda.** - CNPJ: 07.168.167/0001-05 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1502, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Inviosat Serviços Ltda.** - CNPJ: 05.822.551/0001-54 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1502, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Kasfloor Plus Indústria e Comércio Ltda.** - CNPJ: 40.817.802/0001-03 - Endereço: Rua Francisco Santos, 77/10, Galpão B, Bairro Cidade Aracília, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. ME - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Lorensetti Investimentos Ltda.** - CNPJ: 22.890.607/0001-27 - Endereço: Rua Arcizo Colla, 405, Apto. 1005, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Valor Brasil Distribuidora de Elétricos e Eletrônicos Ltda.** - CNPJ: 07.872.058/0001-74 - Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, 653, Bairro Parque Das Exposições, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Valor Brasil Monitoramento Ltda.** - CNPJ: 06.308.139/0001-83 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1502, Centro, Concórdia/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Valorsat Transporte de Valores Ltda.** - CNPJ: 16.882.626/0001-09 - Endereço: Rua Paulo Ramos Rua, 798, Bairro Capoeira, Florianópolis/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **A & L Empreiteira Ltda.** - CNPJ: 29.235.010/0001-98 - Requerente: A & L Empreiteira Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.
Requerido: **Midia Mais Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. Epp** - CNPJ: 07.415.660/0001-82 - Endereço: Av. Paschoal Thomeu, 1689, Bairro Vila Nova Bonsucesso - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial Ásia Lp - Vara/Comarca: 7a Vara de Guarulhos/SP - Observação: Desistência homologada.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Cenários Queda dos preços de milho e farelo de soja melhora o resultado financeiro dos criadores, que continuam a sentir o impacto da diminuição das vendas à China

Mesmo com margens em alta, crise da suinocultura brasileira persiste

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A queda dos preços do milho e do farelo de soja, dois dos principais insumos da suinocultura, fez com que os criadores voltassem a ter margens positivas na atividade. No entanto, esse quadro ainda não é suficiente para o setor se recuperar dos efeitos da crise dos três últimos anos, período em que a China reduziu suas compras de carne suína brasileira.

A peste suína africana dizimou os rebanhos suínos da China entre 2018 e 2019, o que levou o país a intensificar as importações da proteína. Mas, passada a crise sanitária, a produção chinesa voltou a crescer — e a recuperação ocorreu com mais rapidez do que se previa. Com isso, os chineses diminuíram as importações de 2021 em diante, o que afetou diretamente os suinocultores brasileiros que investiram para ampliar a oferta, mas que depois não conseguiram repassar as despesas e escoar toda a produção.

"A relação de troca para compra de insumos melhorou. O momento é de pegar essa margem que a gente tem hoje apertada, mas positiva, e colocar a casa em ordem para ela não cair no chão. É assim que vejo como produtor", disse Luiz Roberto Miotto, proprietário da Granja Biriba's, que cria matrizes de suíno no oeste do Paraná.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Criação de suínos em Carambeí (PR): com a melhora das margens, criadores têm priorizado o pagamento das dívidas que acumularam nos últimos três anos

Sem dar detalhes sobre o tamanho do passivo que a granja acumulou durante a crise do segmento, Miotto acredita que precisará de pelo menos mais dois anos para conseguir equilibrar as contas e ter um fluxo de caixa saudável, com espaço que permita a ele ampliar as operações. "Hoje, nosso objetivo não é investir para aumentar a produção. A gente trabalha com matrizes reprodutoras, e estamos investindo apenas em genética, para ganho de eficiência", afirmou.

O presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (Acsurs), Valdecir Luis Folador, disse que o custo com alimentação animal também caiu no Estado, mas salientou que os investimentos em produção só vão ocorrer em projetos que já estavam previstos, e não como resultado da melhoria das margens. "Vai ter um aumento pequeno da oferta, tudo dentro da normalidade. De 2022 para 2023, o crescimento dos abates não chegou a 2%", disse ele.

Segundo Folador, no Rio Grande do Sul, 75% dos suinocultores trabalham em regime de integração com indústria, sistema em que a empresa banca despesas como o valor do animal e a alimentação, deixando para o produtor apenas a responsabilidade pela criação. Os 25% restantes são suinocultores independentes.

Nos dois grupos, a percepção é de que o foco neste início de ano tem sido o pagamento de débitos. "O produtor que está fora do sistema integrado está estabilizando as contas, fazendo caixa. E nas próprias empresas, integradoras, como carregam todo o custo de produção, também há um sentimento de recompor caixa, de buscar estabilidade", pontuou Folador.

Losivânio Luiz de Lorenzi, que preside a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), ressalta que a perda no poder de compra do consumidor brasileiro tem limitado o aumento do consumo de carne suína. "Nós não precisamos aumentar muito a produção porque não vamos ter para quem vender, e as exportações também não vão crescer muito", disse. "Por isso, nós da associação recomendamos aos criadores cautela nos investimentos em matrizes".

Lorenzi acredita que os preços dos suínos precisariam ter uma reação mais significativa para que o segmento conseguisse, de fato, deixar a crise para trás. E o que tem acontecido com as cotações do animal é justamente o oposto, segundo ele: o valor médio do suíno de 115 a 120 quilos, que era de R$ 7,60 por quilo em 2021, é hoje de R$ 6,40.

Esse intervalo de tempo coincide com o período em que as exportações da proteína para o mercado chinês diminuíram. Os embarques de carne suína brasileira à China somaram 533,7 mil toneladas em 2021, caíram para 460,2 mil no ano seguinte e, em 2023, foram de 388,6 mil toneladas, de acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Isso significa que, em dois anos, a queda foi de 27%.

"Cresceu muito a produção [*no Brasil*] por causa da peste suína [*na China*]. Todos os países que produzem suínos ficaram com os olhos voltados para os chineses e em como eles retomaram a produção com rapidez, diminuindo as importações. Muitos produtores brasileiros ficaram em crise", afirmou Lorenzi.

Segundo ele, um dos desdobramentos positivos desse cenário foi o aumento da pulverização das exportações brasileiras. "Havia uma concentração de embarques para a China, mas agora muitos mercados importadores se tornaram mais relevantes", disse.

2,5%
é a queda do preço do suíno vivo em 2024

Neste ano, até março, o preço médio do suíno vivo acumulou queda de 2,52%, para R$ 6,20 por quilo, conforme dados da consultoria Agrifatto. Já as cotações de milho e farelo de soja recuaram ainda mais — nesse período, os preços dos dois insumos caíram 10,2% e 15%, respectivamente.

"A relação de troca para os produtores do Sul do país atingiu 9,22 quilos por saca de milho. O patamar histórico é de 11,3 quilos por saca", disse Yago Ferreira, analista da Agrifatto.

No caso do farelo de soja, a relação de troca está em 340 quilos por tonelada, proporção inferior à média histórica, de 362 quilos por tonelada. "Ou seja, atualmente, o suinocultor está com boas relações de troca no Sul", acrescentou o especialista. "E a tendência é que esse padrão de margens se mantenha". Os três Estados da região dominam a produção de suínos no país.

Agrogalaxy planeja lançar novo fundo

Estratégia

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Agrogalaxy está buscando formas "alternativas" de se financiar, em meio à restrição de crédito bancário ao varejo, que persiste, e diante do aumento do risco de crédito no agronegócio. Depois de lançar um fundo de investimento de direitos creditórios (FIDC) de R$ 500 milhões com a TerraMagna no ano passado, a rede de distribuição de insumos está preparando uma nova estrutura de captação de recursos nos mesmos moldes e com planos de levantar montante parecido, afirmou Eron Martins, diretor financeiro, ao **Valor**.

A companhia já está trabalhando com outro parceiro para estruturar o novo formato de captação, e ele adianta que gostou do formato do primeiro FIDC feito com a TerraMagna por envolver uma solução tecnológica. A diferença deve ser na composição do lastro.

O diretor financeiro garante que um novo fundo faz parte de uma estratégia para driblar dificuldades do mercado. "O varejo vem desde o ano passado com restrição dos bancos após o evento das Lojas Americanas. E 2023 foi de ajuste no agro, então os bancos também têm olhado com mais lupa e tem sido mais precavidos. É o contexto das revendas, não da Agrogalaxy", defende.

Segundo Martins, o fortalecimento do caixa garante à companhia uma posição competitiva, "inclusive em relação a competidores". "Podemos usar [o dinheiro] para comprar [insumos] à vista, ou [usar apenas] parte. Podemos usar para negociar melhores condições com o fornecedor. Mas não perdemos de vista que a primeira coisa é vigiar de perto nosso caixa."

DIVULGAÇÃO

"Os bancos estão mais restritos em crédito ao varejo e ao agronegócio"
Eron Martins

Em 2023, a companhia consumiu R$ 339,6 milhões em caixa e equivalentes e encerrou o ano com R$ 738,3 milhões em caixa. A dívida a vencer neste ano era de R$ 286,6 milhões, e parte a companhia está renegociando, afirma o diretor financeiro.

O trabalho negocial ocorre nas duas pontas. Depois de ter conseguido dispensa do cumprimento de indicadores com titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e bancos, o Agrogalaxy senta agora na mesa com seus clientes, os produtores rurais, parte deles com dificuldade de honrar compromissos.

Segundo Martins, a estratégia nas conversas varia conforme cada caso. Em casos mais difíceis, a varejista soluciona com a postergação de pagamento por até uma safra.

Apesar das dificuldades no campo, Martins afirma que não espera um aumento da inadimplência entre seus clientes neste ano, após um aumento de 1% em 2023. Segundo ele, as estruturas dos FIDC já consideram a "inteligência de crédito" da companhia.

Em paralelo, o Agrogalaxy vem conversando com os acionistas minoritários para que eles acompanhem o aumento de capital de R$ 150 milhões da controladora, o fundo Aqua Capital, o que deve injetar mais recursos na companhia. A expectativa é que as conversas com os acionistas sejam concluídas neste semestre, diz Martins.

Avina usará etanol para SAF nos EUA

Biocombustíveis

De São Paulo

A companhia americana Avina Clean Hydrogen, voltada à produção de hidrogênio verde, anunciou que vai construir uma fábrica de bioquerosene de aviação (SAF, na sigla em inglês) feito a partir de etanol em escala comercial. A tecnologia é conhecida como alcohol-to-jet (ATJ).

A planta deverá entrar em operação em 2027. Ela terá capacidade de de produção de 454 milhões de litros de SAF por ano.

A companhia disse já ter acertado contratos de compra de longo prazo de etanol com importantes fornecedores, mas não mencionou as empresas. A Avina informou apenas que utilizará a infraestrutura ferroviária e de dutos para abastecer a planta.

A indústria de aviação dos EUA tem como meta estabelecida pelo governo a utilização de mais de 11 bilhões de litros de SAF até 2030. O etanol é uma das apostas de rotas de produção de SAF, que também pode ser produzido a partir de óleos vegetais e óleos usados, entre outros produtos.

A primeira planta comercial de SAF na rota ATJ foi inaugurada em janeiro deste ano nos Estados Unidos pela LanzaJet em Soperton, no Estado da Geórgia. *(CSR)*

Indústria
Siderúrgicas decidem investir em marketing para ficar mais perto do consumidor
B6

Entrevista
Para Phillip Lotter, da Moody's, pico da inadimplência global foi alcançado no início de 2024 C3

Venture capital
Aportes secam e startups buscam novas formas de financiar expansão C6

Política monetária
Declarações de dirigentes do Fed não ajudam a traçar rumo para juros C2

Finanças

Renda fixa Companhias aproveitam debêntures baratas para quitar compromissos mais caros

Empresas antecipam pagamento de dívida

Rita Azevedo
De São Paulo

Em meio à queda das taxas de remuneração das debêntures, as companhias brasileiras têm planejado ofertas visando o pagamento de dívidas e a recompra de emissões anteriores. Cerca de 40% das emissões de debêntures registradas em março tiveram como objetivo a gestão do passivo, conforme levantamento feito pelo **Valor** a partir de informações enviadas à Comissão de Valores Mobiliários.

O cenário atual é propício para esse tipo de operação, segundo Getúlio Lobo, chefe de distribuição de renda fixa do banco de investimento da XP. Com as taxas mais baixas e o aumento do interesse dos investidores, as empresas estão olhando mais para o passivo, "procurando o que dá para melhorar, para alongar ou trocar por outra dívida", diz.

A expectativa, segundo Lobo, é que daqui para frente apareçam ofertas de títulos com prazos mais longos para a recompra de dívidas mais curtas, além de operações "casadas", nas quais são negociadas com investidores, por exemplo, a entrega de uma debênture nova em troca de um papel mais antigo.

Essa possibilidade de troca de dívidas, porém, não é para todas as empresas. Companhias com risco de crédito mais alto dificilmente poderão fazer isso porque os investidores não vão querer sair de um papel caro para um barato apenas para alongar a dívida da empresa, diz Matheus Licarião, responsável pela área de mercado de capitais do Santander.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Licarião, do Santander: "Gestoras vão ter que colocar recursos nos papéis"

"No entanto, para empresas com boa qualidade de crédito , as gestoras vão ter que colocar recursos nos papéis, mesmo sendo o mesmo ativo a um preço mais baixo", afirma. "As principais assets estão em um momento de grande liquidez e, por isso, olhando o mercado para fazer novas alocações."

O aumento do prazo das emissões visto nos últimos meses contribui para que mais companhias busquem ofertas para a gestão do passivo. "Começamos a ver operações de dez anos, de sete anos, até mesmo em títulos que não são incentivados. Com essa possibilidade de financiamento por um tempo mais longo para empresas que são mais previsíveis, é esperado que as companhias topem pagar um pouco mais para alongar o prazo da dívida", diz Felipe Wilberg, diretor de renda fixa e produtos estruturados do Itaú BBA.

De 72 ofertas registradas no último mês, 28 tinham como destino dos recursos o refinanciamento ou a quitação de dívidas. São exemplos as operações da Tecban, conhecida pela rede de caixas eletrônicos Banco24Horas, e da construtora MRV.

Desse total, 11 ofertas tiveram como objetivo específico o pagamento antecipado de outras emissões de debêntures. Entre elas, estão as ofertas da distribuidora de energia Equatorial Goiás, da fabricante de peças automotivas Iochpe Maxion e da farmacêutica Eurofarma.

O atual interesse das empresas por emissões visando a recompra de debêntures antigas também está relacionado à crise vivida pelo mercado de crédito privado no início de 2023, após a fraude contábil da Americanas vir à tona.

Com a piora da percepção do risco, as taxas dos títulos de dívida subiram principalmente durante o primeiro semestre do ano passado. A necessidade de crédito das companhias, no entanto, não mudou e muitas delas tiveram que captar recursos — no mercado de capitais ou diretamente com bancos — pagando mais caro por isso.

"Vemos sempre um fluxo de refinanciamento de dívidas, mas neste ano há um movimento mais forte. Isso porque muitas companhias ficaram preocupadas em 2023 com a liquidez e fizeram captações com custo acima do habitual e prazos mais curtos. Elas buscaram recompor o caixa, já que não sabiam quanto tempo a situação ia durar. Agora, com o mercado superaquecido, elas estão aproveitando pra fazer o 'liability management' [gestão de passivos]", diz Enrico Castro, responsável pela atividade de mercado de capitais local no BNP Paribas Brasil.

O mercado de debêntures vive um rali em meio à perspectiva de queda da Selic e após uma série de eventos que impulsionaram a demanda. O primeiro foi a mudança na tributação dos fundos exclusivos ou restritos a poucos investidores, que elevou a procura por títulos de dívida corporativa.

Depois disso, em fevereiro, foram anunciadas novas regras para ofertas de títulos como certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRI e CRA), que são isentos de imposto de renda para investidores pessoa física. Essas mudanças impulsionaram principalmente o mercado de debêntures incentivadas, títulos emitidos por empresas ligadas à infraestrutura e que também são isentas.

A queda dos níveis das taxas de remuneração dos títulos não deve durar indefinidamente. Enquanto isso não muda, a lista de futuras ofertas continua crescendo, principalmente dos títulos incentivados. "Vemos um pipeline robusto de emissões de debêntures incentivadas, considerando os spreads atuais que estão no nível mais competitivo em pelo menos cinco anos", afirma Castro.

Oferta global de ações encolhe no maior ritmo em duas décadas

Jennifer Hughes e George Steer
Financial Times, de Nova York

A oferta mundial de ações negociadas em bolsa ("equity") está encolhendo ao ritmo mais rápido dos últimos 25 anos, à medida que incertezas econômicas e geopolíticas afetam as aberturas de capital ao mesmo tempo em que as empresas continuam a recomprar grandes volumes de seus papéis.

Os dados, levantados por analistas do J.P. Morgan, confundiram as expectativas do próprio banco e sugerem uma falta de confiança persistente entre os executivos. Em tese, mercados acionários em alta e economias relativamente fortes deveriam estimular empresas a levantar recursos com a venda de novas ações a preços elevados, em vez de gastar para recomprar papéis.

Mas o que os dados mostram é que o universo global de equity já encolheu o equivalente a US$ 120 bilhões líquidos este ano, o que supera em muito os US$ 40 bilhões perdidos ao longo de todo o ano passado. Isto põe o valor líquido no rumo de um terceiro ano consecutivo de declínio — algo que não se via desde o início dessa série de dados do banco, em 1999.

Os números mostram que, neste ano, as recompras seguiram praticamente no ritmo dos últimos três anos, o que significa que podem chegar a cerca de US$ 1,2 trilhão até dezembro. As ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês) e outras vendas de ações, entretanto, ficaram abaixo das previsões.

Para Nikolaos Panigirtzoglou, do J.P. Morgan, as duas tendências "desconcertantes" refletem a "incerteza persistente" entre empresas de todo o mundo.

A expectativa era que a oferta de equity crescesse neste ano, à medida que os investidores ficassem mais confiantes que os EUA — sede do maior mercado de ações do mundo — evitariam uma recessão. Mas Panigirtzoglou avalia que os temores persistentes com o risco de a inflação voltar a subir, estimulada pelo crescimento econômico, significam que esse cenário "na verdade não aconteceu". Segundo ele, "isso sugere que algumas pessoas não acreditam que já estejamos fora de perigo."

Em novembro, a equipe do banco ainda previa um aumento da oferta de equity equivalente a US$ 360 bilhões em 2024, à medida que empresas listadas reduzissem o ritmo de recompras enquanto novatas fizessem ofertas públicas.

As ações tiveram forte recuperação este ano, com o melhor primeiro trimestre desde 2019, animadas pelas esperanças de continuidade do crescimento econômico e por um boom de empresas relacionadas a inteligência artificial.

O índice MSCI All-Country World subiu 6,4% desde o início do ano. Nos EUA, o S&P 500 avançou 7,9%.

No mês passado, o bem-sucedido IPO do grupo de rede social Reddit alimentou as expectativas de que outras ofertas iniciais esperadas há muito tempo seguissem seu exemplo logo. Mas executivos de bancos advertem que, com a incerteza sobre os juros e a volatilidade esperada em torno das eleições presidenciais dos EUA, muitos proprietários de empresas podem adiar a abertura de capital para 2025.

Desde o ano 2000, o número de empresas negociadas em bolsa nos EUA caiu de mais de 7 mil para menos de 4 mil, segundo a fornecedora de índices Wilshire. Europa e Reino Unido têm tendência semelhante.

> "Para elevar o ganho por ação, é mais fácil tornar o denominador menor com recompra"
> *David McGrath*

Estrategistas dizem que pequenas empresas em busca de recursos encaram com receio os encargos financeiros e de regulamentação associados à abertura de capital e ainda recorrem aos mercados privados ou a firmas de capital de risco.

"Não temos tantas empresas abrindo capital por causa do avanço do capital privado", disse David McGrath, estrategista-chefe de ações do Oakworth Capital Bank, no Alabama. "Também chegamos a um ponto em que ficou mais difícil para as empresas aumentar as vendas. Se você quer aumentar os ganhos por ação, é mais fácil tornar o denominador menor com a recompra de ações", acrescentou.

Embora os atuais juros altos tornem a tomada de crédito relativamente mais cara, poucos esperam uma mudança rápida na direção de emitir mais ações.

"Com certeza hoje não é mais tão simples substituir ações por dívida. Mas os custos da dívida ainda são mais baixos do que nos anos 1990, quando a 'desequitização' começou", afirmou Robert Buckland, ex-estrategista-chefe mundial de ações do Citigroup, que cunhou o termo 20 anos atrás. "Os mercados privados não vão desaparecer da noite para o dia."

Um dos efeitos é que índices baseados em um número específico de ações — como o S&P 500 ou o Russell 2000 — hoje cobrem segmentos de mercado muito maiores do que antes, o que pode distorcer riscos e retornos para gestores de fundos que os utilizam como referência de longo prazo.

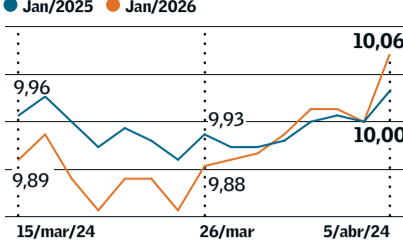
Enquanto o S&P 500 subiu mais de 400% desde 1998, o patamar para uma ação ser considerada de grande capitalização cresceu mais de seis vezes se contada como proporção do mercado, em vez de classificada por números, de acordo com a Wilshire.

Ibovespa
Em pontos

queda de **0,50%**

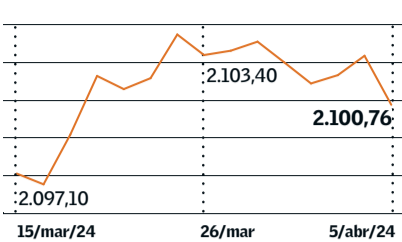
Bolsas internacionais
Variações no dia 5/abr/24 - em %

Dow Jones	0,80
S&P 500	1,11
Euronext 100	-0,64
DAX	-1,24
CAC-40	-1,11
Nikkei-225	-1,96
SSE Composite	Feriado

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

alta de **0,29%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Política monetária Nas últimas semanas, dirigentes do banco central americano fizeram declarações que não ajudaram a traçar rumo para os negócios

Longa espera do Fed por decisão de juros testa nervos dos investidores

ALEX BRANDON/AP

Jerome Powell, presidente do Fed: ao lado de investidores e no meio do caminho entre os membros do BC americano

Jennifer Hughes
Financial Times

Quantas pessoas contribuem para um bom debate? Quanto mais nos aproximamos do momento esperado para um primeiro corte nas taxas de juros dos EUA, mais quente o tema se torna — e mais indivíduos participam. Dez dos 12 membros votantes responsáveis pela definição de taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) fizeram pelo menos 20 aparições públicas na última quinzena.

Isso deu aos observadores do mercado financeiro um volume enorme de comentários para analisar, apesar de o direcionamento dos ativos negociados não sugerir qualquer certeza sobre a trajetória da política monetária do Fed mesmo antes que esse volume todo de declarações começasse a surgir.

Na verdade, há uma maior sensibilidade em torno do tema. Na última quinta-feira, o S&P 500 reverteu um ganho matinal de 0,8% para fechar em baixa de 1,2% — a pior sessão em oito semanas. A queda não foi atribuída apenas ao nervosismo relacionado às taxas de juros, mas não ajudou o fato de os preços do petróleo terem atingido o maior nível em cinco meses, ultrapassando os US$ 90 o barril.

Isso ocorreu quase ao mesmo tempo em que o chefe do Fed de Minneápolis, Neel Kashkari, afirmava que tinha dúvida sobre a necessidade de cortes nos juros caso a inflação não diminuísse ainda mais. Kashkari nem sequer é membro votante do comitê que define as taxas no Fed neste ano — os presidentes das regionais do Fed alternam essas posições —, mas seus comentários foram próximos dos de alguns colegas com maior influência nas decisões.

Toda essa conversa e incerteza não estão facilitando a vida nos mercados. De volta a dezembro, os investidores podiam aguardar com satisfação uma série de cortes que começariam no (então) longínquo verão do Hemisfério Norte. Nesse ponto, a escala da flexibilização monetária — sejam, àquela época, os seis cortes de 0,25 ponto percentual então precificados pelos investidores ou, atualmente, as três reduções projetadas pelo Fed — importava menos porque o ímpeto se baseava no alívio geral, pelo motivo de que as taxas tinham atingido o pico. Agora, o momento preciso e a escala de qualquer flexibilização tornaram-se muito mais importantes.

> "Sem necessidade de cortar juros este ano caso a inflação não ceda mais"
> *Neel Kashkari*

Entre os dirigentes do Fed, a série de comentários feitos nas últimas duas semanas foi em sua maioria no lado "hawkish" (favorável ao aperto), liderados pelo presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, e pelo governador do Fed, Christopher Waller. A voz mais moderada foi a da presidente do Fed de Cleveland, Loretta Mester, que apesar da reputação "hawk", não descartou um corte nas taxas em junho.

Bostic, considerado mais "dovish" (favorável à flexibilização), disse à CNBC que considerava mais apropriado pensar no corte das taxas no final do ano, enquanto Waller, um dos mais influentes na definição das taxas, afirmou na semana anterior que o Fed não deveria ter pressa em flexibilizar a política monetária.

No meio do caminho, juntamente com muitos investidores desafortunados, está o presidente do Fed, Jerome Powell, que disse na semana passada que a batalha do Fed contra a inflação "não estava terminada" e que o banco central tinha tempo para esperar por novos dados econômicos.

Powell está certo, mas isso não torna as decisões dos investidores mais fáceis. Os futuros dos Fed funds sugerem dois cortes de 0,25 ponto até ao final do ano, com uma probabilidade ainda razoável de ocorrer um terceiro. Mas é melhor considerar isso como a mediana de uma gama mais ampla de pensamento de mercado.

Os economistas do Citigroup, por exemplo, têm previsto cinco cortes de 0,25 ponto percentual, enquanto os da Vanguard acreditam que o Fed poderá terminar 2024 sem mudar os juros do patamar atual. "O nosso cenário base para este ano inclui um aumento significativo na taxa de desemprego e dois trimestres de crescimento negativo — ou seja, uma recessão", disse Andrew Hollenhorst, economista do Citi. "Acreditamos que a atividade mais fraca fará com que o Fed reduza as taxas em 0,25 ponto percentual em todas as reuniões a partir de junho."

Sobre a situação, Qian Wang, da Vanguard, disse: "Olhamos para a economia e vemos potencialmente um cenário em que a inflação permanece muito rígida e acima da meta — e também temos um crescimento acima da meta. Neste caso, não pensamos que o Fed possa alegar 'missão cumprida'".

Os investidores também têm de considerar as eleições presidenciais dos EUA em novembro. Pergunte aos dirigentes do Fed sobre o assunto e eles dirão que a eleição não desempenha um papel na política monetária. Mas olhemos para as iniciativas ao longo dos últimos 30 anos e vemos que os períodos de eleição são, de fato, diferentes.

> **3 a 2**
> **é a diferença de cortes de juro sinalizada pelo Fed e pelo mercado**

Em média, os responsáveis pela definição dos juros nos EUA mantiveram as taxas estáveis em 71% das reuniões nos anos de eleição, contra 67% em outros anos, de acordo com levantamento do Bespoke Investment Group. Considerando apenas o período entre maio e novembro, de maior apelo na campanha eleitoral, esse número sobe para 81% contra 65%. Em anos de eleições presidenciais, o Fed reduziu as taxas em apenas 3% das suas reuniões nesses meses, em comparação com 14% em outros anos. "À medida que as páginas do calendário vão virando, surge a questão: será que algum dia chegarão os cortes nas taxas que continuam sendo adiados no horizonte?" perguntaram estrategistas do grupo.

Números excelentes do mercado de trabalho, divulgados na sexta-feira, com uma taxa de desemprego de 3,8%, apenas aumentaram o risco de que aqueles que esperam uma ação rápida e profunda do Fed possam ficar desapontados. Powell colocou os mercados neste caminho incerto em agosto passado, quando descreveu o Fed como "navegando pelas estrelas sob céus nublados".

Os investidores têm demonstrado muita fé até agora na capacidade dele traçar o melhor caminho. Se o Fed não for mais claro em breve sobre a sua direção — e os indicadores podem não ajudar nessa tarefa — então a recuperação do mercado de ações deste ano poderá em breve começar a perder o rumo.

Cooperativas ganham espaço em repasse do BNDES

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Alexandre Abreu, do BNDES: chegamos mais próximos de micro e pequenos

Paula Martini
Do Rio

As cooperativas de crédito ampliaram a participação como agentes repassadores de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A fatia das cooperativas nos repasses totais do banco de fomento alcançou uma marca inédita no ano passado. Elas representaram 13,6% dos R$ 174,5 bilhões aprovados para todas as operações de crédito do banco — diretas e indiretas — em 2023. Em 2013, essas instituições representaram apenas 1% dos R$ 239,6 bilhões em aprovação.

O montante das aprovações por meio de cooperativas de crédito ou bancos cooperativos disparou 811,5% em dez anos: passou de R$ 2,6 bilhões em 2013 para R$ 23,7 bilhões em 2023.

O BNDES realiza dois tipos de operações financeiras. As diretas, como diz o nome, são contratadas diretamente com o BNDES, geralmente por empresas de grande porte. Já as indiretas são realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas, como bancos comerciais públicos e privados e cooperativas de crédito.

No Brasil, as cooperativas de crédito são supervisionadas pelo Banco Central (BC) e oferecem os mesmos tipos de produtos e serviços de um banco comercial, tendo depósitos garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), criado em 2014.

O país conta atualmente com 823 cooperativas de crédito e dois bancos cooperativos, segundo dados do BC. São, ao todo, cerca de 16 milhões de brasileiros cooperados e 9.122 mil agências físicas em território nacional.

No ano passado, três dos cinco maiores repassadores de linhas e programas do BNDES foram cooperativas de crédito. O Sicredi, que reúne 104 cooperativas de todos os Estados, foi o maior deles, com aprovações que somaram quase R$ 10 bilhões.

De acordo com Gustavo Castro Freitas, diretor executivo de crédito do Sicredi, o sistema conta com 7,5 milhões de associados, dos quais 75% são pessoas físicas; 14%, pessoas jurídicas; e 11%, do agronegócio.

"Há muitos anos, o Sicredi é líder de repasses de linhas do BNDES para o segmento de agronegócio, mas em 2023 fomos os maiores repassadores em âmbito geral", afirma Freitas.

"O resultado se deu por um forte crescimento em linhas de pessoa jurídica, especialmente de micro, pequenas e médias empresas", completa o diretor.

Freitas diz ainda que 74% dos mais de um milhão de associados ao sistema Sicredi como pessoa jurídica são micro e pequenas empresas, e 22%, microempreendedores individuais (MEI).

O perfil foi o que mais se expandiu no sistema nos últimos quatro anos — movimento associado à "pejotização" do mercado de trabalho com o fechamento de postos formais, sobretudo no contexto da pandemia.

Segundo Freitas, a carteira de crédito do Sicredi cresceu 21,4% em 2023, chegando a R$ 210,5 bilhões — dos quais 10% têm como fonte os recursos do BNDES.

Terceiro maior repassador de recursos do BNDES em 2023, o Sicoob conta com mais de 7,9 milhões de cooperados, dos quais 1,6 milhão são pessoas jurídicas. Francisco Reposse Júnior, diretor comercial e de canais do Sicoob, diz que a ampliação de fontes de recursos se tornou necessária com o aumento de associados. O Sicoob também notou uma mudança no perfil de cooperados.

"A gente tinha carteira mais voltada ao agro, mas as linhas destinadas a empresas subiram muito a partir de 2022", afirma.

Para Clara Maffia, gerente de relações institucionais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o movimento também reflete um processo de amadurecimento das cooperativas.

Ela menciona importantes marcos legais e normativos aprovados nos últimos anos, como a lei complementar 130/2009.

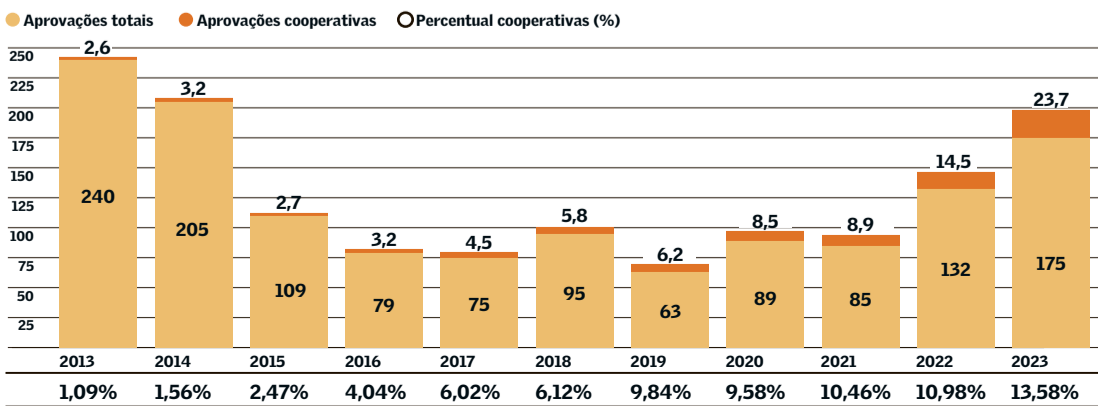
"A atualização da lei, em 2022, e todos os desdobramentos normativos por parte do Banco Central criaram um ambiente mais adequado para o desenvolvimento das cooperativas de crédito. Hoje, o próprio BC reconhece as instituições como um pilar estratégico para a inclusão e educação financeira", diz ela.

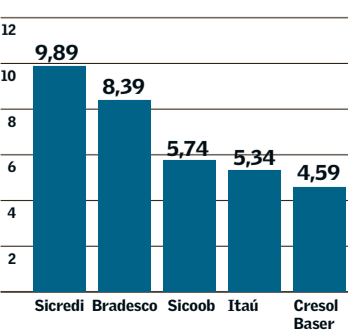
A atual gestão do BNDES encara as cooperativas como protagonistas na estratégia de ampliar a oferta de crédito a micro, pequenas e médios empresários.

"Quando aumentamos o repasse para bancos de cooperativas, estamos chegando nos micro, pequenos e médios empresários e agricultores", disse ao **Valor** o diretor financeiro do BNDES, Alexandre Abreu.

Na divulgação dos resultados anuais, em março, a diretoria do banco de fomento informou que os maiores beneficiários do crédito em 2023 foram as micro, pequenas e médias empresas. "E isso se deu pelo aumento de participação das cooperativas", disse.

A estratégia agora, segundo o diretor, é fomentar a expansão do cooperativismo nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que o BNDES identificou que as cooperativas de crédito estão concentradas no Sul e Sudeste do país.

Evolução das cooperativas no BNDES
Fatia em repasses aprovados saltou em uma década - em R$ bilhões

Fonte: BNDES

Maiores repassadores de recursos em 2023 (R$ bilhões)

Entrevista Chefe global de ratings vê efeitos positivos de eventuais quedas de juros para as emissões

Inadimplência melhora em 2024, diz Moody's

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O pico da inadimplência no crédito global foi atingido no primeiro trimestre de 2024, avalia o chefe global de ratings e pesquisa da Moody's Ratings, Phillip Lotter. Apesar da subida neste início de ano, o especialista acredita que, a partir desse ponto, o índice passe a recuar e termine o ano abaixo da média histórica. "As taxas [de juros] começarão a cair ao longo do ano e provavelmente [a inadimplência] terminá 2024 em torno de 3,8%, que é um pouco abaixo da média de longo prazo, de cerca de 4,2%", afirma.

O executivo conversou com o **Valor** junto com a chefe regional de ratings e pesquisa, Marianna Waltz, sobre as perspectivas para o crédito na América Latina e no mundo. Conforme Lotter, o cenário base da agência prevê uma melhora das condições macroeconômicas ao longo de 2024, o que tende a trazer uma maior estabilidade para as emissões de dívida tanto corporativa quanto soberana. Na América Latina, Waltz enxerga um ano de emissões mais estáveis e recuperação da elevada inadimplência vista em 2023. "As taxas de inadimplência para a região no ano passado atingiram o pico no quarto trimestre, acima de 10%. Esperamos que, com crescimento melhor e ambiente de crédito mais estável, a taxa possa cair abaixo de 5%." Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

GABRIEL REIS/VALOR

Lotter, da Moody's Ratings: pico da inadimplência global foi atingido no 1º trimestre

Valor: *Como o sr. vê o momento econômico global?*

Phillip Lotter: O risco de crédito é cada vez mais global. Um tema-chave que desempenhará papel muito importante na formação do crédito, não apenas em 2024, mas além, com forte relevância para a América Latina, são taxas [de juros] mais altas, combinadas com crescimento mais baixo. Viemos de um período de mais de dez anos de taxas de juros muito baixas, dinheiro muito barato e uma acumulação significativa de alavancagem. Os principais bancos centrais de todo o mundo passaram os últimos 18 meses realizando um ajuste sem precedentes [com altas de juros]. Há uma potencial turbulência nessa transição. Agora, os bancos centrais realmente evitaram um pouso forçado [da economia] e recessões na maioria dos mercados desenvolvidos. No geral, até agora, tudo bem. Ainda não estamos fora de perigo, porque a inflação ainda é volátil e tem subido e descido em relação às metas dos BCs. Acreditamos que as taxas cairão [em algum momento]. Pensamos que o Fed [Federal Reserve, o BC americano] provavelmente começará a reduzir as taxas na segunda metade do ano, potencialmente em junho. As taxas de juros podem recuar para algo em torno de 4,25% a 4,5% até o fim do ano. Mas ainda estamos nesse período de transição e não se sabe como as economias acabarão por se estabilizar. Nossas previsões de crescimento global mostram trajetória descendente em 2024 e 2025, nas principais economias.

Valor: *E fatores de longo prazo?*

Lotter: Há no longo prazo riscos ligados a mudanças seculares. A primeira é a transformação climática. A segunda, o avanço tecnológico. E a terceira, os desafios demográficos. As alterações climáticas já estão afetando muitos setores em termos financeiros, como seguros, na forma de pagamento de indenizações, e empresas que precisam fazer a transição dos seus modelos de negócio para um ambiente com baixa emissão de carbono. Tudo isto terá impacto fundamental nas empresas e desafiará os modelos de negócio. E depois a mudança demográfica, que é agora uma característica de todas as principais economias, incluindo a China. Cada vez mais veremos os desafios demográficos repercutindo na economia real. Um outro tema é a regulamentação, como uma visão mais rigorosa nos EUA para o setor bancário, devido às recentes falências de instituições financeiras. E o último ponto que quero destacar é o ajuste geográfico dos riscos geopolíticos e da polarização. A política, globalmente, tornou-se mais polarizada. Grandes eleições se aproximam, como nos EUA, as eleições parlamentares na União Europeia, no Reino Unido e na Índia, muitas das quais com potenciais resultados muito incertos.

Marianna Waltz: Temos visto ambientes muito polarizados entre os países da América Latina, e a região como um todo está mais sujeita a interferências políticas em comparação a anos anteriores. Há mais episódios do tipo. Por exemplo, tentativas de mudança das políticas energéticas no México. Houve mudanças na política de preços da Petrobras no passado recente.

Valor: *A inadimplência vai melhorar em 2024?*

Lotter: Em termos globais, as taxas de inadimplência estavam em 4,3% em 2022. Subiram para 4,8% no final de 2023. No primeiro trimestre de 2024, o índice avançou para cerca de 5%. Achamos que agora atingimos o pico dessa inadimplência. As taxas [de juros] começarão a cair [globalmente] ao longo do ano e provavelmente [a inadimplência] terminá 2024 em torno de 3,8%, que é um pouco abaixo da média de longo prazo, de cerca de 4,2%. Em termos de emissão global, temos US$ 4,4 trilhões classificados pela Moody's. A tendência é de as emissões continuarem a se recuperar neste ano, mas com certa moderação. Esperamos um aumento [nas emissões] de um dígito de médio a alto.

Waltz: Na América Latina, a maioria dos BCs iniciou o ciclo de queda das taxas de juros antes das economias avançadas. Além do impacto econômico, isso também proporciona aumento na confiança nos países. O ambiente de crédito em 2023 foi bastante desafiador para a América Latina. As taxas de inadimplência para a região no ano passado atingiram o pico no quarto trimestre, acima de 10%. É um nível elevado comparado à média histórica um pouco acima de 4%. Esperamos agora, com crescimento melhor e ambiente de crédito mais estável, que a inadimplência na América Latina possa cair abaixo de 5% até o fim do ano. Mas ainda vemos riscos no horizonte. Achamos que a liquidez é um grande risco para a região. Mas é algo binário. Vemos ambiente de crédito confortável e estável para emissores com grau de investimento. Mas quando falamos em 'high yields' [emissores com maior risco de crédito] ainda estamos preocupados. Já estamos vendo mais emissões de títulos em 2024 frente a 2023. Até a segunda semana de março, tínhamos US$ 17 bilhões em emissões avaliadas na América Latina, frente a cerca de US$ 6 bilhões no ano passado.

> "A tendência é de as emissões de dívida continuarem a se recuperar no ano, mas com moderação"
> *Phillip Lotter*

Valor: *Fatores climáticos e outros riscos têm sido levados em conta na análise de emissões soberanas?*

Lotter: Sim. As tendências demográficas e os riscos climáticos têm implicações muito variáveis, dependendo dos países. Há países que já estão muito afetados por riscos de alterações climáticas, como inundações, secas, escassez de água e outros efeitos. Todos esses fatores podem ter consequências econômicas e fiscais muito imediatas. Então isso é levado em consideração em nossas classificações.

Valor: *Como vocês avaliam o risco de interferência política no Brasil e na América Latina?*

Waltz: Estamos vendo mudanças de políticas na gestão em empresas públicas. No caso do Brasil, especificamente, não chamaria de interferência política, mas sim de mudanças políticas. Se as mudanças começarem a impactar o desempenho e a qualidade de crédito [de empresas públicas], então seria um risco. Estamos monitorando. Mas não vimos nenhuma dessas mudanças prejudicando a qualidade de crédito das empresas como a Petrobras ou dos bancos públicos. Eles estão com boa saúde neste momento. Não tivemos ação de rating ou alteração na perspectiva de nosso portfólio no Brasil relacionada a qualquer episódio por enquanto. Há muito barulho, mas, em termos tangíveis, nenhuma alteração política afetou realmente a qualidade do crédito [das estatais].

Conjuntura Sobre inteligência artificial, o megainvestidor afirma que é preciso entender em quais usos essa ferramenta será aplicada

Bill Ackman diz que está preocupado com a liderança política nos EUA

JEENAH MOON/BLOOMBERG

Bill Ackman: "O mais complicado a se fazer como investidor é saber quando um negócio vai ser disruptivo ou não"

De São Paulo

O investidor bilionário Bill Ackman disse ontem que uma das suas preocupações com o cenário global é a liderança política nos EUA. "[O atual presidente Joe] Biden poderia dizer 'já sou um presidente com um mandato, vamos ver agora qual melhor candidato surge'. Mas ele quis fazer de outra forma, infelizmente", diz. "Já o [ex-presidente Donald] Trump cria volatilidade, vamos dizer assim", complementou, durante o segundo dia do Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros de Harvard e do MIT, em Cambridge, nos Estados Unidos.

Ackman disse que em algum momento os investidores não se preocuparam com o governo americano, porque achavam que isso não tinha importância. "Mas o governo é tão importante, por conta do endividamento, por conta de seu impacto desde os juros até os preços das commodities. Por conta de outras questões, se vai para uma guerra ou não", afirma. "Preocupo-me muito com esse tema", disse, também mencionando anteriormente as guerras no Oriente Médio e na Ucrânia como outros pontos de sua atenção atualmente.

> "Donald Trump cria volatilidade, vamos dizer assim"
> *Bill Ackman*

Ao ser questionado se o Brasil poderia ajudar o mundo desenvolvido agora, já que grandes mercados vivem inflação alta, volatilidade e incerteza política, Ackman disse, em tom de piada, que os Estados Unidos estão a caminho do Brasil. "Estamos indo no caminho do Brasil. Se você olhar para déficit, desarmonia política", afirmou. "Talvez o Brasil esteja no caminho de onde estávamos e nós estamos a caminho de onde o Brasil estava."

Sobre entender o cenário macro e global para seu posicionamento estratégico nos investimentos, o megainvestidor afirmou que faz apostas quando há um grande grau de probabilidade de algo ocorrer. "E escolhemos essa opção [de aposta] considerando que ela pode ir a zero", diz, mencionando a chance de estar errado e lembrando que o cenário macro não é o núcleo de sua estratégia de investimento. "Colocamos nosso capital em vários bons negócios."

Em relação aos investimentos em empresas, Ackman, como de costume, defendeu aportes em negócios que se mostrem duráveis; que não sejam prejudicados no curto prazo; e que não estejam muito alavancados. "O mais complicado a se fazer como investidor não é construir um modelo sobre fluxo de dinheiro, mas saber quando um negócio vai ser disruptivo ou não. Qual é a durabilidade da geração de dinheiro de um negócio", afirma.

Sobre inteligência artificial, o megainvestidor diz que é preciso entender em quais usos essa ferramenta será aplicada. No caso do setor de alimentos e restaurantes, ele afirma que enxerga com bons olhos. "Já temos restaurantes ao redor do mundo que estão usando IA para antecipar o que irá ser apresentado para os clientes no drive-thru. Isso irá melhorar a otimização na hora de fazer escolhas", diz. "O atendente não irá só oferecer batatas, mas, conhecendo o cliente, pode fazer melhores ofertas." *(Com agências internacionais)*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.599,3084690	0,01	0,13	2,59
IRF-M	1+**	20.138,8952120	-0,23	-0,38	0,99
IRF-M	Total	18.203,4300090	-0,15	-0,22	1,45
IMA-B	5***	9.175,7124110	0,01	0,16	2,22
IMA-B	5+****	11.337,0917550	-0,27	-0,81	-2,31
IMA-B	Total	9.890,0609380	-0,13	-0,35	-0,17
IMA-S	Total	6.575,3782010	0,04	0,20	2,89
IMA-Geral	Total	8.074,6152830	-0,06	-0,06	1,57

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	21/03	20/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,83	35,16	30,19	29,19	32,25	36,80
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,62	26,46	27,16	23,72	26,65	26,81
Conta garantida pré - a.a.	46,73	44,12	50,62	42,54	44,69	54,90
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,64	24,01	24,04	24,46	23,73	28,19
Vendor pré - a.a.	15,71	15,72	16,17	15,88	15,77	18,98
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,53	18,19	16,08	17,00	20,12	20,79
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,31	17,05	16,97	15,91	17,53	17,92
Conta garantida pós - a.a.	24,89	25,36	26,28	24,86	25,73	27,74
ACC pós - a.a.	8,73	8,72	8,83	9,05	8,41	8,32
Factoring - a.m.	3,31	3,30	3,34	3,33	3,30	3,63

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/04/24	04/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3400	5,3400	5,3100	4,8100
1 mês	-	5,3287	5,3224	5,3224	5,3186	4,6812
3 meses	-	5,3476	5,3506	5,3506	5,3540	4,5394
6 meses	-	5,3896	5,3888	5,3888	5,3879	4,1435
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9120	3,8990	3,8990	3,9050	2,9020
1 mês	-	3,9123	3,9121	3,9121	3,9130	2,6131
3 meses	-	3,9247	3,9239	3,9239	3,9226	2,2948
6 meses	-	3,9420	3,9414	3,9414	3,9212	1,7745
1 ano	-	3,6938	3,6738	3,6738	3,5883	0,7295
Euribor ***						
1 mês	-	3,877	3,855	3,855	3,865	2,888
3 meses	-	3,891	3,892	3,892	3,942	3,055
6 meses	-	3,844	3,851	3,851	3,902	3,339
1 ano	-	3,663	3,669	3,669	3,748	3,628
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,35	5,33	5,38	5,38	5,35	4,46
T-Bill (3 meses)	5,40	5,35	5,36	5,36	5,38	4,83
T-Bill (6 meses)	5,28	5,28	5,31	5,31	5,31	4,79
T-Note (2 anos)	4,76	4,65	4,63	4,63	4,55	3,78
T-Note (5 anos)	4,40	4,30	4,22	4,22	4,12	3,37
T-Note (10 anos)	4,41	4,31	4,20	4,20	4,10	3,31
T-Bond (30 anos)	4,56	4,48	4,35	4,35	4,24	3,57

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

			Mês				Acumulado	
Renda Fixa	abr/24*	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Ano*	12 meses**
Selic	0,20	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,83	12,35
CDI	0,20	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,83	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,22	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,45	14,03
IMA-B	-0,35	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,17	11,81
IMA-S	0,20	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	2,89	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-1,02	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-5,51	25,74
Índice Small Cap	-2,53	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-6,51	24,13
IBrX 50	-0,96	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-4,98	24,88
ISE	-1,51	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-3,38	26,03
IMOB	-3,01	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-9,10	41,74
IDIV	0,15	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,67	27,20
IFIX	0,41	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	3,34	23,44
Dólar Ptax (BC)	1,12	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	4,35	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	0,99	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	4,38	-1,06
Euro (BC) (4)	1,47	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	2,35	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	2,20	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA (5)	-	0,23	0,83	0,42	0,56	0,28	1,49	4,00
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 05/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,23% para o mês de março

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 02/04/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.372.076,76					8.565,18	13.387,93	144.571,31	99.100,02
RF Indexados (2)	154.222,44	-0,02	-0,07	1,54	10,64	-18,03	-149,30	1.079,33	-2.897,75
RF Duração Baixa Soberano (2)	664.267,38	0,04	0,07	2,50	11,57	4.732,08	16.507,06	40.779,74	36.107,38
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	790.972,22	0,04	0,08	2,88	13,07	1.720,24	-1.520,29	15.658,46	3.259,86
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	123.483,47	0,04	0,05	2,91	12,66	408,37	734,57	21.176,02	26.992,93
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.714,17	0,03	0,04	2,46	9,25	116,91	225,40	-1.472,87	-5.562,03
RF Duração Livre Soberano (2)	228.160,02	0,03	0,04	2,30	11,35	-937,93	-2.555,29	5.516,82	-7.919,24
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	676.008,76	0,03	0,05	2,55	12,04	1.823,13	1.439,64	15.946,55	-20.859,44
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	308.108,16	0,02	0,00	2,80	14,24	-43,91	845,03	30.390,24	82.500,80
Ações	619.253,92					393,25	90,13	-2.072,29	24.308,14
Ações Indexados (2)	10.947,98	0,41	-0,45	-4,82	24,87	41,53	51,22	933,38	-1.075,38
Ações Índice Ativo (2)	35.173,36	0,27	-0,72	-3,85	24,81	-6,91	-52,58	-1.289,75	-3.351,96
Ações Livre	226.395,06	-0,01	-0,56	-0,98	28,83	300,98	40,87	-1.749,61	-15.046,08
Fechados de Ações	126.137,41	-0,23	-0,16	-2,18	7,32	35,43	42,86	-823,50	29.322,39
Multimercados	1.661.478,65					1.421,46	784,47	-29.071,83	-171.887,34
Multimercados Macro	165.483,26	-0,07	-0,18	1,00	8,73	-360,31	-1.000,26	-10.854,53	-44.549,60
Multimercados Livre	625.340,31	0,00	-0,04	1,53	11,02	2.074,82	2.152,19	5.808,83	-43.976,66
Multimercados Juros e Moedas	54.391,20	0,05	0,03	2,64	12,43	-22,08	-56,70	-2.204,72	-12.385,49
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.467,98	-0,03	0,20	1,64	11,40	-300,12	-322,96	-22.692,31	-63.614,96
Cambial	6.089,29	-0,12	1,04	5,78	5,78	-13,85	6,82	-166,99	-781,18
Previdência	1.401.059,70					335,86	509,87	11.641,27	37.044,58
ETF	43.037,37					-85,50	-142,36	-2.500,95	-607,57
Demais Tipos	1.960.595,84					1.151,54	-1.609,05	28.866,38	31.620,65
Total Fundos de Investimentos	**7.102.995,69**					**10.616,41**	**14.636,85**	**122.400,52**	**-12.823,34**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.557.275,29**					**841,46**	**4.725,84**	**188,32**	**98.556,59**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.707.710,22**					**11.457,87**	**19.362,70**	**122.588,84**	**85.733,24**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/04/24	04/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	11,00	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	11,00	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,36
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9005
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,46
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9832
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,32	10,33	10,36	10,36	10,60	13,63
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,09	10,06	10,05	10,05	10,17	13,48
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,62	10,63	10,66	10,66	10,92	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,47	10,50	10,50	10,77	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,33	10,34	10,37	10,37	10,61	13,63
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,22	10,22	10,25	10,25	10,44	13,60
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,09	10,06	10,06	10,06	10,19	13,50
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	9,96	9,89	9,85	9,85	9,80	12,89

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.279,09	10,660	157.354	10,656	10,662	10,660
Vencimento em jun/24	98.471,07	10,468	20.706	10,462	10,472	10,472
Vencimento em jul/24	97.720,95	10,348	246.649	10,340	10,350	10,348
Vencimento em ago/24	96.880,37	10,230	2.562	10,225	10,235	10,230
Vencimento em set/24	96.095,71	10,131	300	10,135	10,135	10,135
Vencimento em out/24	95.341,49	10,095	784.177	10,060	10,100	10,095
Vencimento em nov/24	94.524,91	10,062	450	10,050	10,055	10,055
Vencimento em dez/24	93.859,36	10,035	100	10,030	10,030	10,030
Vencimento em jan/25	93.134,57	10,003	1.271.092	9,955	10,015	10,005
Vencimento em fev/25	92.377,31	-	0	0,000	0,000	0,000
Vencimento em mar/25	91.693,78	9,967	5.300	9,940	9,950	9,945

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.082,56	0,62	309.650	5.041,50	5.088,00	5.079,50
Vencimento em jun/24	5.095,06	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.108,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.124,98	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.138,74	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.512,12	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.533,85	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.556,47	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	127.093	-0,62	111.900	126.740	128.600	127.175
Vencimento em jun/24	128.829	-	0	0	0	0
Vencimento em ago/24	130.631	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0514	5,0520	0,56	1,12	4,35	0,14
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0642	5,0648	0,29	0,99	4,38	0,32
Dólar Turismo (R$/US$)	5,0843	5,2643	0,58	1,08	4,30	0,28
Euro (BC) - (R$/€)	5,4747	5,4774	0,33	1,47	2,35	-0,55
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4869	5,4875	0,31	1,43	2,20	-0,32
Euro Turismo (R$/€)	5,5358	5,7158	0,34	1,33	1,94	-0,59
Euro (BC) - (US$/€)	1,0838	1,0842	-0,23	0,35	-1,92	-0,70
Ouro*						
B3 (R$/g)¹ ²	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.329,57	1,62	3,71	12,80	15,31
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.288,45	-0,18	3,69	10,96	13,16

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	05/04/24	04/04/24	No fim de mar/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	167.571,09	168.221,71	171.154,28	173.997,89	-0,39	-2,09	-3,69
Valor-Coppead Mínima Variância	96.272,87	96.840,15	96.143,88	93.533,91	-0,59	0,13	2,93

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 05/04/24

Índice	05/04/24	04/04/24	Em 28/03/24	Em 29/12/23	Em 05/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	177,82	176,93	177,78	165,54	152,06	0,50	0,02	7,42	16,94
S&P BNY Emergentes	331,07	329,60	327,04	312,75	288,85	0,45	1,23	5,86	14,62
S&P BNY América Latina	213,33	213,72	215,02	225,28	184,29	-0,18	-0,78	-5,30	15,76
S&P BNY Brasil	210,43	211,65	214,40	232,95	182,16	-0,58	-1,85	-9,67	15,52
S&P BNY México	342,99	341,96	342,11	331,67	301,42	0,30	0,26	3,42	13,79
S&P BNY Argentina	227,81	216,43	211,50	178,27	116,34	5,26	7,71	27,79	95,82
S&P BNY Chile	148,03	148,78	147,40	162,12	167,50	-0,51	0,43	-8,69	-11,63
S&P BNY Índia	2.794,96	2.793,27	2.755,62	2.923,01	2.814,42	0,06	1,43	-4,38	-0,69
S&P BNY Ásia	207,13	206,07	206,96	189,60	173,22	0,51	0,08	9,25	19,58
S&P BNY China	305,57	305,80	306,36	336,11	349,75	-0,08	-0,26	-9,09	-12,63
S&P BNY Rússia	-	-	-	355,94	271,02	-	-	25,69	65,07
S&P BNY Turquia	25,33	24,34	23,46	22,45	20,39	4,08	7,97	12,80	24,24

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990	0,5990	0,8092
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940	0,5940	0,8042
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631	0,5631	0,7632
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342	0,5342	0,7242
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517	0,5517	0,7217
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873	0,5873	0,7575
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131	0,6131	0,7933
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,7907
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789	0,5789	0,7490
29/03 a 29/04	0,0515	0,6028	0,6028	0,7118
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.795	-0,50	-1,02	-5,51	25,57
IBrX	53.495	-0,50	-0,98	-5,23	25,24
IBrX 50	21.110	-0,48	-0,96	-4,98	24,98
IEE	88.786	-0,17	0,15	-6,50	18,26
SMLL	2.200	-0,56	-2,53	-6,51	23,71
ISE	3.636	-0,71	-1,51	-3,38	25,75
IMOB	919	-0,02	-3,01	-9,10	36,73
IDIV	8.741	-0,60	0,15	-3,67	28,20
IFIX	3.422	0,23	0,41	3,34	23,98
Variação % em dólares					
Ibovespa	25.098	-1,05	-2,12	-9,45	25,39
IBrX	10.589	-1,06	-2,08	-9,19	25,06
IBrX 50	4.179	-1,03	-2,05	-8,94	24,80
IEE	17.574	-0,73	-0,96	-10,40	18,09
SMLL	435	-1,11	-3,60	-10,41	23,53
ISE	720	-1,27	-2,60	-7,41	25,56
IMOB	182	-0,58	-4,08	-12,89	36,53
IDIV	1.730	-1,16	-0,96	-7,68	28,02
IFIX	677	-0,33	-0,70	-0,97	23,80

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 05/04/24	Spread 04/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	279	286	-7,0	-15,0	-66,0
África do Sul	358	367	-9,0	-21,0	32,0
Argentina	1.296	1.359	-63,0	-156,0	-611,0
Brasil	206	210	-4,0	-4,0	11,0
Colômbia	259	266	-7,0	-10,0	-6,0
Filipinas	71	78	-7,0	-9,0	13,0
México	159	163	-4,0	-9,0	-8,0
Peru	103	107	-4,0	-3,0	1,0
Turquia	244	250	-6,0	-23,0	-32,0
Venezuela	16.027	15.920	107,0	-2.096,0	-8.065,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	25/03/24	354.428
set/23	340.324	26/03/24	354.374
out/23	340.247	27/03/24	354.899
nov/23	348.406	28/03/24	355.008
dez/23	355.034	01/04/24	353.974
jan/24	353.563	02/04/24	353.904
fev/24	352.705	03/04/24	354.152
mar/24	355.008	04/04/24	354.763

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/04/24	04/04/24	03/04/24	02/04/24	01/04/24	28/03/24
Índice	2.100,76	2.103,36	2.102,33	2.101,89	2.103,01	2.104,11
Var. no dia	-0,12%	0,05%	0,02%	-0,05%	-0,05%	0,02%
Var. no mês	-0,16%	-0,04%	-0,08%	-0,11%	-0,05%	0,56%
Var. no ano	1,72%	1,85%	1,80%	1,78%	1,83%	1,88%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,5900	36,6100	0,13800	0,13810
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0514	5,0520
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1200	36,2105	0,1395000	0,1399000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7216	0,7375
Colon (Costa Rica)	502,7300	515,0000	0,009809	0,010050
Coroa (Dinamarca)	6,8804	6,8814	0,7341	0,7343
Coroa (Islândia)	138,4900	138,8200	0,03639	0,03648
Coroa (Noruega)	10,7136	10,7183	0,4713	0,4716
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3320	23,3420	0,2164	0,2165
Coroa (Suécia)	10,6265	10,6296	0,4752	0,4754
Dinar (Argélia)	134,4495	135,0395	0,03741	0,03758
Dinar (Kuwait)	0,3072	0,3078	16,4113	16,4453
Dinar (Líbia)	4,8240	4,8463	1,0423	1,0473
Direitos Especiais de Saque ***	1,3259	1,3259	6,6977	6,6984
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6723	3,6725	1,3755	1,3757
Dirham (Marrocos)	10,0561	10,0611	0,5021	0,5024
Dólar (Austrália)***	0,6582	0,6584	3,3248	3,3262
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0514	5,0520
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4845	2,5283
Dólar (Canadá)	1,3580	1,3584	3,7186	3,7202
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,0496	6,1236
Dólar (Cingapura)	1,3479	1,3484	3,7462	3,7481
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0514	5,0520
Dólar (Hong Kong)	7,8285	7,8286	0,6452	0,6453
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6018	0,6019	3,0399	3,0408
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7176	6,8260	0,7400	0,7521
Euro (Comunidade Européia)***	1,0838	1,0842	5,4747	5,4774
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7755	2,8310
Franco (Suíça)	0,9004	0,9008	5,6077	5,6108
Guarani (Paraguai)	7359,6900	7367,3500	0,0006856	0,0006864
Hryvnia (Ucrânia)	38,8254	38,8349	0,1301	0,1301
Iene (Japão)	151,5800	151,6100	0,03332	0,03333
Lev (Bulgária)	1,8038	1,8047	2,7990	2,8008
Libra (Egito)	47,3300	47,4300	0,1065	0,1067
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000056	0,000056
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00039	0,00039
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2629	1,2633	6,3794	6,3822
Naira (Nigéria)	1244,5000	1246,5000	0,00405	0,00406
Lira (Turquia)	31,9632	31,9810	0,1580	0,1581
Novo Dólar (Taiwan)	32,0940	32,1120	0,15730	0,15740
Novo Sol (Peru)	3,6857	3,6899	1,3690	1,3707
Peso (Argentina)	862,5000	863,0000	0,00585	0,00586
Peso (Chile)	948,6700	949,1300	0,005322	0,005325
Peso (Colômbia)	3770,3500	3771,8500	0,001339	0,001340
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2105	0,2105
Peso (Filipinas)	56,5000	56,5200	0,08937	0,08942
Peso (México)	16,4806	16,4911	0,3063	0,3065
Peso (Rep. Dominicana)	58,9100	59,2900	0,08520	0,08576
Peso (Uruguai)	38,2400	38,2700	0,13200	0,13210
Rande (África do Sul)	18,6538	18,6579	0,2707	0,2708
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3467	1,3469
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001200	0,0001203
Ringgit (Malásia)	4,7450	4,7490	1,0637	1,0647
Rublo (Rússia)	92,4830	92,7610	0,05446	0,05463
Rúpia (Índia)	83,2930	83,3480	0,06061	0,06065
Rúpia (Indonésia)	15840,0000	15850,0000	0,0003187	0,0003189
Rúpia (Paquistão)	277,8500	278,0000	0,01817	0,01818
Shekel (Israel)	3,7612	3,7674	1,3408	1,3432
Won (Coréia do Sul)	1352,0100	1352,5600	0,003735	0,003737
Yuan Renminbi (China)	7,2330	7,2345	0,6982	0,6985
Zloty (Polônia)	3,9489	3,9511	1,2785	1,2793

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2325,79	0,01337	377,8160	377,8609

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/04/24	04/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.904,04	38.596,98	0,80	-2,27	3,22	16,19	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.108,46	17.878,78	1,28	-0,80	7,62	39,65	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.248,52	16.049,08	1,24	-0,80	8,24	35,44	11.799,16	16.428,82
EUA	Nova York	S&P 500	5.204,34	5.147,21	1,11	-0,95	9,11	27,23	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.264,38	22.051,79	0,96	0,44	6,23	10,44	18.737,39	22.264,38
México	Cidade do México	IPC	58.092,44	57.882,76	0,36	1,26	1,23	8,59	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.388,27	1.407,95	-1,40	4,15	16,15	16,31	1.046,70	1.407,95
Venezuela	Caracas	IBVC	58.983,84	57.754,91	2,13	6,05	1,99	102,78	28.114,73	63.455,81
Chile	Santiago	IPSA	6.512,36	6.588,75	-1,16	-1,98	5,08	24,37	5.226,93	6.643,76
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.479,22	28.164,74	-2,43	-3,13	5,85	25,39	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.214.371,16	1.183.127,22	2,64	0,07	30,62	380,28	252.848,72	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.520,10	1.529,90	-0,64	-0,41	8,93	11,98	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.175,04	18.403,13	-1,24	-1,72	8,50	17,11	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.061,31	8.151,55	-1,11	-1,76	6,87	10,18	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	34.010,88	34.454,58	-1,29	-2,13	12,06	26,59	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.834,33	3.872,45	-0,98	-0,29	3,41	1,71	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.633,19	2.626,72	0,25	-1,36	15,31	32,45	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.916,00	11.090,90	-1,58	-1,43	8,06	17,95	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.383,45	1.386,38	-0,21	-2,73	6,98	29,33	1.069,73	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	880,63	884,17	-0,40	-0,13	11,92	16,52	714,05	884,17
Hungria	Budapeste	BUX	66.527,41	66.625,06	-0,15	1,75	9,74	51,62	42.687,24	66.839,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.642,11	83.866,96	-0,27	1,08	6,60	42,86	58.538,87	83.866,96
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.219,01	6.309,65	-1,44	-0,98	-2,77	2,25	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.155,91	1.163,76	-0,67	1,67	6,68	17,05	967,11	1.163,76
Suécia	Estocolmo	OMX	2.504,80	2.521,86	-0,68	-0,54	4,45	15,17	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.495,79	11.691,13	-1,67	-2,00	3,21	3,42	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.618,83	9.129,02	5,37	5,21	28,76	95,51	4.400,76	9.618,83
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.975,62	-	-2,84	5,32	13,85	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.774,75	75.373,00	-0,79	0,32	-2,75	-2,45	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.992,08	39.773,14	-1,96	-3,41	16,52	40,19	27.472,63	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.026,00	8.072,50	-0,58	-1,57	2,51	7,96	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	Feriado	Feriado	-	1,16	-3,80	-17,36	1.433,10	2.158,41
China	Xangai	SSE Composite	Feriado	Feriado	-	0,92	3,17	-7,34	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.714,21	2.742,00	-1,01	-1,18	2,22	8,78	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.723,92	Feriado	-0,01	1,10	-1,90	-17,51	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	74.248,22	74.227,63	0,03	0,81	2,78	24,39	59.567,80	74.248,22
Indonésia	Jacarta	JCI	7.286,88	7.254,40	0,45	-0,03	0,19	6,85	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.375,58	1.373,89	0,12	-0,17	-2,84	-12,45	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	Feriado	Feriado	-	0,21	13,42	28,17	15.370,73	20.466,57

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

TECPAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ
AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2024

Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação em todas as unidades do Tecpar, com fornecimento de material de limpeza e conservação e equipamentos, pelo prazo de execução por até 24 meses e vigência por até 27 meses, prorrogáveis por até 60 meses, nos termos do RILC"

Data da abertura: 29/04/2024, às 09h. ID BB: 1042837

Melhores informações através do site: www.licitacoes-e.com.br

Curitiba, 08 de abril de 2024. Pregoeiro

IRB(Re) 85 anos

IRB-Brasil Resseguros S.A.
CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Aviso aos Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, do IRB-Brasil Resseguros S.A.

IRB-Brasil Resseguros S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, Torre Leste, 3º e 4º andares, Centro, CEP 20031-170, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 33.376.989/0001-91, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 333.0030917-9 ("Emissora"), vem, por meio desta, **Comunicar** o que segue abaixo: Em cumprimento ao procedimento disposto na Cláusula 5.1 do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, do IRB-Brasil Resseguros S.A.*" celebrado entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Vórtx" ou "Agente Fiduciário") em 1 de junho de 2023, na qualidade de representante dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 3ª (terceira) emissão da Emissora, as quais foram objeto de oferta pública, pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Escritura de Emissão", "Resolução CVM 160" e "Debêntures", respectivamente), sobre o **resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures**, nos termos indicados abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures"): **(i) Data do Resgate Antecipado de Debêntures**: 15 de abril de 2024. **(ii) Série**: Única. **(iii) Quantidade de Debêntures que será resgatada**: a totalidade das Debêntures, que corresponde a 100.000 (cem mil) debêntures. **(iv) Valor do Resgate Antecipado das Debêntures**: os titulares das Debêntures farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura de Emissão), ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, incidente sobre o Valor Nominal Unitário mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures", respectivamente), calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2024.
IRB-Brasil Resseguros S.A.
Marcos Pessôa de Queiroz Falcão
Presidente, Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Companhia Aberta - CNPJ/MF n° 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGOE. Ficam convidados os Senhores Acionistas da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Cia") para se reunirem em AGOE ("Assembleia") que serão realizadas às 10h no dia 30.04.24, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29.03.22 ("RCVM 81"), para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (A) Em AGO: (i) Tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31.12.23; (ii) Fixar o limite da remuneração global dos administradores; (iii) Instalar e eleger o Conselho Fiscal; e (iv) Fixar o limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. (B) Em AGE: (i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.22; (ii) Alterar o Estatuto Social da Cia para: a. Atualizar o caput do art. 5º do Estatuto Social da Cia para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reuniões realizadas em 07.11.22 e 29.12.22; e b. Modificar a redação dos arts. 16 (xvii) e 21, caput, §7º e incluir o § 9º do art. 21 do Estatuto Social da Cia. (iii) Consolidar o Estatuto Social da Cia de forma a refletir as alterações acima indicadas; e (iv) Autorizar à administração da Cia para tomarem as providências e praticarem os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data. Informações Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, nos termos da RCVM 81, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e no Manual para Participação na Assembleia divulgados pela Cia nesta mesma data e disponível aos senhores Acionistas na sede social da Cia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão impreterivelmente até às 23:59 do dia 28.04.24, realizar o seu cadastro no sistema eletrônico por meio do link https://assembleia.ten.com.br/753066429 e fornecer todas as informações e documentos obrigatórios, conforme indicados no Manual para Participação na Assembleia. Os acionistas também poderão participar da Assembleia preenchendo o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, ou diretamente à Cia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação na Assembleia. A Cia informa, ainda, que o envio do boletim de voto a distância por meio de agentes de custódia ou do escriturador dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista com a Cia. Alternativamente, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento de boletim de voto a distância digital diretamente na plataforma digital Ten Meetings. Neste caso, para que o boletim de voto a distância seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da Assembleia, o acionista deverá (i) acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/753066429; (ii) se cadastrar na plataforma Ten Meetings com a documentação necessária, descrita no Manual para Participação na Assembleia; (iii) preencher devidamente todos os campos; e (iv) ao final, confirmar seu voto. Nos termos do art. 6º, §3º, da RCVM 81, não será admitido o acesso ao sistema eletrônico dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários até às 23:59 do dia 28.04.24. A Cia, portanto, recomenda que os acionistas ou procuradores realizem o cadastramento no sistema eletrônico e o envio dos documentos obrigatórios com 3 dias de antecedência do encerramento do prazo indicado acima, de modo a ter tempo hábil para sanar eventuais pendências dentro do prazo. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. Os documentos e informações referentes às matérias constantes da Ordem do Dia bem como aqueles previstos nas Resoluções editadas pela CVM foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 7º da RCVM 81, bem como foram disponibilizados aos acionistas, na sede social da Cia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Cia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (ri.americanas.io), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@americanas.io. RJ, 28.03.24. Eduardo S. Garcia Presidente do Conselho de Administração.

KEPLERWEBER

KEPLER WEBER S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 91.983.056/0001-69/NIRE 3530045422-7

AÇÃO Tenha ações em seu Patrimônio
abrasca companhia associada

Edital de Segunda Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da Kepler Weber S/A ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia ou AGE"), a ser realizada, em 2ª Convocação, no dia 11 de abril de 2024, às 09h30min, de forma híbrida (presencial e virtual), nos termos do determinado no Estatuto Social da Companhia, em sua sede social localizada na Rua do Rocio, nº 84, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP e através da Plataforma ALFM Easyvoting ("Plataforma"), bem como mediante o envio de Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos da Resolução CVM nº 81/22 ("CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) do saldo de reservas de lucro, passando o capital social de R$ 244.694.181,68 (duzentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos) para R$ 344.694.181,68 (trezentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S/A"); 2) Deliberar sobre a alteração dos Artigos 5º e 14 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração; e 3) Em caso de aprovação dos itens 01 e 02 acima, deliberar sobre a consequente consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	–	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	–	–	X

[1] Documentos de identidade aceitos: RG,RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; [2] Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. [3] No caso de representação por procurador. A fim de permitir uma melhor organização dos trabalhos da Assembleia, a Companhia solicita que os documentos acima sejam depositados na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da AGE para aqueles acionistas que desejarem participar presencialmente e com até 48 horas de antecedência da respectiva AGE aqueles acionistas que desejarem participar virtualmente, nos termos da CVM 81. Os documentos referentes à Assembleia foram publicados no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 02 de março de 2024 e 04 de abril de 2024 (2ª Convocação) e foram disponibilizados no site da CVM (www.gov.br/cvm) e na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br) nos dias 01 de março de 2024 e 04 de abril de 2024 (2ª convocação), bem como estão acessíveis no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **Participação Pessoal:** Os acionistas, representantes legais ou procuradores que desejarem participar da Assembleia pessoalmente deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital de Convocação, munidos da documentação correspondente indicada no quadro acima. **Participação Virtual:** Os acionistas, representantes legais ou procuradores que desejarem participar da AGE por meio da Plataforma deverão acessar o link https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxTh6QcTACLS0fuGnbjrZ87PTO8UwH1ssw_4PXGKazFBL de pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 09 de abril de 2024 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra não poderão participar da AGE de forma virtual, devendo, caso desejarem, seguir os trâmites de participação presencial. A Companhia enviará aos Acionistas devidamente cadastrados, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGE, um e-mail contendo novo link da plataforma para acesso à AGE e demais informações necessárias para a participação (login e senha). Ao acessar este link, o Acionista deverá inserir as informações de acesso. Ao inserir tais informações, o Acionista receberá um código de segurança pessoal e intransferível por e-mail (no e-mail informado no cadastramento), que, ao inserir este código na plataforma, será direcionado automaticamente à AGE, observados os requisitos mínimos abaixo indicados. A Companhia recomenda que os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGE, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting, garantam a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, conforme os seguintes requisitos técnicos mínimos: (1) a plataforma não é compatível com todos os navegadores, desta forma, a Companhia recomenda a utilização do Google Chrome para acesso; e (2) na tabela abaixo indicamos a compatibilidade de navegadores:

Recurso	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+
Vídeo (receber)	✓	✓	✓	✓
Vídeo (enviar)	✓	✓	✓	✓
Áudio (receber)	✓	✓	✓	✓
Áudio (enviar)	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (receber)	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (enviar)	✓	✓	✓	✓
Visualização da galeria	✓	✓	✓	✓
Plano de fundo virtual	✓	✓	X	✓
Vídeo 720p (receber)	✓	✓	✓	✓
Vídeo 720p (enviar)	✓	✓	✓	✓
Compartilhar áudio da guia	✓	X	X	✓
Bate papo	✓	✓	✓	✓
Legendas ocultas	✓	✓	✓	✓
Transcrição ao vivo	✓	✓	✓	✓
Tradução ao vivo	✓	✓	✓	✓
Gravação em Nuvem	✓	✓	✓	✓
Chamada (PSTN)	✓	✓	✓	✓
Sala de espera	✓	✓	✓	✓
Salas de descanso	✓	✓	✓	✓
Controle remoto	✓	✓	✓	✓
Perguntas e respostas do webinar	✓	✓	✓	✓
Transmissão ao vivo RTMP	✓	✓	✓	✓
Quadro branco (visualização)	✓	✓	✓	✓
Quadro branco (editar)	✓	✓	✓	✓
Criptografia	✓	✓	✓	✓
Criptografia de ponta a ponta (E2EE)	X	X	X	X

Não é possível a participação através de celulares ou *tablets*, devendo os Acionistas acessarem a plataforma através de computador desktop ou notebook, sempre em conformidade com os requisitos técnicos mínimos acima listados. Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na AGE por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*. A Companhia recomenda aos Acionistas que façam o *login* na plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting* com 30 (trinta) minutos de antecedência ao início da AGE. A plataforma eletrônica ALFM Easy Voting disponibilizada pela Companhia atende aos requisitos previstos no artigo 28, § 1º, da Resolução CVM nº 81/22, quais sejam: (a) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (b) a gravação integral da Assembleia; e (c) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os acionistas, ou seus representantes, presentes, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; registro da presença e de voto proferido; cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa. Por fim, a Companhia informa que a AGE será integralmente gravada, na forma da regulamentação aplicável. O Acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à AGE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e parágrafo primeiro da Resolução CVM nº 81/22. **Boletim de Voto a Distância:** A Companhia esclarece que os boletins de votos recebidos para 1ª convocação serão aproveitados para 2ª convocação, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. No entanto, o acionista que optar pela sua participação através do BVD pela primeira vez nesta 2ª Convocação desta AGE, poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"), transmitir as instruções de voto para o Itaú, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Itaú; ou (iii) preencher o BVD e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, na Proposta da Administração e no BVD disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o BVD, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Companhia em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 05 de abril de 2024 (inclusive). O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do BVD diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos aplicáveis nos termos da Proposta da Administração, ao endereço da Companhia indicado acima. O BVD encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm), no site da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia. Solicita-se aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, bem como as orientações e prazos constantes da Proposta da Administração para maiores informações, inclusive com relação às instruções de preenchimento e documentos que deverão acompanhar o BVD. São Paulo, 04 de abril de 2024. Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - Presidente do Conselho de Administração - Kepler Weber S/A.

Investimentos Estudo da KPMG mostra que capital disponível para gestoras no Brasil caiu 47%, acima da média mundial; mercado só deve começar a reagir em 2025

‘Venture capital’ seca e startups buscam novas formas de captação

Liane Thedim
De Rio

A SuperOpa, startup que vende produtos próximos ao vencimento que seriam jogados fora com descontos de até 80%, precisava de dinheiro extra este ano para acelerar seu crescimento. Sua receita havia ganhado tração em 2023, após a compra de uma empresa especializada em cestas básicas, que trouxe uma carteira de 32 mil trabalhadores. Mas, diante de um mercado pouco amigável de “venture capital” (investimentos em startups com potencial de crescimento rápido), seu fundador, Luís Borba, desistiu de abrir uma nova rodada de captação. “O mercado mudou e os fundos estão pagando menos pelas startups.” Ele partiu, então, para uma emissão de dívida em notas comerciais “tokenizadas” via “crowdfunding”, com a ideia de levantar R$ 800 mil. A demanda foi tanta que a operação atingiu R$ 1 bilhão.

Muitas outras se viraram como puderam e foram obrigadas a escolher caminhos mais caros para obter dinheiro. Estudo da KPMG mostra que o volume de capital disponível para gestoras de venture capital investirem em startups no Brasil fechou 2023 em US$ 2,2 bilhões, em queda de 47%. Foi um tombo maior que a média mundial, que encolheu 35%. Em número de transações, o recuo no país foi menor, de 25%, quase igual à média internacional (-27%). Segundo o levantamento, no mundo, em volume de recursos no ano, as assets de venture capital levantaram US$ 161 bilhões, frente aos US$ 307 bilhões de 2022.

E para 2024 não há perspectiva de melhora, mesmo com o ciclo de queda dos juros já iniciado no Brasil e prestes a começar nos países desenvolvidos. “Vai ser mais um ano de aprendizado. As startups mais fracas não devem conseguir levantar dinheiro. O mundo do venture capital só deve retornar em 2025 ou 2026”, diz Daniel Malandrin, sócio-líder de venture capital e inovação da KPMG no Brasil.

Ele explica que as alternativas incluíram empréstimo-ponte, pequenas rodadas de investimentos, crowdfunding (financiamento coletivo) e “venture debt” (dívida com instituições especializadas em startups), por exemplo, além de fusões e aquisições. “As empresas buscaram equacionar o ‘gap’ financeiro do momento de forma a não cair muito de valor e esperar o pior momento passar.” Diego Perez, presidente da ABFintechs, entidade que tem cerca de 700 associadas, ressalta que a jornada não foi fácil. “Muitas startups tiveram que buscar alternativas. No entanto, essas opções também enfrentaram desafios, especialmente devido às altas taxas de juros que penalizaram essas empresas.”

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Luís Borba, fundador da SuperOpa, startup que atua na redução do desperdício de alimentos: empresa emitiu títulos de dívida para continuar crescendo

Levantamento da plataforma de inteligência de dados Sling Hub, a pedido do **Valor**, mostra que o volume de operações de dívida (debêntures, linhas de crédito e empréstimos conversíveis) cresceu 43% em 2023. Os chamados “grants” (investimentos que não têm uma contrapartida, como, por exemplo, o programa Google for Startups) subiram 2.578% — duas operações que somaram US$ 5,2 milhões puxaram especialmente o número para cima, mas em número de rodadas o avanço também foi significativo e chegou a 248% — e operações com fundos de recebíveis, 168%.

As startups evitam fazer novas rodadas em valor menor que a anterior porque isso leva a uma queda do preço de referência e, portanto, do patrimônio dos investidores. O impacto de rodadas menores, comenta Malandrin, atinge também os fundos de venture capital, que dessa forma não conseguem manter o desempenho na média histórica. “Quem teve que aceitar um ‘down round’ [quando o valor da startup em rodada de investimento está abaixo do que em uma anterior] para a empresa não falir também vê queda no patrimônio do fundo, o que cria dificuldade para novas captações.”

> “As empresas buscaram equacionar o gap financeiro”
> *Daniel Malandrin*

Para Malandrin, o tom dos próximos meses vai ser de cautela e criatividade para as startups equilibrarem as contas e buscarem funding. O executivo lembra que em 2022 a previsão já era de que o mercado levaria ao menos três anos para se recuperar, e a recomendação geral que ele dava para as empresas era levantar o necessário para 36 meses e adotar uma gestão de caixa muito eficiente. “Vimos muita quebradeira nos últimos meses, num mundo de janelas fechadas.”

Ele cita dois fatores importantes no cenário macroeconômico que levam a essa avaliação. Primeiro, a demora do banco central americano a reduzir os juros e a seca de ofertas públicas iniciais na bolsa brasileira, que já dura mais de dois anos, o que aumenta a dificuldade de precificação de ativos privados. “No caso de startups em estágios avançados, o investidor não vê porta de saída [para lucrar se desfazendo de sua fatia na empresa] e raramente elas pagam dividendos.”

Era esse recuo no valor que Borba, criador da SuperOpa, quis evitar ao optar pela oferta de dívida estruturada pela SMU Investimentos, com nove meses de carência, prazo de 24 meses, pagamentos trimestrais e juros prefixados em 2,20% ao mês. Ele lembra que o dinheiro captado na rodada de capital semente — conhecida no jargão do mercado como “seed” e indicada para projetos que já tiveram a ideia validada e que começam a fase de expansão — acabou de entrar no começo de 2023. Em novembro, diz Borba, a empresa atingiu o chamado “ponto de equilíbrio” (quando os ganhos se igualam aos custos) e precisava de injeção de recursos, mas abrir mais uma rodada de captação significaria um cálculo de valor mais baixo.

“A operação vai ajudar a capitalizar sem diluir a empresa antes de irmos em busca de uma rodada série A [primeiro passo para sair do grau semente e se tornar uma startup em estágio inicial]. Queremos ficar no controle da empresa o máximo de tempo possível, porque esse é o nosso sonho.” A SuperOpa encerrou o ano passado com faturamento de R$ 11,2 milhões e crescimento de 277% sobre 2022. Para este ano, a projeção é de expansão acima e 300%, para uma receita de R$ 48 milhões, números fortes que cacifam a empresa a planejar a abertura do roadshow para a série A em junho.

Com objetivo principal de reduzir o desperdício de alimentos e a insegurança alimentar, a SuperOpa conseguiu fechar acordos com mais de 80 grandes fabricantes, como Nestlé, Unilever, Ambev e Natural One, para coletar alimentos que seriam descartados. Esses produtos são vendidos diretamente no site da startup e também compõem as cestas das cerca de 700 empresas que são suas clientes. As fábricas depositam o dinheiro equivalente a uma cesta básica comum para cada trabalhador e, no aplicativo da empresa, o Food Pass, ele escolhe como quer compor as compras do mês, entregues em caixas personalizadas nas unidades. De acordo com Borba, o funcionário recebe R$ 180 de vale-alimentação e leva em produtos o equivalente a R$ 270.

> “Essas opções enfrentaram desafios, devido às altas taxas de juros”
> *Diego Perez*

Das 13 mil startups existentes no Brasil hoje, 1.460 são fintechs. O estudo da KPMG revela também que o segmento continua no topo da preferência dos investimentos, seguidas de varejo, marketing, saúde e educação (retailtechs, martechs, healthtechs e edtechs). Malandrin explica que isso ocorre porque o mercado financeiro brasileiro tem alta concentração de ativos em cinco bancos, com altos spreads bancários, o que abre vários nichos para oferta de alternativas mais eficientes de pagamento e crédito, por exemplo, com custo mais baixo. “É uma estratégia que começa com o domínio de um pequeno segmento que não é bem servido até que a geração de caixa atinja um nível que permita a expansão da atuação.”

Perez, da ABFintechs, porém, alerta que é preciso avançar no conjunto de regras que rege o setor. “A inovação avança até certo ponto. Os reguladores [seja no mercado financeiro, de capitais, seguros, previdência privada etc.] precisam estar engajados em desenvolver o regulamento para acomodar a inovação, permitindo que esses novos produtos aconteçam.”

‘Private equity’ vê maior investimento

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Pelo segundo ano consecutivo, a Condere, firma especializada em M&A, rodou uma pesquisa com mais de cem gestoras de fundos de participação sobre o cenário para o ano corrente. Depois de um período mais morno para os fundos (o número de transações caiu 5%, segundo a Anbima), o segmento de “private equity” está mais animado com os planos de investimentos.

Em 2023, 37% dos respondentes previam aumentar investimentos, percentual que subiu para 64% neste ano. A projeção de desinvestimentos também saltou, de 42% para 76%. “Há relação entre esses números, já que os fundos estão vendo janela de saída e isso acontece num cenário de melhora de apetite de investidores”, avalia Paulo Cury, sócio da Condere.

Os fundos esperam menor variação na precificação das empresas. No ano passado, 74% viam queda de preços, ante 23% agora, segundo o “Data Condere”. Investidores estrangeiros, que tiveram papel relevante no volume de M&A (fusões e aquisições) no ano passado, continuam bastante ativos, mas os fundos locais de private equity voltaram a se movimentar, avalia Cury.

A Condere tem um exemplo claro disso: no ano passado, nenhuma das transações assessoradas pela casa envolveu private equity na ponta compradora, constituídos principalmente por investidores estratégicos internacionais. “Já neste ano, temos tido interações com private equity em diferentes projetos”, diz.

Com os cortes da taxa de juros, esse item reduziu importância entre os pontos de atenção dos fundos, assim como consumo, mas câmbio teve um aumento relevante. O fato de ser uma discussão premente e dado o patamar mais alto, em média, nos últimos anos, é uma das explicações, avalia o sócio — tanto para o cheque quanto para avaliar os passivos das empresas.

Outro ponto é o patamar de câmbio da safra de fundos anterior, quando o real estava mais valorizado. Isso significa que, para fechar uma transação hoje, o patamar de retorno em dólar do negócio precisa ser mais alto para compensar que não deve haver ganho cambial. Além de tecnologia e saúde, o agronegócio desponta entre os setores de maior interesse dos fundos.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Vida saudável influencia a carteira de investimento?

Consultório financeiro

Como um estilo de vida mais saudável pode influenciar na sua carteira de investimentos?

Joel Rodrigues, CFP, responde:

Charles Munger, uma das maiores mentes do mercado financeiro, faleceu aos 99 anos de idade. Quando questionado sobre os segredos para evitar armadilhas nos negócios e desfrutar de uma vida longa e feliz, Munger respondeu de forma simples e direta: “Evitar pessoas e atividades tóxicas”.

Famoso por sua sabedoria, Munger ofereceu uma lição valiosa sobre como a saúde mental e física estão intrinsecamente ligadas à saúde financeira. Ele destacou que não basta analisar balanços financeiros e reconheceu a importância de cultivar um ambiente saudável para a tomada de decisões financeiras sólidas.

Aqueles que priorizam uma alimentação equilibrada, exercícios regulares e relacionamentos positivos tendem a ser mais disciplinados e resilientes. Isso os torna menos propensos a cometer erros financeiros e mais aptos a planejar seus investimentos a longo prazo.

A qualidade dos hábitos está intimamente ligada ao bem-estar. O livro “Hábitos Atômicos”, de James Clear, explora como pequenas ações realizadas repetidamente podem ter um efeito significativo, inclusive nas finanças pessoais. Clear argumenta que os hábitos são como juros compostos do aperfeiçoamento. Assim como o dinheiro se multiplica, os resultados dos hábitos se ampliam à medida que são repetidos. Somente após alguns anos é percebido o verdadeiro valor dos bons hábitos e o custo dos maus.

Por outro lado, imagine alguém que enfrenta uma noite de sono ruim e se estressa no trânsito, a caminho do trabalho, ouvindo notícias alarmantes sobre uma recessão iminente. Tal cenário gera exaustão, ansiedade e escolhas precipitadas. Isso destaca a importância de desenvolver hábitos que promovam o equilíbrio mental e decisões financeiras conscientes para o crescimento do patrimônio a longo prazo.

O equilíbrio entre finanças pessoais e saúde é essencial, e a colaboração de especialistas, como planejadores financeiros, nutricionistas, médicos e terapeutas, desempenha um papel fundamental. Essa abordagem multidisciplinar não só fortalece as bases do bem-estar, mas também amplia as chances de melhorias significativas em diversas áreas da nossa vida.

Fazer um check-up é o ponto de partida para determinar os próximos passos. Se estiver com excesso de peso, é crucial iniciar uma rotina de atividade física e adotar uma alimentação balanceada. Se enfrenta dificuldades para economizar dinheiro, é hora de estabelecer um orçamento, cortar despesas desnecessárias e priorizar o controle financeiro.

A tecnologia facilita o dia a dia, mas é importante mencionar que, sem o devido controle, ela pode se tornar uma armadilha. Websites de compras e plataformas que simplificam transações financeiras tendem a promover a busca por gratificação imediata, prejudicando nossos planos financeiros.

Indiscutivelmente, a construção de uma carteira de investimentos deve ser fundamentada nos pilares da rentabilidade, liquidez e segurança. Além disso, a diversificação e o perfil do investidor são essenciais. Todavia, a longo prazo, é o comportamento que exerce o impacto mais relevante. Como enfatizado ao longo do texto, o ambiente e os hábitos são elementos de grande influência nesse processo.

Em última análise, ao se seguir os conselhos de Charles Munger, integra-se o cuidado entre saúde física e mental dentro do planejamento financeiro, fortalecendo-se a capacidade de tomar melhores decisões e alcançar os mais diversos objetivos de vida.

Joel Rodrigues é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: jrodrigues@astorcapital.com.br

Supremo
Ministros julgam PIS e Cofins sobre receitas com locação de bens móveis e imóveis
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
O Supremo Tribunal Federal e a Justiça do Trabalho
E2

Coisa julgada
Entenda quem será afetado pelo julgamento
valor.globo.com/legislacao

Trabalhista
Veja o impacto da decisão do STF sobre licença-maternidade
valor.globo.com/legislacao

Tributário Bancos e gestoras de fundos de investimentos foram autuados pela Prefeitura de São Paulo e recorreram ao Judiciário

TJSP vai definir qual município pode cobrar ISS de 2018

Laura Ignacio e Beatriz Olivon
De São Paulo e Brasília

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) está para definir se são válidos autos de infração lavrados pela Prefeitura de São Paulo por falta de recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2018. A decisão vai ser dada em recurso do município contra sentença favorável obtida pelo Banco Alfa. Há pelo menos mais uma sentença e uma liminar obtida por contribuintes.

A questão foi levada à Justiça depois de a prefeitura realizar, no fim de 2023, uma ofensiva contra quase 120 prestadores de serviços que não recolheram o ISS para o município no período em discussão. Passaram a ser exigidos os valores devidos com juros de mora e atualização monetária.

A discussão envolve a Lei Complementar nº 157, de 2016, que deslocou a competência para a cobrança do ISS do município do prestador do serviço para o do tomador. A norma entrou em vigor no começo de 2018, porém, os dispositivos que instituíram a mudança da competência foram questionados e suspensos no Supremo Tribunal Federal (STF).

No mês de março de 2018, o ministro Alexandre de Moraes proferiu liminar nesse sentido (ADPF 499, ADI 5835 e ADI 5862). Entendeu que a nova disciplina normativa deveria apontar com clareza o conceito de "tomador de serviços" ou geraria insegurança jurídica e a possibilidade de dupla tributação. Só mais tarde, ao analisar o mérito, em junho do ano passado, o STF declarou inconstitucional a alteração. Nasceu então a dúvida sobre qual regra valeria em janeiro e fevereiro de 2018.

A Prefeitura de São Paulo entendeu que poderia aplicar a cobrança retroativa do ISS referente aos dois primeiros meses daquele ano e lavrou as autuações fiscais. No caso do Banco Alfa, a cobrança foi de R$ 60 mil.

Empresas e instituições financeiras apontam que a falta de modulação temporal e a ambiguidade na definição de "tomador de serviços" pelo STF deram origem à disputa.

A decisão favorável ao Banco Alfa foi concedida pela juíza Lais Helena Bresser Lang, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Para ela, "a autora providenciou o recolhimento no município do tomador, corretamente, baseando-se na alteração legislativa vigente à época, não podendo subsistir o auto de infração imposto pelo município de São Paulo, pois a LC nº 157/2016 é a lei que deve reger o presente caso concreto" (processo nº 1059165-30.2022.8.26.0053).

A magistrada baseou sua argumentação no artigo 2ª da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), segundo o qual "não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue". Lais considerou também que a suspensão da LC nº 157, de 2016, só ocorreu após o recolhimento do tributo pelo banco em outros municípios.

Sobre o conceito de tomador de serviços, a juíza destaca, na decisão, a aplicabilidade de uma norma da Fazenda municipal e da Lei Complementar nº 175, de 2020. "Embora o Parecer Normativo SF nº 2, de 2017, interpretasse que o prestador de serviço seria o administrador do fundo e o tomador do serviço, o fundo de investimento, posteriormente, com a edição da LC nº 175/2020, especificou-se a figura do 'tomador dos serviços' da atividade de fundo de investimento, estabelecendo-se que o tomador será o cotista", diz.

Ela também ressalta na decisão que uma solução de consulta editada pelo Departamento de Tributação e Julgamento da Secretaria da Fazenda do município de São Paulo (Dejug/SF), de outubro de 2018, teria gerado confusão. Por meio da norma, de nº 41, o Fisco havia orientado o contribuinte que fez a consulta a recolher o ISS ao município do tomador de serviços para os fatos geradores ocorridos entre 1º de junho de 2017 e 22 de março de 2018 (data da liminar do STF).

Segundo a advogada Jessica Chehter Brand, do escritório Schneider Pugliese, a decisão é importante porque a discussão impacta bancos e seguradoras de saúde, que seriam as mais autuadas por se destacarem, em valores, na arrecadação de ISS. "Para muitas empresas, apesar de serem só dois meses, trata-se de um montante significativo para o caixa", diz. "Se o imposto já foi recolhido para outro município, a empresa teria que pagar em dobro."

Jéssica diz que a Prefeitura de São Paulo fez uma verdadeira corrida no fim do ano. "Temos clientes que receberam questionamentos e intimações para autorregularização. Esclarecemos, porém, que seria possível questionar no Judiciário", afirma. "Alguns pagaram mesmo assim e os que foram autuados poderão usar essa sentença como precedente."

Para o advogado Ricardo Godoi, que representou o Banco Alfa no processo, a partir de março de 2018 só uma modulação do STF poderia salvaguardar o direito das empresas que pagaram o ISS conforme a lei. Como seria improvável a modulação, acrescenta, decidiu-se então ajuizar a ação. O banco tem o valor em discussão depositado em juízo.

DIVULGAÇÃO

Advogada Jessica Chehter Brand: "Trata-se de um valor significativo para muitas empresas, apesar de serem só dois meses"

Calixto dos Santos Guimarães, gerente-geral do Contencioso Tributário da instituição financeira, destaca que a decisão obtida pelo banco é a primeira com esse entendimento. "É um bom precedente porque traz o posicionamento do Judiciário no sentido de considerar a liminar do STF sobre o assunto. Vamos ver se ela se mantém no TJSP."

Por meio de nota, a Procuradoria Geral do Município (PGM) informou que a ação judicial do Banco Alfa encerra controvérsia restrita ao período anterior à liminar concedida na ADI 5835. "A lei [nº 157/2016] gerou dúvidas em relação à competência de tributação e, por isso, vários pontos do texto foram considerados inconstitucionais pelo STF. A argumentação da Prefeitura de São Paulo já foi apresentada ao processo e está em análise pelo Poder Judiciário", diz a nota.

A outra sentença favorável aos contribuintes foi obtida por um conjunto de gestoras de fundos de investimento. A juíza Cynthia Thome, da 6ª Vara da Fazenda Pública, considerou que, no período dos fatos, a LC nº 157, de 2016, estava em vigor. "À época dos fatos o ISS era devido ao domicílio do tomador do serviços, e não do prestador", afirma. Ela lembra, na decisão, que o STF suspendeu essa previsão da LC nº 157, mas ponderou que os efeitos da decisão não devem retroagir (processo nº 1090496-93.2023.8.26.0053).

O advogado do caso, Diogo Ferraz, sócio do escritório Freitas Leite, afirma que as decisões judiciais mostram a preocupação do Judiciário de proteger os contribuintes que seguiram as leis vigentes à época. "O absurdo é o contribuinte ter que ir ao Judiciário para não ser punido por ter cumprido a lei", diz. Ele atua em outros casos que aguardam decisão em primeira instância.

> "Contribuinte teve que ir ao Judiciário para não ser punido por ter cumprido a lei"
> *Diogo Ferraz*

Na liminar, obtida por outra gestora de fundos, a juíza Gilsa Elena Rios, da 15ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, aplicou o artigo 146 do Código Tributário Nacional (CTN). O dispositivo não permite que o lançamento tributário alcance fatos pretéritos por mudança no critério jurídico (processo nº 1018717-44.2024.8.26.0053).

"A postura da prefeitura promove insegurança jurídica e litigiosidade ao explorar uma lacuna na posição do STF", afirma o advogado que representa a gestora no processo, Rafael Vega, do escritório Cascione Advogados. Segundo ele, a prefeitura estaria cobrando em duplicidade o ISS de contribuintes cuja "falha" foi ter seguido a lei vigente.

Procurada pelo **Valor**, a Prefeitura não comentou as decisões obtidas pelas gestoras de fundos.

São Paulo arrecada R$ 1 bi de devedores contumazes em 2023

De São Paulo

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) conseguiu arrecadar, em 2023, R$ 1,09 bilhão por meio da cobrança de ICMS dos chamados "inadimplentes contumazes". São contribuintes que declaram o que devem mas, sistematicamente, deixam de recolher o imposto.

Informação repassada ao **Valor** com exclusividade pela Supervisão Executiva de Cobrança e Recuperação de Dívida (SECRD) detalha que, desse total, R$ 787,7 milhões foram pagos à vista e R$ 302,2 milhões por meio de parcelamentos. Atualmente, a SECRD diz acompanhar 212 empresas e registra 254 acompanhamentos concluídos.

Os acompanhamentos são reuniões entre auditores fiscais e contribuintes com o objetivo de se chegar à adimplência, ou seja, o pagamento de impostos correntes — ainda não inscritos na dívida ativa. Levam de seis meses a dois anos.

Segundo a Sefaz-SP, os critérios usados para identificar a inadimplência contumaz estão no artigo 19 da Lei nº 1.320 (que trata do programa "Nos Conformes"), de 2018. A prática, acrescenta, costuma ser planejada, como uma estratégia de negócios.

DIVULGAÇÃO

> "Mais de 90% da arrecadação de ICMS é espontânea"
> *Daniel Ávila*

O resultado de arrecadação bilionária, diz a SECRD, somente foi possível em razão de uma abordagem "desregionalizada" dos fiscais, por meio do teletrabalho. "Contamos hoje com uma equipe enxuta de 20 auditores para realizar esse trabalho de cobrança qualificada, além de dois auditores na gestão", diz Gislaine Lima Alves, assistente fiscal e uma das gestoras do órgão. "Trabalhamos bastante com gestão do conhecimento e ciência de dados, recebendo suporte da Supervisão de Cobrança."

Antes, a cobrança dos devedores contumazes era feita por cada delegacia, em determinada região. Em abril de 2022, verificou-se que era melhor fazer esse trabalho de forma estadual. Nasceu a SECRD, para cuidar de uma fila única de contribuintes. "Agora grandes devedores aparecem em primeiro lugar nessa fila e trabalhamos a empresa como um todo, mesmo que ela tenha filiais espalhadas pelo Estado", afirma Gislaine.

No teletrabalho, diz Alex Sandro Kuhn, supervisor fiscal da SECRD, os fiscais se organizam por setores econômicos, o que gera uma maior especialização, melhor qualidade dos trabalhos e celeridade. "Com certeza, antes desse novo formato para a cobrança de devedores contumazes, nosso número estava longe do R$ 1 bilhão ao ano", afirma.

Quando os acompanhamentos para a cobrança qualificada são concluídos, dizem os auditores, ou é feita a reversão do comportamento do contribuinte para a adimplência ou é implantado um regime especial para a empresa. Há ainda casos de extinção. São extintas as empresas abertas para a prática de fraude, como as criadas só para emitir notas fiscais. A adimplência, muitas vezes, ocorre por meio do parcelamento ordinário do imposto devido.

Por meio de parcelamentos ordinários, no ano de 2023, contribuintes inadimplentes contumazes se comprometeram a pagar mais R$ 1,6 bilhão, segundo a Sefaz-SP. Nesses casos, o ICMS declarado mas não pago e ainda não inscrito na dívida ativa é quitado em até 60 vezes, com juros Selic e multa de mora de 10%.

Já o regime especial impõe regras específicas de prestação de contas — por exemplo, o contribuinte deve recolher ICMS a cada venda e não do total de vendas mensal. A própria supervisão reconhece que algumas condições de regimes especiais são, muitas vezes, questionadas na Justiça. "Mas nossa taxa média de sucesso no Judiciário, nesses casos, é de 90%", destaca Kuhn.

Para o advogado Igor Mauler Santiago, sócio-fundador do Mauler Advogados, em geral, o enquadramento como devedor contumaz é uma forma de pressão para o pagamento de tributos que o contribuinte pretende discutir, "o que seria, na prática, a supressão do seu direito de defesa". As medidas impostas ao contribuinte assim qualificado também são, segundo o advogado, "em sua ampla maioria, frontalmente inconstitucionais".

Entre tais medidas, Santiago aponta a exigência do ICMS operação a operação, sem considerar os créditos quanto a bens do ativo; o cancelamento do cadastro fiscal do contribuinte; e a vedação à fruição de benefícios fiscais por 10 anos, mesmo que as dívidas sejam regularizadas.

O tributarista Daniel Ávila, sócio do Locatelli Advogados, lembra que mais de 90% da arrecadação de ICMS é espontânea e que a maioria das empresas que deixa de pagar o imposto é por estar em dificuldade financeira, não por má-fé. "Até porque se uma empresa deixa de recolher um tributo e fica sem a certidão negativa tem portas fechadas de acesso a crédito", afirma.

Mas Ávila também aponta que a Lei Complementar nº 199, de 2023, que permite às administrações tributárias municipais, estaduais e federal compartilharem dados para elevar a efetividade da fiscalização, gerou um "enorme poder", o que aumentaria as chances do devedor contumaz ser identificado. *(LI)*

O Supremo Tribunal Federal e a Justiça do Trabalho

Opinião Jurídica

Douglas Alencar Rodrigues

Em um de seus mais importantes julgamentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a possibilidade excepcional de que suas decisões declaratórias de inconstitucionalidade de leis fossem "desafiadas" pelos demais poderes do Estado. Aplicou a "Teoria dos Diálogos Institucionais", ao julgar a ADI 5105, examinando os efeitos da migração de parlamentares em razão da criação de novos partidos, no curso das legislaturas, com consequências sobre o "direito de antena" e o fundo partidário.

Nesse julgamento, o STF reconheceu que novas leis poderiam ser editadas, contrariando suas decisões anteriores, mas ressalvou que tal procedimento dependeria da existência de circunstâncias relevantes de fato ou de direito que não haviam sido consideradas nos julgamentos anteriores.

Além de impor um severo ônus argumentativo ao "poder desafiante", ressalvando também sua competência para ditar a palavra final sobre o significado da Constituição, o STF afastou a concepção estritamente "juriscêntrica" no campo da hermenêutica constitucional, ampliando significativamente o debate constitucional, que deve ser a tônica em uma sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.

Esse ideal de construção do sentido da Constituição por meio de debates que não se esgotam com os julgamentos proferidos pelo STF deveria também ser observado para equacionar conflitos interpretativos internos que envolvem os próprios órgãos judiciários.

O recente exemplo do conflito interpretativo que envolve a STF e a Justiça do Trabalho, a propósito dos impactos da reforma trabalhista e dos novos modelos de organização produtiva, tendo a terceirização à frente, é exemplo claro da falta de diálogo interno e de dificuldade recíproca de compreensão.

No sistema judiciário nacional, não se pode negar que a palavra final sobre o significado da ordem constitucional está a cargo da Suprema Corte, assim como não deveria haver dúvida acerca da competência constitucional da Justiça do Trabalho para resolver os conflitos originários de relações de trabalho, e não apenas os decorrentes de contratos de emprego.

Mais recentemente, em julgamento amplamente divulgado pela mídia, o ministro Gilmar Mendes, decano do STF, informou que o volume de "reclamações constitucionais" crescera exponencialmente em temas trabalhistas, o que confirmava a dificuldade de assimilação das decisões do STF pelos magistrados da Justiça especializada. Concebidas como instrumento processual destinado a preservar a competência do tribunal e a autoridade de suas decisões, as reclamações constitucionais tornaram-se a principal via processual utilizada para que a Suprema Corte possa aclarar o significado ou a extensão de seus pronunciamentos obrigatórios e vinculantes.

Longe de pretender justificar o que seria absolutamente injustificável, a existência de uma inusitada "insurreição judicial" contra as decisões supremas, algumas lacunas e contradições são percebidas em alguns julgados, induzindo os magistrados a decisões que parecem afrontar as diretrizes preestabelecidas. Tome-se o exemplo das ressalvas lançadas para os casos em que detectada a fraude nos modelos de contratação autônoma, também referidos como "pejotização", nos quais o vínculo celetista deveria prevalecer, uma vez que a realidade da vida deveria se sobrepor à ficção das formas. Embora afirmada a fraude em vários julgamentos produzidos pela Justiça do Trabalho, sucessivas decisões de cassação são proferidas pelo STF, deixando-se a impressão de que existe por parte dos juízes um renitente propósito de afrontar a Suprema Corte, a partir da visão monolítica de que a CLT seria a "bíblia adequada e insuperável" para todas as espécies de vínculos jurídicos cujo objeto central seja o trabalho humano.

O advento de novas leis, o avanço tecnológico e as transformações operadas nos modelos de organização produtiva produziram impactos significativos nas relações entre o capital e o trabalho. Esse novo cenário exige dos magistrados um novo modelo de compreensão para essas novas realidades, sobretudo diante das sucessivas manifestações da Suprema Corte, segundo as quais o princípio constitucional da livre iniciativa afasta a imperatividade da legislação trabalhista, legitimando outros modelos ainda que presentes os requisitos formais do contrato de emprego.

Nesse novo ambiente, com a superação da visão "celecêntrica", pautada na lógica de que o "modelo CLT" seria o único, o mais moderno e o mais eficiente para a proteção social e melhor distribuição dos resultados da atividade econômica, o Judiciário trabalhista deverá assumir novas competências ligadas ao mundo do trabalho e a seus efeitos previdenciários.

A garantia constitucional de acesso amplo e efetivo à Justiça passa, necessariamente, pela melhor racionalização do sistema de distribuição de competências entre os órgãos judiciais, impondo-se a revisão do modelo atual para o melhor aproveitamento dos órgãos da Justiça do Trabalho. Com mais de 80 milhões de processos em curso em todos os ramos do Judiciário, a Justiça do Trabalho, com seus 24 tribunais e 1.587 varas, deveria assumir a solução de todos os conflitos oriundos do mundo do trabalho, inclusive os conflitos previdenciários conexos, pois, como lembra vice-presidente do TST, ministro Aloysio Veiga, "a relação de trabalho não se limita à relação de emprego, já que esta é apenas uma das espécies de relação de trabalho, que se soma a uma série de atuações diversas. E poder decidir sobre todas elas foi a grande conquista da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional 45/2004".

Douglas Alencar Rodrigues é ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Correios

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Andar Térreo na Região de Mauá /SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial andar térreo na região de Mauá /SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC MAUÁ. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 253,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse: Praça São Benedito; Rua Faustino Pereira Rito; Avenida Governador Mario Covas Júnior; Rua Japão; Avenida Barão de Mauá; Rua do Comércio; Avenida Antônia Rosa Fioravante; Rua Rio Branco; Rua General Osório; Praça vinte e dois de novembro Rua Vito Pedro Dell'Antônia; Rua Luis Lacava; e outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail: edimarques@correios.com.br, telefone (11) 9 9663 3281 ou com Everaldo Souza, e-mail: everaldosc@correios.com.br (11) 4313 8568.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente Regional de Atendimento SE/SPM

SOCIEDADE HARMONIA DE TÊNIS

Edital de Convocação

Prezado(a) Conselheiro(a),

De acordo com o disposto no Artigo 56 do Estatuto Social, convocamos os membros efetivos do Conselho Deliberativo da Sociedade Harmonia de Tênis a comparecerem à reunião ordinária a realizar-se na Rua Canadá, 658 – São Paulo – SP, no próximo dia **22 de abril, segunda-feira, às 18h30**, em primeira convocação com a presença de, no mínimo, **41 Conselheiros** entre os quais **14 Veteranos**. Não havendo "quorum", fica feita, desde já, a segunda convocação às **19h30** para o mesmo dia e local com a presença mínima de **27 Conselheiros**, entre os quais **9 Veteranos**.

É a seguinte a ordem do dia:
1º- Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária e extraordinária de 11/12/2023 e 04/03/2024;
2º- Análise e deliberação sobre o Relatório Anual e o Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023;
3º- Outros assuntos.

Marcelo Bandeira de Mello
Presidente do Conselho Deliberativo
São Paulo, 8 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF CRA0190081C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de abril de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de maio de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 10ª Emissão – (IF CRA0190081C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 242ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1034250) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de abril de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de maio de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 242ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1034250), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

T4F Entretenimento S.A.

CNPJ/MF nº 02.860.694/0001-62 - NIRE 35.300.184.645
Companhia Aberta de Capital Autorizado
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 26 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **T4F Entretenimento S.A.**, companhia aberta, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, CEP 05411-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.184.645 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 02.860.694/0001-62, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2245-4 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 17 horas, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital" e "AGO", respectivamente), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração da Companhia e o relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia para o exercício social a se encerrar 31 de dezembro de 2024. **Instruções e Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações - em ambos os casos, via Plataforma Digital, conforme autorizado pelo art. 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações e pelo art. 28, §3º, da Resolução CVM nº 81 - ou, ainda, via boletim de voto a distância, cujo modelo se encontra disponível no site da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). ("Boletim de Voto"). **Para participação via Plataforma Digital:** Os acionistas que desejarem participar da AGO por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos descritos no Manual de Participação e Proposta da Administração, datado de 26 de abril de 2024, para a AGO pela Companhia ("Manual de Participação e Proposta da Administração"), deverão acessar o endereço: https://assembleia.ten.com.br/318922974/auth, até o dia 24 de abril de 2024, conforme prazo previsto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81, preencher o seu cadastro e anexar cópias dos seguintes documentos: Acionista Pessoa Física: (i) documento de identidade com foto*; e (ii) extrato de posição acionária. Representante: (i) documento de identidade com foto do representante*; e (ii) extrato de posição acionária. Outorgante Pessoa Física: (i) documento de identidade com foto*; (ii) extrato de posição acionária; e (iii) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso**. Outorgante Pessoa Jurídica: (i) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; (ii) extrato de posição acionária; (iii) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso**; (iii) regulamento do fundo (para fundos de investimento); e (iv) ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento). * *Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;* ** *Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.* A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Código Penal. **Boletim de Voto a Distância:** O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia (caso prestem esse tipo de serviço); (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados acima e enviá-lo diretamente à Companhia, por via física, e-mail ou pela Plataforma Digital, até o dia 19 de abril de 2024 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da AGO), conforme instruções contidas no Boletim de Voto e no Manual de Participação e Proposta da Administração, e indicados abaixo: BVD Físico ou via e-mail: **i.** impressão do arquivo PDF disponibilizado pela Companhia no site de RI; **ii.** preenchimento de todos os campos de forma legível, incluindo a indicação de nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, bem como a indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; **iii.** rubrica de todas as páginas do Boletim de Voto; **iv.** assinatura ao final do Boletim de Voto do acionista ou de seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, e **v.** envio do Boletim de Voto, acompanhado das documentações necessárias, conforme indicadas acima, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05411-000, ou via e-mail: ri@t4f.com.br. BVD Digital: **i.** acesso ao seguinte endereço eletrônico para o cumprimento das próximas etapas: https://assembleia.ten.com.br/318922974/auth; **ii.** cadastro com as documentações necessárias, conforme indicadas acima; **iii.** preenchimento dos campos de opções de voto; e **iv.** confirmação do voto. **Avisos:** **i.** é recomendado ao acionista que se conecte com no mínimo 30 minutos de antecedência, pois não será permitido a entrada após o início da AGO; **ii.** eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (https://ri.t4f.com.br), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@t4f.com.br; **iii.** o acesso à AGO será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize de uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. São Paulo, 04 de abril de 2024.
Fernando Luiz Alterio - Presidente do Conselho de Administração. (04, 05 e 06/04/24)

AMERICA NET S.A.

CNPJ/MF nº 01.778.972/0001-74 - NIRE 35.300.561.546
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os senhores acionistas da **America Net S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na modalidade exclusivamente digital, nos termos do artigo 121, parágrafo único, c/c artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020 ("**IN81**"), através do link de acesso do Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**"), a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas para realização da videoconferência, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia e os demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023: (iii) ratificar o montante individual da remuneração pago aos administradores no exercício social de 2023; e (iv) deliberar sobre proposta da administração para a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024. **Informações e Recomendações Gerais:** 1. Tendo em vista que a Assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, por meio da Plataforma Eletrônica, sem a possibilidade do comparecimento físico na sede social da Companhia, V. Sas. deverão solicitar seu cadastro prévio por meio dos endereços de e-mail ri@verointernet.com.br, com o assunto "Participação AGO Vero", apresentando simultaneamente a documentação que comprove sua identidade ou representação legal. 2. Para participar da Assembleia, V. Sas. deverão enviar, em anexo ao e-mail indicado no item 1 acima, cópia autenticada ou documento de identidade original com foto. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador deverá apresentar, juntamente com a procuração outorgada pelo acionista: (i) e-mail e telefone de contato; (ii) cópia autenticada ou documento de identidade original com foto; e (iii) os demais documentos do acionista representado. 3. Após comprovação dos cadastros e regularidade dos documentos, a administração da Companhia enviará, por e-mail, as instruções e o link para participação por meio da plataforma digital àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente a sua solicitação no prazo e nas condições acima dispostos. O link recebido será pessoal e não poderá ser compartilhado, sob pena de responsabilização. 4. Os documentos indicados no item 2 acima devem ser enviados por e-mail à Companhia com 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia. 5. O acionista que tenha enviado devidamente sua solicitação de acesso e não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia até o final do dia 25 de abril de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia entre as 08:00 horas e as 18:00 horas do dia 26 de abril de 2024, pelo e-mail ri@verointernet.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as instruções para acesso à Plataforma Digital. 6. Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail ri@verointernet.com.br. Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio do referido e-mail ou no site de Relações com Investidores (ri.verointernet.com.br).

São Paulo/SP, 08 de abril de 2024
Fabiano Oliveira Ferreira - Diretor

Lupatech S.A.

CNPJ nº 89.463.822/0001-12 - NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado - B3 Novo Mercado
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da Lupatech S.A. ("Companhia"), para se reunirem no dia 30 de abril de 2024, às 11 horas, em sua sede social, na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, b) Destinação do resultado do exercício. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Aprovar a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; b) Aprovar a Proposta de Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano Incentivado 2024"), cujo objetivo é permitir que a Companhia possa manter os serviços de seus executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Por meio do Plano Incentivado 2024, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 2.000.000 (dois milhões) ações de emissão da Companhia; c) Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia para: (1) Refletir a homologação dos aumentos ao capital social da Companhia; (2) Refletir o encerramento da filial do Rio de Janeiro; (3) Atualizar o código de endereçamento postal da Companhia; d) Aprovar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações anteriormente mencionadas; e, e) Ratificar a Outorga de um total de 180.000 (cento e oitenta mil) Opções de Compra de ações ordinárias da Companhia, no âmbito do Plano Incentivado 2023, datada de 09 de junho de 2023, para os seguintes Conselheiros de Administração: Sra. Simone Anhaia Melo, Sr. Carlos Mario Calad Serrano e Sr. Celso Fernando Lucchesi, sendo 60.000 (sessenta mil) Opções de Compra para cada Conselheiro. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, na sede social da Companhia, na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, com 1 (uma) hora de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso, comprovante da respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora, ou, relativamente aos acionistas participantes de custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e, se for o caso, instrumento de mandato, com firma reconhecida. Devendo, todavia, o comprovante de participação acionária ser antecipado à Companhia nos termos constantes do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral. A Companhia, com fundamento na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, comunica aos seus acionistas que a Administração da Companhia aproveitará o ensejo para fazer um Pedido Público de Procuração na forma do normativo citado. A Administração da Companhia vem solicitar a outorga de procurações para que seus acionistas assegurem sua participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2024, podendo, caso queiram, votar favoravelmente, desfavoravelmente ou se abster em relação às matérias constantes na ordem do dia deste Edital de Convocação. O Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais contém as instruções para a outorga de procurações à Companhia. Os acionistas poderão optar por outorgar procurações físicas para que advogado indicado pela Companhia os represente no dia da Assembleia, conforme modelo de procuração disponível no Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais. Será possível outorgar procurações físicas e indicar o seu voto a partir de 28 de março e até 23 de abril de 2024. Sem prejuízo de se fazer representar por outorga de procuração física na referida Assembleia Geral, a Companhia informa que, nos termos do anexo M da Resolução CVM nº 81, o boletim de voto a distância será disponibilizado. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), ficando o percentual previsto no caput do art. 141 da Lei 6.404/76, reduzido em função do valor do capital da companhia aberta. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.lupatech.com.br - link "Relações com Investidores"), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras; (iii) o Parecer dos Auditores Independentes; (iv) a Proposta de Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM 81); (v) formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; bem como (vi) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 2 do Formulário de Referência - Resolução CVM 80); (vii) as informações referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (item 8 do Formulário de Referência, Resolução 80, Anexo C); (viii) o Anexo Q (Resolução 81 CVM), referente ao Pedido de Procuração; e (ix) o Manual para Participação nas Assembleias, que contém todas as demais informações requeridas pelas Instruções CVM nº 80/22 e 81/22, nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 7º e 10º da Resolução CVM nº 81/22. Nova Odessa, 28 de março de 2024. João Marcos Cavichioli Feiteiro - Presidente do Conselho de Administração.

FRIGOL S.A.

Companhia Fechada | CNPJ nº 68.067.446/0012-20 - NIRE: 35.300.372.344

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CEO

No ano de 2023, seguimos nosso plano estratégico e investimos em nossas três plantas industriais para aumentar a capacidade de abate, perseguindo o objetivo de focar na eficiência operacional. Fechamos o ano com 573 mil bovinos abatidos, alta de 21% ante 2022. Pelo 2º ano consecutivo, crescemos acima de 20% a produção.

Em 2023, atingimos o segundo melhor resultado financeiro da companhia, somente atrás de 2022. O aumento na produção ajudou a diluir ainda mais os custos e a termos um desempenho melhor.

A Receita Bruta em 2023 foi de R$ 3,3 bilhões e o lucro líquido de 54,5 milhões. Já o EBITDA foi de R$ 146,7 milhões, com margem de 4,8%.

Mesmo com a alta no volume produzido, as receitas foram impactadas negativamente. No mercado externo, o Brasil sofreu com o autoembargo de quase um mês nas exportações para a China, após identificação de um caso atípico de vaca louca. No restante do ano, vimos o dólar se manter em patamares inferiores a 2022, assistimos à queda no preço pago pelo mercado chinês no primeiro semestre e sua estabilização no segundo semestre.

Em paralelo, seguimos a estratégia de diversificar mercados. No primeiro semestre, conquistamos as habilitações para Indonésia e Singapura e, no segundo semestre, fizemos os primeiros embarques para ambos os destinos. Vemos o bloco de países da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) com grande potencial para nossa companhia.

No mercado interno, que representa cerca de 50% do faturamento, temos cada vez mais focado em produtos e serviços de alto valor agregado e margens melhores, como a plataforma Açougue Completo, que teve um crescimento expressivo no ano.

Refletindo a disciplina financeira e o esforço na gestão de capital de giro, encerramos o ano com caixa de R$ 350,9 milhões, 36% maior que o registrado ao fim de 2022. A alavancagem ficou em 1,2x Dívida Líquida/EBITDA, extremamente saudável para o nosso segmento.

Com a agenda ESG no centro de nossa estratégia de negócios, tivemos a honra de sermos reconhecidos pelo anuário Época Negócios 360 como a segunda empresa com melhor Governança do setor de alimentos e bebidas.

Pela segunda vez consecutiva, tivemos 100% de conformidade nos critérios determinados pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Pecuária Sustentável, em auditoria supervisionada pelo Ministério Público Federal no Pará. O resultado comprova que todo o gado adquirido de fornecedores diretos no bioma Amazônia respeita critérios socioambientais.

E fomos o primeiro frigorífico a implementar o Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado, coordenado pelas organizações Proforest, Imaflora e National Wildlife Federation - NWF.

No âmbito social, desenvolvemos uma série de ações cujos aportes se deram via lei de incentivos fiscais e doações. Esses projetos contribuíram para o desenvolvimento das três cidades onde temos unidades industriais, levando educação, cultura e esporte à população. Além disso, geramos novas oportunidades de trabalho nessas regiões ao ampliarmos nosso quadro para cerca de 3.300 colaboradores com o objetivo de dar suporte à expansão da produção.

Finalizo agradecendo aos colaboradores, acionistas, pecuaristas, fornecedores, clientes e consumidores por mais um ano de ajuda na construção de uma FriGol mais eficiente.

Seguiremos em 2024 cumprindo nossa missão de alimentar famílias no Brasil e no mundo de forma sustentável.

Obrigado,
Eduardo Miron, CEO da FriGol

DESTAQUES FINANCEIROS

Receita Bruta R$ 3,3 bilhões (-14% vs. 2022 R$3,8 bilhões)

Receita Líquida: R$ 3,1 bilhões (-14% vs. 2022 R$ 3,6 bilhões)

Dívida Bruta: R$ 527,2 milhões (+0,4% vs. 2022 R$524,8 milhões)
Caixa: R$ 350,9 milhões (+36% vs. 2022 R$258,9 milhões)

Dívida Líquida: 176,2 milhões (-34% vs. 2022 R$265,9 milhões)

EBITDA: R$ 146,7 milhões (-41% vs. 2022 250,8 milhões)
Margem EBITDA: 4,8% (-2,2 pp vs. 2022 7,0%)

Lucro Líquido: R$ 54,5 milhões (-59% vs. 2022 de R$132,9 milhões)
Margem de Lucro Líquido: 1,8% (-1,9 pp vs. 2022 3,7%)

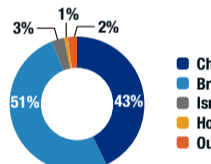
Alavancagem 1,2x (vs. 1,1x 2022)

FCO 206,0 milhões (vs. 2022 20,3 milhões)

O resultado do ano de 2023 é reflexo do esforço contínuo da companhia em gerar valor, buscando minimizar os impactos que a queda no preço de venda teve em nosso faturamento. Mesmo com volume de abate superior, as receitas foram reduzidas devido a uma série de fatores que ocorreram durante o ano, como o valor médio da arroba, que caiu cerca de 20%, sendo acompanhado pela queda de preço da carne no mercado externo e interno.

Neste contexto, a Receita Bruta fechou o ano em R$ 3,3 bilhões, redução de 14% em comparação aos R$ 3,8 bilhões do ano anterior. O preço de exportação mais desafiador, somado à ligeira deflação nos preços praticados também no mercado interno, foi determinante para essa queda.

No mercado externo, a China continuou sendo o principal destino das exportações, tendo um aumento de 6% no volume em relação ao ano anterior, representando 86,5% do faturamento com exportações em 2023.

Com queda de preço menos expressiva do que no mercado externo, o mercado interno aumentou sua participação na receita de 47% em 2022 para 50% em 2023, sendo beneficiado pelo aumento das vendas em São Paulo, propiciadas pela plena operação de nossos dois centros de distribuição no Estado.

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Receita bruta de vendas	3.260.191	3.774.593	(14%)	3.124.241	4%
Impostos e deduções s/vendas	(100.046)	(104.799)	(5%)	(113.233)	(12%)
Deduções e abatimentos	(73.226)	(95.439)	(23%)	(50.759)	44%
Receita líquida	3.086.919	3.574.354	(14%)	2.960.249	4%
% da Receita Bruta	94,7%	94,7%	(0,0 p.p.)	94,8%	(0,1 p.p.)

Receita Líquida de Vendas

A Receita Líquida em 2023 reduziu 14% quando comparada com 2022, atingindo R$ 3.087 milhões contra R$ 3.574 milhões respectivamente. As deduções sobre a Receita Bruta se mantiveram em linha com o ano anterior, ficando em 5,3%.

Custo do Produto Vendido

O Custo dos Produtos Vendidos no ano de 2023 totalizou R$ 2.673 milhões, ou 86,6% da Receita Líquida. Essa redução de 11% em relação ao ano anterior foi decorrente principalmente da redução do preço da arroba bovina CEPEA/SP, que teve a média de R$ 254,7 em 2023 contra R$ 317,7 em 2022, mesmo com uma maior quantidade de animais abatidos, com aumento de 21%, saindo de 473.769 em 2022 para 573.314 em 2023.

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Receita Operacional Líquida	3.086.919	3.574.354	(14%)	2.960.249	4%
Custo do Produto Vendido	(2.673.483)	(2.999.274)	(11%)	(2.659.357)	1%
% Receita Líquida	86,6%	83,9%	2,7 p.p.	89,8%	(3,2 p.p.)
Lucro Bruto	413.436	575.080	(28%)	300.892	37%
Margem Bruta	13,4%	16,1%	(2,7 p.p.)	10,2%	3,2 p.p.

DVGA - Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Despesas com vendas	(244.538)	(254.877)	(4%)	(142.646)	71%
% Receita líquida	7,9%	7,1%	0,8 p.p.	4,8%	3,1 p.p.
Despesas G&A	(92.224)	(99.978)	(8%)	(62.921)	47%
% Receita líquida	3,1%	3,4%	(0,3 p.p.)	2,1%	1,0 p.p.
Despesas Totais	(336.762)	(354.855)	(5%)	(205.567)	64%
% Receita líquida	10,9%	9,9%	1,0 p.p.	6,9%	4,0 p.p.

O aumento da despesa com vendas proporcionalmente à Receita Líquida ocorreu em função do incremento dos custos de fretes e transferências. Em 2022, a FriGol atuou ativamente na arbitragem de abate e desossa entre plantas. Apesar do aumento de quadro de funcionários corporativos, em função da nossa capacidade produtiva crescente e de acordo com as melhores práticas de Governança, mostramo-nos eficientes e conseguimos diluir as despesas com pessoal em um esforço de readequação dos custos ao cenário atual de mercado.

EBITDA

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Lucro (Prejuízo) Líquido	54.488	132.910	(59%)	40.793	34%
(+) IR e CS e Diferidos	(11.574)	40.295	(129%)	(12.442)	(7%)
(+) Resultado Finan. Líquido	82.058	61.104	34%	73.110	12%
(+) Depreciação e Amortização	20.606	15.058	37%	14.623	41%
(+) Despesas não recorrentes	277	1.410	(80%)	8.620	(97%)
(+) Doações Incentivadas	874				
EBITDA	146.729	250.777	(41%)	124.704	18%
Margem EBITDA	4,8%	7,0%	(2,3 p.p.)	4,2%	0,5 p.p.

O EBITDA de 2023 é segundo melhor resultado da FriGol, ficando apenas atrás de 2022, tendo atingido R$ 146,7 milhões, representando uma redução de 41% sobre o mesmo período de 2022, com R$ 250,8 milhões.

Na margem, houve uma redução de 2,3p.p., devido ao aumento nos custos de insumos e de vendas em relação à Receita Líquida, fruto de um cenário de preços mais desafiador, principalmente devido ao desaquecimento da demanda chinesa por carne, que não foi acompanhado pela redução nos custos de aquisição na mesma proporção.

Resultado Financeiro

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Resultado líquido	(82.058)	(61.104)	34%	(73.110)	12%
% Receita líquida	2,7%	1,7%	0,9 p.p.	2,5%	0,2 p.p.

Fruto da mudança no perfil da dívida e na liquidez da companhia, incluindo a emissão dos CRAs com prazo de até 6 anos, os ganhos com aplicações financeiras saltaram 69% em comparação com 2022, resultado do aumento do saldo de caixa e equivalentes de 36%, amenizando os impactos do aumento nas despesas com juros de 56% no mesmo período. Com isso, o resultado financeiro líquido de 2023 atingiu R$ (82,1) milhões, aumento de 34% quando comparado com o exercício anterior e 12% comparado com 2021.

Demonstrado abaixo a abertura das despesas financeiras dos últimos 3 anos:

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Juros com financiamento	(53.791)	(34.469)	56%	(29.300)	84%
Juros com contratos de câmbio	(24.101)	(26.101)	(8%)	(15.744)	53%
Perdas com aplicações na BM&F	(146)	(1.491)	(90%)	(48)	204%
Descontos concedidos	(8.126)	(10.031)	(19%)	(14.465)	(44%)
Outros	(23.851)	(7.727)	209%	(3.530)	576%
Despesas Financeiras	(110.015)	(79.819)	38%	(63.087)	74%
% Receita líquida	3,6%	2,2%	1,3 p.p.	2,1%	1,4 p.p.

Lucro Líquido

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Lucro líquido/prejuízo	54.488	132.910	(59%)	40.793	34%
Margem Lucro Líquido	1,8%	3,7%	(2,0 p.p.)	1,4%	0,4 p.p.

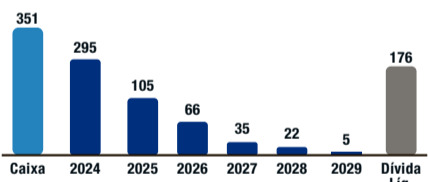
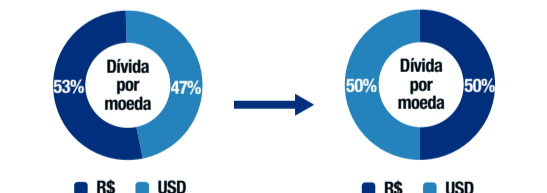
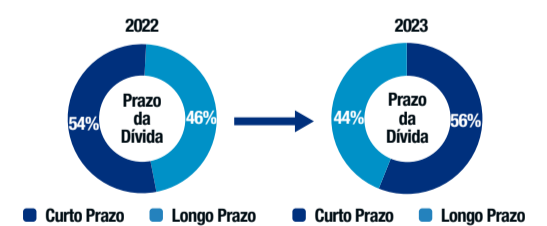
O lucro líquido foi de R$ 54,5 milhões, uma redução de 59% em relação a 2022, reflexo do resultado operacional explicado acima.

Estrutura de Capital

R$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Dívida Financeira Bruta	527.154	524.817	0,4%	263.512	100,0%
Curto Prazo	294.547	283.998	4%	222.646	32%
Longo Prazo	232.607	240.819	(3%)	40.866	469%
(–) Disponibilidades	350.916	258.925	36%	96.956	262%
Dívida Financeira Líquida	176.238	265.892	(34%)	166.556	6%
Ebitda LTM	146.729	250.777	(41%)	124.704	18%
Dívida líquida/EBITDA	1,2 x	1,1 x	0,1x	1,3 x	(0,1x)

A empresa manteve a estrutura de capital robusta e também um dos menores índices de alavancagem do setor, com 1,2x Dívida Líquida/EBITDA em termos contábeis. Fechamos o ano com uma posição de caixa confortável, que saltou de R$ 258,9 milhões para R$ 350,9 milhões, representando aproximadamente 70% do endividamento bruto e tendo um total de 44% da dívida no longo prazo. Com respeito ao prazo médio da dívida, chegamos a um total de 16,4 meses. Por moeda, temos um prazo de 8,5 meses para as dívidas em dólar e de 24,2 meses para as dívidas em reais.

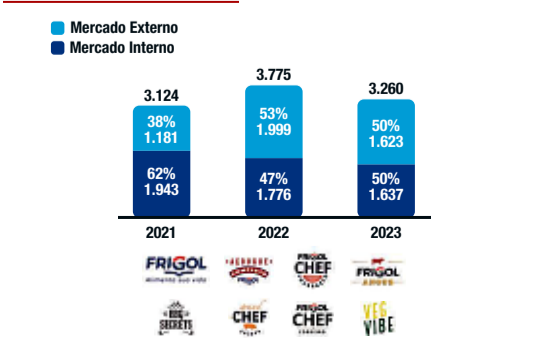
PERFIL DA DÍVIDA

POSIÇÃO DE CAIXA E CRONOGRAMA DA DÍVIDA (R$ MIL)

BREAKDOWN DA DÍVIDA

DESTAQUES COMERCIAIS

Receita Bruta R$ 3,3 bilhões
(-14% vs. 2022 R$3,8 bilhões)
Receita Líquida: R$ 3,1 bilhões
(-14% vs. 2022 R$ 3,6 bilhões

Exportamos para 29 países em 2023

 # 6.985 Clientes atendidos

Receita Bruta - R$ Milhões

DESTAQUES MERCADO EXTERNO 2023

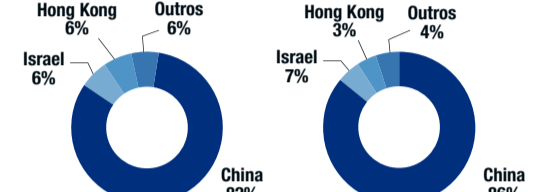
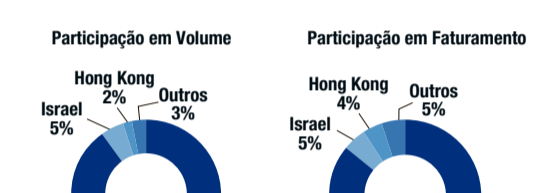
CHINA: 57.368 toneladas e USD 278.174 milhões
(-21% vs. 2022 USD 351.082 milhões)

ISRAEL: 4.614 toneladas e USD 22.897 milhões
(-17% vs. 2022 USD 19.538 milhões)

DEMAIS LOCALIDADES: 8.062 toneladas e USD 19.197 milhões
(+12% vs. 2022 USD 17.109 milhões)

Em 2023 a companhia teve um aumento no volume exportado para 70 mil toneladas, 12% acima do ano anterior. Entretanto, nas exportações para a China, nosso principal mercado, tivemos a redução de 21% no faturamento anual, de USD 351 milhões para USD 278 milhões.

Houve a conquista de novas habilitações para países asiáticos, como Singapura e Indonésia, buscando a menor penetração nessa região com alto potencial de demanda.

2023

2022

DESTAQUES MERCADO INTERNO 2023

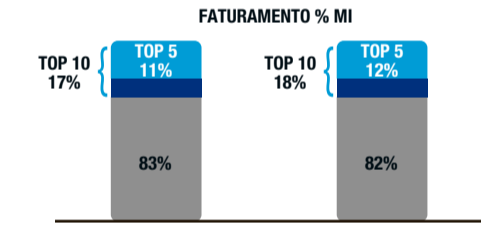
VENDAS: 158.657 toneladas
(+15% vs. 2022 138.370 toneladas)

VENDAS: 4.108 toneladas
(-66% vs. 2022 12.252 toneladas)

LINHAS ESPECIAIS: 13.609 toneladas
(+36% vs. 2022 9.993 toneladas)

52 LOJAS DE AÇOUGUE COMPLETO

No mercado interno, como resultado de nosso posicionamento estratégico, as vendas das linhas de produtos de valor agregado cresceram 36% em 2023. O projeto Açougue Completo teve aumento de 30% no volume vendido em comparação com 2022. Trata-se de um projeto de destaque, que, em parceria com supermercadistas, presta consultoria especializada, diversos treinamentos e planos de ação para melhorar desde a exposição dos produtos até o atendimento ao cliente final. Em 2023, foram atendidos 2.031 clientes com produtos da linha e chegamos ao fim do ano com um total de 52 lojas com serviços técnicos da companhia.

Concentração Carteira Clientes MI

Mantivemos alta liquidez e baixa concentração de carteira. Os 5 maiores clientes da companhia no mercado interno representam apenas 12% do faturamento e os 10 maiores apenas 18%.

DESTAQUES PRODUTIVOS

Unidades Operacionais

Planta Lençóis Paulista/SP
Bovinos
Capacidade Abate: **850 animais/dia**
Área Construída: 21.182 m²
Capacidade de Produção: 359 ton/dia
Capacidade de Armazenamento: 1.824 ton
Colaboradores: 1.170
Início da Operação: 1992

Centro de Distribuição de Bauru - SP
Distribuição para o Varejo do interior/SP
Volume Mensal: 2.000 toneladas
Início da Operação: 2019

Centro de Distribuição de Jandira - SP
Distribuição para o Varejo da Grande/SP
Volume Mensal: 1.500 toneladas
Início da Operação: 2022

Planta São Felix do Xingu/PA*
Bovinos
Capacidade Abate: **700 animais/dia**
Área Construída: 17.720 m²
Capacidade de Produção: 285 ton/dia
Capacidade de Armazenamento: 1.470 ton
Colaboradores: 680
Início da Operação: 2013

Planta Água Azul do Norte/PA
Bovinos
Capac. Abate: **1.200 animais/dia**
Área Construída: 19.618 m²
Capacidade de Produção: 490 ton/dia
Capacidade de Armazenamento: 1.370 ton
Colaboradores: 1.230
Início da Operação: 2004

Confinamento Água Azul do Norte - PA
Capacidade: 12.600 animais por ano.
Ciclos: 2 por ano
Terminação: 95 dias

Semiconfinamento São Félix do Xingu - PA
Capacidade: 10.500 animais por ano.
Ciclos: 2,5 por ano
Terminação: 120 dias

DESTAQUES OPERACIONAIS

Bovinos abatidos: 573.314
(+21% vs. 2022 473.769)
Suínos abatidos: 40.869
(-73% vs. 2022 154.040)

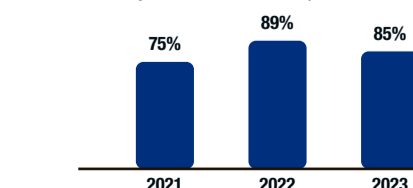
Toneladas: 232.963
(+9% vs. 2022 213.347)

Taxa de Ocupação de 85%
(-4pp vs. 2022 89%)

CAPEX de R$ 40 milhões com foco na melhoria da eficiência operacional

Nossas fábricas de carne bovina in natura são certificadas no programa Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP) e na norma global de Qualidade e Segurança de Alimentos BRCGS FOOD. As unidades são auditadas por um organismo certificador independente e, em 2023, conquistamos as grades máximas AA+ em Água Azul do Norte, AA em São Félix do Xingu, e grade A+ em Lençóis Paulista. O símbolo + é concedido às unidades que passaram por auditoria não anunciada. A unidade de Lençóis Paulista desde 2022 conta também com a certificação de bem-estar animal Professional Animal Auditor Certification Organization (PAACO).

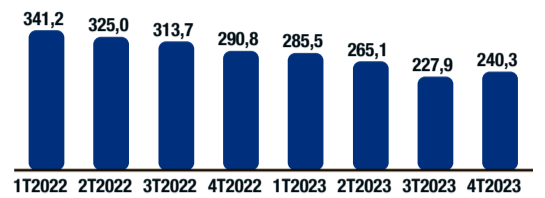
Melhoria da Eficiência Operacional

O gráfico abaixo compara a taxa de ocupação nos últimos 3 anos, demonstrando a melhora na utilização dos recursos da companhia.

Fornecimento de Matéria-Prima

Bovinos

No que tange a oferta de gado, o cenário de 2023 foi favorável em relação a preços. Foi possível alongar escala de abate devido a maior oferta, o que, junto com a queda na demanda chinesa, derrubou o valor da arroba durante o ano, apesar do aumento no último trimestre.

Preço da arroba bovina

Preço médio do custo de aquisição do gado (em R$/@) de acordo com indicador do boi gordo CEPEA/B3

Fonte: CEPEA/B3

Conforme o indicador, a arroba bovina em 2022 teve um custo médio de R$ 317,7 contra R$ 254,7 em 2023, uma redução de 19,8%.

Tivemos o crescimento de 21% no total de cabeças abatidas em 2023, atingindo 573,3 mil cabeças.

A taxa de utilização em 2023 foi de 85% contra 89% no ano de 2022.

Nossos investimentos totalizaram mais de R$ 40 milhões e foram focados no aumento da capacidade operacional, em propiciar à companhia maior agilidade e flexibilidade na produção e na melhoria da eficiência operacional.

Destacamos a seguir os principais investimentos do ano:

- Execução dos investimentos de expansão de abate nas plantas Projeto 1000 em Água Azul do Norte, Projeto 850 em Lençóis Paulistas e Projeto 500 em São Felix do Xingu;
- Finalização da ampliação das câmaras de carcaça para maior capacidade de armazenamento;
- Melhoria no sistema de detecção de Amônia;
- Execução do projeto - Plano Segurança;
- Criação do Laboratório próprio no Pará (AAN) internalizando processos laboratoriais de qualidade.

Permanecemos com a grande vantagem competitiva de estarmos localizados em apenas dois estados e termos nossa Originação bastante concentrada, reduzindo de maneira significativa os custos logísticos da disponibilização dos animais para o abate.

DESTAQUES ESG

Ambiental

Em 2023, tivemos importantes avanços em nossa jornada pela sustentabilidade, com destaque às ações de monitoramento da cadeia produtiva.

Pela 2ª vez consecutiva, atingimos 100% de conformidade nos critérios socioambientais determinados pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Pecuária Sustentável, em auditoria supervisionada pelo Ministério Público Federal no Pará. O resultado comprovou que todo o gado adquirido de julho/2020 a dezembro/2021 no bioma Amazônia foi originado de fornecedores diretos que não produziam em áreas de desmatamento, terras indígenas ou unidades de conservação, e que estavam fora da lista de organizações envolvidas com trabalho escravo.

Não restringimos o monitoramento apenas ao Pará, ao contrário, monitoramos 100% dos fornecedores diretos em todos os biomas onde atuamos: Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. Por isso, em julho de 2023, fomos o primeiro frigorífico a implementar o Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado, coordenado pelas organizações Proforest, Imaflora, e National Wildlife Federation - NWF. O protocolo, até a presente data, está em fase piloto, mas, como já estávamos preparados para as demandas que constam da versão preliminar, decidimos implementar de maneira pioneira.

Visando pela transparência de nossas ações de monitoramento, desde 2020, todas as embalagens de produtos *in natura* comercializados no Brasil e no exterior contam com QR Codes que trazem informações socioambientais sobre a origem do gado. Ao fim de 2023, em mais uma iniciativa inovadora, passamos a informar de qual bioma o gado foi adquirido.

Um dos grandes desafios de nosso setor é viabilizar o monitoramento dos fornecedores indiretos. Nossa meta é chegar a conformidade de 100% dos indiretos até 2030, aplicando os mesmos protocolos endereçados aos fornecedores diretos. Entretanto, temos a intenção de antecipar para 2025 a mitigação do desmatamento indireto de nível 1, ou seja, aquele originado por fornecedores de nossos fornecedores diretos. Para alcançar esse objetivo, em 2023, por meio do Software Visipec, em parceria com a National Wildlife Federation (NWF), realizamos análises de cruzamento de informações socioambientais de 100% dos indiretos de nível 1 e obtivemos o resultado de 77% de conformidade.

Em um momento importante para dar visibilidade a esse tema, tivemos a oportunidade de compartilhar nossas ações em prol da pecuária sustentável durante o encontro de stakeholders promovido pelo grupo Amsterdam Declarations Partnership, que ocorreu em maio, em Londres.

Comprometidos em levar a todos os stakeholders informações financeiras e relatar nossas ações socioambientais, publicamos o segundo Relatório Anual e de Sustentabilidade da FriGol S.A.

Governança

Para a FriGol, a governança é um dos pilares que sustentarão nosso crescimento em longo prazo. Em 2023, ficamos honrados com a conquista da 2ª posição no ranking do setor de Alimentos e Bebidas, no quesito Governança, no anuário da revista Época Negócios 360 , pois consideramos esse resultado um reflexo das iniciativas que temos desenvolvido nos últimos anos.

Pautados nas melhores práticas de governança, somos signatários do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Nesse sentido, com o objetivo de estabelecer diretrizes que regem as atividades dos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, zelando pela transparência, integridade e conformidade com as leis aplicáveis, e também pelas condutas baseadas em princípios estabelecidos em nosso Código de Ética, em 2023 elaboramos cinco novas políticas: Programa de Gestão de Riscos; Política Anticorrupção; Política de Prevenção a Assédio; Política de Relação com a Concorrência; Política de Retenção e Descarte de Dados; e Política de Uso de Mídias Sociais.

Com o auxílio de auditoria interna independente foram realizadas até 2023 auditorias nos processos da FriGol, e baseado na Matriz de Riscos vigente desde 2021, identificadas melhorias a serem realizadas, para as quais foram elaborados planos de ações que mitigam os riscos da operação e da empresa.

Social

No âmbito social, buscamos fomentar o desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos: Lençóis Paulista (SP), Água Azul do Norte e São Félix do Xingu, no Pará. Por isso, com aportes via lei de incentivos fiscais aplicados em dezembro de 2022, além de doações diretas realizadas em 2023, que, somadas ultrapassaram R$ 1 milhão, desenvolvemos ao longo do ano quatro projetos culturais e esportivos patrocinados exclusivamente pela FriGol: Jovem Talento, Moda Inclusiva, Aventura de Ler e Escola Mágica; além de colaborarmos com o Sempre Vôlei e diversas outras instituições. Em adicional, destinamos recursos ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) e ao Fundo Municipal do Idoso (FMID) dessas cidades.

Com a expansão de nossa produção em 2023, houve a oportunidade de geração de emprego, com crescimento de cerca de 20% da mão de obra contratada diretamente. Com o viés também social, ampliamos a contratação de refugiados venezuelanos, que teve inicio em 2022. Com a parceria de ONGs, mais de 380 venezuelanos que chegaram à Roraima foram contratados para trabalhar em nossas três unidades. Oferecemos treinamento, moradia e outros benefícios para auxiliá-los a se estabelecerem no país e também preparamos nossa liderança para recepcioná-los e acolhê-los.

Valorizamos nossos colaboradores, por isso, em 2023 realizamos uma pesquisa de clima com o apoio da consultoria global GPTW (Great Place to Work). A partir dos resultados, estamos implementando ações para tornar a FriGol uma empresa cada vez melhor para se trabalhar.

Em paralelo, em meio à rápida expansão do número de colaboradores, desenvolvemos um programa de Cultura Organizacional. Realizamos ao longo do ano uma série de campanhas, com destaque ao segundo ano da campanha "Segurança é Inegociável", que resultou nos melhores índices de segurança do trabalho já registrados na empresa, e ao "Programa Eficiência - A FriGol Ganha e Você Também", que premia colaboradores que contribuem para melhorar a eficiência na empresa.

continua →★

★ continuação

Frigol S.A.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço patrimonial	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	350.916	258.925
Contas a receber de clientes	7	171.822	224.766
Estoques	9	109.512	94.100
Ativo biológico	9.1	10.898	20.769
Impostos a recuperar	10	123.818	102.939
Adiantamentos a fornecedores		4.356	3.073
Derivativos a receber	31	5.297	2.498
Outros créditos	8	10.519	10.035
Total do ativo circulante		787.138	717.105
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	10	78.314	61.615
Impostos fiscais diferidos	11	46.656	26.687
Depósitos judiciais	25	4.102	3.406
Adiantamentos a fornecedores		2.183	2.183
Partes relacionadas	13	5.055	10.531
Outros créditos	8	14.009	15.882
		150.319	120.304
Imobilizado	14	270.197	265.619
Intangível	15	1.067	1.116
Direito de uso	19	24.517	10.416
		295.781	277.151
Total do ativo não circulante		446.100	397.455
Total do ativo		1.233.238	1.114.560

Balanço patrimonial	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	16	201.241	130.302
Fornecedores - partes relacionadas	13/16	2.221	873
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	294.547	283.998
Arrendamentos a pagar	19	9.868	1.387
Salários e encargos sociais a pagar	20	42.361	52.477
Impostos e contribuições a recolher	21	20.268	8.832
Adiantamentos de clientes	17	46.743	38.139
Indenizações cíveis a pagar	22	1.355	1.305
Juros sobre o capital próprio a pagar	23	16.510	5.659
Dividendos a pagar	24	3.581	21.975
Derivativos a pagar	31	63	–
Outras contas a pagar		1.836	2.326
Total do passivo circulante		640.594	547.273
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	232.607	240.819
Impostos e contribuições a recolher	21	14.162	16.166
Arrendamentos a pagar	19	14.203	9.397
Provisões para riscos processuais	25	3.981	4.041
Indenizações cíveis a pagar	22	4.273	5.766
Outras contas a pagar		1.433	1.630
Total do passivo não circulante		270.659	277.819
Patrimônio líquido	26		
Capital social		126.935	126.935
Reserva legal		11.330	9.577
Reserva de reavaliação		7.819	8.100
Ajustes de avaliação patrimonial		2.222	2.304
Reservas de incentivos fiscais		169.292	137.268
Outros resultados abrangentes		3.323	3.041
Reserva de lucro		1.064	2.243
Total do patrimônio líquido		321.985	289.468
Total do passivo e patrimônio líquido		1.233.238	1.114.560

Demonstrações dos resultados	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	27	3.086.919	3.574.354
Custo dos produtos vendidos	28	(2.673.483)	(2.999.274)
Lucro bruto		413.436	575.080
Despesas gerais e administrativas	28	(92.224)	(99.978)
Despesas de vendas	28	(244.538)	(254.877)
Outras despesas	28	(3.083)	(1.975)
Outras receitas	28	51.658	17.469
Total de despesas adm., gerais e vendas		(288.187)	(339.361)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		125.249	235.719
Resultado financeiro líquido	29	(82.058)	(61.104)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		43.191	174.615
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(8.395)	(47.546)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	19.969	7.251
Resultado das operações continuadas		54.765	134.320
Resultado das operações descontinuadas	31	(277)	(1.410)
Lucro líquido do exercício		54.488	132.910
Lucro por ação	32	0,46	1,12

Demonstrações dos resultados abrangentes	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	54.488	132.910
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	363	372
Contrapartida de ajustes em operações de *hedge*	(282)	(4.737)
Resultado abrangente do exercício	54.569	128.545

Demonstrações do valor adicionado	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Venda de mercadorias e produtos	3.258.067	3.773.354
Receita da prestação de serviços	413	1.239
Outras receitas	8.094	–
	3.266.574	3.774.593
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados	(2.673.483)	(2.999.274)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.543)	(240.392)
	(2.784.026)	(3.239.666)
Valor adicionado bruto	482.548	534.927
Depreciações e amortizações	(20.606)	(15.058)
Valor adicionado líquido produzido	461.942	519.869
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	124.656	181.575
Valor adicionado total a distribuir	586.598	701.444
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	172.821	137.671
Remuneração direta	143.896	111.847
Benefícios	16.134	16.624
FGTS	12.791	9.200
Impostos, taxas e contribuições	143.850	180.035
Federais (incluindo IOF)	53.932	90.762
Estaduais	89.535	88.752
Municipais	383	521
Remuneração de capitais de terceiros	215.438	250.827
Juros	206.819	242.679
Aluguéis	8.619	8.148
Remuneração de capitais próprios	54.489	132.911
Juros sobre o capital próprio	19.423	12.871
Dividendos	2.830	30.879
Lucros/Prejuízos retidos	32.236	89.161
Valor adicionado total distribuído	586.598	701.444

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	54.488	132.910
Depreciação e amortização	20.604	15.058
Ativo biológico	9.035	(2.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.969)	(7.251)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	53.446	47.911
Provisão de participação nos resultados	(21.000)	18.357
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.711	1.948
Realização da provisão para realização dos estoques	(1.912)	547
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado	570	211
Provisões para riscos processuais	(60)	(795)
Contrapartida dos ajustes de operações de *hedge*	282	4.736
Variação líquida do direito de uso/arrendamento a pagar	–	281
	97.195	211.600
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	48.347	(95.478)
Estoques	(12.664)	(3.772)
Impostos a recuperar	(37.578)	(78.632)
Adiantamentos a fornecedores	(1.283)	1.832
Outras contas a receber	(1.410)	(14.261)
Depósitos judiciais	(696)	(663)
Fornecedores	70.939	(7.243)
Salários e encargos sociais a pagar	10.884	9.406
Impostos e contribuições a recolher	9.432	(2.310)
Outras contas a pagar	(2.066)	(1.232)
Adiantamentos de clientes	8.604	(1.155)
Reclassificação do direito de uso	13.406	–
Caixa oriundo das atividades operacionais	203.110	18.092
Atividades de investimento		
Aquisição imobilizado/intangível, líquido	(36.323)	(40.297)
Aquisição de direito de uso	(3.482)	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(39.805)	(40.297)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.136.785	1.598.942
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.112.061)	(1.345.150)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(70.931)	(40.398)
Partes relacionadas	9.710	(3.664)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(8.572)	(13.485)
Pagamento de dividendos	(21.224)	(8.904)
Pagamento de arrendamento a pagar	(5.021)	(3.167)
Caixa oriundo das atividades de financiamento	(71.314)	184.174
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	91.991	161.969
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	258.925	96.956
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	350.916	258.925
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	91.991	161.969

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucro	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	126.935	3.575	–	55.980	8.391	2.386	(1.696)	–	195.571
Reserva legal	–	6.002	–	–	–	–	–	(6.002)	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	(291)	–	–	291	–
Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	–	81.288	–	–	–	(81.288)	–
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	–	–	–	–	–	(82)	–	82	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(30.879)	(30.879)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(12.871)	(12.871)
Contrapartida dos ajustes de operações de *hedge*	–	–	–	–	–	–	4.737	–	4.737
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	132.910	132.910
Saldos em 31 de dezembro de 2022	126.935	9.577	–	137.268	8.100	2.304	3.041	2.243	289.468
Saldos em 1º de janeiro de 2023	126.935	9.577	–	137.268	8.100	2.304	3.041	2.243	289.468
Reserva legal	–	1.753	–	–	–	–	–	(1.753)	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	(281)	–	–	281	–
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	–	–	–	–	–	(82)	–	82	–
Reservas de incentivos fiscais	–	–	–	32.024	–	–	–	(32.024)	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(2.830)	(2.830)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(19.423)	(19.423)
Contrapartida dos ajustes de operações de *hedge*	–	–	–	–	–	–	282	–	282
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	54.488	54.488
Saldos em 31 de dezembro de 2023	126.935	11.330	–	169.292	7.819	2.222	3.323	1.064	321.985

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: 1.1. Geral: A Companhia foi constituída em 1º de julho de 1992, sob a denominação de Frigol Comercial Ltda., tendo como objeto social o abate de animais bovinos e suínos, industrialização, exportação e comércio atacadista de carnes bovinas e suínas. Em 14 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram por unanimidade a transformação do tipo jurídico da Companhia, passando de Frigol Comercial Ltda. para Frigol S.A., aprovando também a consolidação do novo estatuto social e elegendo seus diretores executivos. Com a aprovação da transformação do tipo societário, a Companhia converteu as quotas representativas do capital social em ações pelo mesmo valor, não havendo, portanto, qualquer tipo de alteração no capital social da Companhia. A Companhia é formada por 100% de capital nacional. Em 09 de novembro de 2020, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 531.590/20-3 de 11 de dezembro de 2020, foi alterada sua Sede, que passou a ser situada na Rua Ana Neri, nº 392, bairro Vila Maria Cristina CEP 18.681-160 no Município e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, e que se destina às atividades administrativas. São três plantas produtivas em Lençóis Paulista - SP, sendo uma de abate de bovinos, outra de suínos e uma graxaria responsáveis pelo abastecimento do comércio exterior e todo o interior do Estado de São Paulo e sua Capital. Possui também duas plantas no Estado do Pará nos municípios de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu para abate de bovinos e responsável por abastecer as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, além do mercado externo. Possui, ainda, operações terceirizadas em Centros de Distribuição nas cidades de Bauru e Jandira, no Estado de São Paulo. O CD de Bauru está localizado na Rodovia Marechal Rondon, Km 348, Núcleo Residencial Edison Bastos Gasparini, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo do interior do Estado de São Paulo. O CD de Jandira está localizado na Via de Acesso João de Góes, nº 1701 no Jardim Alvorada, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo da Capital Paulista, Litorais Norte e Sul e Interior. Exerce também a exploração da atividade agropecuária nas propriedades denominadas fazenda Maguari e fazenda São Félix do Xingu situadas no Município de São Félix do Xingu/PA, e ainda na fazenda Santo Expedito localizada no Município de Água Azul do Norte/PA, as quais são utilizadas nas operações de cria, recria e engorda de bovinos, bem como atividades de confinamento e semiconfinamento de bovinos. **1.2. Principais eventos ocorridos no exercício: a)** Em 18 de janeiro de 2023, foi aprovada em AGE a reeleição do Membro do Conselho de Administração, Sr. Britaldo Pedrosa Soares para o cargo de Conselheiro Independente com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Artigo 146, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976; **b)** Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada em ARCA, após discussão, os Conselheiros decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **b.1)** Aprovar a política de CAPEX da Companhia, a qual foi assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração neste ato e encontra-se arquivada na sede da Companhia; **b.2)** Aprovar, nos termos do capítulo décimo da política vigente, a revisão da política de gestão de risco de crédito, mercado e liquidez da Companhia, a qual foi assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração neste ato e encontra-se arquivada na sede da Companhia. **c)** Em 06 de fevereiro de 2023, foi aprovada em ARD a abertura da filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, conjuntos 1016 e 1017, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco (Zona Sul), destinado às atividades administrativas e de escritório; **d)** Em 1º de março de 2023, foi aprovada em AGO após o exame das matérias e discussão constantes da ordem do dia, foi deliberado e aprovado pela acionista: **d.1)** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **d.2)** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o relatório da administração e as contas dos administradores relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **d.3)** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022: **d.3.1)** Consignar o pagamento à Acionista da Companhia de juros sobre capital próprio correspondente, no montante bruto de R$ 12.871 (doze milhões, oitocentos e setenta e um mil), já declarado e pago, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de setembro de 2022; e **d.3.1.2)** O saldo residual de juros sobre capital próprio, ora declarados, no montante de R$ 6.658 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil), será pago em moeda corrente nacional, parceladamente, e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023. **d.3.2)** Consignar a distribuição de dividendos à Acionista da Companhia correspondente ao montante de R$ 30.879 (trinta milhões, oitocentos e setenta e nove mil), a título de dividendos obrigatório e dividendos adicionais: **d.3.2.1)** O valor de R$ 8.904 (oito milhões, novecentos e quatro mil) já foi declarado e distribuído a título de dividendos intercalares, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de setembro de 2022; e **d.3.2.2)** O saldo residual de dividendos, ora declarados, no montante de R$ 21.975 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil), será pago em moeda corrente nacional, parceladamente, e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023. **d.3.3)** Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional, parceladamente, e ocorrerão até o término do exercício social do ano de 2023, conforme cronograma a ser fixado pela Diretoria Executiva e informado a Acionista; **d.4)** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a fixação da remuneração global do ano de 2023 dos Administradores da Companhia no valor de até R$ 12.705 (doze milhões setecentos e cinco mil) incluídos todos os benefícios e encargos, sendo: R$ 8.524 (oito milhões quinhentos e vinte e quatro mil), vinculados à remuneração da Diretoria Executiva e R$ 4.181 (quatro milhões cento e oitenta e um mil) vinculados à remuneração do Conselho de Administração, referidos valores referem-se ao exercício compreendido entre janeiro e dezembro de 2023; **e)** Em 21 de março de 2023, o conselho de administração deliberou pela remuneração avais dados em dívidas da companhia. Os pagamentos terão início em abril e se encerram-se no mês dezembro de 2023; **f)** Em 06 de abril de 2023, foi aprovada em ARD a abertura da filial no Município de Água Azul do Norte, Estado do Pará, situada na Rua Goiás, nº 47, Lote 261 da Quadra 02. Setor Vila Nova, destinado a atividade de depósito fechado; **g)** Em 05 de junho de 2023, foi aprovada em ARCA a reeleição do membro da diretoria executiva p Sr. Pedro Aristides Bordon Neto, para cargo de diretor com novo prazo de gestão a partir de 15 de junho de 2023 até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 146, § 1º, da Lei nº 6.404/76; **h)** Em 11 de agosto de 2023, a companhia obteve consentimento sobre a quebra das cláusulas contratuais da 1ª e 2ª emissão de debêntures e certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) do 2º trimestre para o descumprimento atual e alteração dos níveis de avaliação para este trimestre tendo em vista o novo contexto econômico do setor; **i)** No ano de 2023 a Companhia fez uma readequação em seu quadro de colaboradores o que impactou em maior custo de salários, verbas rescisórias e encargos sociais no trimestre comparado ao mesmo exercício de 2022. Apesar da redução do quadro a Companhia mantém o padrão de eficiência operacional. O impacto no resultado está divulgado na Nota Explicativa nº 28; **j)** Em 30 de novembro de 2023, foi aprovada em ARCA a destituição sem justa causa do membro da diretoria executiva o Sr. Pedro Aristides Bordon Neto o qual exercia o cargo de diretor comercial e marketing; **k)** Em 13 de dezembro de 2023, foi aprovada em AGE conforme segue: **k.1)** Aprovar a celebração de operação financeira para negociação de valores de Supervenência Ativa da Companhia caracterizado pelos créditos tributários em discussão nos autos do Mandado de Segurança nº 5028609-86.2018.4.03.6100, em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça, impetrado pela Frigol S.A. visando o reconhecimento do direito à exclusão de incentivos e benefícios fiscais de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadoria ("ICMS") da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), bem como a restituição do IRPJ e da CSLL recolhidos a maior em razão daquela indevida inclusão do ICMS, através da celebração de Escritura Pública de Cessão de Crédito; **k.2)** Aprovar a concessão de poderes aos diretores da Companhia para praticarem todos os atos, bem como, negociem todas as demais condições e regras específicas que se fizerem necessárias para efetivação da alienação do ativo deliberado no item k.1 retro; **l)** Em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada em ARCA a reeleição dos membros da Diretoria Executiva: **l.1)** Aprovar a reeleição do membro da Diretoria Executiva, Sr. José Eduardo de Oliveira Miron, para o cargo de Diretor Presidente com novo prazo de gestão com início em 04 de janeiro de 2024 e término em 03 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia; **l.2)** Aprovar a reeleição do membro da Diretoria Executiva, Sr. Carlos Eduardo Simões Correa, para o cargo de Diretor sem designação específica com novo prazo de gestão com início em 04 de janeiro de 2024 e término em 03 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia; **l.3)** Aprovar a reeleição do membro da Diretoria Executiva, Sr. Orlando Henrique Negrão, para o cargo de Diretor sem designação específica com novo prazo de gestão com início em 04 de janeiro de 2024 e término em 03 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia; **l.4)** Os Diretores, ora reeleitos, comprovaram o preenchimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76; **l.5)** Os Diretores, ora reeleitos, tomarão posse de seus mandatos até a data de 04 de janeiro de 2024 para exercerem o cargo de Diretores da Companhia e serão investidos nos poderes necessários ao exercício de suas atribuições, mediante a assinatura dos correspondentes termos de posse que também serão lavrados no livro de Registro de Atas das Reunião do Conselho de Administração da Companhia; **m)** Em 26 de dezembro de 2023, foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 19.423, correspondente a R$ 0,164179293133462 por ação ordinária, após a dedução do imposto de renda na fonte na alíquota de 15%, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 9º, da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R$ 16.510, correspondente a R$ 0,139552399180348 por ação ordinária. O pagamento à Acionista ocorrerá conforme deliberação oportuna, em conformidade com o consentimento do credor do CRA e após a aprovação do waiver. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em 01 de março de 2024. **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias, a administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 07 - Provisão para perdas de crédito esperadas; • Nota Explicativa nº 11 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota Explicativa nº 14 - Definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade; • Nota Explicativa nº 25 - Provisão para riscos processuais; e • Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas adiante. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis: **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador. **b) Moeda estrangeira: i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no exercício. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **c) Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: valor justo por meio dos resultados (VJR residual), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Vjora), valor justo por meio de outros resultados abrangentes para instrumento de patrimônio e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Os saldos desses ativos financeiros da Companhia são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6), operações a receber e outras contas a receber (Nota Explicativa nºs 7 e 8), sendo os principais critérios adotados descritos como segue: **ii) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **iii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada, vencida e paga. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e mútuos financeiros entre partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iv) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-lo às suas localizações e condições disponíveis para venda. Provisão para obsolescência, ajuste a valor líquido de realização e itens deteriorados são registrados quando necessário. As perdas ocorridas no curso normal da produção são partes integrantes do custo de produção, as perdas anormais, se houver, são reconhecidas diretamente como despesa do exercício. **e) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia incluiu custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta, quando este for material. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*). Cabe destacar que a Companhia contratou peritos avaliadores especializados para verificação do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens, para confronto com os valores registrados e controle da mais-valia o que foi resultante para decisão da administração em registrar o custo atribuído (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (veja Nota Explicativa nº 14). A adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado causou um aumento não relevante na despesa de depreciação nos exercícios futuros, motivo pelo qual a Companhia não alterará sua política de dividendos. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Descrição	Média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	6,89
Instalações industriais	17,05
Móveis e utensílios	4,97
Veículos	3,22
Imóveis e edifícios	32,68
Equipamentos de informática	3,09
Aeronave	3,00
Ferramentas	6,21
Animais de tração	1,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 14, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens. **f) Arrendamentos:** Os contratos são considerados como arrendamentos quando atender a ambas as condições a seguir: • Um ativo identificável e tangível; e • O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer benfeitoria efetuada antes do início do contrato. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou término do prazo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando como base o índice previsto e acumulado no exercício anual do (IGPM). Em caso de falta deste índice, o reajuste terá como base a média da variação dos índices inflacionários do ano corrente ao da execução do aluguel. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. **g) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável. **i) Software:** As licenças de programas de computador (software) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são registradas pelo custo e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos. **h) Redução ao valor recuperável (*impairment*): i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade para ativos financeiros. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não a propriedade para investimento, estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinido ou ativo intangível em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento desses ativos e passivos são registrados quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. A Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • **Reconhecimento pelo custo amortizado:** s valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros. • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** A conta de outros resultados abrangentes compreende os registros das parcelas de ganhos ou perdas advindas de instrumentos de *hedge* em operações de *zero cost*, termo em dólar (NDF), operação de *SWAP* e contratos futuros B3 operação BGI. • **Valor justo por meio do resultado:** Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo. • **Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting:*** Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato é contratado, sendo reavaliados subsequentemente ao valor justo. Os Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Qualquer ganho ou perda resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultados, com exceção para *hedge accounting* que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes "contrapartida ajustes em operações de *hedge*". Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para demonstração de resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. **j) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos e despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l) Reconhecimento da receita de vendas:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **m) Receita financeira e despesa financeira:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com Imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **p) Aspectos ambientais e de governança:** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. Em abril de 2023, a Companhia emitiu seu segundo relatório de sustentabilidade, reafirmando seus compromissos na Agenda ESG. Durante o segundo trimestre de 2023 a Companhia fez sua segunda aquisição de energia 100% renovável para 100% de seu consumo para os anos de 2025 a 2027, garantindo assim seu consumo de energia até 2027 de energia 100% renovável. Essa compra está em linha com as metas de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa prevista no segundo relatório de Sustentabilidade de 2023. A aquisição foi realizada através da empresa Santander Corretora de Seguros. Em julho de 2023 a companhia divulgou a adesão ao protocolo de compra responsável de produtos de origem bovina no cerrado (Protocolo Voluntário do Cerrado) desenvolvido pelas associações sem fins lucrativos Proforest e Imaflora, buscando alinhar as condutas responsáveis de monitoramento socioambiental para compra de produtos de origem bovina no bioma. **q) Decisão do STF sobre '*coisa julgada*' em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão. **34. Eventos subsequentes:** Em 05 de fevereiro de 2024 conforme ata de Reunião Extraordinária do Conselho De Administração, em atenção ao pedido formalizado pela Frigol Holding S.A. ("Acionista"), examinaram, discutiram e deliberaram sobre a celebração de contrato de mútuo para empréstimo de valores pela Companhia em favor da Acionista no montante de R$ 3.000 (três milhões de reais) com incidência da taxa de juros de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao mês e vencimento com prazo de 12 (doze) meses, observando as limitações assumidas por meio dos contratos financeiros ativos na Companhia.

Diretoria

José Eduardo de Oliveira Miron
Diretor Presidente
Carlos Eduardo Simões Correa
Diretor Administrativo e Sustentabilidade

Orlando Henrique Negrão
Diretor de Operações
Eduardo Masson de Andrade Martins
Diretor Financeiro

Conselho de Administração

Djalma Gonzaga de Oliveira - Presidente do Conselho
Marina Cacciolari de Oliveira Cançado - Conselheira
Letícia Amélia de Oliveira - Conselheira
Débora Bento de Oliveira - Conselheira
Dorival Gonzaga de Oliveira Junior - Conselheiro
Britaldo Pedrosa Soares - Conselheiro Independente
Ely David Mizhari - Conselheiro Independente

Contador

Angelo Eduardo Rossini - CRC 1SP221257/O-5

continua ★

→ continuação

Frigol S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Frigol S.A.** - Ribeirão Preto - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Frigol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Frigol S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 01 de março de 2024

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1

Marcelo Castro Valentini Contador - CRC 1SP-239.472/O-2

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 128ª E 129ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1145398 E 19K1145463) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 25 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **25 de abril de 2024**, às **10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A concessão de carência de 9 (nove) meses, contados a partir de abril de 2024 (inclusive), encerrando-se, portanto, em dezembro de 2024 (inclusive), para pagamento da amortização dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, dos CRI ("Período de Carência"), sendo certo que o valor referente ao Período de Carência deverá ser diluído e amortizado nas demais parcelas de pagamento devidas a partir de Janeiro de 2025, alterando-se, portanto, o Cronograma de Pagamentos constante do Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures e do Fluxo de Pagamentos dos CRI constante do Anexo II do Termo de Securitização, que passará a vigorar, caso aprovada a presente Ordem do Dia, conforme Anexo II à Proposta da Administração que será disponibilizada pela Emissora, na mesma data de publicação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão - IF 19K1145398 e 19K1145463), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, devendo conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matéria(s) objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre outras partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 05 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 200ª E 201ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1368412/18L1368427) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de abril de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão – (IF 18L1368412/18L1368427), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 233ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1145372) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de abril de 2024, às 14:45 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 233ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1145372), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20/03/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 20/03/24, às 10h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), situada na Av. Almirante Barroso, 52, sala 1301 (parte)/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18, §2º do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Art. 16, §7º do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretária: Sra. Ana Marta Horta Veloso. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da RCA realizada em 19/03/24 a qual aprovou a recomendação da Diretoria sobre o Projeto Caribe (conforme definido abaixo), dentre outros temas, conforme Deliberações abaixo. **5. Deliberações:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta RCA fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede da Cia.. Passando ao item constante da ordem do dia, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes, decidiu pela rerratificação da aprovação (1) da recomendação da Diretoria Executiva em relação ao aceite da oferta feita pela Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Comprador"), por meio da celebração, pela Enauta Energia S.A. ("Enauta Energia"), na qualidade de vendedora, e o Comprador, na qualidade de comprador, do "*Purchase and Sale Agreement*" ("SPA"), o qual envolve, dentre outros, (i) a compra de 20% de participação da controlada direta da Cia., Enauta Energia, na concessão do Bl. BS-4 (Campos de Atlanta e Oliva); (ii) a outorga, pela Enauta Energia, de opção de aquisição ao Comprador de 20% das ações de emissão da Atlanta Field B.V., detidas pela controlada indireta da Cia., nos termos descritos no SPA; (iii) a celebração de financiamento, entre o Comprador, na qualidade de credor, e a Enauta Energia, na qualidade de devedora, no valor máximo de US$ 75.000.000,00 para desenvolvimento dos Campos de Atlanta e Oliva, nos termos descritos no SPA ("Financiamento"); (iv) a outorga, pela Cia., de garantia corporativa, obrigando-se solidariamente com a Enauta Energia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento do valores relativos ao Financiamento, até o limite de US$ 35.000.000,00 ("Fiança"), por meio da celebração, pela Cia., na qualidade de garantidora, e o Comprador, na qualidade de credor, do "*Deed of Parent Guarantee*" ("PCG"); (v) eventual outorga, pela Enauta Energia, de nota promissória em garantia ao Financiamento, conforme aplicável nos termos e condições descritos no SPA ("Nota Promissória"); (vi) a outorga, pela Cia., de aval no âmbito da Nota Promissória, conforme aplicável nos termos descritos no SPA ("Aval"); (vii) a contratação, pela Enauta Energia, de fiança bancária em garantia ao fiel pontual e integral pagamento do valores relativos ao Financiamento, até o limite de US$ 40.000.000,00, em instrumento a ser oportunamente firmado entre a Enauta Energia e a instituição financeira por ela selecionada; (viii) a celebração, pela Enauta Energia, em conjunto com o Comprador e o JPMorgan Chase Bank, N.A., na qualidade de banco depositário (*escrow agent*) do "*Escrow Agreement*" para depósito dos valores referentes ao Financiamento, nos termos descritos no SPA ("Contrato de Conta Vinculada"); e (ix) a celebração de quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar os itens (i) a (viiii) acima, bem como quaisquer procurações e eventuais aditamentos relativos a esses instrumentos, conforme aplicáveis e nos termos e condições constantes do SPA, do PCG, do Contrato de Conta Vinculada e do material de apoio registrado no Portal de Governança da Cia. (todos os itens, em conjunto, compondo o "Projeto Caribe"); e (2) a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização do Projeto Caribe e suas obrigações acessórias, incluindo, mas não se limitando, para a outorga da Fiança e do Aval, bem como para a celebração do PCG, do Contrato de Conta Vinculada e de quaisquer outros atos necessários para a consecução das matérias constantes do item (1) acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pela Secretária. RJ, 20/03/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente; Ana Marta Horta Veloso - Secretária. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha; Ricardo de Queiroz Galvão; Luiz Carlos de Lemos Costamilan; Antônio Augusto de Queiroz Galvão; Ana Marta Horta Veloso; Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 01/04/24 sob o nº 6156639. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 415ª E 416ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0550408/21K0552765) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de abril de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21K0550408/21K0552765), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20/03/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 20/03/24, às 10h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), situada na Av. Almirante Barroso, 52, sala 1301 (parte)/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18, §2º do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Art. 16, §7º do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretária: Sra. Ana Marta Horta Veloso. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da RCA realizada em 19/03/24 a qual aprovou a recomendação da Diretoria sobre o Projeto Caribe (conforme definido abaixo), dentre outros temas, conforme Deliberações abaixo. **5. Deliberações:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta RCA fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede da Cia.. Passando ao item constante da ordem do dia, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes, decidiu pela rerratificação da aprovação (1) da recomendação da Diretoria Executiva em relação ao aceite da oferta feita pela Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Comprador"), por meio da celebração, pela Enauta Energia S.A. ("Enauta Energia"), na qualidade de vendedora, e o Comprador, na qualidade de comprador, do "*Purchase and Sale Agreement*" ("SPA"), o qual envolve, dentre outros, (i) a compra de 20% de participação da controlada direta da Cia., Enauta Energia, na concessão do Bl. BS-4 (Campos de Atlanta e Oliva); (ii) a outorga, pela Enauta Energia, de opção de aquisição ao Comprador de 20% das ações de emissão da Atlanta Field B.V., detidas pela controlada indireta da Cia., nos termos descritos no SPA; (iii) a celebração de financiamento, entre o Comprador, na qualidade de credor, e a Enauta Energia, na qualidade de devedora, no valor máximo de US$ 75.000.000,00 para desenvolvimento dos Campos de Atlanta e Oliva, nos termos descritos no SPA ("Financiamento"); (iv) a outorga, pela Cia., de garantia corporativa, obrigando-se solidariamente com a Enauta Energia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento do valores relativos ao Financiamento, até o limite de US$ 35.000.000,00 ("Fiança"), por meio da celebração, pela Cia., na qualidade de garantidora, e o Comprador, na qualidade de credor, do "*Deed of Parent Guarantee*" ("PCG"); (v) eventual outorga, pela Enauta Energia, de nota promissória em garantia ao Financiamento, conforme aplicável nos termos e condições descritos no SPA ("Nota Promissória"); (vi) a outorga, pela Cia., de aval no âmbito da Nota Promissória, conforme aplicável nos termos descritos no SPA ("Aval"); (vii) a contratação, pela Enauta Energia, de fiança bancária em garantia ao fiel pontual e integral pagamento do valores relativos ao Financiamento, até o limite de US$ 40.000.000,00, em instrumento a ser oportunamente firmado entre a Enauta Energia e a instituição financeira por ela selecionada; (viii) a celebração, pela Enauta Energia, em conjunto com o Comprador e o JPMorgan Chase Bank, N.A., na qualidade de banco depositário (*escrow agent*) do "*Escrow Agreement*" para depósito dos valores referentes ao Financiamento, nos termos descritos no SPA ("Contrato de Conta Vinculada"); e (ix) a celebração de quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar os itens (i) a (viiii) acima, bem como quaisquer procurações e eventuais aditamentos relativos a esses instrumentos, conforme aplicáveis e nos termos e condições constantes do SPA, do PCG, do Contrato de Conta Vinculada e do material de apoio registrado no Portal de Governança da Cia. (todos os itens, em conjunto, compondo o "Projeto Caribe"); e (2) a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização do Projeto Caribe e suas obrigações acessórias, incluindo, mas não se limitando, para a outorga da Fiança e do Aval, bem como para a celebração do PCG, do Contrato de Conta Vinculada e de quaisquer outros atos necessários para a consecução das matérias constantes do item (1) acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pela Secretária. RJ, 20/03/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente; Ana Marta Horta Veloso - Secretária. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha; Ricardo de Queiroz Galvão; Luiz Carlos de Lemos Costamilan; Antônio Augusto de Queiroz Galvão; Ana Marta Horta Veloso; Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 01/04/24 sob o nº 6156639. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Correios — MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial, Andar Térreo na Região de Mairiporã/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial, andar térreo na região de Mairiporã/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC MAIRIPORÃ. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente, 122m² de área interna e largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Duque de Caxias; Rua XV de Novembro; Rua Pio XII; Rua dos Expedicionários; Rua Dom José de Maurício da Rocha; Rua Ipiranga; Rua Coronel Fagundes; Rua Zinho Marquês; Largo do Rosário; Rua Olavo Bilac; Alameda Tibiriçá; Rua Domingos Ortiz; Rua Brasil; Rua Odorico B. da Silva; Rua Guararapes; Dom Jaime de Barros Câmara; Rua Max Mangels Sênior; Avenida Caminho do Mar; Avenida João Firmino; e outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail: edimarques@correios.com.br, telefone (11) 9 9663 3281 ou com Everaldo Souza, e-mail: everaldosc@correios.com.br (11) 4313 8568.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR
Gerente Regional de Atendimento SE/SPM

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A

CNPJ Nº 60.884.319/0001-59-NIRE Nº 35.3.00025288-Cia. Aberta.
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. ("Nordon" ou "Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 11h00, na sede social, localizada na Alameda Roger Adam nº 169, bairro Utinga, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, cuja ordem do dia é a seguinte: (1) Deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (3) Deliberar sobre a quantidade de membros que comporão o Conselho de Administração; (4) Eleger os membros do Conselho de Administração; (5) Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária de 2025; (6) Na hipótese de haver pedido válido de instalação do Conselho Fiscal, eleger os seus respectivos membros; e (7) Na hipótese de eleição do Conselho Fiscal, fixar a sua remuneração global anual. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Nordon, no seu site (www.nordon.ind.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o boletim de voto a distância, assim como a Proposta da Administração ("Proposta da Administração") contemplando: (i) a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) proposta de quantidade de membros e chapa para compor o Conselho de Administração, para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025; (iii) proposta de remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária de 2025; (iv) o relatório da administração; (v) as demonstrações financeiras; (vi) o relatório dos auditores independentes; bem como (vi) as demais informações requeridas pelas Resoluções CVM nº 80/22 e 81/22, incluindo as orientações para participação nas Assembleias. Informações Gerais: A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Procuração: As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. Boletim de Voto a Distância: Os Acionistas que optarem por meio oletins de voto à distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou do escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Para o envio dos boletins assinados diretamente à Companhia solicitamos a utilização do correio eletrônico elizabeth@nordon.ind.br, não havendo necessidade de envio posterior da via física. Voto Múltiplo: Nos termos da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para a Diretoria de Relações com Investidores da Nordon, por meio do correio eletrônico elizabeth@nordon.ind.br. Santo André, 26 de março de 2024. Elizabeth do Rocio de Freitas - Presidente do Conselho de Administração.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro da Liberdade/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC LIBERDADE.

Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 300,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje na cobertura, próximo aos comércios da região.

Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Liberdade; Rua da Glória; Rua São Joaquim; Rua Conselheiro Furtado e outras dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT.

Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail edimarques@correios.com.br (11) 9 9663 3281 ou com Everaldo Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br (11) 4313 8568.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR
GERENTE REGIONAL DE ATENDIMENTO SE/SPM

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 365ª E 366ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F1076950/21F1076974) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de dezembro de 2011, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de abril de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21F1076950/21F1076974), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CIDADE DE SÃO PAULO **INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, sediada na Rua Líbero Badaró, 425 - 27º andar - Centro - São Paulo-SP - CEP: 01009-000, comunica aos interessados da publicação com devolução de prazo da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024** - Processo: **6023.2023/0001711-2** - Tipo MENOR PREÇO TOTAL/GLOBAL, promovido para contratação de empresa especializada na prestação de serviços outsourcing com locação, instalação de equipamentos de Firewall de nova geração (Next Generation Firewall - NGFW) appliance (hardware dedicado), com alta disponibilidade (HA), incluindo manutenção preventiva e corretiva disponibilização de licenças de alta disponibilidade HA (HighAvailability), conjuntos de licenças IPS, Gateway Antivírus/Antispyware, Filtro de Conteúdo e VPN IPSec, para as unidades do Programa Descomplica SP da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital e respectivos anexos. As propostas formuladas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.compras.sp.gov.br a opção Pregão Eletrônico - Entregar Proposta, a partir da divulgação do Edital, até a data e horário da abertura da sessão pública que será procedida pela CPL-1, também no mesmo endereço eletrônico, através da **UASG nº 926345, prevista para o dia 23/04/2024 às 10h00.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet através dos sites https://epublib.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar e Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 .

Citibank, N.A.

CNPJ nº 33.042.953/0001-71

Tradução nº I-59877, Livro nº 728, Folha 241. 7º R.T.D.P.J. Eu, Sandra Regina Mattos Rudzit, tradutora pública, certifico e dou fé que me foi apresentado um documento, em idioma inglês, que passo a traduzir para o vernáculo no seguinte teor.

Procuração Limitada

O presente Instrumento de Procuração é outorgado pelo Citibank, N.A., com sede social em 5800 S Corporate Place, Sioux Falls, Dakota do Sul 57108, Estados Unidos da América (doravante denominado "Banco") e endereço principal em 388 Greenwich Street, Nova York, Estados Unidos da América. O Banco neste ato nomeia **Rodrigo Barone Costa,** brasileiro, casado, economista, residente no Brasil, portador da Cédula de Identidade nº 29.207.208-9 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob nº 300.563.108-70, ambos expedidos no Brasil, como seu bastante procurador, de forma ampla e suficiente conforme exigido por lei, com as faculdades prescritas pelas leis brasileiras para esse tipo de mandato e com o propósito específico de ser o **Representante de Compliance** responsável pelos controles internos e procedimentos de supervisão do Banco, conforme previsto nas leis e regulamentos brasileiros **("Propósito Específico")** e com o propósito de representar legalmente o Banco para: (i) Assinar, selar, celebrar, administrar, transigir e, em geral, conduzir, em nome do Banco, todos os poderes e autorizações exigidos e necessários para o **Propósito Específico;** e (ii) Representar e defender o Banco e seus interesses perante todos e quaisquer juízes e tribunais, em qualquer ação, ou processo do qual o Banco possa ser parte ou possa ter interesse nas esferas administrativa, cível, criminal, contenciosa ou contenciosa-administrativa, e em todos os tipos de processos judiciais envolvendo o **Propósito Específico.** A presente Procuração não substitui qualquer procuração anteriormente expedida pelo Banco, bem como não revogará qualquer procuração anteriormente outorgada pelo Banco e não será revogada por qualquer procuração posterior que o Banco possa outorgar, a menos que essa procuração posterior estabeleça expressamente que revoga a presente Procuração. A presente Procuração expirará mediante o que ocorrer primeiro entre (i) 28 de fevereiro de 2025, ou (ii) a data em que **Rodrigo Barone Costa** deixar de ser funcionário do Banco e suas afiliadas, ou (iii) a data em um diretor ou representante devidamente nomeado do Banco revogar esta Procuração. Além disso, **Rodrigo Barone Costa** somente cumprirá suas atribuições na qualidade de Representante de AML do Citibank N.A. - Filial Brasileira mediante confirmação de sua investidura pelo Banco Central do Brasil, conforme estabelecido no Artigo 6 do Estatuto Social do Citibank N.A. - Filial Brasileira. EM TESTEMUNHO DO QUE, eu, o abaixo assinado, assinei esta Procuração, neste dia 11 de dezembro de 2023. Citibank N.A. Por: (ass) **Marcelo Trevizani Marangon, Diretor Citi no País** - *Vice-Presidente Sênior.* São Paulo, Brasil. Reconhecimento da assinatura de Marcelo Trevizani Marangon pelo 9º Tabelião de Notas de São Paulo, em 11 de janeiro de 2024. Válido somente com o selo de autenticidade. (ass) Rafael Keck Prudente, Escrevente Autorizado. Selo do Colégio Notarial do Brasil - ARPEN - São Paulo, rubricado. Carimbo de Rafael Keck Prudente, Escrevente Autorizado do 9º Tabelião de Notas de São Paulo. Carimbo: Este Documento, para produzir efeitos no Brasil e para valer contra terceiros, deverá ser vertido em vernáculo, e registrada a sua tradução, conforme o disposto no artigo 145 da Lei dos Registros Públicos". *NADA MAIS. LI, conferi, achei conforme e dou fé desta tradução. São Paulo, 12 de janeiro de 2024. Recibo Nº 25843.* **Sandra Regina Mattos Rudzit** - *Tradutora Pública.* **JUCESP** nº 126.971/24-9 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIDADE DE SÃO PAULO **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: 6018.2024/0015765-2 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90222/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ATADURA DE BORRACHA (FAIXA SMARCH).** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **09:00h do dia 23 de Abril de 2024**, a cargo da **17ª CPL/SMS.**

CIDADE DE SÃO PAULO **INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

COMUNICADO DE ABERTURA

CONSULTA PÚBLICA **Nº 01/SMIT/2024** - PROCESSO SEI **Nº 6023.2022/0002071-5**

Local: ARP - Service Desk para Administração Direta (prefeitura.sp.gov.br)

Objeto: **Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de suporte, infraestrutura física, lógica e virtualização do ambiente de Tecnologia da Informação, remunerados por chamado, sob demanda, para a Administração Direta, no município de São Paulo,** conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência e em seus Anexos - Prazo de 10 (dez) dias úteis de divulgação contados a partir de 08/04/2024 até 20/04/2024, e 05 (cinco) dias úteis para o recebimento de eventuais sugestões e/ou comentários a partir de 22/04/2024 até 26/04/2024.

1.1. Para participar, leia o Termo de Referência disponibilizado em anexo nesta consulta, faça perguntas, comentários e sugestões na aba Propostas, que serão respondidas logo após o encerramento do período de consulta pública, na aba Proposta. Para participar é necessário ter uma conta no Participe+ e estar logado - **1.2.** Em caso de dúvidas sobre o processo, entre em contato pelo e-mail: smitcpl01@prefeitura.sp.gov.br - **1.3.** Após a consolidação das análises recebidas, considerando os eventuais ajustes decorrentes do processo de consulta pública, a versão final do Termo de Referência será divulgada no site da SMIT - https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/.

ASSURANT SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF nº 03.823.704/0001-52 - N.I.R.E. 35.300.191.617

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Fevereiro de 2024

Aos 02/02/2024, às 14:00hs, na sede social da Assurant Seguradora S.A.. **Presença:** a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** Eleger para o cargo de Diretor, com prazo de mandato até a AGO em 2026, o Sr. **EMERSON DEL RE,** RG nº 9.099.989-7, CPF/MF sob o nº 077.614.368-94, toma posse nesta data em seu cargo, em 02.02.2024. Alterar e ratificar a composição da Diretoria e prazos de mandato: **Nome - Início do mandato - Fim do Mandato: Vladimir Freneda Rodriguez** - Diretor Presidente - 31.03.2021 - AGO de 2024; **Daniel André Brandão** - 26.05.2023 - AGO de 2026; **Adelmo de Moura Machado** - 31.03.2023 - AGO de 2026; **José Augusto Gomes Codesso** - 31.03.2023 - AGO de 2026; **Moyses Borghesi Filho** - 13.06.2022 - 13.06.2025; **Renata Monteiro Peixe** - 31.03.2023 - AGO de 2026; **Emerson Del Re** - 02.02.2024 - AGO de 2026. Alterar e consolidar as funções dos Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: **1. Funções de caráter executivo ou operacional: 1) Emerson Del Re** - Diretor responsável pelas **relações com a SUSEP; 2) Renata Monteiro Peixe** - Diretora **responsável técnico; 3) Renata Monteiro Peixe** - Diretora **responsável administrativo-financeiro; 4) Renata Monteiro Peixe** - Diretora responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas de procedimentos de **contabilidade; 5) Renata Monteiro Peixe** - Diretora responsável pelo **registro das operações de seguros; 6) Daniel André Brandão** - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de **registro das apólices** e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas; **7) Daniel André Brandão** - Diretor responsável pela contratação e supervisão de **representantes de seguros** e pelos serviços por eles prestados; e **8) José Augusto Gomes Codesso** - Diretor responsável pela política institucional de conduta. **2. Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle: 1) Adelmo de Moura Machado** - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a **crimes de "lavagem"** ou ocultação de bens, direitos e valores e prevenção da utilização do sistema financeiro; e **2) Moyses Borghesi Filho** - Diretor responsável pelos **controles internos. Encerramento:** Nada mais a tratar. **Assinaturas: Presidente:** Vladimir Freneda Rodriguez; **Secretário:** Adelmo de Moura Machado. **JUCESP** nº 122.689/24-0 em 18/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2024/SEMA/MT
SEMA-PRO-2023/27651 SIAG nº 0027651/2023

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial, no uso de suas atribuições, torna público o Edital, que visa a "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LICENÇA DE SOFTWARE COM PLATAFORMA DE ATENDIMENTO RÁPIDO, ATRAVÉS DA FERRAMENTA DE CHATBOT, SENDO ELA O WHATSAPP, PARA GESTÃO DE ATENDIMENTO**".

LANÇAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: dia 09 de abril de 2024, até às 08h45min do dia 19 de abril de 2024, com referência o horário de Cuiabá-MT.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 19 de abril de 2024, tendo como referência o horário de Cuiabá-MT.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: o edital está disponível na internet, no seguinte endereço: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**. No caso de dúvidas, os interessados poderão entrar em contato pelos telefones: (065) 3613-7308, 3613-3718 (SUPORTE SIAG) ou por meio do endereço eletrônico: **licitacao1@sema.mt.gov.br**.

Cuiabá – MT, 05 de abril de 2024.
BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região Central de Guaianazes/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região central de Guaianazes/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC GUAIANAZES. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 205,00 m², largura mínima de 6,00 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura e próximo aos centros da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Sansão Castelo Branco; Rua General Americano Freire; Rua Serra dos Cristais; Rua Alexandre Monat; Rua Amâncio de Moura; Rua Bom Jesus da Penha; Rua Getulina; Rua Gaspar Aranha; Rua Salvador Gianetti; Rua Hipólito de Camargo; Rua Saturnino Pereira; Estrada Nossa Senhora da Fonte; Rua Professor Francisco Pinheiro; Rua Caranaíba; Rua: Belmiro Valverde; Rua Otelo Augusto Ribeiro e outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail: edimarques@correios.com.br, telefone (11) 9 9663 3281 ou com Everaldo Souza, e-mail: everaldosc@correios.com.br (11) 4313 8568.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente Regional de Atendimento SE/SPM

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
DATA: 1º Público Leilão 12/04/2024 às 11h00 | 2º Público Leilão 16/04/2024 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 21, DA QUADRA "B", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 127,32m²**. Medidas e confrontações: com frente para a Rua 02, medindo em curva 7,10m; do lado direito, confronta com o Lote nº 22, medindo 17,83m; nos fundos, confronta com o Lote nº 25, medindo 7,10m; do lado esquerdo, confronta com o Lote nº 20, medindo 18,00m. Matrícula nº 181.793 do 3º CRI de Campinas/SP. Inscrição Municipal nº 3362.41.21.0161.00000. Consolidação da propriedade: 14/03/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 141.471,26. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 343.190,68**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** arcar com custos, impostos e despesas para regularização de eventual construção/benfeitoria junto a todos os órgãos públicos e privados competentes; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes **JOSÉ VIDAL DE NEGREIROS** – CPF nº 103.317.658-37 e **SEBASTIANA DOS SANTOS NEGREIROS** – CPF nº 050.277.858-01, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontram em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Citibank, N.A.

CNPJ nº 33.042.953/0001-71

Tradução nº I-59876, Livro nº 728, Folha 236. 7º R.T.D.P.J. Eu, Sandra Regina Mattos Rudzit, tradutora pública, certifico e dou fé que me foi apresentado um documento, em idioma inglês, que passo a traduzir para o vernáculo no seguinte teor.

Procuração

PROCURAÇÃO a MARCELO TREVIZANI MARANGON - BRASIL - A presente Procuração é outorgada pelo **Citibank, N.A.,** com sede social localizada em 5800 S Corporate Place, Sioux Falls, Dakota do Sul, 57108, Estados Unidos da América (doravante denominado **"Banco"),** e com escritório principal em 388 Greenwich Street, Nova York, Estados Unidos da América. O Banco neste ato constitui **Marcelo Trevizani Marangon,** brasileiro, do sexo masculino, casado, administrador, residente no Brasil, portador da Cédula de Identidade nº 11.073.350-2 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 136.793.918-62, ambos emitidos no Brasil, **na qualidade de Diretor do Citi para o País/Representante Legal no Brasil (o "País Objeto") e na qualidade de seu bastante procurador,** tão ampla e suficientemente quanto possa ser necessário, com os poderes que as leis do País Objeto prescrevem para este tipo de mandato, e com a finalidade de representar legalmente o **Banco,** na assinatura dos seguintes Contratos: 1. Administrar, realizar operações e de maneira geral conduzir, em nome, lugar e vez do Banco, negócios bancários em geral no País Objeto e em todas e quaisquer Filiais, agências ou escritórios do Banco atualmente existentes ou que venham a ser estabelecidos no País Objeto, com todos os poderes e autorização exigidos e necessários para essa finalidade e, sujeito às limitações doravante expressas, assinar em nome do Banco sempre que necessário ou conveniente à operação e condução dos referidos negócios e, de maneira geral, praticar todo e qualquer ato e feito que a natureza dos referidos negócios bancários possa exigir; 2. Para: (1) assinar correspondências comuns e endossar cheques e outras letras de câmbio depositados para crédito do Banco; (2) elaborar, assinar, sacar, emitir, endossar, descontar, negociar, pagar, aceitar, cobrar, receber, renovar, prorrogar e protestar todas e quaisquer letras de câmbio (cheques ou saques), notas promissórias, cartas de crédito e avisos de saques efetuados; (3) comprar, vender, receber, deter, endossar, transferir, entregar, hipotecar e empenhar todas e quaisquer letras de câmbio (cheques ou saques), conhecimentos de embarque, certificados de seguro, barras de ouro, cheques, saques, moeda estrangeira, dinheiro, contas, notas, títulos ou outros títulos de crédito, bens móveis e imóveis ou documentos que supostamente evidenciem a respectiva titularidade, e todos e quaisquer valores mobiliários ou bens; (4) aceitar a transferência e entrega de todas e quaisquer ações do capital social de qualquer sociedade ou associação constituída para fins bancários, comerciais, industriais ou outros fins, inclusive títulos de qualquer Estado e valores mobiliários de todos e quaisquer Estados, com poderes para cumprir todas as formalidades exigidas por leis e regulamentos aplicáveis à sua transferência e registro; (5) endossar, transferir e entregar esses certificados, ações ou valores mobiliários e efetuar essa transferência nos livros de qualquer sociedade ou associação; (6) atuar na qualidade de fiduciário ou depositário especial; (7) tomar dinheiro emprestado com ou sem garantia; (8) contratar, alugar ou arrendar todos e quaisquer imóveis e bens móveis, com poderes para assinar todas as escrituras, contratos de locação e outros documentos necessários nesse sentido, mediante os termos que o Procurador possa considerar apropriados, e aceitar garantias e alienação fiduciária; (9) assumir hipotecas sobre imóveis ou sobre créditos hipotecários; cancelá-los total ou parcialmente, modificá-los ou prorrogá-los, ou cedê-los, transferi-los, concedê-los, adiá-los ou de outra maneira aliená-los com ou sem garantia geral ou especial; (10) exercer quaisquer direitos, poderes ou recursos contidos ou inerentes a qualquer encargo hipotecário ou debênture investido no Banco, na qualidade de credor hipotecário ou beneficiário, inclusive poderes para liberar qualquer valor mobiliário por meio da venda do bem (móvel ou imóvel) ou qualquer parte deste que esteja hipotecada ou onerada, seja no exercício de poderes estatutários ou de quaisquer outros poderes, podendo plenamente concluir a referida venda por meio de cessão, transmissão ou transferência e dar recibo ou quitação firme com relação à totalidade do valor de compra e aplicá-lo de acordo com os interesses das pessoas respectivamente interessadas, e assumir a posse do bem hipotecado ou onerado e receber ou nomear uma pessoa responsável pelo recebimento do aluguel e respectivos lucros, e apresentar quitação firme nesse sentido. Além disso, os poderes conferidos acima estender-se-ão a qualquer caso em que o Banco seja credor hipotecário ou beneficiário conjuntamente com qualquer outra pessoa ou pessoas ou se torne credor hipotecário ou beneficiário de acordo com qualquer transferência ou cessão; (11) constituir e dar títulos, garantias e indenizações em favor de terceiros, mas não em nome de afiliadas; e (12) atuar na qualidade de procurador, representante, administrador ou agente administrativo por e em nome de qualquer pessoa física, empresa ou pessoa jurídica, e assinar todos os instrumentos e documentos e praticar todos os atos e feitos em nome da referida pessoa física, empresa ou pessoa jurídica com relação a qualquer contrato pelo qual o Banco esteja envolvido em negócios bancários e atividades inerentes; 3. Abrir, receber e manter contas de depósito e outras contas; 4. Efetuar empréstimos, com ou sem garantia real; 5. Solicitar, exigir, cobrar, receber e tomar todas as medidas necessárias e legais, para a recuperação de todos e quaisquer valores, dívidas ou bens, e dar a respectiva quitação; 6. Dar, receber e cumprir ordens em comissão e transmitir bens e valores mobiliários; 7. Realizar operações alfandegárias; 8. Prestar ou obter reconhecimentos e conhecimentos de embarque; 9. Receber cartas, mensagens telegráficas, saques, pacotes e valores mobiliários de qualquer natureza, de Secretarias de Estado ou dos Correios, companhias Ferroviárias, Aéreas, de Entrega Expressa e Marítimas mediante a assinatura do recibo e da liberação necessária; 10. Contratar seguro contra riscos de incêndio, marítimo ou outros riscos aos bens do Banco, ou com os quais ele possa estar envolvido ou ter, ou declarar quaisquer participações; 11. Registrar escrituras e outros documentos, bem como o presente instrumento, e pagar todos e quaisquer impostos, taxas ou outros encargos governamentais determinados por lei; 12. Penhorar, sequestrar ou reivindicar a posse de bens; 13. Liquidar contas com devedores e credores, aprovando ou reprovando seus saldos; 14. Requerer cartas de inventariante ou para a nomeação de um liquidante ou administrador de qualquer devedor; instaurar processos de falência, insolvência ou liquidação judicial; comprovar, garantir, verificar, aceitar, contestar ou propor reivindicações e assinar qualquer composição ou outro acordo e, em geral, representar o Banco nesses processos ou nos assuntos de qualquer sociedade, associação ou pessoa jurídica e, em nome do Banco, tornar-se conselheiro ou diretor dessa sociedade, associação ou pessoa jurídica; 15. Comparecer, participar ou votar em todas e quaisquer reuniões ou assembleias de credores, acionistas, conselheiros ou diretores de qualquer sociedade ou associação ou para outros fins comerciais, ou outorgar procuração com relação a essas reuniões ou assembleias; 16. Ajustar, compor, transigir, contestar, defender, fazer acordo ou submeter à arbitragem ou à decisão de árbitros amigáveis todas e quaisquer controvérsias, processos, ações e outras demandas judiciais ou em equidade nos quais o Banco possa estar interessado, e participar de qualquer plano de distribuição de recursos; 17. Representar e defender o Banco e seus interesses perante todos e quaisquer juízes e tribunais, de todas as classes e jurisdições, em qualquer ação, processo ou demanda judicial do qual o Banco possa ser parte ou possa estar interessado, em questões administrativas, civis, penais, contenciosas ou contenciosas-administrativas, e em todos os tipos de ações, recursos ou processos de qualquer tipo ou natureza, com representação completa, e absoluta do Banco, na qualidade de autor ou réu, ou na qualidade de parte interessada por qualquer motivo, e com poderes para instaurar ações, protocolar exceções, reconvenções, apresentar provas e alegações, interpor recursos ordinários e extraordinários, apresentar proposta, proceder à execução de sentenças, contestar todos os tipos de juízes ou oficiais, propor interrogatórios, solicitar o reconhecimento de assinaturas ou documentos, instaurar todos os tipos de ações para a repressão de crimes, solicitar concessão de amparo e contestar a sua concessão a terceiros; e desistir de todas as classes de ações, exceções e recursos; e, de maneira geral, exercer todos os direitos do Banco em todos os tipos de processos, ações e demandas judiciais ou em equidade, com poderes para cobrar os valores depositados em Juízo em nome do Banco e, com relação aos valores, cobrados, fazer recibos na forma legal; 18. Empregar, contratar, suspender ou dispensar todos os caixas, bancários e outros funcionários em qualquer Filial, agência ou escritório do Banco atual ou futuramente estabelecidos; 19. Autenticar por meio de sua assinatura, a qualquer momento ou momentos, para fins de conferir pleno vigor e efeito, para todos os fins segundo qualquer lei em vigor no País Objeto ou subdivisão do País Objeto, qualquer documento por escrito assinado por qualquer dos seguintes diretores do Banco: o Presidente do Conselho, o Diretor-Presidente, ou o Presidente, ou qualquer Vice-Presidente do Conselho, ou qualquer Diretor Vice-Presidente, ou qualquer Vice-Presidente Sênior, ou o Secretário, ou o Auditor Chefe, ou qualquer Vice-Presidente, ou qualquer Auditor Chefe Adjunto. Todos os documentos por escrito autenticados desta forma por ele terão plena fé e crédito perante qualquer órgão e autoridade no País Objeto ou subdivisão do País Objeto; e 20. Apresentar para registro oficial cópias autenticadas do Contrato Social, Estatuto Social e de quaisquer outros documentos do Banco exigidos pelas leis do País Objeto ou local em que a presente Procuração possa ser registrada ou exercida, e praticar todos e quaisquer outros atos e feitos exigidos pelas leis do País Objeto ou local com relação ao estabelecimento ou à manutenção dos negócios de sociedades estrangeiras ali exercidos e à abertura de filiais do Banco. 21. Para todos e quaisquer fins desta Procuração, celebrar e assinar, firmar e formalizar como ato e feito do Banco e entregar todos os contratos, instrumentos, cessões, transmissões, hipotecas, recessões, liberações, quitações, devoluções, garantias e todos os instrumentos e documentos de qualquer descrição que o Procurador considerar necessários ou convenientes para o cumprimento deles, sendo a necessidade desse ato ou feito suficientemente comprovada pela respectiva assinatura ou cumprimento. 22. Esta Procuração não poderá ser substabelecida integralmente. Não obstante esse fato, sem destituir o Procurador de quaisquer dos poderes a ele conferidos pela presente Procuração, ele por este instrumento poderá substabelecer um ou mais dos poderes outorgados neste instrumento em favor dos heads de unidades de negócios, da Tesouraria, bem como de outras unidades de infraestrutura, conforme ele possa julgar conveniente, que forem necessários para conduzir os negócios diários do Banco no País Objeto; e poderá substabelecer a determinados funcionários das unidades de infraestrutura somente os poderes específicos que forem necessários para exercer suas funções específicas. O procurador poderá ainda substabelecer os poderes para prestar serviços de voto por procuração a funcionários da referida unidade de negócios, bem como a advogados internos e/ou externos. Quaisquer dos referidos substabelecimentos deverão ser claros e específicos e deverão permanecer em efeito até o que ocorrer primeiro entre (a) a data de rescisão indicada no instrumento de subestabelecimento; (b) o vencimento desta Procuração; (c) sua devida revogação por um diretor do Citibank, N.A.; (d) a cessação do substabelecido em sua função negocial ou funcional aplicável aos poderes a ele substabelecidos; ou (e) o término da contratação no substabelecido pelo Banco no País Objeto. O Procurador poderá ainda substabelecer os poderes outorgados no item 17 deste instrumento, conforme ele possa julgar conveniente, em favor de advogados internos, bem como de advogados externos que atuem em nome do Banco. Qualquer desses substabelecimentos deverá ser claro e específico e deverá permanecer em efeito até o que ocorrer primeiro entre (a) a data de expiração indicada no instrumento de substabelecimento; (b) o vencimento desta Procuração; ou (c) sua devida revogação por um diretor do Citibank, N.A. Para evitar dúvidas, nenhuma disposição contida neste parágrafo será interpretada de forma a autorizar qualquer pessoa a sub-substabelecer qualquer poder ou autorização substabelecido neste instrumento à referida pessoa ou a qualquer outra pessoa, e qualquer suposto substabelecimento que seja contrário ao presente parágrafo será nulo e sem efeito. Para esse efeito Marcelo Trevizani Marangon está autorizado a assinar todos e quaisquer documentos públicos e/ou particulares necessários para o cumprimento deste instrumento de mandato, nos termos e condições que ele considerar convenientes. Ele também está autorizado a protocolar quaisquer documentos perante qualquer Tabelião Público no País Objeto. A presente Procuração não substitui qualquer procuração anteriormente emitida pelo Banco, e não revogará qualquer procuração anteriormente outorgada pelo Banco e não será revogada por qualquer procuração posterior que o Banco possa outorgar, a menos que essa procuração posterior estabeleça expressamente que revoga a presente Procuração. Esta Procuração expirará no que ocorrer primeiro entre (i) 28 de fevereiro de 2025, ou (ii) a data em que **Marcelo Trevizani Marangon** deixar de ser funcionário do Banco e de suas afiliadas, ou (iii) a data em que um diretor ou representante devidamente nomeado do Banco revogar esta Procuração. Além disso, **Marcelo Trevizani Marangon** somente cumprirá suas atribuições na qualidade de Representante Legal do Citibank N.A. - Filial Brasileira mediante confirmação de sua investidura pelo Banco Central do Brasil, conforme estabelecido no Artigo 6 do Estatuto Social do Citibank N.A. - Filial Brasileira. EM TESTEMUNHO DO QUE, eu, o abaixo assinado, assinei esta Procuração neste dia 11 de dezembro de 2023. CITIBANK, N.A. - Por: (ass) Ross Callan, Diretor de Operações, Vice-Presidente Sênior ESTADO DE NOVA YORK CONDADO DE NOVA YORK - Subscrito e juramentado perante mim neste dia 11 de dezembro de 2023. (ass) Alexander Martone, Tabelião Público do Estado de Nova York, habilitado no Condado de Queens, cujo mandato expira no dia 18 de maio de 2027. ESTADO DE NOVA YORK - CONDADO DE QUEENS - GABINETE DA ESCRIVÃ DO CONDADO - Eu, Audrey I. Pheffer, Escrivã do Condado de Queens, Estado de Nova York, e Escrivã da Suprema Corte no e para o referido Condado e Estado, sendo um Juízo de Registro com selo, NESTE ATO CERTIFICO QUE MARTONE, ALEXANDER RICHARD 02MA0008045. Mandato de 18/05/2023 a 18/05/2027. Cujo nome está subscrito na declaração juramentada, depoimento, certificado de reconhecimento ou prova anexa, estava, na época de seu recebimento, atuando na qualidade de TABELIÃO PÚBLICO no e para o Estado de Nova York, devidamente comissionado e juramentado e habilitado a atuar como tal no Estado de Nova York; que, de acordo com a lei, um comissionamento ou certificado de sua função oficial e assinatura original foram arquivados em meu gabinete; que, assim sendo, o Tabelião Público estava devidamente autorizado pelas leis do Estado de Nova York a receber e certificar o reconhecimento ou prova de instrumentos, hipotecas, procurações e outros instrumentos por escrito referentes a terrenos, bens imóveis e heranças a serem considerados como prova ou registrados neste Estado, a protestar títulos e receber e certificar declarações juramentadas e depoimentos; e que estou bem familiarizada com a caligrafia deste Tabelião Público ou que comparei a assinatura no instrumento anexo com a assinatura original arquivada em meu gabinete. EM TESTEMUNHO DO QUE, apus abaixo minha assinatura e afixei meu selo oficial em Jamaica, Condado de Queens, Nova York neste dia 15 de dezembro de 2023. (ass) AUDREY I. PHEFFER, ESCRIVÃ DO CONDADO DE QUEENS. **Apostila -** (Convenção de Haia de 5 de outubro de 1961): 1. País: Estados Unidos da América. Este documento público: 2. foi assinado por Audrey I. Pheffer. 3. atuando na qualidade de Escrivã de Condado. 4. contém o selo/carimbo do condado de Queens. Certificado: 5. em Albany, Nova York. 6. no dia 8 de janeiro de 2024. 7. pela Secretária de Estado Substituta para Negócios e Serviços de Licenciamento, Estado de Nova York. 8. nº A-2193259. 9. Selo/Carimbo: Selo do Departamento de Estado - Estado de Nova York. 10. Assinatura: (ass) Whitney A. Clark, Secretária de Estado Substituta para Negócios e Serviços de Licenciamento. Apostila (REV. 25/09/12). *NADA MAIS. LI, conferi, achei conforme e dou fé desta tradução. São Paulo, 12 de janeiro de 2024. Recibo Nº 25843*. **Sandra Regina Mattos Rudzit -** *Tradutora Pública*. **JUCESP** nº 127.891/24-9 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 200 LOTES - DIA: 09.04.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 09.04.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BGJC7520JB153982 - 9BWDH5BZ9LP066633 - 988675126LKJ90421 - 9BFZH55L1M8048071 - LVVDC21B4PD050378 - 936CMNFN2GB018736 - 9BFZH54L5L8367473 - 93YRBB008KJ613090 - 9BWAA05Z5D4075368 - 9BFZH55L0F8167295 - 93YLSR7RHDJ832572 - 9BWAB49N79P017490 - 3VWKE61K78M289798 - 9BGXD75N0AC117646 - 9BFZH55L3L8490381 - 9BGSU19F0CB148431 - 8AP17202LB2209521 - 9BWCA01J284006992 - 9BWAA05U4BP098902 - 9BGRZ4810AG199739 - 98M3B1000F4A08584 - 9BHBG51DAEP157825 - 3N8CP5HE7HL464346 - 9BD13531CE2254554 - 9BD15802AD6888993 - 9BFZH54L7J8005965 - 9BGRM69808G109942 - 935CHN6A15B515676 - 94DFFUK13JB205119 - 9362AKFW98B039916 - 9BWAA05Z294051536 - 9BRBB48E1A5109185 - 9BWJB09N76P007188 - 9BGRZ08909G147559 - 9BFZF55PX98434603 - 93YLSR2VH8J972002 - 9BGRZ48907G172176 - 9BD17164G72891391 - 9BGSA19E06B144280 - 9BFZK53A3AB179987 - 9362AN6A97B024425 - 9C2KC2500PR033849 - 9C2PC4820KR110865 - 9C2KC2220LR001102 - 9C2KC1680DR407070 - 9BGSA19909B172349 - 8AP17206LB2151891 - 935ZCWMNCH2163623 - 93YBSR7GH9J225420 - 93YBSR7RHEJ299443 - 9BWAA45U6BT201655 - 9BD19241RA3093350 - 93YBSR7RHEJ931348 - 9BWAG4126FT510261 - 93Y4SRF84JJ082793 - 9C2KC2210PR001922 - 9C2KC2200PR353510 - 9C2KC2200NR110809 - 9C6RG5020P0067424 - 96PEXCM16NFS00176 - 9BD15802786134405 - 8AJBA3CD8J1611538 - 8A1LBMC35BL787394 - 8AGSU19F0ER109167 - 9BD17164G85185542 - 9BGRP69X0CG404775 - VF7UDRFJWAJ515214 - 9BFZH54J1J8181117 - 93Y5SRD64FJ379315 - 9BFZF54P798438304 - 9362MN6AYBB047080 - 9BGRZ08F0BG176164 - 3VWDJ2168BM132708 - 9BRBB48E195039201 - 8BCNDRFJVEG527124 - 9BFZF55A5B8193454 - 9362CKFW99B019488 - 93YLSR6GHAJ333082 - 9362EN6A98B033076 - 9BD196271D2053143 - 9BD27833A72557733 - 935FCKFVYCB589827 - 9BFZB55H9F8508464 - 9BWAA05U39P046168REM - 8AFUZZFHCCJ448986 - 9BWAB05U4DP079430 - 93YLSR1TH9J142847 - 8AGCB48X0BR179168 - 9BWGB05W4AP089673 - 93HGM2620BZ103680 - 9BGPB69M0EB301058 - 9BD135019B2176601 - KMHJM81BP9U976020 - 93YKM2N368J892484 - 9BD195152C0244449 - 9BGSB19N03B175379 - 9BGXH68P0BC123215 - 9BD198231E9030733 - 9362NKFWXBB067281 - 9BGJG19H0YB152006 - 9BGSA19E06B141137 - 9BGRX48F0AG258424 - 9BWJB09N88P014282 - 9BHBG41CAFP335488 - 93Y5SRD04FJ377545 - 9BGTT69V02B145989 - 93YBB0Y054J454565 - 9BGKS48U0JG318581 - KNAKH812BA7686321 - 9BFZH55S6K8209440 - 9BFZD55J2EB696016 - 9BWAA05U29T087673 - 935FCN6A88B524035 - 9BFZH54J2F8174202 - 9362CN6A94B029836 - 9BGJB6930FB219687 - KNAFU411AC5940935 - 9BWKB05Z974077422 - 93YBSR86KEJ505386 - 8A1BB8W05BL715317 - 9BWEB05W48P021312 - 3C4PFABB6CT250772 - 93YLSR7UHCJ943162 - 9BD11814GC1176610 - 9BWKA05Z274017470 - 3VWLN6168CM074902 - 98M40EE01P4020607 - 9BG148FK0LC442833 - 9BWAA05W8CP082303 - 93HGE6850DZ206679 - 9BGKS69L0FG288048 - KMHTC61CBCU041022 - 3GNCJ8EW2EL152661 - 94DTMND225J644473 - 93YLSR1RH8J963923 - 9BGEB69H0LG292378 - 9BGRP48F0EG112158 - 8AFTZZFFCCJ022528 - 93HGM2520AZ126093 - 9BRBDWHE2H0323695 - 8AGBN69S0JR114268 - 9BFZK53A3AB153874 - 3N1CK3CD2CL234304 - 93ZC35B01D8451155 - 91VG0932MNC200146 - WAUBYA8U7GR007982 - YV1MV41H0K2608858 - 9BHPB81BBPP056781 - 94DFCAP15KB125777 - 98867512WJKJ21817 - 8AP17164LC3013887 - 9BWAB05U39T161146 - 9362MKFWXBB008759 - 9BWAG4126FT552221 - 9C2KC1650FR205155 - 9C6KG0450F0036390 - 9C2KF3470MR001688 - 9C2JF8500NR008619 - 9C6RG3810H0001721 - 9CDC533AALM102321 - 9C2MC4400LR213393 - 9C6RG3850R0050907 - 9C2KC2210PR066939 - 9C2MC4400KR001803 - 9C2MD4100GR000116 - 3KPFN414BKE282955 - 9BGJC69E0GB170638 - 93YKM263HDJ337974 - 9BD195152E0547966 - 9BD15822AA6450760 - 9BWAA45UXDP133713 - 9BGTU75W09C138758 - 9BGRG08F0CG362576 - 9BGKL48U0JB123433 - 9BWAA05W5CP059836 - 9BHBG51DAGP612212 - 8AP19627MG4138491 - 9BGJC7520KB163433 - 9BHBG51CAHP741407 - 9BGKS48V0KG384189 - 93YRHAMH7KJ613351 - 93HGE6760AZ201060 - 8AD4CRFJWDG021688 - 8A1FC1605GL766856 - 3C6RRBDT0NG407954 - 8AC906633KE165182 - 936ZCXMNCA2052377.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Lelloelro Oflclal - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Associação Residencial Tamboré 10

C.N.P.J. /MF nº 09.116.018/0001-28

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados pelo presente Edital, os Senhores Associados da **Associação Residencial Tamboré 10** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, prevista no artigo 14º, alíneas "a" do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10, **no dia 23 de abril de 2024,** às 19h30 (1ª chamada), com a presença de no mínimo metade mais 1 (um) dos integrantes da Associação e às 20h00 (2ª chamada), com a presença de qualquer número de Associados, conforme disposto no artigo 19º parágrafo primeiro do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10. **A Assembleia será realizada de forma virtual através da plataforma contratada MEGAVOTE**, o direito a voto conforme artigo 21º, parágrafo segundo, para deliberação dos seguintes assuntos: 1) Aprovação das contas realizadas de março/23 até fevereiro/24. 2) Aprovação do próximo orçamento. 3) Alterações nos Regulamentos, votação item a item. As alterações dos regulamentos estão disponíveis no link **www.tambore10.com.br/assembleia042024**. Considerando que Assembleia Geral é órgão hierárquico supremo de decisão e de autoridade máxima dentro da Associação, em obediência as legislações vigentes, uma vez obedecidos todos os requisitos formais e legais da convocação, a ausência importa em assentimento com a pauta de assuntos levados a debate e as decisões advindas (artigo 13º parágrafo primeiro do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10). Na Assembleia, para o pleno exercício do direito de voto, os associados deverão comprovar suas condições de proprietários, compromissários compradores; cessionários e titulares de direitos sobre imóveis localizados no loteamento denominado "ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL TAMBORÉ 10**",** bem como estar em dia com as suas obrigações estatutárias. Para o exercício do direito de voto adicional, artigo 18º parágrafo primeiro, o **"HABITE-SE"** da Residência, o documento deve ser informado com antecedência de 24 horas à administração. Os representantes legais das pessoas jurídicas deverão comprovar essa condição, mediante apresentação de contrato social. Os Associados poderão se fazer representar por procuradores devidamente habilitados, fornecer procuração com fins específicos e firma reconhecida, ou instrumento público que tenha sido outorgado há menos de um ano, respeitando-se o limite máximo de 2 (duas) procurações por representante, tudo nos termos do Artigo 9º parágrafos segundo e quarto do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10.

Presidente do Conselho Deliberativo
Lorival Nogueira Luz Junior

Citibank, N.A.

CNPJ 33.042.953/0001-71

Tradução nº I-59936, Livro nº 729, Folha 158. 7º R.T.D.P.J. Eu, Sandra Regina Mattos Rudzit, tradutora pública, certifico e dou fé que me foi apresentado um documento, em idioma inglês, que passo a traduzir para o vernáculo no seguinte teor:

Procuração Limitada

O presente Instrumento de Procuração é outorgado pelo **Citibank, N.A.,** com sede social em 5800 S. Corporate Place, Sioux Falls, Dakota do Sul, 57108, Estados Unidos da América (doravante denominado **"Banco"**) e endereço principal em 388 Greenwich Street, Nova York, Estados Unidos da América. O Banco neste ato nomeia **Luciana Marqueto Miranda,** brasileira, casada, advogada, residente no Brasil, portadora da Cédula de Identidade nº 20.196.761-3 SSP/SP e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 163.009.448-08, ambos expedidos no Brasil, como sua bastante procuradora, de forma ampla e suficiente conforme exigido por lei, com as faculdades prescritas pelas leis brasileiras para esse tipo de mandato e com o propósito específico de ser a **Representante de AML** responsável pelos procedimentos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro do Banco, conforme previsto nas leis e regulamentos brasileiros ("**Propósito Específico**") e com o propósito de representar legalmente o Banco para: (i) Assinar, selar, celebrar, administrar, transigir e, em geral, conduzir, em nome do Banco, todos os poderes e autorizações exigidos e necessários para o **Propósito Específico;** e (ii) Representar e defender o Banco e seus interesses perante todos e quaisquer juizes e tribunais, em qualquer ação, processo ou demanda do qual o Banco possa ser parte ou possa ter interesse nas esferas administrativa, cível, criminal, contenciosa ou contenciosa-administrativa, e em todos os tipos de processos judiciais envolvendo o **Propósito Específico.** A presente Procuração não substituirá qualquer procuração previamente expedida pelo Banco e não revogará qualquer procuração previamente outorgada pelo Banco, tampouco será revogada por qualquer procuração posterior que o Banco venha a outorgar, exceto se a referida procuração posterior expressamente previr que revoga a presente Procuração. A presente Procuração expirará mediante o que ocorrer primeiro entre (i) 28 de fevereiro de 2025, ou (ii) a data em que **Luciana Marqueto Miranda** deixar de ser funcionária do Banco e suas afiliadas, ou (iii) a data em que um diretor ou representante devidamente nomeado do Banco revogar esta Procuração. Além disso, **Luciana Marqueto Miranda** somente cumprirá suas atribuições na qualidade de Representante de AML do Citibank N.A. - Filial Brasileira mediante confirmação de sua investidura pelo Banco Central do Brasil, conforme estabelecido no Artigo 6 do Estatuto Social do Citibank N.A. - Filial Brasileira. EM TESTEMUNHO DO QUE, eu, o abaixo assinado, assinei esta Procuração, neste dia 11 de dezembro de 2023. Citibank N.A. Por: (ass) **Marcelo Trevizani Marangon - Diretor de País do Citi** - Vice-Presidente Sênior São Paulo, Brasil. Reconhecimento da assinatura de Marcelo Trevizani Marangon pelo 9º Tabelião de Notas de São Paulo em 11 de janeiro de 2024. (ass) Rafael Keck Prudente. * Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba*. Selo do Colégio Notarial do Brasil - ARPEN - SP. Carimbo do 9º Tabelião de Notas - Rafael Keck Prudente, Escrevente Autorizado Carimbo: "Este Documento, para produzir efeitos no Brasil e para valer contra terceiros, deverá ser vertido em vernáculo e registrada a sua tradução, conforme o disposto no artigo 148 da Lei dos Registros Públicos". NADA MAIS. LI, conferi, achei conforme e dou fé desta tradução. São Paulo, 19 de janeiro de 2024. Recibo Nº 25875. ***Sandra Regina Mattos Rudzit -*** Tradutora Pública. **JUCESP** nº 125.484/24-0 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ASSURANT SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF nº 03.823.704/0001-52 - NIRE 35.300.191.617

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Fevereiro de 2024

Aos 27/02/2024, às 14h00, na sede da **Companhia. Presença:** totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **Composição da Mesa:** Sr. Vladimir Freneda Rodriguez, Presidente da Mesa; e Sr. Adelmo de Moura Machado, Secretário. **Deliberações: (a)** manifestar-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023, os quais serão submetidos à aprovação da acionista da Companhia em assembleia geral ordinária; **(b)** manifestar-se favoravelmente à proposta de destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31/12/2023, conforme refletido nas demonstrações financeiras, a ser submetida à aprovação da acionista da Companhia em assembleia geral ordinária; **(c)** manifestar-se favoravelmente à proposta do limite anual de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 16.150.000,00, a ser submetida à aprovação da acionista da Companhia em assembleia geral ordinária; **(d)** convocar da assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada até o dia 31/03/2024, para deliberar sobre as matérias estabelecidas em lei. Nada mais a tratar. São Paulo (SP), 27/02/2024. Mesa: **Vladimir Freneda Rodriguez -** Presidente; **Adelmo de Moura Machado -** Secretário. **JUCESP** nº 122.435/24-2 em 18/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIRACOPOS
Aeroportos Brasil

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

Demonstrações Financeiras 2023

Relatório da Administração

Relatório da Administração
Exercício de 2023
Campinas, 22 de março de 2024
Senhores Acionistas, A Administração da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. (“ABV”, “Companhia” ou “Concessionária”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração

Em 2023, nosso negócio de passageiros teve um ano muito positivo. Estabelecemos um novo recorde anual de passageiros processados, com 12.524.219 pessoas embarcando ou desembarcando pelo nosso Terminal, um número 5,75% superior ao número registrado no ano de 2022 (11,8 milhões), que era o recorde anterior. É como se todos os habitantes de Campinas tivessem passado aproximadamente dez vezes pelo aeroporto ao longo do ano passado, já que a população estimada da cidade é de 1,2 milhão de pessoas, segundo o IBGE.

Com voos diários de chegada e partida para Fort Lauderdale (EUA), Orlando (EUA), Lisboa (POR) e Paris (FRA), também estabelecemos um novo recorde de passageiros internacionais. Pela primeira vez em sua história, o Aeroporto de Viracopos encerrou um ano com mais de 1 milhão de passageiros transportados.

Foram 1.068.500 passageiros ante 721.770 de 2022, resultando em uma representativa alta de 48,04%. Fomos novamente eleitos o Melhor Aeroporto do Brasil na categoria acima de 10 milhões de passageiros/ano em pesquisa de satisfação de passageiros realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC). Esta foi a quarta vez que Viracopos conquistou o título anual, sendo agora o maior vencedor da história do Prêmio +Brasil, que é realizado pelo Governo Federal desde o início das concessões, em 2013.

Ficamos também na 8ª posição entre os aeroportos mais pontuais do mundo em 2023, na categoria porte médio, que compreende uma movimentação entre 10 milhões e 15 milhões de passageiros/ano, no levantamento *2023 On-Time Performance*, realizado pela empresa especializada em análise de dados da aviação global Cirium, em que foram analisados centenas de terminais em todo o mundo.

Fomos premiados com prata no *US Customer Experience Awards 2023*, na categoria “Cultura Centrada no Cliente”, que busca reconhecer as empresas que se dedicam a criar uma consistente e abrangente cultura interna à organização que promove excelência nos seus serviços, visando a satisfação de seus clientes. Nesta última etapa, Viracopos concorreu com outros três finalistas, sendo o único aeroporto entre eles.

Recebemos, ainda, duas certificações no *Experience Awards,* que tem o objetivo de reconhecer as empresas com o melhor *Net Promoter Score* (NPS) do Brasil em seus segmentos. A ABV alcançou o NPS acima da média nacional dos aeroportos brasileiros e foi certificada com dois selos: “*Experience Certified*” (B2B) e “*O Cliente Recomenda*” (B2C). No segmento da aviação, 30 aeroportos foram recomendados, mas apenas 13 deles obtiveram o NPS acima da média e foram certificados.

Nosso negócio de cargas, no entanto, sofreu com as incertezas econômicas, taxas de juros elevadas, conflitos geopolíticos, alto preço do QAV e a normalização do frete marítimo. O volume total de cargas movimentadas no nosso terminal caiu 16%, sendo que o volume de cargas importadas caiu 24%, em linha com a queda de 22,15% do volume total de cargas importadas pelo Brasil no modal aéreo, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

O valor CIF em US$ das cargas importadas tarifadas em VCP em 2023 teve redução de 31,75%, enquanto o dólar médio ano contra ano teve queda de quase 20%.

Com isso, fechamos o ano com uma receita bruta de R$ 960.010, uma queda de 15,72% frente à receita bruta de 2022 quando expurgado o efeito da Contribuição Mensal. A receita de cargas somou R$ 542.978 (-30,73% na variação anual sem CM), as receitas aeroportuárias somaram R$ 222.208 (+13,14% ante 2022 sem CM), ao passo que as receitas comerciais fecharam o ano em R$ 194.824 (+22,69% ante 2022 sem CM). Nossos custos e despesas gerenciáveis ficaram 4,09% abaixo do orçamento de 2023 e 9,9% acima do que incorremos em 2022.

Registramos um EBITDA de R$ 485,5 milhões e uma margem EBITDA de 58,15%. Incorporando os efeitos do resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, apuramos um prejuízo líquido de R$ 192 milhões, revertendo o lucro de R$ 45 milhões apurado em 2022.

Importante registrar que este prejuízo contábil foi severamente impactado pelos efeitos advindos da discussão com o Poder Concedente sobre o contrato de concessão. A Companhia possui uma arbitragem contra a ANAC, em que reclama indenização por três pleitos de reequilíbrio, cujos efeitos passados somam, aproximadamente, R$ 4 bilhões, o que é mais do que suficiente para saldar todo o valor devido ao Poder Concedente. Contudo, devido às regras contábeis, a Companhia não pode nem registrar o valor dos pleitos (ativo), nem baixar as outorgas (passivo), ficando no pior dos cenários. Em função disto, em 2023, foram registrados os encargos moratórios incidentes sobre o total de outorgas vencidas e não pagas, que montaram a R$ 232 milhões, que, de outra forma, não seriam reconhecidos, fazendo com que o resultado do exercício fosse um lucro de R$ 40 milhões.

Adicionalmente, considerando que a Companhia está em regime de relicitação, esta entende que não é adequado recompor o total de outorgas a vencer de 2024 a 2042 a valor presente, na medida em que só serão devidas outorgas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Assim, no ano de 2023, não foram registradas despesas financeiras sobre este montante.

A despeito do prejuízo registrado, em 2023, demos continuidade a projetos de melhorias e ampliações no Aeroporto. Com um investimento de R$ 22,5 milhões, recuperamos a capacidade funcional do pavimento flexível em uma extensa área de 94.490 m , distribuída entre a pista de pouso e decolagem, especificamente o trecho entre as *taxiways F* e *E*; além das *taxiways A, B, C* (trecho entre *F* e *E*), *E*, *F*, *G* (trecho entre *taxiway B* e posição M08 – pátio 3), *I* e *J*.

Investimos mais de R$ 20 milhões na transformação do antigo terminal de passageiros em um novo terminal para cargas domésticas, que terá, nesta primeira fase, área de 15.000m e deverá ser concluído no primeiro trimestre de 2024. Reformamos a estrutura da cobertura do Terminal de Cargas de Importação, além de dar início à execução do projeto de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB do Terminal de Cargas – TECA. Investimos ainda em novas empilhadeiras e equipamentos de inspeção de passageiros, bagagens e cargas.

Concluímos a implementação do sistema DAS (*Distributed Antenna System*) em parceria com empresa especializada em soluções de coberturas customizadas para ambientes fechados, eliminando áreas de sombra e garantindo sinal de telefonia celular com alta qualidade de voz e dados em todo o Terminal de Passageiros do aeroporto. Também implementamos uma solução tecnológica de “limpeza sob demanda” nos 44 banheiros do terminal de passageiros, que consiste no monitoramento dos sanitários por sensores que disparam alertas que indicam, em um painel, o momento adequado para as equipes de limpeza se deslocarem a cada local, implicando em melhoria de qualidade para o cliente e otimização de custos para a Concessionária.

Implementamos também o projeto-piloto “Status do Voo na Palma das Mãos”, em conjunto com uma startup de tecnologia, para oferecer uma nova comodidade aos passageiros que viajam pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, ao permitir que os viajantes acompanhem o status de seus voos diretamente em seus dispositivos móveis por meio do aplicativo WhatsApp, após escanearem gratuitamente um *QR Code* disponibilizado no aeroporto e digitarem os quatro números do voo. A partir desse momento, sempre que houver uma atualização sobre o status do voo pela empresa aérea, como atrasos nos voos ou alteração do portão de embarque, os passageiros receberão instantaneamente uma mensagem pelo WhatsApp com as informações mais recentes.

Ao todo, realizamos investimentos de capital (*Capex*) de mais de R$ 87 milhões no ano de 2023.

Adicionalmente, amortizamos voluntária e antecipadamente R$ 137,3 milhões da nossa dívida financeira, reduzindo-a em 7,6%. Tal montante se soma a outros R$ 314,7 milhões de serviço da dívida obrigatórios contratualmente, totalizando R$ 452 milhões pagos aos financiadores em 2023.

Tudo isto foi feito sem esquecer das nossas obrigações com o meio ambiente, sociedade e melhores práticas de governança corporativa (ESG). Dentro das ações de sustentabilidade ambiental, realizamos a substituição de 307 luminárias convencionais por refletores com tecnologia LED no pátio de aeronaves e nas balizas da pista de pousos e decolagens. Com isso, o aeroporto vai deixar de emitir 44,4 toneladas de CO2 e deve reduzir em até 50% os custos anuais com energia elétrica nestes setores, em uma ação que tem o potencial de simultaneamente elevar os níveis de performance luminosa, segurança do trabalho, segurança da aviação civil, preservação ambiental e redução de custos operacionais. Promovemos um desafio sustentável entre as gerências da Companhia durante a 11ª Semana do Meio Ambiente e recolhemos 285 kg de tampinhas de plástico, que foram entregues à ONG Quem Ama Protege, em Campinas. O valor da venda das tampinhas será revertido em verba para a ONG, que atende animais abandonados.

Na frente social, a Companhia assinou, no dia 10 de julho, o termo de adesão ao projeto mundial “*Hidden Disabilities Sunflower Awareness*”, uma iniciativa colaborativa global que visa familiarizar as pessoas com as deficiências invisíveis e proporcionar uma jornada mais inclusiva aos passageiros que possuem algum tipo de deficiência oculta, como autismo, depressão, Alzheimer e TOC, entre outras. Uma das várias iniciativas para fazer com que o público em geral possa ter conhecimento dessas doenças e seja capaz de identificá-las, foi a criação de um cordão de crachá (*lanyard*) com desenhos de girassóis, que se tornou o símbolo desta causa.

A ABV também reforçou sua parceria com o Ministério Público do Trabalho para desenvolver programas e campanhas de enfrentamento da exploração sexual e o tráfico de pessoas, em conjunto com a *Childhood Brasil*, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD e demais parceiros, tendo sido reconhecida, pela terceira vez, pelas boas práticas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes durante o 17º Encontro Anual Na Mão Certa, realizado no Teatro SESI (FIESP), em São Paulo.

Realizamos, em parceria com a EMDEC, um Workshop de “Melhores práticas de pilotagem preventiva e segurança no trânsito” para motociclistas, que foi ministrado pelo instrutor de pilotagem de motos e piloto profissional, Gustavo Ceccarelli. Esse curso intensivo teórico e prático foi feito com o objetivo de conscientizar a todos sobre a importância de preservar vidas no trânsito e assim garantir a segurança de todos.

Também fomos homenageados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos como empresa “Amiga de Campinas”, juntamente com outras companhias, instituições, voluntários e setores do poder público que apoiaram ações solidárias no município com fins sociais, como a Campanha do Agasalho, a do Natal sem Fome e a do SOS Chuvas. Outro reconhecimento veio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, da Prefeitura de Campinas, que premiou a Concessionária, juntamente com outras 34 empresas, com o selo “Empresa Amiga da Primeira Infância”, por suas políticas voltadas para famílias com crianças de zero a seis anos de idade.

Na área de governança e *compliance*, mantivemos em funcionamento o Comitê de *Compliance*, Comitê de Ética e Sustentabilidade, Comitê de Gestão de Risco e de Segurança, bem como o Canal Confidencial de Ética e Denúncias. O funcionamento destes Comitês se soma à existência de um Manual de Governança Corporativa, que descreve os principais conceitos, princípios e procedimentos adotados pela concessionária para a identificação e avaliação de riscos incorridos nas atividades cotidianas, as atividades de controle necessárias, o monitoramento dos procedimentos e as práticas de informação e comunicação que a Companhia deve adotar relacionadas às boas práticas de Governança Corporativa. Adicionalmente a isto, temos o Código de Ética Empresarial, Código de Conduta para Colaboradores e Fornecedores, Procedimento de Compras de Bens, Materiais e Serviços e Protocolo de Práticas de Governança para Transações com Partes Relacionadas.

A Companhia conta, ainda, com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal permanentes, além de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes. Conta também com uma assessoria de Auditoria Interna, que atua de forma independente na análise de processos administrativos e operacionais, buscando oportunidades de melhoria e mitigação de riscos de negócios.

Gostaríamos de agradecer a confiança e o apoio dos nossos acionistas e conselheiros, bem como a dedicação, o profissionalismo e a valiosa contribuição de cada um de nossos colaboradores, a quem registramos nosso reconhecimento e sinceros agradecimentos, e sem o que estes resultados memoráveis não teriam sido alcançados.

Em 2024, continuaremos a trabalhar com afinco na geração de valor para nossos acionistas, colaboradores e sociedade, bem como na busca incessante pela manutenção e melhoria do nível de excelência pelo qual o Aeroporto de Viracopos é hoje conhecido.

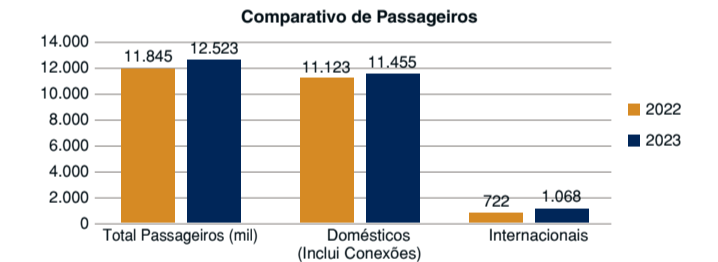
Atenciosamente,

Diretoria Executiva

[1] O NPS é uma métrica internacional que avalia o grau de confiança que o cliente tem com a marca, ao ponto de recomendá-la aos seus amigos e familiares.
[2] Valor CIF é aquele que inclui o Cost, Insurance and Freight, ou seja, o preço das mercadorias, mais o frete e o seguro.
[3] A Contribuição Mensal foi extinta em 1º de janeiro de 2023 e, como consequência, as tarifas a que a Companhia faz jus foram reduzidas, de modo que o efeito líquido da extinção fosse zero. Assim, tudo o mais constante, a extinção provoca uma redução na receita bruta, nas deduções sobre a receita e também nos custos operacionais.
[4] Retirando o efeito da outorga variável, que depende do faturamento, bem como da depreciação, amortização e provisão para impairment, caso aplicável.

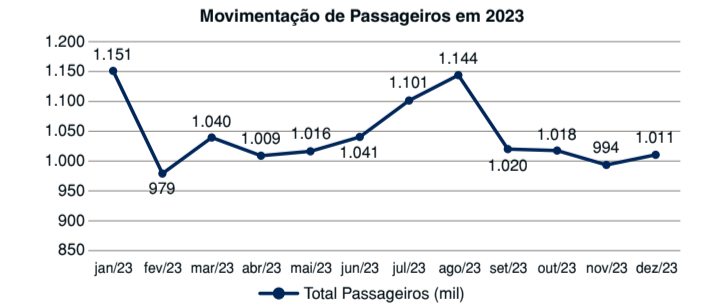
Desempenho Operacional

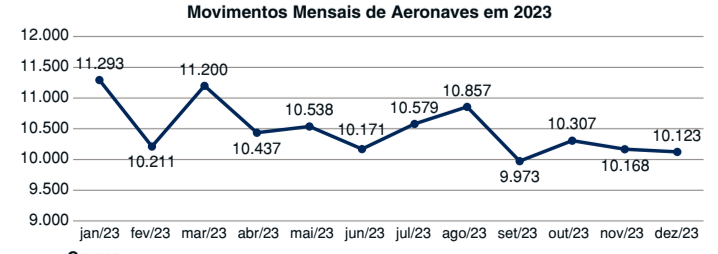
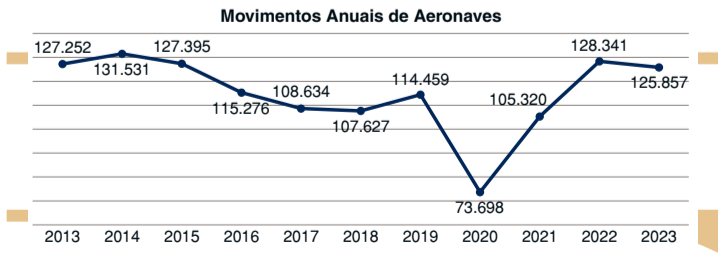
Passageiros

Em 2023, o Aeroporto Internacional de Viracopos estabeleceu novo recorde anual de movimentação de passageiros, com 12,5 milhões de pessoas embarcando ou desembarcando no terminal, superando em +5,75% o número de passageiros de 2022. É como se o total de habitantes de Campinas tivesse passado aproximadamente dez vezes pelo aeroporto ao longo do ano, já que a população estimada da cidade é de 1,2 milhão de pessoas, segundo o IBGE.

Ao longo de 2023, processamos 11,46 milhões de passageiros em voos domésticos, um crescimento de 2,98% sobre os 11,12 milhões de 2022.

Em voos internacionais, pela primeira vez na história, o Aeroporto de Viracopos processou mais de 1 milhão de passageiros. Foram 1,07 milhão de passageiros ante 722 mil de 2022, resultando em uma alta de 48,04% em relação ao ano anterior. O recorde anterior de movimentação anual de passageiros em voos para o exterior aconteceu em 2019, quando 977,5 mil passageiros embarcaram ou desembarcaram no terminal internacional de Viracopos.

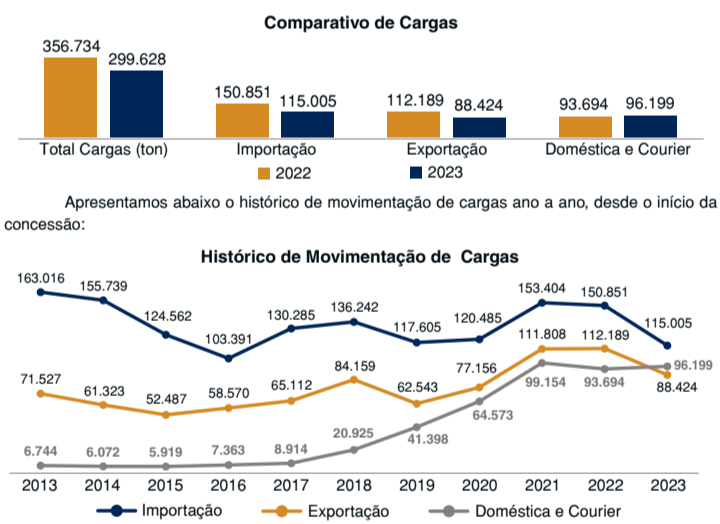
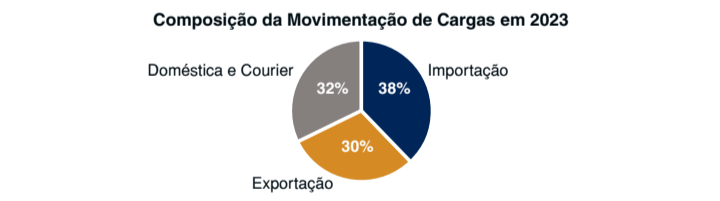
Abaixo, a evolução anual dos passageiros domésticos e internacionais:

Adicionalmente, em janeiro de 2023, estabelecemos um novo recorde no volume de passageiros movimentados em um único mês: 1.151 mil, superando o recorde anterior de dez/22 em 6,18%.

Movimentos de aeronaves

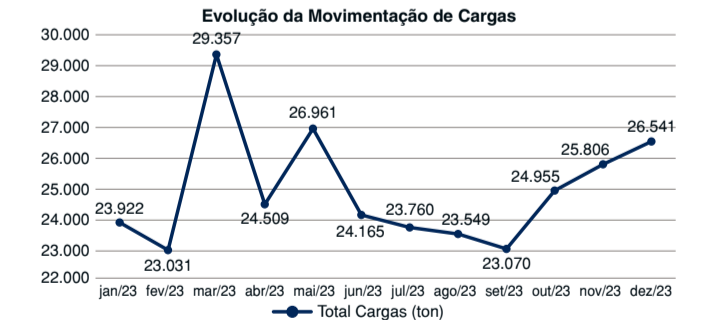
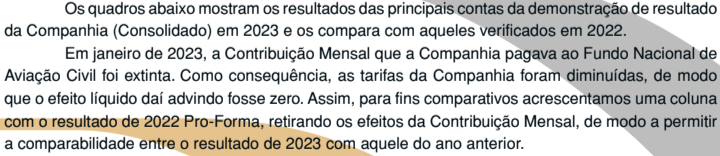
No exercício de 2023, Viracopos registrou 125.857 movimentos de pousos e decolagens de aeronaves (*Aircraft Total Movement* – ATM), registrando um decréscimo de -1,94%, quando comparado aos 128.341 ATMs de 2022.

Cargas

Em 2023, o volume de cargas processadas no Terminal de Cargas de Viracopos foi de 299.628 toneladas, frente às 356.734 toneladas processadas em 2022 (-16,01%).

Na importação, a queda foi de 23,76%, com 115.005 toneladas movimentadas contra 150.851 de 2022. Foram exportadas 88.424 toneladas em 2023, contra um volume de 112.189 toneladas em 2022 (-21,18%).

As cargas Courier e Doméstica, por sua vez, tiveram um aumento de +2,67%, com 96.199 toneladas ante as 93.694 toneladas de 2022.

Apresentamos abaixo o histórico de movimentação de cargas ano a ano, desde o início da concessão:

Pela primeira vez desde o início da concessão, o volume de cargas domésticas e courier (96.199 ton.) ultrapassou o de cargas exportadas (88.424 ton.), representando 32% do total de cargas movimentadas no ano de 2023, só perdendo para as cargas importadas, que responderam por 38% do total.

Composição da Movimentação de Cargas em 2023

Doméstica e Courier 32%
Importação 38%
Exportação 30%

Como pode ser visto abaixo, o volume mensal de cargas processadas teve um pico em março e foi caindo de maio a setembro, quando voltou a subir, tendo encerrado o ano com a 3ª melhor marca.

Desempenho Econômico e Financeiro

Os quadros abaixo mostram os resultados das principais contas da demonstração de resultado da Companhia (Consolidado) em 2023 e os compara com aqueles verificados em 2022.

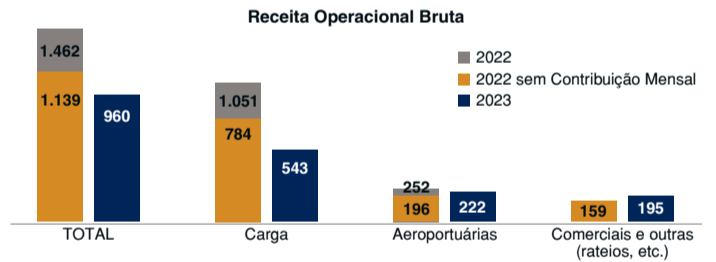
Em janeiro de 2023, a Contribuição Mensal que a Companhia pagava ao Fundo Nacional de Aviação Civil foi extinta. Como consequência, as tarifas da Companhia foram diminuídas, de modo que o efeito líquido daí advindo fosse zero. Assim, para fins comparativos acrescentamos uma coluna com o resultado de 2022 Pro-Forma, retirando os efeitos da Contribuição Mensal, de modo a permitir a comparabilidade entre o resultado de 2023 com aquele do ano anterior.

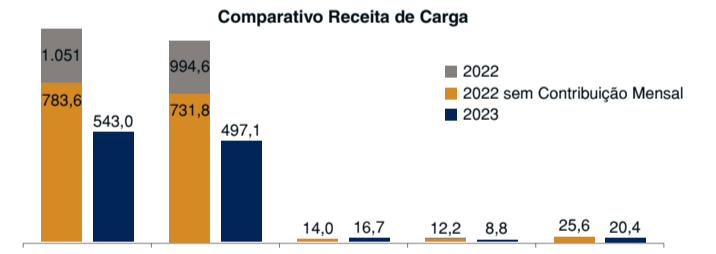
Principais indicadores (R$ milhões)		2022	2022 Pro-Forma (Sem Cont. Mensal)	2023	Var. % sobre 2022	Var. % sobre 2022 Pro-Forma
Receita Operacional Bruta de Serviços	(+)	1.461,20	1.138,80	960,01	-34,30%	-15,70%
Receita de Construção – OCPC 05	(+)	55,14	55,14	60,01	8,84%	8,84%
Outras Receitas	(+)	0,29	0,29	1,27	343,76%	343,76%
Receita Operacional Bruta Total	**(=)**	**1.516,62**	**1.194,23**	**1.021,30**	**-32,66%**	**-14,48%**
Deduções (ISS/PIS/COFINS)	(-)	(195,97)	(150,03)	(125,05)	-36,19%	-16,65%
Custos e Despesas Operacionais (*)	(-)	(274,35)	(274,35)	(301,78)	10,00%	10,00%
Custos de Construção – OCPC 05	(-)	(55,14)	(55,14)	(60,01)	8,84%	8,84%
Resultado Operacional	**(=)**	**991,17**	**714,71**	**534,45**	**-46,08%**	**-25,22%**
Contribuição Mensal	(-)	(276,46)	0,00	(1,48)	-99,46%	N/A
Outorga Variável	(-)	(57,36)	(57,36)	(47,61)	-16,99%	-16,99%
Depreciação e Amortização	(-)	(169,67)	(169,67)	(247,94)	46,13%	46,13%
Provisão para *impairment*	(-)/(+)	191,57	191,57	0,00	-100,00%	-100,00%
Resultado Financeiro	(-)	(634,05)	(634,05)	(429,54)	-32,26%	-32,26%
Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos	(+)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	**(=)**	**45,20**	**45,20**	**(192,11)**	**-525,04%**	**-525,04%**

(*) Líquidos de créditos PIS/COFINS sobre insumos.

Receitas

As receitas operacionais do exercício alcançaram R$ 960 milhões, representando uma redução de 15,72% sobre o valor de 2022 sem Contribuição Mensal. Quando comparado com o valor efetivo de 2022, a variação foi de -34,34%.

O maior contribuidor para a receita de 2023 foram as receitas de carga, que representaram 56,56% do total, seguida das receitas aeroportuárias (23,15%) e das receitas comerciais (20,29%).

Receita de Cargas

A receita com operações de cargas experimentou uma redução de 30,70% frente à receita de 2022, quando desconsiderados os efeitos da Contribuição Mensal.

A receita de importação representou mais de 91% do total das receitas de cargas, sendo seguida pela receita de cargas courier e serviços de carga (6,83%) e, então, pela receita de exportação de cargas (1,61%).

Receitas Aeroportuárias e Comerciais

As receitas aeroportuárias superaram aquelas de 2022 (sem CM) em 13,14%, tendo se mantido em patamares superiores aos do ano passado até agosto.

Já as receitas comerciais tiveram um desempenho superior aos valores de 2022 sem CM durante todo o ano, resultando em um incremento anual de 22,69%.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totais atingiram em 2023 o valor de R$ 658,82 milhões, apresentando um aumento de 18,38% frente aos R$ 556,51 milhões registrados no ano anterior, quando desconsiderados os efeitos da Contribuição Mensal.

continua ...

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ nº 14.522.178/0001-07

Demonstrações Financeiras 2023

Custos (R$ milhões)	2022	2022 Pro-Forma (Sem Cont. Mensal)	2023	% do Total de 2023	2023/2022	2023/2022 Pro-Forma
Contribuição Mensal (Fnac)	276,46	–	1,48	0,25%	N/A	N/A
Depreciação e amortização	169,36	169,36	247,64	41,69%	46,22%	46,22%
Pessoal	107,95	107,95	113,78	19,16%	5,40%	5,40%
Serviços de Terceiros	71,33	71,33	83,53	14,06%	17,10%	17,10%
Outorga Variável	57,36	57,36	47,61	8,02%	-16,99%	-16,99%
Custos de Construção – OCPC 05	55,14	55,14	60,01	10,10%	8,84%	8,84%
Utilidades e serviços públicos	14,82	14,82	15,22	2,56%	2,75%	2,75%
Materiais de uso e consumo	14,60	14,60	14,15	2,38%	-3,05%	-3,05%
Seguros e garantias	8,19	8,19	8,01	1,35%	-2,23%	-2,23%
Outros	2,26	2,26	2,53	0,43%	11,90%	11,90%
Total de Custos	**777,46**	**501,01**	**593,97**	**100,00%**	**-23,60%**	**18,56%**

Despesas (R$ milhões)	2022	2022 Pro-Forma (Sem Cont. Mensal)	2023	% do Total de 2023	2023/2022	2023/2022 Pro-Forma
Gastos com pessoal e encargos sociais	29,35	29,35	29,82	45,98%	1,58%	1,58%
Despesas gerais e representações	11,81	11,81	15,90	24,52%	34,63%	34,63%
Serviços contratados e locações	8,86	8,86	10,03	15,46%	13,21%	13,21%
Utilidades e serviços públicos	2,21	2,21	1,88	2,90%	-14,88%	-14,88%
Honorários de conselheiros	1,71	1,71	1,65	2,54%	-3,42%	-3,42%
Depreciação e amortização	0,31	0,31	0,30	0,46%	-3,04%	-3,04%
Outros	0,22	0,22	0,51	0,79%	132,38%	132,38%
Materiais de uso e consumo	0,57	0,57	0,26	0,40%	-53,69%	-53,69%
Tributos e contribuições	3,54	3,54	(0,12)	-0,19%	-103,50%	-103,50%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa-PCLD	(0,08)	(0,08)	6,22	9,59%	-8261,29%	-8261,29%
Provisões (reversões) para contingências	(2,99)	(2,99)	(1,60)	-2,46%	-46,61%	-46,61%
Total das Despesas	**55,51**	**55,51**	**64,85**	**100,00%**	**16,83%**	**16,83%**
Total de Custos e Despesas	**832,97**	**556,51**	**658,82**		**-20,91%**	**18,38%**

Ambiental, Social e Governança Corporativa (ESG)

Dentro das ações de sustentabilidade ambiental, realizamos a substituição de 307 luminárias convencionais por refletores com tecnologia LED no pátio de aeronaves e nas balizas da pista de pousos e decolagens. Com isso, o aeroporto vai deixar de emitir 44,4 toneladas de CO2 e deve reduzir em até 50% os custos anuais com energia elétrica nestes setores. Trata-se de uma ação que tem o potencial de simultaneamente elevar os níveis de performance luminosa, segurança do trabalho, segurança da aviação civil, preservação ambiental e redução de custos operacionais.

Promovemos um desafio sustentável entre as gerências da Companhia durante a 11ª Semana do Meio Ambiente e recolhemos 285 kg de tampinhas de plástico, que foram entregues à ONG Quem Ama Protege, em Campinas. O valor da venda das tampinhas será revertido em verba para a ONG, que atende animais abandonados.

Também mantivemos parceria com a Associação Laticão e a Prefeitura Municipal de Campinas, para auxílio e tratamento de animais domésticos resgatados pela nossa Equipe de Manejo de Fauna. Em 2023, foram resgatados 2 animais feridos, os quais receberam atendimento do SAMU Animal, da Prefeitura de Campinas. Também resgatamos 21 animais saudáveis, sendo que 7 destes foram adotados na campanha "Adote um Amigo", feita pela Companhia junto à toda comunidade aeroportuária, e submetidos a tratamento (primeiras vacinações, castração e microchipagem) oferecido pela Prefeitura de Municipal de Campinas. Os outros 14 foram encaminhados para a Associação Laticão, onde receberam alimentação, assistência veterinária, reabiliatação, vacinação e castração.

Na frente social, a Companhia assinou, no dia 10 de julho, o termo de adesão ao projeto mundial "*Hidden Disabilities Sunflower Awareness*", uma iniciativa colaborativa global que visa familiarizar as pessoas com as deficiências invisíveis e proporcionar uma jornada mais inclusiva aos passageiros que possuem algum tipo de deficiência oculta, como autismo, depressão, Alzheimer e TOC, entre outras. Uma das várias iniciativas para fazer com que o público em geral possa ter conhecimento dessas doenças e seja capaz de identificá-las, foi a criação de um cordão de crachá (*lanyard*) com desenhos de girassóis, que se tornou o símbolo desta causa.

A ABV também reforçou sua parceria com o Ministério Público do Trabalho para desenvolver programas e campanhas de enfrentamento da exploração sexual e o tráfico de pessoas, em conjunto com a *Childhood Brasil*, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD e demais parceiros, tendo sido reconhecida, pela terceira vez, pelas boas práticas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes durante o 17º Encontro Anual Na Mão Certa, realizado no Teatro SESI (FIESP), em São Paulo.

Desde 2020, quando aderiu ao Pacto Empresarial, a ABV vem promovendo ações para garantir que os assuntos relacionados ao abuso e à exploração sexual sejam pauta, oferecendo informação, soluções e estratégias para os diferentes setores da sociedade.

Em 28/07/23, a Companhia, em parceria com a Azul Linhas Aéreas, a ASBRAD e a *Childhood Brasil* promoveram uma série de ações de conscientização no Terminal de Passageiros para marcar o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 30/07. Ao longo do dia, foram realizadas diversas ações, tais como a divulgação de campanha de alerta nos painéis digitais do aeroporto, a ativação de comunicação em pontos estratégicos do embarque internacional, a veiculação de mensagens sonoras no saguão, além de publicações nas redes sociais e a entrega de presentes na aeronave da Azul (VCP-LIS–voo 8750), com mensagens dos tripulantes aos passageiros sobre o tema. A campanha, que levou o nome "Embarque Coração Azul", consistiu em conscientizar passageiros e colaboradores da comunidade aeroportuária sobre a existência, os riscos, os indícios e as formas de denunciar este tipo de crime.

Em homenagem ao "Maio Amarelo", um movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito, que completou 10 anos em 2023, a Aeroportos Brasil Viracopos, em parceria com a EMDEC, realizou no dia 26/05 um Workshop de "Melhores práticas de pilotagem preventiva e segurança no trânsito" para motociclistas, que foi ministrado pelo instrutor de pilotagem de motos e piloto profissional, Gustavo Ceccarelli. Esse curso intensivo teórico e prático foi feito com o objetivo de conscientizar a todos sobre a importância de preservar vidas no trânsito e assim garantir a segurança de todos.

A ABV também foi homenageada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos como empresa "Amiga de Campinas", juntamente com outras companhias, instituições, voluntários e setores do poder público que apoiaram ações solidárias no município com fins sociais, como a Campanha do Agasalho, a do Natal sem Fome e a do SOS Chuvas. Outro reconhecimento veio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, da Prefeitura de Campinas, que premiou a Concessionária, juntamente com outras 34 empresas, com o selo "Empresa Amiga da Primeira Infância", por suas políticas voltadas para famílias com crianças de zero a seis anos de idade.

Realizamos, também, por meio da Gerência de Segurança Operacional (SGSO), a campanha anual "Guardiões de Viracopos", que consiste na realização de atividades e palestras nas escolas do entorno do aeroporto que visam a promover a conscientização sobre os perigos de descartar lixo irregularmente, já que atrai aves, apontar *laser* para as aeronaves, empinar pipa, operar drones e soltar balões próximo aos aeroportos.

Realizamos, ainda, no dia 09 de julho, a 5ª edição da "VCP Run", que contou com trajetos de 5 km (caminhada e corrida) e 8 km (corrida), em um evento que recebeu aproximadamente 1,5 mil participantes e promoveu a integração da sociedade com o aeroporto.

Na área de governança e *compliance*, a Companhia manteve em funcionamento o Comitê de *Compliance*, Comitê de Ética e Sustentabilidade, Comitê de Gestão de Risco e de Segurança, bem como o Canal Confidencial de Ética e Denúncias. O funcionamento destes Comitês se soma à existência de um Manual de Governança Corporativa, que descreve os principais conceitos, princípios e procedimentos adotados pela concessionária para a identificação e avaliação de riscos incorridos nas atividades cotidianas, as atividades de controle necessárias, o monitoramento dos procedimentos e as práticas de informação e comunicação que a Companhia deve adotar relacionadas às boas práticas de Governança Corporativa. Adicionalmente a isto, temos o Código de Ética Empresarial, Código de Conduta para Colaboradores e Fornecedores, Procedimento de Compras de Bens, Materiais e Serviços e Protocolo de Práticas de Governança para Transações com Partes Relacionadas.

A Companhia conta, ainda, com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal permanentes, além de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes. Adicionalmente, conta também com uma assessoria de Auditoria Interna, que atua de forma independente na análise de processos administrativos e operacionais, buscando oportunidades de melhoria e mitigação de riscos de negócios.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido e principalmente à nossa equipe de colaboradores pela dedicação e empenho. Todos, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Aeroportos Brasil Viracopos no ano de 2023.

Campinas, 22 de março de 2024.
Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	141.345	118.875	141.345	118.875
Aplicações financeiras vinculadas	5	52.046	65.417	52.046	65.417
Contas a receber de clientes	6	55.753	97.046	55.753	97.046
Estoques		10.720	9.345	10.709	9.334
Impostos a recuperar	9	9.742	17.406	9.539	17.203
Despesas antecipadas		5.321	3.458	5.321	3.458
Adiantamento a fornecedores		8.186	6.252	8.186	6.252
Outros ativos circulantes		1.471	2.549	1.454	2.532
Total do ativo circulante		**284.584**	**320.348**	**284.353**	**320.117**
Ativo não circulante					
Depósitos e cauções		–	1.906	–	1.906
Depósitos judiciais		45.877	35.402	45.877	35.402
Impostos a recuperar	9	30.911	27.310	30.911	27.310
Partes relacionadas	7	17.813	17.793	22.185	22.054
Imobilizado		82	451	62	427
Intangível	11	5.780.497	5.947.410	5.780.497	5.947.410
Total do ativo não circulante		**5.875.180**	**6.030.272**	**5.879.532**	**6.034.509**
Total do ativo		**6.159.764**	**6.350.620**	**6.163.885**	**6.354.626**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	146.118	165.964	146.118	165.964
Salários e encargos		18.550	23.834	18.540	23.824
Fornecedores		37.447	20.224	37.369	20.146
Impostos a recolher	14	63.620	75.437	63.615	75.414
Outorga a pagar	15 e 16	2.436.766	1.921.965	2.434.340	1.919.815
Taxas aeroportuárias	17	171.770	188.245	171.770	188.245
Receitas diferidas	18	6.667	6.667	6.667	6.667
Outros passivos		26.277	27.022	26.275	27.112
Total do passivo circulante		**2.907.215**	**2.429.358**	**2.904.694**	**2.427.187**
Empréstimos e financiamentos	12	1.513.893	1.742.012	1.513.893	1.742.012
Outorga a pagar	15 e 16	2.590.237	2.826.225	2.590.237	2.826.225
Impostos a recolher	14	14.538	19.142	14.538	19.142
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	16.140	17.736	16.140	17.736
Partes relacionadas	7	19.099	19.152	24.484	24.537
Provisão para perdas com investimentos	10	–	–	1.257	792
Receitas diferidas		40.463	47.130	40.463	47.130
Outros passivos		5.766	5.339	5.766	5.339
Total do passivo não circulante		**4.200.136**	**4.676.736**	**4.206.778**	**4.682.913**
Patrimônio líquido	20				
Capital social		1.586.500	1.586.500	1.586.500	1.586.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		400	400	400	400
Prejuízos acumulados		(2.534.487)	(2.342.374)	(2.534.487)	(2.342.374)
Patrimônio líquido		**(947.587)**	**(755.474)**	**(947.587)**	**(755.474)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.159.764**	**6.350.620**	**6.163.885**	**6.354.626**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Receita operacional líquida	21	894.970	1.320.369	894.970	1.320.369
Custo dos serviços prestados	22	(593.972)	(777.464)	(593.962)	(777.432)
Lucro bruto		**300.998**	**542.905**	**301.008**	**542.937**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(59.969)	(58.675)	(59.969)	(58.686)
Resultado de equivalência patrimonial	10	–	–	(373)	(325)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(3.607)	195.022	(3.607)	195.022
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**237.422**	**679.252**	**237.059**	**678.948**
Receitas financeiras		35.155	41.611	35.155	41.611
Despesas financeiras		(464.690)	(675.664)	(464.327)	(675.360)
Resultado financeiro	25	**(429.535)**	**(634.053)**	**(429.172)**	**(633.749)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(192.113)**	**45.199**	**(192.113)**	**45.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(192.113)	45.199	(192.113)	45.199
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(192.113)**	**45.199**	**(192.113)**	**45.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social – Subscrito	Capital social – A integralizar	Capital social – Integralizado	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.728.500**	**(142.000)**	**1.586.500**	**400**	**(2.387.573)**	**(800.673)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	45.199	45.199
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.728.500**	**(142.000)**	**1.586.500**	**400**	**(2.342.374)**	**(755.474)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(192.113)	(192.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.728.500**	**(142.000)**	**1.586.500**	**400**	**(2.534.487)**	**(947.587)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(192.113)	45.199	(192.113)	45.199
Ajuste para reconciliar o resultado ao caixa utilizado nas atividades operacionais					
Depreciações e amortizações	22 e 23	248.361	169.359	248.357	169.356
Atualização monetária, multas e juros da outorga a pagar	25	225.101	191.950	224.825	191.950
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	25	–	135.914	–	135.914
Resultado de equivalência patrimonial	10	–	–	373	325
Receita diferida	18	(6.667)	(5.000)	(6.667)	(5.000)
Provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6	6.209	(77)	6.209	(77)
Provisão para contingências	24	(1.596)	(2.991)	(1.596)	(2.980)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	11	–	(191.565)	–	(191.565)
Provisão de perda de outras contas a receber		4.000	–	4.000	–
Resultado na baixa de imobilizado e intangível		3.924	845	3.924	845
Juros provisionados	12	214.257	287.301	214.257	287.301
		501.476	**630.935**	**501.569**	**631.268**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Contas a receber de clientes	6	35.084	(28.730)	35.084	(28.730)
Estoques		(1.375)	(1.931)	(1.375)	(1.931)
Impostos a recuperar	9	4.063	(9.079)	4.063	(9.079)
Despesas antecipadas		(1.863)	494	(1.863)	494
Depósitos judiciais e cauções	19	(12.118)	(14.822)	(12.118)	(14.822)
Adiantamento a fornecedores		(1.934)	(1.127)	(1.934)	(1.127)
Outros ativos circulantes		626	(306)	626	(306)
Fornecedores		17.223	(1.367)	17.223	(1.367)
Salários e encargos		(5.284)	4.880	(5.284)	4.880
Impostos a recolher	14	(16.421)	(21.654)	(16.403)	(21.654)
Partes relacionadas	7	(73)	(614)	(184)	(712)
Taxas aeroportuárias	17	(7.953)	19.658	(7.953)	19.658
Outorga a pagar	15	47.612	97.954	47.612	97.719
Outros passivos		(318)	12.878	(318)	12.878
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(167.779)	(205.307)	(167.779)	(205.307)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**390.966**	**481.862**	**390.966**	**481.862**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras vinculadas	5	13.371	2.049	13.371	2.049
Aquisição de bens do imobilizado		(8)	(336)	(8)	(336)
Aquisição de intangível	11	(87.416)	(69.339)	(87.416)	(69.339)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(74.053)**	**(67.626)**	**(74.053)**	**(67.626)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos amortizados	12	(294.443)	(395.639)	(294.443)	(395.639)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(294.443)**	**(395.639)**	**(294.443)**	**(395.639)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**22.470**	**18.597**	**22.470**	**18.597**
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		118.875	100.278	118.875	100.278
No fim do exercício		141.345	118.875	141.345	118.875
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**22.470**	**18.597**	**22.470**	**18.597**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Receita de serviços prestados		958.821	1.461.483	958.821	1.461.483
Receita de construção – OCPC 05	21	60.012	55.139	60.012	55.139
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	24	(6.209)	77	(6.209)	77
Receitas		**1.012.624**	**1.516.699**	**1.012.624**	**1.516.699**
Custos dos serviços prestados		(167.911)	(441.452)	(167.909)	(441.452)
Custos de construção – OCPC 05	22	(60.012)	(55.139)	(60.012)	(55.139)
Materiais, energia, serviços de terceiros		(27.313)	(14.020)	(27.313)	(14.020)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	24	–	191.565	–	191.565
Outros		1.086	(8.262)	1.086	(8.250)
Insumos adquiridos de terceiros		**(254.150)**	**(327.308)**	**(254.148)**	**(327.296)**
Valor adicionado bruto		**758.474**	**1.189.391**	**758.476**	**1.189.403**
Retenções					
Depreciação e amortização	22 e 23	(248.361)	(169.359)	(248.357)	(169.356)
Valor adicionado líquido produzido		**510.113**	**1.020.032**	**510.119**	**1.020.047**
Resultado de equivalência patrimonial	10	–	–	(373)	(325)
Receitas financeiras	25	35.155	41.611	35.155	41.611
Valor adicionado recebido em transferência		**35.155**	**41.611**	**34.782**	**41.286**
Valor adicional total a distribuir		**545.268**	**1.061.643**	**544.901**	**1.061.333**
Distribuição do valor adicionado		**545.268**	**1.061.643**	**544.901**	**1.061.333**
Pessoal					
Remuneração direta		86.099	83.383	86.099	83.383
Benefícios		42.425	38.434	42.425	38.434
FGTS		5.352	4.760	5.352	4.760
		133.876	**126.577**	**133.876**	**126.577**
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		99.090	148.865	99.090	148.859
Estaduais		34	31	34	31
Municipais		38.593	65.307	38.590	65.307
		137.717	**214.203**	**137.714**	**214.197**
Remuneração de capital de terceiros					
Despesas financeiras	25	464.691	675.664	464.328	675.360
Aluguéis		1.096	–	1.096	–
		465.787	675.664	465.424	675.360
Remuneração de capitais próprios – Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(192.113)**	**45.199**	**(192.113)**	**45.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Informações sobre a Companhia

A Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de nº 002/2011 ("Leilão") e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as seguintes atividades: **i)** A prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo; **ii)** A constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas; **iii)** A importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; e **iv)** O exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a Anac o contrato de concessão para a operação, manutenção e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas pelo prazo de 30 anos, contados da data de eficácia – 11 de julho de 2012. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Santos Dumont Km 66, S/N, Prédio Administrativo, Parque Viracopos, no município de Campinas, no Estado de São Paulo-SP. A Companhia tem os seguintes acionistas: **(i)** Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; **(ii)** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero ("Infraero"), que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada pelo Edital de Leilão. Em contraprestação ao direito de exploração do aeroporto, a Companhia deverá pagar à União Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da Concessão. A contribuição fixa ofertada foi de R$ 3.821.000, a ser paga em parcelas anuais de R$ 127.367, reajustadas pela variação do IPCA-IBGE. Além da contribuição fixa, a contraprestação pela concessão compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente. Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no contrato de concessão. A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Com o advento da Lei no 13.448/17, passou a ser possível também a extinção amigável do contrato de concessão, por meio de processo de relicitação. Os investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o novo terminal com capacidade para 25 milhões de passageiros (Terminal 1), pontes de embarque para 28 aeronaves, e edifício garagem (EDG) com capacidade para 4.000 veículos e obras viárias de acesso. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio III do contrato de concessão quando a Companhia passou a operar o aeroporto com acompanhamento da Infraero, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto. Em 14 de fevereiro de 2013, a Companhia passou a operar o aeroporto assumindo toda responsabilidade pelas operações aeroportuárias. Em 23 de abril de 2016, todos os voos de passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos passaram a ser processados no Novo Terminal de Passageiros (NTPS). A partir de 1º de dezembro de 2023, a Companhia passou a explorar diretamente o Centro Empresarial Viracopos ("CEV"), que é compreendido por um prédio comercial de aproximadamente 300 salas e 6.100 m locáveis, o qual até referida data, tinha o seu direito de exploração concessionado para um terceiro. O contrato de exploração do CEV havia sido firmado pela Infraero, antes da Companhia assinar o Contrato de Concessão e, neste formato, a Companhia recebia uma remuneração variável em função da exploração da área feita pelo terceiro. Ao final da vigência do contrato de exploração do CEV, a Companhia decidiu por não o renová-lo e absorver em suas operações a administração do Centro Empresarial Viracopos. **Recuperação judicial e relicitação:** Em 7 de maio de 2018, a Companhia pediu Recuperação Judicial ("RJ"), tendo o Plano de Recuperação Judicial sido aprovado em Assembleia Geral de Credores em 14 de fevereiro de 2020 e homologado judicialmente em 18 de fevereiro de 2020. No Plano de Recuperação Judicial ("Plano de RJ"), a Companhia se obrigou a protocolar, perante a Anac, no prazo de até 15 dias úteis contados da data de homologação judicial do PRJ, o requerimento de relicitação, nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei no 13.448/17 e do artigo 3º do Decreto no 9.957/19. Foi também reconhecido no Plano de RJ que a dívida financeira não se sujeitaria ao regime da recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05, por estar garantida pela alienação fiduciária dos recebíveis emergentes da concessão. Em 19 de março de 2020, a Companhia, então, requereu à Anac a relicitação da concessão do Aeroporto de Viracopos e, após o trâmite necessário, a concessão foi qualificada para fins de relicitação, através do Decreto no 10.427/20, de 16 de julho de 2020. Com a qualificação, ficaram sobrestadas as medidas destinadas a dar seguimento ao processo de caducidade até então em curso, conforme previsto no art. 14, § 3º, da Lei 13.448/17. Em 15 de outubro de 2020, a ABV assinou, com ressalvas, o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que prevê a relicitação do empreendimento. A eficácia deste Termo Aditivo, contudo, estava condicionada à comprovação de inexistência de Recuperação Judicial no prazo de até 60 dias, contados da data de sua assinatura. Em 4 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou o 1º Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial ("Aditivo ao PRJ"), por meio do qual foi alterada a condição de pagamento de um único credor, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), prevendo o pagamento imediato de uma fração do crédito, no montante de R$ 18.500, o pagamento de juros mensais sobre o saldo devedor à taxa de 6% a.a. e o pagamento do saldo devedor, de R$ 65.529, até 31 de outubro de 2023. A Finep concordou expressamente e por escrito com o referido Aditivo ao PRJ. A TPI, na qualidade de garantidora do acionista privado e principal pagadora do crédito, realizou o pagamento dos R$ 18.500, sub-rogando-se no direito da Finep. O Acionista Privado fará o pagamento deste valor nas condições de pagamento previstas no PRJ para os créditos detidos por Partes Relacionadas. Paralelamente, também em 4 de dezembro de 2020, a Companhia quitou todas as demais obrigações assumidas no PRJ, com vencimento no interregno do prazo de 2 (dois) anos de supervisão judicial, previsto pelo art. 61, caput, da Lei 11.101/05 e requereu o encerramento de sua recuperação judicial, o que foi deferido em 10 de dezembro de 2020. Ficaram pendentes de pagamento somente parte do crédito detido pela Finep (R$ 65.529), os créditos detidos por Partes Relacionadas (R$ 11.100) e o crédito detido pela ANAC, que, na RJ, correspondeu à soma das outorgas vencidas e não pagas e das outorgas vincendas (até 2042, ano em que a concessão se encerraria originalmente), resultando em um valor de aproximadamente R$ 5.05 bilhões, sendo que, deste valor, só serão devidas e pagas as outorgas relativas ao período em que a Companhia explorar o Aeroporto. Tal valor também não considera os efeitos financeiros dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro a favor da Companhia, que, acaso acatados, diminuirão significativamente este valor. Os créditos quirografários decorrentes do Contrato de Concessão, isto é, aqueles detidos pela Anac, serão pagos no âmbito da relicitação, mediante dedução do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Concessionária tem direito, conforme explicado mais detalhadamente a seguir. O valor da indenização líquida dos valores a que a Anac tem direito será, então, utilizado para o pagamento da dívida financeira (não sujeita a RJ), sendo entregue pelo novo concessionário diretamente aos credores financeiros, na forma autorizada pelo art. 15, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 13.448/17. Os créditos quirografários detidos por partes relacionadas serão pagos ao final e ficam condicionados ao resultado favorável no âmbito da arbitragem que discutirá o valor da indenização. Ato seguinte, e para cumprimento do disposto no artigo 8o, XIV, do Decreto 9.957/2019, a Concessionária comprovou para a Anac o levantamento de sua RJ, de maneira que o Termo Aditivo teve sua eficácia iniciada em 11 de dezembro de 2020. Com base nos estudos técnicos que subsidiaram a modelagem da concessão, bem como nas diretrizes apresentadas pelo Governo Federal, a área técnica da Anac elaborou as minutas contratuais e os documentos jurídicos a elas relacionadas, submetendo-os, em 20 de agosto de 2021, a posterior avaliação da última instância administrativa da Agência. Em 24 de agosto de 2021, a Diretoria Executiva da ANAC deliberou pela aprovação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA); das minutas de Edital de Licitação; do Contrato de Concessão e respectivos Anexos. Determinou-se, ainda, instauração de audiência pública sobre o tema, cujo prazo para envio de contribuições escritas à Consulta Pública se encerrou no dia 11 de outubro de 2021. As contribuições foram consolidadas e enviadas para as áreas técnicas apresentarem resposta. Em 8 de março de 2022, a Anac aprovou as minutas do Edital e do Contrato de Concessão para a relicitação do Aeroporto de Viracopos. Os documentos foram submetidos à avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) e estão aguardando o seu posicionamento. Apenas após essa definição pelo TCU o Edital de (Re) Licitação poderá ser formalmente divulgado e uma data será estabelecida para a realização do leilão. Em 14 de junho de 2022, por decisão fundamentada do Conselho do Programa de Parceria de Investimentos, consubstanciada na resolução nº 232, o processo de relicitação de Viracopos teve seu prazo para finalização prorrogado por mais 24 meses, passando a terminar em 16 de julho de 2024. **Repactuação do Contrato de Concessão:** Em 12 de maio de 2023, os ministérios de Portos e Aeroportos (MPA) e do Transporte formularam consulta ao TCU acerca da interpretação dos artigos 14, § 2º inciso III e 15, inciso I, ambos da Lei nº 13.448/2017 (Lei da Relicitação), notadamente quanto à possibilidade de o Poder Público voltar atrás em procedimento de Relicitação já iniciado ante as previsões de irretratabilidade e irrevogabilidade da Relicitação. Em 2 de agosto de 2023, após amplo debate, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou o entendimento de que o caráter irrevogável e irretratável da Relicitação se restringe ao parceiro privado (concessionário). A disposição legal, contudo, não se aplica ao Poder Concedente, que, de maneira justificada, poderia desistir do procedimento de Relicitação e repactuar/flexibilizar os termos outrora contratados com o parceiro privado. Segundo o TCU, a repactuação deve respeitar algumas balizas, dentre elas, a manutenção da natureza do objeto da concessão, o seu equilíbrio econômico-financeiro e a conservação dos princípios norteadores da matriz de riscos. Adicionalmente, o plenário do TCU enfatizou a consensualidade da repactuação, que exige do parceiro privado a concordância com a sua permanência na operação do ativo e com os termos em que ela se dará. Em 29 de setembro de 2023, ABV e ANAC apresentaram manifestação ao Ministério de Portos e Aeroportos, na qual informaram estar em tratativas para acordar a permanência da Concessionária na administração do ativo. Em 14 de dezembro de 2023, o Ilmo. Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos apresentou Solicitação de Solução Consensual ao TCU, iniciando, assim, um processo específico e que contará com a mediação das

continua …

VIRACOPOS
Aeroportos Brasil

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ nº 14.522.178/0001-07

Demonstrações Financeiras 2023

esferas técnicas do tribunal de contas para auxiliar na construção de um acordo que restabeleça o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atenda a todas as partes. Conforme informado na Nota Explicativa nº 28, em 08 de março, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União admitiu a solicitação de solução consensual formulada pelo Ministério de Portos e Aeroportos para a reestruturação do contrato de concessão da Companhia. O processo foi, então, encaminhado ao ministro do TCU Vital do Rêgo, para a ratificação da admissibilidade da solicitação. O prosseguimento do processo de repactuação aguarda decisão de admissibilidade do presidente do TCU. Em nada obstante, as operações do aeroporto seguem dentro da normalidade, com o pagamento dos funcionários, fornecedores e financiadores em dia. A Companhia continuará prestando os serviços de acordo com os níveis de qualidade e excelência que posicionaram Viracopos como o Melhor Aeroporto de Passageiros do Brasil (eleito por treze vezes) e o Melhor Aeroporto de Cargas do Mundo na categoria até 400 mil toneladas/ano. **Código de ética empresarial:** A Aeroportos Brasil Viracopos S.A. possui um código de conduta ética empresarial, tendo como objetivo a formalização das diretrizes éticas a serem observadas na empresa. Essas diretrizes têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo, com a finalidade de minimizar os conflitos éticos, ação ou omissão que possam ir contra os objetivos empresariais e comportamentais, reforçando desta forma a conduta ética estabelecida. **Aprovação e autorização para emissão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A emissão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidada foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2024.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperadas assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados. **2.1. Consolidação: a) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2023: **i) Controlada:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **ii) Companhia consolidada:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada (sem operação), nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

	Controle direto do capital social %	
Controladas diretas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Viracopos Estacionamento S/A	100,00%	100,00%

b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3 Políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Aplicações financeiras vinculadas:** Aplicações financeiras vinculadas, são certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios de equivalentes de caixa e são/serão utilizados para a liquidação de empréstimos. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **3.3. Estoques:** São registrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, ajustados ao valor de mercado quando este for inferior ao custo. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia. **3.5. Imobilizado:** Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários. As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (revertidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo. O critério definido para a amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto se baseia na curva de movimentação de passageiros e cargas (*workload unit – WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão, seguindo a previsão contida no OCPC 05 – item 42, segundo o qual o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão, de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, caso a estimativa da curva de amortização daí advinda ofereça razoável confiabilidade. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se for provável que os benefícios econômicos associados a esses itens fluirão para a Companhia em períodos futuros e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo. **Contratos de concessão – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01(R1)):** Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma: **a)** O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e **b)** O Poder Concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01(R1). A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01(R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos ou a sua titularidade. É prevista apenas a cessão do direito de uso (posse) desses bens para a prestação de serviços públicos, em nome do Poder Concedente e nas condições previstas no contrato de concessão, sendo que os bens serão revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos do Contrato de Concessão e dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O Contrato de Concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01(R1) não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto. A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada anualmente durante o mês de julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida. A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida de ativo intangível e do resultado. **Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional:** O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota Explicativa nº 16. **Reconhecimento de receita e margem de construção:** Quando a Companhia presta serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Após a finalização das obras, a Administração alterou a margem de construção para zero. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo. **3.7. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. O valor em uso do ativo é estimado a partir do fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual. Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato firme de venda em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.11. Obrigação da concessão:** Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto do presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, sendo que, de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2022, a base de cálculo corresponde à receita bruta deduzido o montante em mais resultante da aplicação da alíquota de 26,417% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, líquida dos cancelamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17. **3.12. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração:** • **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado; • **Ativos financeiros a custo amortizado:** esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado; • **Instrumentos de dívidas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, exceto pelos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e • **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho do resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • A estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **ii) Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. **3.13. Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades do grupo é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: **(i)** identificação do contrato com o cliente; **(ii)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e **(v)** reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **Receitas tarifárias:** São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) destacadas a seguir: **a) Tarifa de embarque e conexão:** São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas. **b) Tarifa de pouso:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves. **c) Tarifa de permanência:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso. **d) Tarifa de armazenagem:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto. **e) Tarifa de capatazia:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto. **Receitas não tarifárias:** A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para locação, serviços de estacionamento e outros) nos termos do contrato, diretamente, por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros. **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações contábeis como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, inicialmente adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem. A partir de junho de 2016, a Administração realizou novo estudo e reduziu tal margem a zero. **3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com: **(i)** juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **(ii)** multa e juros sobre outorgas vencidas e não pagas; **(iii)** atualização/recomposição do saldo de outorgas vincendas; e **(iv)** demais despesas financeiras, como multas e juros fiscais, de pagamentos a fornecedores, IOF, tarifas bancárias, entre outros. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **3.15. Impostos: Imposto de renda e contribuição social – correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada. O imposto de renda e contribuição social correntes são relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição das situações que requerem interpretação da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando necessário. Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **Impostos diferidos:** O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia optou em não contabilizar os tributos diferidos, considerando a atual não perspectiva de realização futura. **Impostos sobre faturamento:** A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga). Os procedimentos normalmente adotados, na prática, para reconhecimento da receita, como, por exemplo, a exigência de que a receita tenha sido ganha, são aplicações dos critérios de reconhecimento definidos nesta Estrutura Conceitual. Tais procedimentos são geralmente direcionados para restringir o reconhecimento como receita àqueles itens que possam ser mensurados com confiabilidade e tenham suficiente grau de certeza. **3.16. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.18. Demonstração do valor adicionado:** Muito embora, pela legislação societária brasileira, seja obrigatória apenas para companhias abertas, a Demonstração de Valor Adicionado – DVA é apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis que a Companhia deve divulgar. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA). **3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a eventos futuros e outras fontes de incerteza utilizadas nas estimativas que possuem o risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são apresentadas a seguir: **Amortização do ativo intangível:** Conforme citado na Nota Explicativa nº 3.6, a amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo do prazo de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit (WLU)*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da *WLU*. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva, que são periodicamente reavaliados pela Administração. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Devido à natureza de longo prazo e à complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das normas jurídicas, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.20. Alteração de normas novas que entraram em vigor em 2023 ou que entrarão em vigor nos próximos exercícios: Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023:** *IAS 1 e IFRS Practice Statement 2* (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis): as alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, tão pouco na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis. *IAS 12* (equivalente ao CPC 32) – Tributos sobre o lucro): as alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** *IAS 28* e *IFRS* 10 (equivalente ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto): não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. *IAS 21* (equivalente ao CPC 02) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis): não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Reforma tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e bancos	8.489	22.049	8.489	22.049
Aplicações em renda fixa	132.856	96.826	132.856	96.826
Total	**141.345**	**118.875**	**141.345**	**118.875**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata, com rendimento médio de 100% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), tanto em 2023, como em 2022.

5 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Aplicações financeiras vinculadas	52.046	65.417	52.046	65.417
Total	**52.046**	**65.417**	**52.046**	**65.417**

As aplicações financeiras vinculadas referem-se às reservas monetárias em formação aplicadas em fundos de investimento de baixo risco de bancos de primeira linha, corrigidas pelo CDI e supervisionadas pelo agente fiduciário, destinados a honrar os compromissos previstos nos contratos de financiamento.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Teca correntista **(a)**	19.495	27.944	19.495	27.944
Embarque e conexão **(b)**	13.424	23.359	13.424	23.359
Pouso e permanência **(c)**	7.312	25.679	7.312	25.679
Locação de espaços **(d)**	28.640	26.973	28.640	26.973
Estacionamentos **(e)**	18	18	–	–
Total	**68.889**	**103.973**	**68.871**	**103.955**
(-) Provisão para perda de crédito esperadas	(13.136)	(6.927)	(13.118)	(6.909)
Total	**55.753**	**97.046**	**55.753**	**97.046**

(a) Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio; **(b)** Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio; **(c)** Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves; **(d)** Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento e CEV; e **(e)** Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
A vencer	**54.753**	**57.486**	**54.753**	**57.486**
Vencidos				
De 01 a 30 dias	831	13.943	831	13.943
De 31 a 60 dias	173	13.281	173	13.281
De 61 a 90 dias	8	7.101	8	7.101
De 91 a 180 dias	12	4.078	12	4.078
De 181 a 360 dias	290	989	290	989
Acima de 360 dias	12.822	7.095	12.804	7.077
Total vencidos	**14.136**	**46.487**	**14.118**	**46.469**
Total geral – A vencer e vencidos	**68.889**	**103.973**	**68.871**	**103.955**

A Companhia reconhece as perdas para risco de crédito de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros, realizando a estimativa das perdas esperadas que possam ocorrer na cobrança dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado. A Companhia utiliza uma matriz de provisão com base no histórico de perdas e na sua avaliação de perdas esperadas. A seguir, apresentamos o percentual aplicado para cada período de recebimento. A Companhia utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão, caso entenda necessário. Esse julgamento é individualizado por devedor, visando verificar a recuperabilidade de cada dívida.

		Vencidos				
	A vencer	**De 01 a 30 dias**	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 90 dias**	**De 91 a 120 dias**	**De 121 a 150 dias**
Aeroportuário	0,01%	0,04%	0,13%	0,50%	0,75%	1,05%
Cargas	0,01%	0,14%	13,10%	25,78%	47,54%	69,29%
Comercial	0,61%	1,68%	15,72%	22,89%	24,85%	26,72%
Outros	0,33%	0,92%	13,94%	29,82%	33,14%	36,46%

	Vencidos			
	De 151 a 180 dias	**De 181 a 270 dias**	**De 271 a 360 dias**	**Acima de 361 dias**
Aeroportuário	2,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cargas	91,12%	92,27%	99,90%	100,00%
Comercial	42,04%	57,37%	78,69%	100,00%
Outros	65,98%	95,50%	100,00%	100,00%

Movimentação na provisão de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo no início do exercício	**(6.927)**	**(7.004)**	**(6.909)**	**(6.986)**
Adição de provisão	(6.942)	(1.506)	(6.942)	(1.506)
Reversão de provisão	733	1.583	733	1.583
Total	**(13.136)**	**(6.927)**	**(13.118)**	**(6.909)**

7 Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos	**Passivo**	**Resultado**	**Ativos**	**Passivo**	**Resultado**
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos **(i)**	8.296	–	(3)	8.293	–	–
Egis Airport Operation **(ii)**	–	1.662	(67)	–	1.729	(234)
Outros						
Infraero **(iii)**	7.666	17.415	(3)	7.649	17.401	149
Triunfo Participações e Investimentos S.A. **(v)**	–	22	–	–	22	–
Aeroportos Brasil S.A. **(vi)**	1.835	–	–	1.835	–	–
UTC Engenharia. **(vii)**	1	–	–	1	–	–
Viracopos Estacionamento S.A. **(iv)**	15	–	–	15		
Total	**17.813**	**19.099**	**(73)**	**17.793**	**19.152**	**(85)**

continua ...

VIRACOPOS
Aeroportos Brasil

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ nº 14.522.178/0001-07

Demonstrações Financeiras 2023

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos **(i)**	8.296	–	(3)	8.293	–	–
Egis Airport Operation **(ii)**	–	1.662	(67)	–	1.729	(234)
Infraero **(iii)**	7.666	17.415	(3)	7.649	17.401	149
Viracopos Estacionamentos S.A. **(iv)**	4.387	5.385	(111)	4.276	5.385	–
Triunfo Participações e Investimentos S.A. **(v)**	–	22	–	–	22	–
Aeroportos Brasil S.A. **(vi)**	1.835	–	–	1.835	–	–
UTC Engenharia **(vii)**	1	–	–	1	–	–
Total	**22.185**	**24.484**	**(184)**	**22.054**	**24.537**	**(85)**

(i) Consórcio Construtor Viracopos: o Consórcio Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A.. A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R$ 69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R$ 2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction (EPC) – "Turn Key-Lump Sum"* – das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do "Aditivo ao Contrato de Construção". Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que, devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros, foi necessário o aditivo no total de R$ 778.601 (em valores na data-base setembro de 2012), sendo R$ 176.427 referente a serviços e fornecimento não previstos quando da assinatura do contrato e R$ 602.174 por modificações de projetos. Encerrada a relação contratual, em julho de 2020, iniciaram-se as condenações e acordos judiciais em reclamações trabalhistas propostas por ex-funcionários do CCV em que a Companhia foi condenada judicialmente, de maneira subsidiária, por ter sido a tomadora dos serviços. A variação no saldo de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023 refere-se, exclusivamente, a estes valores, que, repise-se, a Companhia foi obrigada a pagar por ordem judicial. Além disso, foi efetuada a reclassificação em 31 dezembro de 2022 do montante de R$ 301 referente a recebíveis do CCV classificados equivocadamente em anos anteriores na rubrica de Contas receber de clientes. Estes recebíveis foram constituídos no período de setembro de 2014 a abril de 2017 e referem-se a notas de débitos relacionadas a reembolsos de despesas de consumo de água e esgoto, manutenções/reparos diversos e serviços relacionados à emissão de credenciais aeroportuárias para colaboradores do CCV. **(ii) Egis Airport Operation:** refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ou assistências gerenciais e operacionais, aprovado por deliberação do Conselho de Administração ocorrida em 18 de março de 2014, com base em um orçamento de € 1.841. A variação de saldo observada entre os períodos demonstrados se refere à variação cambial. **(iii) Infraero:** refere-se a valores devidos pela Companhia à Infraero relativos à operação de transição operacional do aeroporto, reembolso de despesas pagas pela Infraero, como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria e suporte e desenvolvimento de TI. Bem como, a valores devidos pela Infraero à Companhia relativos à reembolso de despesas com tributos sobre os faturamentos repassados à Infraero, cessão de uso de áreas (aluguéis), reembolso de despesas de utilidades públicas (água, energia e outros), taxas de administração de cartões, serviços de TI, entre outros. **(iv) Viracopos Estacionamento S.A.:** refere-se à outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. até o primeiro trimestre de 2017, e reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A. além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento. A Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA) é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (ABV), desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não seguia as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV atuando em um nicho específico de serviços, tendo sido criada por força do contrato de concessão. Em abril de 2018, o Banco Citibank, operador financeiro da concessão, passou o valor aplicado da VESA para a ABV para recomposição da conta reserva, assim deixando uma dívida registrada como partes relacionadas. A variação no saldo do contas a receber de 31 de dezembro 2022 para 31 de dezembro de 2023, refere-se a despesas pagas pela Companhia da sua subsidiária. **(v) Triunfo Participações e Investimentos (TPI):** refere-se ao reembolso de despesas a serem pagas pela Companhia. **(vi) Aeroportos Brasil S.A. (ABSA):** o valor refere-se às despesas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela "ABSA". **(vii) UTC Engenharia:** refere-se às despesas trabalhistas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela "UTC". A Administração da Companhia avaliou os valores das transações com partes relacionadas e houve por bem reclassificar quase que a sua totalidade para o não circulante, em função de entender que sua liquidação se dará somente quando da relicitação.

8 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi a seguinte:

	Consolidado/Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração da diretoria executiva	4.139	3.275
Honorários dos conselheiros (Nota Explicativa nº 22)	1.650	1.708
Total	**5.789**	**4.983**

9 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS/Cofins – Não cumulativos e retenções na fonte	33.227	32.082	33.227	32.082
IRRF sobre aplicações financeiras	7.010	10.542	6.811	10.343
ISSQN a compensar	4	395	–	391
Outros	412	1.697	412	1.697
Total	**40.653**	**44.716**	**40.450**	**44.513**
Circulante	9.742	17.406	9.539	17.203
Não circulante	30.911	27.310	30.911	27.310
Total	**40.653**	**44.716**	**40.450**	**44.513**

10 Investimentos

Em 7 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos, cujo capital subscrito e integralizado é de R$ 1.000. A VESA operou de 1º de maio de 2015 a dezembro de 2016, quando entrou em vigor um contrato de cessão de uso de áreas de estacionamentos em aeroporto, celebrado entre a Companhia e a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (Estapar), através do qual a Estapar realizou o pagamento prévio à Companhia de R$ 80.000 pelo direito de explorar o estacionamento pelo prazo contratual de 144 meses. A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

a) Investimentos permanentes (Provisão para perdas com investimentos)

Investimento	Patrimônio líquido	Participação	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/2023	Investimentos permanentes em 31/12/2022
Viracopos Estacionamentos S.A.	(1.257)	100%	(373)	(1.257)	(792)

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2022	Aportes de capital e Afac	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/2023
Viracopos Estacionamentos S.A.	(792)	–	(373)	(1.257)

Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2023 e 2022 da controlada Viracopos Estacionamentos S.A. utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	231	231
Ativo não circulante	5.405	5.049
Total do ativo	**5.636**	**5.640**
Passivo circulante	2.521	2.263
Passivo não circulante	4.372	4.261
Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)	(1.257)	(884)
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.636**	**5.640**
Resultado bruto	(10)	(32)
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(363)	(293)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(373)	(325)
Prejuízo do período	**(373)**	**(325)**

11 Intangível

a) Composição

	Consolidado			
	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga – direito da concessão	3.062.936	(626.986)	2.435.950	2.546.149
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	(31.595)	54.627	57.521
Licença ambiental CETESB	23.948	(19.685)	4.263	4.490
ERP e *softwares*	45.883	(26.916)	18.967	10.543
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	101.737	(30.963)	70.774	69.557
Benfeitorias estacionamentos	720	(481)	239	272
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.741.230	(694.480)	3.046.750	3.089.504
Margem de construção – OCPC 05	64.433	(12.136)	52.297	54.539
Intangível em andamento	96.630	–	96.630	114.835
Total	**7.223.739**	**(1.443.242)**	**5.780.497**	**5.947.410**

	Controladora			
	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga – direito da concessão	3.062.936	(626.986)	2.435.950	2.546.149
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	(31.595)	54.627	57.521
Licença ambiental CETESB	23.948	(19.685)	4.263	4.490
ERP e *softwares*	45.845	(26.878)	18.967	10.543
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	101.737	(30.963)	70.774	69.557
Benfeitorias estacionamentos	720	(481)	239	272
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.741.230	(694.480)	3.046.750	3.089.504
Margem de construção – OCPC 05	64.433	(12.136)	52.297	54.539
Intangível em andamento	96.630	–	96.630	114.835
Total	**7.223.701**	**(1.443.204)**	**5.780.497**	**5.947.410**

b) Movimentação

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Custo					
Outorga – direito da concessão	3.065.357	(2.421)	–	–	3.062.936
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	–	–	–	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	–	–	–	23.948
ERP e *softwares*	34.169	4.287	(1.062)	8.489	45.883
Máq. equip. e outros investimentos para concessão	96.638	5.856	(683)	(74)	101.737
Benfeitorias estacionamentos	720	–	–	–	720
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	3.656.104	14.459	(1.061)	71.728	3.741.230
Margem de construção – OCPC 05	64.433	–	–	–	64.433
Intangível em andamento	114.835	62.814	(1.174)	(79.845)	96.630
Total de custos	**7.142.426**	**84.995**	**(3.980)**	**298**	**7.223.739**

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Amortização acumulada						
Outorga – direito da concessão	(*)	(519.208)	(107.778)	–	–	(626.986)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(28.701)	(2.894)	–	–	(31.595)
Licença ambiental CETESB	(**)	(19.458)	(227)	–	–	(19.685)
ERP e *softwares*	20%	(23.626)	(3.314)	42	(18)	(26.916)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(27.081)	(3.926)	25	19	(30.963)
Benfeitorias estacionamentos	10%	(448)	(33)	–	–	(481)
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	(*)	(566.600)	(127.879)	–	(1)	(694.480)
Margem de construção – OCPC 05	(*)	(9.894)	(2.242)	–	–	(12.136)
Total da amortização		**(1.195.016)**	**(248.293)**	**67**	**–**	**(1.443.242)**
Total líquido		**5.947.410**	**(163.298)**	**(3.913)**	**298**	**5.780.497**

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Custo					
Outorga – direito da concessão	3.065.357	(2.421)	–	–	3.062.936
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	–	–	–	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	–	–	–	23.948
ERP e *softwares*	34.131	4.287	(1.062)	8.489	45.845
Máq. equip. e outros investimentos para concessão	96.638	5.856	(683)	(74)	101.737
Benfeitorias estacionamentos	720	–	–	–	720
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	3.656.104	14.459	(1.061)	71.728	3.741.230
Margem de construção – OCPC 05	64.433	–	–	–	64.433
Intangível em andamento	114.835	62.814	(1.174)	(79.845)	96.630
Total de custos	**7.142.388**	**84.995**	**(3.980)**	**298**	**7.223.701**

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Amortização acumulada						
Outorga – direito da concessão	(*)	(519.208)	(107.778)	–	–	(626.986)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(28.701)	(2.894)	–	–	(31.595)
Licença ambiental CETESB	(**)	(19.458)	(227)	–	–	(19.685)
ERP e *softwares*	20%	(23.588)	(3.314)	42	(18)	(26.878)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(27.081)	(3.926)	25	19	(30.963)
Benfeitorias estacionamentos	10%	(448)	(33)	–	–	(481)
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	(*)	(566.600)	(127.879)	–	(1)	(694.480)
Margem de construção – OCPC 05	(*)	(9.894)	(2.242)	–	–	(12.136)
Total amortizado		**(1.194.978)**	**(248.293)**	**67**	**–**	**(1.443.204)**
Total líquido		**5.947.410**	**(163.298)**	**(3.913)**	**298**	**5.780.497**

(*) Amortização efetuada pela curva de demanda "*workload unit* (WLU)"; e (**) Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão. A Companhia registrou, em seu ativo intangível, a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R$ 3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida. O ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma. **Reequilíbrio econômico e financeiro:** A Companhia teve sucesso parcial em sede administrativa de pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro relativo ao: Teca-Teca, Desapropriação e Tarifa Mínima, tendo ficado decidido que o desequilíbrio seria recomposto mediante redução no valor da outorga. Desta forma, os registros contábeis correspondentes às atualizações do reequilíbrio econômico-financeiro pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio foram realizados no ativo intangível, na linha "Outorga", em contrapartida à Outorga a Pagar (Nota Explicativa nº 15). A amortização correspondente a esses valores foi registrada em contrapartida ao resultado. Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio. **Teste do valor recuperável:** A Administração da Companhia está confiante de que o processo de repactuação do Contrato de Concessão será ultimado com sucesso ainda no primeiro semestre de 2024, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que, naturalmente, implicaria na recuperabilidade do investimento. Este é, portanto, o cenário-base, com o qual a Administração trabalha atualmente. Contudo, diante da necessidade de testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável do ativo intangível, conforme o CPC 01 (R1), e diante da ausência, neste momento do processo, de elementos objetivos que possam ser utilizados no referido teste, a Companhia efetuou a revisão em um cenário de estresse, segundo o qual a repactuação não seria bem-sucedida e ocorreria a relicitação do empreendimento no final de 2024. O resultado deste estudo não indicou a necessidade de constituição de provisão de *impairment*. Nesta análise, comparou-se o saldo contábil do ativo intangível (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto de Viracopos, respeitados os termos e condições da relicitação da concessão. A seguir se indica as premissas utilizadas e a metodologia implementada: O saldo do ativo intangível utilizado para o teste de recuperabilidade está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2023. **Das projeções dos fluxos de caixa operacional: Receitas:** Estimou-se o fluxo de receitas para o exercício de 2024, quando a Administração entende que poderia ocorrer a relicitação da Concessão, dada a suspensão deste processo em função do processo de repactuação, tomando por base as melhores práticas para projeção de receitas de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) da Companhia: Terminal de Passageiros, Terminal de Cargas e Negócios Comerciais. Em todos os casos considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto de Viracopos, sem, portanto, considerar eventuais investimentos futuros que expandam a capacidade da infraestrutura. Assim, se, e quando, se alcançar a capacidade operacional máxima da infraestrutura (terminal de passageiro e cargas e sistema de pistas), em termos de processamento de passageiros, aeronaves e carga, estabiliza-se a projeção de demanda. Para as três UGCs, a demanda foi projetada com base na melhor estimativa que se tem para o ano corrente, levando em consideração o histórico recente e as atuais condições macroeconômicas, de mercado e de competição com outros aeroportos. As tarifas relativas às UGCs Terminal de Passageiros são reguladas pelo Poder Concedente e aplicadas no embarque e conexão de passageiros e no pouso e permanência de aeronaves. As tarifas relativas à UGC Terminal de Cargas também são reguladas e a maior parte da arrecadação provém da importação de cargas. Já no caso de Negócios Comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente deste segmento, utilizou-se as projeções de volume de passageiros e as premissas contratuais atuais, sendo que a remuneração da Concessionária varia de acordo com o volume de demanda. Outra parte dos Negócios Comerciais vem da exploração imobiliária dentro do sítio aeroportuário, porém fora dos terminais de passageiros e cargas. Neste caso, considerou-se o total de volume de áreas disponíveis e os contratos já em vigor. **Custos e despesas:** Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura. Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção foi condizente com a sua natureza (custo/despesa fixa vs. variável) e, em sendo variável, também com a projeção da demanda de passageiros e carga. Os impostos, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicável à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2023 e os créditos a obter com a operação futura do Aeroporto. Também se considerou um percentual de reinvestimento do fluxo de caixa gerado, o qual foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras. **Indenização pelos Investimentos feitos e não amortizados:** Em adição ao fluxo de caixa operacional do ano de 2024, incluiu-se a estimativa conservadora da indenização líquida que a Concessionária fará jus no âmbito da relicitação da concessão pelos investimentos feitos e não amortizados. Tal estimativa tomou por base a metodologia prevista na Resolução Anac nº 533/19, muito embora a Concessionária questione algumas das previsões, limitações e metodologias ali previstas e buscará a sua revisão em sede arbitral. Também não foram considerados no valor da indenização as estimativas da Companhia para os diversos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro que serão analisados em arbitragem. Do valor da indenização calculada conforme a metodologia da Resolução Anac no 533/19 foram deduzidos os valores das outorgas não pagas e das multas impostas à Concessionária pela Anac até a data-base de 31 de dezembro de 2024, chegando-se ao valor da indenização líquida. A indenização líquida foi somada ao fluxo de caixa operacional do ano 2024. **Valor presente e taxa de desconto:** A partir da estimativa do fluxo de caixa operacional, o reconhecimento do valor presente no teste de recuperabilidade do ativo intangível levou em consideração a taxa de desconto atualizada em dezembro de 2023 de 10.54%. A definição da taxa de desconto teve por base a metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Para estimar o custo de capital de terceiros, utilizou-se as taxas dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Para estimar o custo de capital próprio, utilizou-se o modelo *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, partindo-se de uma rentabilidade mínima, correspondente à média da rentabilidade dos últimos 20 anos dos títulos da dívida do Tesouro dos Estados Unidos da América ("*T-bonds*"), com prazo de 20 anos, tidos como títulos "livres de risco" naquele país, à qual se agregou o prêmio de risco país do Brasil, determinado pela média dos últimos 20 anos do *Emerging Markets Bond Index – EMBI+* Risco-Brasil, chegando-se ao retorno dos títulos livres de risco no Brasil. A este retorno foi agregado o prêmio de risco de mercado, estimado pela diferença entre a média do retorno do índice *Standard & Poor's 500 ("S&P 500")* nos últimos 20 anos e a rentabilidade média dos títulos livres de risco nos EUA anteriormente referidos, ponderado pela sensibilidade do negócio aeroportuário ao risco de mercado (Beta). Por fim, agregou-se a diferença entre a estimativa de inflação de longo prazo no Brasil e estimativa da inflação de longo prazo nos EUA, de modo a se chegar ao custo do capital próprio em moeda nacional.

12 Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a obtenção de linha de crédito de R$ 1.192.137, o chamado "empréstimo ponte", para construção do novo terminal de passageiros, conforme previsto no contrato de concessão. Essa linha de crédito teve vencimento em fevereiro de 2014, sendo quitada e substituída por crédito de longo prazo, conforme segue:

		Consolidado e Controladora		
Contratos	Taxa	Valor liberado	Valor em 31/12/2023	Valor em 31/12/2022
Crédito direto – A	TJLP + 2,88%a.a.	1.085.300	789.563	837.151
Crédito direto – B	IPCA + TR BNDES + 2,88%a.a.	106.000	129.295	132.157
Crédito indireto – A	TJLP + 3,90% a.a.	271.300	199.231	210.559
Crédito indireto – B	IPCA + TR BNDES + 3,90% a.a.	26.500	31.764	32.468
Crédito suplem. direto – A	IPCA + TR + 3,43% a.a.	152.745	177.296	181.311
Crédito suplem. direto – B	IPCA+ TR + 3,43% a.a.	93.056	22.705	84.087
Crédito suplem. direto – C	TJLP + 3,43% a.a.	51.681	40.027	42.362
Crédito suplem. direto – D	IPCA + TR + 3,43% a.a.	78.833	–	20.611
Crédito suplem. direto – E	TJLP + 3,43% a.a.	6.222	5.942	6.289
Crédito suplem. direto – F	IPCA + TR + 3,43% a.a.	1.778	–	10
Crédito suplem. indireto – A	IPCA + TR + 4,90% a.a.	38.186	–	144
Crédito suplem. indireto – B	IPCA + TR + 4,90% a.a.	23.264	–	29.917
Crédito suplem. indireto – C	TJLP + 4,90% a.a.	12.921	10.176	10.720
Crédito suplem. indireto – D	IPCA + TR + 4,90% a.a.	20.303	–	302
Crédito suplem. indireto – E	TJLP + 4,90% a.a.	1.556	1.544	1.627
Crédito suplem. indireto – F	IPCA + TR + 4,90% a.a.	444	–	–
Debêntures	IPCA + 8,79% a.a.	300.000	269.756	337.307
Custo de captação dos empréstimos			(17.288)	(19.046)
Total de empréstimos			**1.660.011**	**1.907.976**
Total circulante			146.118	165.964
Total não circulante			**1.513.893**	**1.742.012**

i) Crédito direto BNDES de R$ 1.198.700, dividido em três subcréditos

Subcréditos	Saldo liberado	Saldo não liberado	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	1.085.300	–	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	106.000	–	15/12/2015	18 prestações anuais
Subcrédito "C"	–	7.400	15/11/2015	145 prestações mensais
Total	**1.191.300**	**7.400**		

ii) Crédito indireto BNDES (bancos repassadores no valor de R$ 297.800, dividido em dois subcréditos

Subcréditos	R$	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	271.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	26.500	15/12/2015	18 prestações anuais
Total	**297.800**		

iii) Crédito suplementar direto BNDES de R$ 507.599, dividido em sete subcréditos

Subcréditos	Liberado	Não liberado	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	152.745	–	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	93.056	–	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	51.681	4.152	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	78.833	8.905	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	6.222	83.280	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	1.778	23.794	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "G"	–	3.153	15/01/2017	192 prestações mensais
Total	**384.315**	**123.284**		

iv) Crédito suplementar indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R$ 126.112, dividido em seis subcréditos

Subcréditos	Liberado	Não Liberado	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	38.186	–	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	23.264	–	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	12.921	1.037	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	20.303	1.632	15/01/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	1.556	20.820	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	444	5.949	15/12/2018	15 prestações anuais
Total	**96.674**	**29.438**		

Considerando o crédito original e suplementar os bancos repassadores entraram nessa operação na seguinte proporção média: Banco do Brasil (31%), Banco Bradesco (31%), Itaú BBA (34,5%) e BES (3,5%). **v) Emissão de 300.000 (trezentas mil) debêntures da 1a Emissão, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em quatro séries no total de até R$ 75.000 debêntures de cada série, em montante equivalente a R$ 300.000.**

Debêntures	Quantidade	R$	Amortização
1ª Série	75.000	75.000	15/09/2019 a 15/09/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/12/2019 a 15/12/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/03/2020 a 15/03/2026
4ª Série	75.000	75.000	15/06/2020 a 15/06/2025
Total	**300.000**	**300.000**	

A movimentação total dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**1.907.976**	**2.221.621**
Juros, encargos e atualizações incorridos	214.257	287.301
Amortização do principal (BNDES)	(294.443)	(395.639)
Juros, encargos e atualizações pagos	(167.779)	(205.307)
Total	**1.660.011**	**1.907.976**

Dentro das amortizações de principal acima referidas, encontram-se amortizações extraordinárias feitas voluntariamente pela Companhia. No ano de 2022, tal montante foi de R$ 227.500, ao passo que, em 2023, foi de R$ 137.500. **Cronograma de amortização:** Adiante, segue a projeção de amortização da Companhia, por ano de vencimento:

Ano	Valor
2024	146.118
2025	270.299
2026	193.092
2027	144.160
2028	147.200
2029	165.724
2030	180.797
2031	197.315
2032	215.306
Total	**1.660.011**

Garantias da operação: Constituídos pelos **(i)** direitos creditórios cedidos atuais e futuros da Companhia incluindo as receitas tarifárias e as receitas não tarifárias sem limitações, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas de apólices de seguros contratadas; **(ii)** pelo penhor da totalidade das ações de propriedade dos acionistas indiretos e da Infraero; **(iii)** pelo compromisso de suporte financeiro pelos acionistas da Companhia; **(iv)** por quaisquer outros bens e direitos que passem a garantir os documentos da operação após a data de celebração do contrato com o BNDES. **Cláusulas contratuais – *covenants:*** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme segue: **i)** Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses; e **ii)** Manter o índice de capitalização (Patrimônio líquido/ativo total) Maior ou igual a 25%, nos termos da seguinte fórmula: (Patrimônio líquido + outorga passiva – outorga ativa/ativo total – outorga passiva). As penalidades para o não atingimento dos índices citados acima não preveem o vencimento antecipado da dívida nem qualquer outra penalidade ou multa, no entanto, impede a Companhia de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio além do limite que prevê a lei, sem a prévia anuência do BNDES. Tal restrição prevista nestas obrigações especiais deixará de ser válida uma vez que a Companhia atinja, por dois anos consecutivos, o ICSD maior ou igual a 1,30x, mantenha o Índice de capitalização em patamares iguais ou superiores a 25%, além de outras condições previstas no *Completion* físico e financeiro do projeto. Foram aplicadas multas pelo BNDES e debenturistas devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota Explicativa nº 15) na data prevista no contrato de concessão, também foram aplicadas multas aos acionistas privados da Companhia (TPI e UTC) por conta da não realização dos aportes previstos para o pagamento das outorgas, as quais vêm sendo atualizadas. O não pagamento da outorga e das multas poderão ocasionar o vencimento antecipado da dívida. **Hipóteses de vencimento antecipado:** Os contratos de financiamento possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado, que preveem situações que, se ocorridas, dão o direito (mas não a obrigação) de os agentes financiadores declararem o vencimento antecipado da dívida. Dentre outras, destacamos as seguintes: **i)** Sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; **ii)** A constituição, sem prévia autorização dos financiadores, de penhor ou gravame sobre as ações da companhia, de suas subsidiárias e de sua acionista privada, ou, ainda, sobre os recebíveis da concessão; **iii)** A alteração do controle acionário dos acionistas da Companhia sem a prévia e expressa anuência dos agentes financiadores; **iv)** A extinção, liquidação, dissolução, o requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer de seus acionistas, ou a decretação de falência ou insolvência civil da Companhia ou de seus acionistas; **v)** A extinção do contrato de concessão; **vi)** O vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia; **vii)** A alteração do Acordo de Acionistas ou do Estatuto Social da Companhia ou da sua acionista privada, sem a prévia e expressa anuência dos financiadores; e **viii)** O não pagamento da outorga fixa ou da outorga variável, nos termos do Contrato de Concessão. Neste sentido, a Companhia requereu recuperação judicial em 2018, a qual foi encerrada em dezembro de 2020 (Nota Explicativa nº 1), na qual estão listados valores que deixaram de ser pagos a título de outorga fixa e de outorga variável. Ademais, a Companhia não vem pagando as outorgas fixa e variável dos períodos subsequentes ao pedido de recuperação judicial, as quais, até que sobrevenha a repactuação do Contrato de Concessão, têm previsão de serem quitadas dentro do processo de relicitação, mediante dedução do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados, conforme previsto no art. nº 11, inciso II, do Decreto nº 9.957/2019, e por eventual resultado positivo advindo dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiros. Ainda que tenham ocorrido eventos que dão o direito aos agentes financiadores de decretar o vencimento antecipado da dívida, até o presente momento, eles não o fizeram e a Companhia não possui indícios de que tenham intenção de fazê-lo. Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia e seus agentes financiadores assinaram uma "Carta-Proposta de Suspensão parcial do pagamento de principal e juros, mediante condições", segundo a qual o serviço da dívida seria reduzido para R$ 11.000 ao mês a partir da data de eficácia do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que trata da relicitação até a data de transferência das dívidas dos financiamentos ao novo concessionário. Tal redução foi condicionada a determinadas condições suspensivas relativas ao processo de relicitação, sendo que todas se verificaram, à exceção de uma, consistente na necessidade de previsão da transferência do saldo devedor dos Financiamentos ao novo concessionário, nos termos do art. 17, § 4º., da Lei de Relicitações, o que não ocorreu por decisão do Ministério da Economia. Também em 2 de fevereiro de 2020, a Companhia e seus agentes financiadores assinaram o 2º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas, Constituição de Garantias e outras avenças, por meio do qual os agentes financiadores, sob certas condições, concordaram em liberar recursos depositados na Conta Outorga e Contas Reserva, cedidas a eles fiduciariamente, para o pagamento dos créditos concursais. As liberações foram previstas por partes e tinham condições distintas. A grande maioria se verificou e parte dos recursos foi liberado e utilizado para fazer os pagamentos mensais previstos no plano de recuperação judicial. A condição consistente na necessidade de previsão da transferência do saldo devedor dos Financiamentos ao novo concessionário, nos termos do art. 17, § 4º., da Lei de Relicitações, não ocorreu por decisão do Ministério da Economia e fez com que fosse necessária uma renegociação com os agentes financiadores para a liberação dos recursos necessários ao encerramento da RJ. Em 2 de dezembro de 2020, a Companhia assinou com os agentes financiadores o 3o Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas, Constituição de Garantias e outras avenças, por meio do qual foi autorizado: (i) a liberação de R$ 52.200 depositados na Conta Outorga para o pagamento dos créditos submetidos à RJ e vencíveis no biênio de supervisão judicial, de modo a propiciar o encerramento da RJ; e (ii) a liberação do valor remanescente na Contra Outorga, excluídos eventuais ingressos de recursos ocorridos após essa data, para o pagamento de créditos trabalhistas retardatários com fatos geradores anteriores à data do pedido de recuperação judicial, a serem liberados após a prolação de sentença de encerramento da RJ e o atingimento da eficácia do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que regula a relicitação. Ambas as condições se verificaram em 11 de dezembro de 2020 e a Companhia teve acesso ao saldo depositado na Conta Outorga e quitou as referidas dívidas trabalhistas. Em 8 de dezembro de 2022, a Companhia e seus agentes financiadores firmaram aditivos aos contratos de financiamento, dando à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar amortizações extraordinárias do saldo devedor da dívida, sem a imposição de qualquer penalidade por parte dos financiadores. Em todas essas oportunidades, os agentes financiadores tiveram uma postura colaborativa, tendo feito concessões importantes à Companhia, inclusive de recursos que, de outra forma, só poderiam vir a ser utilizados para o pagamento da dívida financeira. Adicionalmente, não manifestaram qualquer intenção de declarar o vencimento antecipado da dívida, de modo que a Administração não possui razões para acreditar que podem vir a fazê-lo.

13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(192.113)**	**45.199**	**(192.113)**	**45.199**
Adições				
Resultado negativo de equivalência patrimonial (Nota Explicativa no 10)	–	–	373	325
Custo de construção (Nota Explicativa no 22)	60.012	55.139	60.012	55.139
Recomposição do ajuste ao valor presente da outorga a pagar e do ativo intangível (outorga)	(56.942)	135.914	(56.942)	135.914
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota Explicativa no 19)	8.025	6.123	8.025	6.123
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa-PECLD (Nota Explicativa no 6)	6.942	1.507	6.942	1.507
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei no 12.973/2014	12.709	12.709	12.709	12.709
Outras	11.155	1	11.155	1
Subtotal	**45.901**	**211.393**	**42.274**	**211.718**
Exclusões				
Receita de construção (Nota Explicativa no 21)	(60.012)	(55.139)	(60.012)	(55.139)
Reversão da provisão para perda por redução ao valor recuperável	–	(191.566)	–	(191.566)
Reversão estimada p/ créditos de liquidação duvidosa-PECLD (Nota Explicativa no 6)	(733)	(1.583)	(733)	(1.583)
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota Explicativa nº 19)	(9.622)	(9.114)	(9.622)	(9.103)
Subtotal	**(70.367)**	**(257.402)**	**(70.367)**	**(257.391)**
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	**(220.579)**	**(810)**	**(220.206)**	**(474)**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo (alíq.34% x Prej. Fiscal e base negativa de CSLL)	–	–	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo	–	–	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido líquido (*)	**–**	**–**	**–**	**–**

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu os tributos diferidos ativos até o limite do valor dos tributos diferidos passivos. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Impostos diferido ativo **(a)**	93.516	92.511
Passivo		
Saldo diferenças temporárias **(b)**	(93.516)	(92.511)
Imposto de renda e contribuições social diferido consolidado	**–**	**–**

Na determinação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros terá que ser realizado. Um ativo de imposto

continua ...

VIRACOPOS
Aeroportos Brasil

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

Demonstrações Financeiras 2023

de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão considerados na medida em que sua realização seja mais provável, desta forma o reconhecimento do imposto diferido ativo foi limitado ao imposto diferido passivo. **(a)** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia optou em não reconhecer mais tributos diferidos para a controladora, além daqueles já reconhecidos pelo limite imposto diferido passivo temporário, caso tivesse reconhecido, as bases de cálculo seriam:

	Controladora		
Período	**Prejuízo Fiscal/Base Negativa**	**Utilizado no Parcelamento**	**Saldo**
2012	123.195		**123.195**
2013	210.636		**333.831**
2014	243.322		**577.153**
2015	286.141		**863.294**
2016	407.217		**1.270.511**
2017	324.264	62.618	**1.532.157**
2018	263.356		**1.795.513**
2019	317.656		**2.113.169**
2020	254.233		**2.367.402**
2021	401.396		**2.768.798**
2022	474		**2.769.272**
2023	220.206		**2.989.478**
Total	**3.052.096**	**62.618**	**2.989.478**

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil), além de outras diferenças temporárias compostas por: provisão de contingências, provisão de perda estimada com liquidação de créditos, entre outros.

14 Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ISSQN parcelado	–	11.725	–	11.725
ISSQN sobre faturamento a vencer	3.311	4.861	3.311	4.861
PIS/Cofins sobre faturamento a vencer **(i)**	50.332	51.922	50.332	51.922
PIS /Cofins Parcelado	20.338	23.085	20.338	23.085
ISSQN Retidos de terceiros	571	550	571	550
INSS Retido de terceiros	655	686	655	686
PIS/Cofins/CSLL Retido de terceiros	718	525	713	502
Outros	2.233	1.225	2.233	1.225
Total	**78.158**	**94.579**	**78.153**	**94.556**
Passivo circulante	63.620	75.437	63.615	75.414
Passivo não circulante	14.538	19.142	14.538	19.142
Total	**78.158**	**94.579**	**78.153**	**94.556**

(i) Contém os valores de R$ 7.264 referente ao PIS/PASEP e R$ 33.459 referente ao Cofins de depósitos judiciais do efeito da liminar obtida pela Companhia autorizando a exclusão do PIS/PASEP e Cofins sobre a própria base de cálculo. Os demais valores estão sendo recolhidos regularmente.

15 Outorga a pagar

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como título livre de risco. A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo no início do exercício	**5.022.273**	**4.569.936**	**5.020.123**	**4.568.021**
Atualização monetária pelo IPCA	–	191.950	–	191.950
Recomposição AVP da outorga a pagar	–	135.914	–	135.914
Outorga variável a pagar (Nota Explicativa nº 16)	47.612	57.359	47.612	57.359
Juros por atraso de pagamento	232.786	67.114	232.510	66.879
Abatimento com reequilíbrio financeiro	(21.519)	–	(21.519)	–
Saldo no final do exercício	**5.281.152**	**5.022.273**	**5.278.726**	**5.020.123**
(-) Reequilíbrio econômico-financeiro	(254.149)	(274.083)	(254.149)	(274.083)
Total	**5.027.003**	**4.748.190**	**5.024.577**	**4.746.040**
Circulante	2.436.766	1.921.965	2.434.340	1.919.815
Não circulante	2.590.237	2.826.225	2.590.237	2.826.225
Total	**5.027.003**	**4.748.190**	**5.024.577**	**4.746.040**

A Companhia encontra-se inadimplente conforme quadro a seguir:

		Consolidado				Controladora			
	Vencimento	**Valor original**	**Atualizações**	**Reequilíbrio**	**Total**	**Valor original**	**Atualizações**	**Reequilíbrio**	**Total**
Outorga fixa									
Competência									
2015	2015	–	4.776	–	**4.776**	–	4.776	–	**4.776**
2017	2017	179.010	104.242	(9.796)	**273.456**	179.010	104.242	(9.796)	**273.456**
2018	2018	186.870	89.390	(10.711)	**265.549**	186.870	89.390	(10.711)	**265.549**
2019	2019	193.161	76.027	(11.564)	**257.624**	193.161	76.027	(11.564)	**257.624**
2020	2020	199.075	64.630	(13.119)	**250.586**	199.075	64.630	(13.119)	**250.586**
2021	2021	213.747	62.673	(22.931)	**253.489**	213.747	62.673	(22.931)	**253.489**
2022	2022	239.155	48.933	(18.378)	**269.710**	239.155	48.933	(18.378)	**269.710**
2023	2023	246.716	17.607	(21.520)	**242.803**	246.716	17.607	(21.520)	**242.803**
Total fixa		**1.457.734**	**468.278**	**(108.019)**	**1.817.993**	**1.457.734**	**468.278**	**(108.019)**	**1.817.993**
Outorga variável									
Competência	**Vencimento**								
2016	2017	25.561	16.397	–	**41.958**	25.561	16.397	–	**41.958**
2017	2018	29.602	15.457	–	**45.059**	29.602	15.457	–	**45.059**
2018	2019	31.296	13.536	–	**44.832**	31.296	13.536	–	**44.832**
2019	2020	31.827	11.062	–	**42.889**	31.827	11.062	–	**42.889**
2020	2021	34.255	11.506	–	**45.761**	34.255	11.506	–	**45.761**
2021	2022	44.473	10.867	–	**55.340**	44.473	10.867	–	**55.340**
2022	2023	56.922	5.687	–	**62.609**	56.922	5.687	–	**62.609**
Total variável		**253.936**	**84.512**	–	**338.448**	**253.936**	**84.512**	–	**338.448**
Total fixa e variável		**1.711.670**	**552.790**	**(108.019)**	**2.156.441**	**1.711.670**	**552.790**	**(108.019)**	**2.156.441**

As outorgas vencidas serão quitadas no âmbito do processo de relicitação, mediante desconto do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Companhia tem direito. Com o advento e a confirmação da relicitação, as outorgas vencíveis posteriormente à essa data deixarão de ser uma obrigação da Companhia e, consequentemente, serão baixadas contra o resultado, da mesma forma que o intangível consistente no direito de exploração da concessão. Tendo em vista esta situação, a Companhiaentendeu que não era adequado recompor o total de outorgas vincendas de 2024 a 2042 a valor presente, na medida em que só serão devidas outorgas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Desta forma, no ano de 2023, não foram registradas despesas financeiras sobre este montante.

16 Obrigações da concessão

Principais pontos do contrato de concessão – Objeto: Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases: **i) Fase I-A** – Transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Companhia; **ii) Fase I-B** – Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços; **iii) Fase I-C** – Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA; e **iv) Fase-II** – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA. **Vigência:** A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua data de eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária. **Da contribuição ao sistema:** A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo: • **Contribuição fixa:** Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia se obrigou ao pagamento de uma contribuição fixa anual no montante de R$ 127.367 (em 2012), a ser reajustado anual/mente pelo IPCA-IBGE. No total são 30 prestações, totalizado a R$ 3.821.000 (em valores de 2012), referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. • **Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico-financeiro: Teca-Teca:** Em 22 de dezembro de 2016, a Anac, por meio da decisão no 190, aprovou a 1a revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R$ 209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária. Valor este revisado para R$ 223.876 pela ANAC em 5 de julho de 2021 através de revisão quinquenal formalizada através de Nota Técnica nº 41/2021. O montante do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado foi de R$ 127.436 (posteriormente revisado para R$ 137.722 conforme revisão quinquenal), os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016. A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) em 28 de dezembro de 2016. O valor do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Nota Técnica nº 41/2021, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% ao ano, proporcional ao número de meses correspondentes. **Desapropriação:** Em 26 de março de 2020 a ANAC por meio da decisão no 58 aprovou a revisão extraordinária referente ao pleito de desapropriação de áreas por parte do poder concedente do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos de Campinas no valor de R$ 7.144. O montante do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado foi de R$ 3.248, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução no 355/2015 até março de 2020. O valor do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da decisão no 58, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre março de 2020 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% ao ano, proporcional ao número de meses correspondentes. **Tarifa Mínima:** Em 28 de julho de 2021, a ANAC, por meio da decisão, nº 382 aprovou a revisão extraordinária referente ao pleito de atualização de tarifa mínima do poder concedente do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R$ 8.610. Posteriormente, em 13 de junho de 2023, através da decisão nº 617, o valor do reequilíbrio econômico-financeiro foi revisado para R$ 10.012. O montante do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado foi de R$ 2.845, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução no 355/2015 até junho de 2023. Em janeiro de 2023, foi utilizado o montante de R$ 8.522 obtido através deste reequilíbrio para abater o montante de contribuição mensal que era devido pela ABV. O valor remanescente do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre junho de 2023 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% ao ano, proporcional ao número de meses correspondentes. • **Contribuição variável:** Até 31 de dezembro de 2016, a contribuição variável era calculada anualmente sobre a totalidade da receita operacional bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando exceder os valores estipulados no contrato de concessão. De acordo com a Decisão nº 107, que altera o Contrato de Concessão, a partir de 1º de janeiro de 2017, a contribuição passou a ser calculada anualmente com base na totalidade da receita operacional bruta da Companhia e suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido, até 31 de dezembro de 2022, o montante em Reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia e deduzidos os cancelamentos.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita operacional bruta (Nota Explicativa nº 21)	960.010	1.461.196	960.010	1.461.196
(-) Deduções contribuição mensal	(5.059)	(322.397)	(5.059)	(322.397)
(-) Cancelamentos	(2.706)	(405)	(2.706)	(405)
Total	**952.245**	**1.138.394**	**952.245**	**1.138.394**
Contribuição variável (Nota Explicativa nº 15)	**47.612**	**57.359**	**47.612**	**57.359**

Custo e receitas de construção: A receita de construção foi reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio de 2016, e vem sendo reconhecida com margem de 0% a partir do mês de junho de 2016:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita de construção (Nota Explicativa nº 21)	60.012	55.139
Custo de construção (Nota Explicativa nº 22)	60.012	55.139
Margem de construção	–	–
Total	**0%**	**0%**

Litígios contratuais junto à Anac: A seguir, a Companhia passa a expor, sucintamente, o objeto dos Pleitos de Reequilíbrio e seus respectivos status:

Pleito de Teca-Teca	
Objeto	Pleito decorrente da alteração unilateral das regras tarifárias previstas no Contrato de Concessão, promovida pela Anac 1 (um) dia antes do início da fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Companhia. Por meio da Decisão nº 121/2012, a Anac modificou a estrutura tarifária do Contrato de Concessão relativamente aos serviços prestados sobre as cargas em regime de trânsito aduaneiro, de modo a **(i)** reduzir a Tarifa Teca-Teca de R$ 0,50 por kg para R$ 0,08 por kg, **(ii)** extinguir o benefício relativo às cargas importadas que excediam o prazo de 24 horas; e **(iii)** extinguir o benefício relativo aos casos de Alto Valor Específico.
Embasamento Jurídico	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.5, 5.2.6 e 5.2.10 do Contrato de Concessão.
Status	No âmbito administrativo, o pedido de revisão extraordinário do contrato de concessão foi deferido apenas de forma parcial, sendo reconhecida a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária no importe de R$ 223.876.180,98 (duzentos e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, cento e oitenta reais e noventa e oito centavos), atualizado de abril de 2016. Em que pese o reconhecimento ao direito de reequilíbrio do contrato de concessão em favor da Concessionária, a divergência quantitativa ensejou a inclusão da celeuma em procedimento arbitral. Atualmente, o Procedimento arbitral está com seu curso suspenso, tendo em vista as negociações, atualmente existentes entre ANAC e Companhia, que objetivam o encerramento do procedimento de Relicitação.

Pleito de não desapropriação	
Objeto	Pleito fundamentado nos prejuízos causados à Companhia pelo descumprimento, pela Anac, da obrigação prevista na cláusula 3.2.15 do Contrato de Concessão, consoante a qual incumbe à Agência Reguladora *"desapropriar os imóveis que possam decreto de declaração de utilidade pública já publicados e em vigor quando da realização da sessão pública do leilão, indenizar seus proprietários e disponibilizar a área do Aeroporto livre e desembaraçada à Concessionária, sem qualquer ônus".*
Embasamento Jurídico	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.4 e 5.2.10 c/c 3.2.15 do Contrato de Concessão.
Status	Administrativamente o pleito foi reconhecido de forma parcial, sendo deferido o direito ao reequilíbrio no valor de R$ 4.143.286,84 (quatro milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), para todo o período da Concessão, atualizado pela taxa de desconto e pelo IPCA (a setembro/2018). A demanda judicial em curso foi extinta, sujeitando-se o objeto ao Tribunal Arbitral. Atualmente, o Procedimento arbitral está com seu curso suspenso, tendo em vista as negociações, atualmente existentes entre ANAC e Companhia, que objetivam o encerramento do procedimento de Relicitação.

Pleito da Covid-19	
Objeto	Reequilíbrio econômico-financeiro em razão da Pandemia da Covid-19
Embasamento Jurídico	Conforme entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura, consubstanciado no parecer nº 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, a Pandemia da Covid-19 se caracteriza como uma ocorrência de caso fortuito/força maior, risco que é suportado exclusivamente pelo poder concedente, nos termos do item 5.2.8. Assim, dados os prejuízos experimentados pela Concessionária em razão da Pandemia da Covid-19, restou configurado o desequilíbrio do Contrato de Concessão.
Status	Após decisão desfavorável em primeira instância administrativa, a controvérsia foi submetida ao Tribunal Arbitral. Atualmente, o Procedimento arbitral está com seu curso suspenso, tendo em vista as negociações, atualmente existentes entre ANAC e Companhia, que objetivam o encerramento do procedimento de Relicitação.

Processo de caducidade: Foi instaurado processo administrativo para apurar descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela Companhia (destacando-se a não recomposição da garantia de execução contratual), podendo culminar, inclusive na extinção antecipada do Contrato de Concessão, por declaração de caducidade. Em 17 de julho de 2020, a Concessionária foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos ("PPI") para fins de relicitação, conforme Decreto nº 10.427, de maneira que, por força do artigo 14, § 3º, da Lei 13.448, o processo de caducidade restou imediatamente suspenso. Essa condição permanece inalterada desde então. Cumpre notar que a qualificação se estenderá até julho de 2024.

17 Taxas aeroportuárias

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) – vencido	161.172	142.595
Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) a vencer	6.701	6.701
Contribuição mensal	3.698	38.815
Tarifa de uso das comunicações e auxílios à navegação aérea em rota (PAN)	289	260
Tarifa de uso das comunicações e auxílios-rádio à navegação aérea em área de controle de aproximação (PAT)	(90)	(126)
Total	**171.770**	**188.245**

Ataero: Em 25 de julho de 2016, a MP nº 714/2016 foi convertida na Lei no 13.319, extinguindo o Ataero a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data, a Anac alterou os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente à extinção do Ataero, não havendo alteração da tarifa final. **Contribuição mensal:** A contribuição mensal, antiga contribuição tarifária (Ataero), criada pela Lei nº 13.319/16, foi formalmente normatizada pela Anac, através da Decisão no 107, de 28 de junho de 2017, que alterou unilateralmente o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos. A contribuição mensal passou a ser calculada pela aplicação da alíquota de 22,6521% sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia. A partir de 1º de janeiro de 2023, a Contribuição Mensal foi extinta, por força do disposto no art. 12 da Lei nº 14.368/22. Como consequência, em 17 de novembro de 2022, a ANAC editou a Portaria nº 9.764/SRA, reduzindo o valor das tarifas-teto da concessão, revertendo/expurgando a majoração feita anteriormente relativa à contribuição mensal.

18 Receitas diferidas

A receita diferida da Companhia se refere ao contrato de cessão de área firmado com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (Estapar), pelo direito de explorar o estacionamento pelo prazo contratual de 144 meses (até 31 de dezembro de 2028). Segue abaixo movimentação dos saldos em questão:

	Consolidado & Controladora			
	31/12/2022	**Apropriação**	**Transferência**	**31/12/2023**
Cessão de espaço	53.797	(6.667)	6.667	47.130
Circulante	6.667	(6.667)	6.667	6.667
Não circulante	47.130	–	(6.667)	40.463
Total	**53.797**	**(6.667)**	**6.667**	**47.130**

19 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Processos com prognóstico de perda "provável": Os assessores legais da Companhia indicaram 150 ações com prognóstico de perda "provável", referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2a ou 3a reclamada e contra a própria Companhia. Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado & Controladora			
	31/12/2022	**Provisões**	**Reversões**	**31/12/2023**
Processos trabalhistas	14.600	4.637	(6.006)	13.231
Processos cíveis	2.560	3.030	(2.976)	2.614
Processos administrativos	576	359	(640)	295
Total	**17.736**	**8.026**	**(9.622)**	**16.140**

	Consolidado & Controladora			
	31/12/2021	**Provisões**	**Reversões**	**31/12/2022**
Processos trabalhistas	12.796	5.256	(3.452)	14.600
Processos cíveis	3.959	1.084	(2.483)	2.560
Processos administrativos	3.972	102	(3.498)	576
Total	**20.727**	**6.442**	**(9.433)**	**17.736**

Movimentação de depósitos judiciais:

	Consolidado & Controladora			
	31/12/2022	**Constituições**	**Restituições**	**31/12/2023**
Depósitos recursais	3.301	2.616	(510)	5.407
Depósitos judiciais	32.101	8.369	–	40.470
Total	**35.402**	**10.985**	**(510)**	**45.877**

	Consolidado & Controladora			
	31/12/2021	**Constituições**	**Restituições**	**31/12/2022**
Depósitos recursais	2.952	1.387	(1.038)	3.301
Depósitos judiciais	19.491	12.610	–	32.101
Total	**22.443**	**13.997**	**(1.038)**	**35.402**

Os depósitos recursais referem-se a processos trabalhistas e os depósitos judiciais referem se aos recolhimentos efetuados em juízo pela Companhia referentes à ação que discute a possibilidade de dedução do PIS/Cofins sobre as próprias bases de cálculo. **Processos com prognóstico de perda "possível":** A Companhia e sua controlada possuem mais outras 132 ações referentes a processos trabalhistas, tributários, cíveis e regulatórios (116 em 2022) com prognóstico de perda "possível", no montante estimado de R$ 181.131 (R$ 150.834 em 2022). **Processos regulatórios:** Quanto aos processos regulatórios em trâmite, existe um caso específico; a Companhia apresentou à Anac, em 19 de agosto de 2014, a revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão, o que não foi deferido pela Anac. Em virtude deste fato, a Companhia foi autuada por meio do auto de infração nº 1072/2014, pelos fundamentos contidos no relatório de inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Companhia apresentou sua defesa em 18 de agosto de 2014, que foi julgada em 27 de maio de 2016 em 1a instância e aplicou multa no valor de R$ 95.050. Desta decisão a Companhia interpôs recurso que foi julgado em 6 de outubro de 2016, na 21a Reunião Deliberativa da Diretoria, que decidiu por unanimidade a anulação da decisão de 1a instância que aplicou a multa à concessionária no valor de R$ 95.050, e determinou que o processo retornasse à primeira instância para reabertura da fase instrutória. Em 7 de agosto de 2017, após encerramento da instrução sobreveio nova decisão que aplicou a penalidade de R$ 97.761, a Companhia interpôs recurso que foi julgado em 20 de fevereiro de 2018, com deferimento parcial e redução no valor multa para R$ 60.048 pelo não cumprimento da Fase 1B, bem como multa diária no valor de R$ 600, por dia de atraso, a contar de 11 de maio de 2014.Em razão da multa por descumprimento pelo evento, a Anac ajuizou 3 processos administrativos para apurar os valores referentes a multa diária pela não entrega dos 3 componentes obrigatórios, quais sejam (i) Novo Terminal de passageiros; (ii) Acesso viário correspondente e estacionamento de veículos; e (iii) Área de pátio para aeronaves, que resultaram na aplicação de multas respectivamente em R$ 238.000; R$ 62.000 e R$ 23.000. Ressalta-se que decorrência destas multas, a Companhia ajuizou ações para anulá-las. Por fim, esclarece que em razão da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia e ANAC celebraram acordo para suspensão de todos os processos judiciais pelo prazo necessário à verificação das condições previstas no compromisso arbitral celebrado. Uma vez implementadas todas as condições de eficácia do Compromisso Arbitral celebrado, a Concessionária requereu a extinção dos processos judiciais existentes em face da Anac. Atualmente, todos os processos foram extintos sem resolução de mérito, de maneira que os temas estão sendo discutidos exclusivamente em sede arbitral. Com relação aos processos tributários em curso, temos os seguintes casos com maior relevância: **Liminar que autoriza a exclusão do PIS e Cofins da própria base:** Em 29 de maio de 2019, a Concessionária impetrou Mandado de Segurança com pedido liminar visando a exclusão do PIS e da Cofins da própria base de cálculo. Ato conseguinte, em 13 de junho de 2019, foi deferido parcialmente o pedido liminar para suspender a exigibilidade da parcela relativa ao resultado da inclusão dos valores de contribuições de PIS e Cofins nas próprias bases de cálculo. Em 18 de outubro de 2021, o feito foi sentenciado, sendo denegados os pleitos da Concessionária, culminando na cassação da liminar que autorizava a exclusão do PIS e Cofins da própria base. Após serem denegados os pedidos de restabelecimento da liminar no TRF3, com o fim de elidir a incidência de multa, bem como evitar uma provável execução fiscal, a Concessionária depositou judicialmente os valores atualizados de PIS e Cofins excluídos da base de cálculo em razão da liminar, na quantia total de R$ 18.444, e passou a efetuar, mensalmente, o depósito judicial da quantia respectiva. Em 16 de outubro de 2023, foi publicado o acórdão que conheceu o recurso de apelação da Concessionária, mas negou provimento, mantendo-se a sentença prolatada pelo magistrado. Por sua vez, em 31 de outubro de 2023, a Concessionária interpôs os recursos extraordinário e o especial. Atualmente, o processo se encontra suspenso em razão do recurso extraordinário com repercussão geral nº 1067, conforme decisão publicada em 14 de novembro de 2023. **Liminar que autoriza a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e Cofins:** Em 5 de junho de 2019, a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança nº 5006749-77.2019.4.03.6105, que tramita perante a 4a Vara Federal de Campinas, autorizando-a a excluir o valor do ISS da base de cálculo do Pis e da Cofins. No dia 29 de agosto de 2019, foi proferida Sentença de total procedência, referendando a liminar. A Companhia vem, desde agosto de 2019, se aproveitando da referida liminar, tendo deixado de recolher até 30 de junho de 2023, o montante principal de, aproximadamente, R$ 37.651. Após a apresentação de Apelação pela Fazenda Pública Federal, o TRF3 manteve a autorização de exclusão do de ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Foi apresentado Recurso Extraordinário, ensejando decisão de sobrestamento do feito até decisão final do final do STF sobre o Tema 118. Atualmente o processo permanece sobrestado. Caso a decisão seja cassada futuramente, a Companhia terá que realizar o pagamento do montante ou aderir a um parcelamento fiscal. **IPTU:** A partir de 2018, a municipalidade de Campinas passou a pretender cobrar IPTU da Companhia, tendo emitido cobranças referentes às áreas sob cessão, consideradas pela municipalidade como em exploração econômica. Tais áreas foram cedidas pela Companhia a Companhias Aéreas, a Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo ("ESATAS") e à Estapar. A Concessionária interpôs impugnação aos lançamentos, com o fim de desconstituí-los administrativamente, sob o fundamento principal da imunidade recíproca, eis que as áreas do sítio aeroportuário são de propriedade do Estado de São Paulo e que desempenha serviços públicos em nome da União, que é o Poder Concedente. Ademais, o Edital de Licitação não previa o pagamento do IPTU pela Concessionária e, de acordo com a matriz de riscos do Contrato de Concessão, a imposição de novos tributos é risco do Poder Concedente, devendo, pois, ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. Em sede administrativa as impugnações foram denegadas. Ato contínuo, a Concessionária impetrou Mandado de Segurança com pedido liminar de suspensão da exigibilidade do débito, autuado sob o nº 1054304-12.2022.8.26.0114. O pedido liminar foi deferido, suspendendo-se a exigibilidade do débito tributário de IPTU. Assim, o Mandado de Segurança aguarda julgamento, permanecendo, por ora, inexigíveis os débitos, que, atualizados até 31 de dezembro de 2023, montam aproximadamente, R$ 38.517.

20 Patrimônio líquido

Capital social: O capital total da Companhia se manteve em R$ 1.728.500 onde R$ 142.000 se refere ao capital a integralizar com valor unitário de R$ 0,4059, já o capital integralizado se manteve em R$ 1.586.500, onde R$ 809.115 referente a 51% do acionista privado (ABSA) e R$ 777.385 referente a 49% do acionista público (Infraero), com valor unitário de R$ 1,00 (um real). **Remuneração aos acionistas:** O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil. A seguir, a composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Acionistas	**Quantidade de ações**	**Valores em R$**	**Participação (%)**
Aeroportos Brasil S.A.	809.115	809.115	51
Infraero	777.385	777.385	49
Capital integralizado	1.586.500	1.586.500	100
Capital a integralizar	349.840	142.000	
Capital subscrito	1.936.340	1.728.500	

21 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Negócios com cargas	542.978	1.050.697	542.978	1.050.697
Negócios com linhas aéreas	222.208	251.701	222.208	251.701
Receitas comerciais	163.119	137.922	163.119	137.922
Estacionamentos	24.767	15.783	24.767	15.783
Publicidade e marketing	6.938	5.093	6.938	5.093
Receita operacional bruta de serviços	**960.010**	**1.461.196**	**960.010**	**1.461.196**
Receita de construção – OCPC 05 (Nota Explicativa nº 16)	60.012	55.139	60.012	55.139
Total	**1.020.022**	**1.516.335**	**1.020.022**	**1.516.335**
Impostos incidentes sobre receitas e cancelamentos	(125.052)	(195.966)	(125.052)	(195.966)
Receita operacional líquida	**894.970**	**1.320.369**	**894.970**	**1.320.369**

22 Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Contribuição mensal	(1.482)	(276.457)	(1.482)	(276.457)
Depreciação e amortização	(248.064)	(169.052)	(248.060)	(169.049)
Gastos com pessoal e encargos sociais	(113.783)	(107.953)	(113.783)	(107.946)
Serviços contratados e locações	(84.630)	(71.642)	(84.628)	(71.642)
Outorga de concessão – parcela variável	(47.612)	(57.359)	(47.612)	(57.359)
Utilidades e serviços públicos	(15.225)	(14.817)	(15.225)	(14.817)
Materiais de uso e consumo	(14.152)	(14.597)	(14.152)	(14.597)
Seguros e garantias	(8.005)	(8.188)	(8.005)	(8.188)
Outros	(1.007)	(2.260)	(1.003)	(2.238)
Total	**(533.960)**	**(722.325)**	**(533.950)**	**(722.293)**
Custos de construção – OCPC 05 (Nota Explicativa nº 16)	(60.012)	(55.139)	(60.012)	(55.139)
Total	**(593.972)**	**(777.464)**	**(593.962)**	**(777.432)**

23 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Gastos com pessoal e encargos sociais	(29.813)	(29.353)	(29.813)	(29.353)
Despesas gerais e representações	(15.812)	(11.813)	(15.812)	(11.813)
Serviços contratados e locações	(10.029)	(8.848)	(10.029)	(8.848)
Tributos e contribuições	124	(3.537)	124	(3.537)
Utilidades e serviços públicos	(1.883)	(2.220)	(1.883)	(2.220)
Honorários de conselheiros	(1.650)	(1.708)	(1.650)	(1.708)
Materiais de uso e consumo	(263)	(569)	(263)	(569)
Depreciação e amortização	(297)	(307)	(297)	(307)
Outras	(346)	(320)	(346)	(331)
Total	**(59.969)**	**(58.675)**	**(59.969)**	**(58.686)**

24 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Reversão da provisão de recuperabilidade de ativos	–	191.565	–	191.565
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.209)	77	(6.209)	77
Provisão para contingências	1.596	2.980	1.596	2.980
Outras receitas (despesas)	1.006	400	1.006	400
Total	**(3.607)**	**195.022**	**(3.607)**	**195.022**

25 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	28.557	35.781	28.557	35.781
Descontos obtidos e juros ativos	6.263	5.614	6.263	5.614
Variações monetárias ativas	–	216	–	216
Outras receitas	335	–	335	–
Total	**35.155**	**41.611**	**35.155**	**41.611**
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(172.538)	(229.736)	(172.538)	(229.736)
Encargos sobre debêntures	(41.717)	(59.577)	(41.717)	(59.577)
Atualização monetária da outorga a vencer (IPCA – IBGE)	–	(61.296)	–	(61.296)
Recomposição ao valor presente de outorga fixa a vencer	–	(135.914)	–	(135.914)
Atualização monetária – reequilíbrio econômico-financeiro	7.263	4.328	7.263	4.328
Multa e juros sobre outorga vencida	(232.786)	(171.332)	(232.510)	(171.332)
Demais juros pagos e incorridos	(17.377)	(16.781)	(17.290)	(16.477)
Outros	(7.535)	(5.356)	(7.535)	(5.356)
Total	**(464.690)**	**(675.664)**	**(464.327)**	**(675.360)**
Resultado financeiro	**(429.535)**	**(634.053)**	**(429.172)**	**(633.749)**

Tendo em vista que a Companhia está em regime de relicitação, conforme explicado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia entende que não é adequado recompor o total de outorgas vincendas de 2024 a 2042 a valor presente, na medida em que só serão devidas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Desta forma, as despesas financeiras do ano de 2023 não contêm este efeito.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. A interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 48. É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	8.489	8.489	8.489	8.489
Aplicações financeiras	132.856	132.856	132.856	132.856
Aplicações financeiras vinculadas	52.046	52.046	52.046	52.046
Contas a receber de clientes	55.753	55.753	55.753	55.753
Partes relacionadas	17.813	22.185	17.813	22.185
Total	**266.957**	**271.329**	**266.957**	**271.329**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.660.011	1.660.011	1.660.011	1.660.011
Fornecedores	37.447	37.369	37.447	37.369
Outorga a pagar	5.027.003	5.024.577	5.027.003	5.024.577
Partes relacionadas	19.099	24.484	19.099	24.484
Receita diferida	47.130	47.130	47.130	47.130
Taxas aeroportuárias	171.770	171.770	171.770	171.770
Total	**6.962.460**	**6.965.341**	**6.962.460**	**6.965.341**
Total	**(6.695.503)**	**(6.694.012)**	**(6.695.503)**	**(6.694.012)**

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2022		31/12/2022	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	22.049	22.049	22.049	22.049
Aplicações financeiras	96.826	96.826	96.826	96.826
Aplicações financeiras vinculadas	65.417	65.417	65.417	65.417
Contas a receber de clientes	97.046	97.046	97.046	97.046
Partes relacionadas	17.793	22.054	17.793	22.054
Total	**299.131**	**303.392**	**299.131**	**303.392**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.907.976	1.907.976	1.907.976	1.907.976
Fornecedores	20.224	20.146	20.224	20.146
Outorga a pagar	4.748.190	4.746.040	4.748.190	4.746.040
Partes relacionadas	19.152	24.537	19.152	24.537
Receita diferida	53.797	53.797	53.797	53.797
Taxas aeroportuárias	188.245	188.245	188.245	188.245
Total	**6.937.584**	**6.940.741**	**6.937.584**	**6.940.741**
Total	**(6.638.453)**	**(6.637.349)**	**(6.638.453)**	**(6.637.349)**

continua ...

VIRACOPOS
Aeroportos Brasil

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

Demonstrações Financeiras 2023

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais riscos de mercado e regulatórios aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **a) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. **c) Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar/negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. **d) Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **e) Risco regulatório:** A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias, que não sejam relativas ao processo de relicitação. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento unilateral da relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota, ainda que se considere o Ofício da Anac emitido em 09 de fevereiro de 2018, que prevê a instauração de processo administrativo que poderá ensejar na caducidade do Contrato de Concessão após a aprovação da relicitação. Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para tais riscos. A geração de caixa futura, a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado e o aporte de capital demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos na atual situação do Contrato de Concessão. **f) Operações com derivativos:** A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 operações com derivativos financeiros. **g) Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

27 Coberturas de seguros

A Companhia, por força do contrato de concessão, é obrigada a ter coberturas de seguros nas seguintes modalidades: • **Garantia de execução contratual** – tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente, porém com a eficácia do 2º Termo Aditivo, a Concessionária está dispensada da prestação de garantia de execução contratual estabelecida pelo item 3.1.66 do Contrato de Concessão; • **Seguro de responsabilidade civil geral** – tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros; • **Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos** – tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações; • **Seguro de riscos operacionais** – tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia; • **Seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil geral** – tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros; e • **Seguro de responsabilidade civil de administradores – D&O** – tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US$ 500.000	25/05/2023 a 16/07/2024
Riscos operacionais	R$ 1.477.255	25/05/2023 a 16/07/2024
Responsabilidade civil geral	R$ 20.000	25/05/2023 a 16/07/2024
Responsabilidade civil de administradores – D&O	R$ 75.000	27/09/2023 a 27/09/2024

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Eventos subsequentes

Repactuação Finep: Em 19 de fevereiro de 2024, a controladora da Cia., ABSA e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep repactuaram o saldo devedor da dívida da ABSA, que, após pagamentos parciais, deverá ser quitada em 31 de julho de 2025. **Repactuação do contrato de concessão:** Considerando o avanço do procedimento, Anac e ABV pactuaram, em 30 de janeiro de 2024, uma prorrogação, por mais 120 dias, da suspensão de todos os litígios envolvendo as partes. Em 08 de março, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União decidiu admitir a solicitação de solução consensual formulada pelo Ministério de Portos e Aeroportos para a reestruturação do contrato de concessão da Companhia. O processo foi encaminhado ao ministro do TCU Vital do Rêgo, que ratificou a admissibilidade da solicitação, em 15 de março, enviando o processo à Secex Consenso para a constituição da Comissão de Solução Consensual.

Diretoria

Gustavo Müssnich
Diretor Presidente

Fábio Tosta Gadelha Souza
Diretor Administrativo Financeiro

Marco Antonio Beme
Diretor de Operações

Maria Siau Feie Fan
Diretora Comercial

Contador

Bruno Petrucci Oliveira *– CRC SP 289.938/O-6*

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias da Companhia e de acordo com disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado, documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da Controladora e Consolidado. Nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por esclarecimentos e informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos seus Auditores Independentes durante o exercício. Desta forma, tendo em conta ainda, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes em 22 de março de 2024, contendo parágrafo de ênfase de incerteza referente à continuidade operacional em decorrência do endividamento e sobre o processo de caducidade da concessão e ressalvas decorrentes de: a) não considerar o direito do credor de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, estabelecido em clausulas contratuais, não reclassificando as parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante e b) pela ausência de correção e recomposição do ajuste a valor presente da outorga fixa a pagar das parcelas a vencer de 2024 a 2042, pelo fato da Administração entender que está em processo de discussão da outorga em decorrência do processo de relicitação. O Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem analisados e apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, considerando as menções efetuadas pelos auditores.

Campinas-SP, 22 de março de 2024.
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
Bruno Shigueyoshi Oshiro
Tomé Franca

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Aeroportos Brasil Viracopos S.A. | Campinas-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada , da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas: Descumprimento das obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a Companhia não reclassificou, para o passivo circulante, o montante de R$ 1.513.893 mil em 31 de dezembro de 2023 registrado no passivo não circulante. A Companhia mantém empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e outras instituições financeiras repassadoras, que têm o direito de declarar o vencimento antecipado da dívida devido à Companhia ter deixado de cumprir cláusulas restritivas relativas à obrigatoriedade de cumprimento integral do contrato de concessão, sendo que a Companhia vem deixando de pagar as Outorgas, conforme informado nas Notas Explicativas nos 1 e 16. Desta forma, ainda que a Administração argumente que os financiadores têm tido uma postura colaborativa e não tenham a intenção de declarar o vencimento antecipado da dívida, por deterem este direito desde 2017 e não o terem exercido, por terem conhecimento dos termos do Plano de Recuperação Judicial, que prevê o pagamento das outorgas mediante compensação com a indenização da relicitação, e por terem liberado recursos que lhes foram cedidos fiduciariamente para que a Companhia encerrasse a sua recuperação judicial em dezembro de 2020, o que justificaria a manutenção do financiamento no longo prazo, não há amparo nas normas contábeis para manutenção do referido passivo como não circulante, tendo em vista que existe um descumprimento contratual, onde os credores, pelo contrato consignado entre as partes, têm o direito de exigir o pagamento da integralidade dos referidos financiamentos nos próximos doze meses após a presente data. Consequentemente, como determinado pelo parágrafo 74 do CPC 26 R1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante individual e consolidado estão subavaliados no montante de R$ 1.513.893 mil e o passivo não circulante individual e consolidado estão superavaliados no mesmo montante naquela data.

Ausência de correção da outorga fixa a pagar: Conforme Nota Explicativa nº 25, a Administração deixou de corrigir as outorgas fixas vincendas de 2024 a 2042 a valor presente, devido ao fato de a Companhia estar em regime de relicitação, previsto para ser concluído em 2025. A Companhia entende que não é adequado corrigir esse valor, uma vez que essas outorgas só serão devidas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Entretanto, como o fato gerador da modificação contratual ainda não se concretizou e o contrato inicial de concessão permanecerá vigente até a efetiva transferência da operação do Aeroporto para o operador vencedor da recilitação, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que o total de outorga fixa vincenda pactuado no contrato firmado entre as partes continue sendo atualizado a valor presente em cada data base. Desta forma, o passivo circulante e não circulante, individual e consolidado, bem como o prejuízo do exercício, estão subavaliados em R$ 259.000 mil em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, naquela data, o patrimônio líquido está registrado a maior pelo citado montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R$ 2.620.341 mil na controladora e R$ 2.622.631 mil no consolidado, decorrente de dívida com instituições financeiras, embora os pagamentos estejam sendo realizados dentro do cronograma previsto nos contratos. Há também, no passivo circulante, obrigações junto ao poder concedente em atraso e/ou não liquidadas nos seus vencimentos que, nos termos do encerramento do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, serão pagos mediante compensação com a indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Concessionária terá direito no processo de relicitação, que apresenta-se em processo de modificação, após o TCU e o Poder Público terem reconhecido a possibilidade de uma solução consensual através de acordo para permanência da Concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 1 . Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R$ 947.587 mil (individual e consolidado) e se encontra em processo de relicitação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos também descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas não contém ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfase: Processo administrativo – caducidade da concessão: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), através do ofício datado de 2 de outubro de 2017, notificou a Companhia sobre a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/Anac/2012-SBKP. Tal processo administrativo foi suspenso em julho de 2020, quando ocorreu a qualificação da concessão no processo de relicitação, permanecendo desta forma enquanto durar o referido processo, por força do art. 14, § 3º, da Lei nº 13.448/17. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado (DVA): As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no segundo parágrafo da seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto pelos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas", não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de março de 2024.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP 223.766/O-0

Remuneração Mercado ainda não está maduro para sistema de 'bundles', diz José Oliveira, do Oswaldo Cruz F3

Planos de saúde Cuidados com idosos devem representar 45% das despesas até 2031 F2

Inovação Grupo Fleury avaliou mais de 800 startups, relata Andrea Bocabello F4

Especial
Gestão da saúde

Equilíbrio delicado

Cenário Saúde suplementar busca revisão de modelo e eficiência diante de alta nos custos, envelhecimento da população e inovações tecnológicas

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

Com quase 51 milhões de beneficiários, a saúde suplementar é parte relevante do Sistema Nacional de Saúde. A adesão aos planos privados cresceu de forma significativa nos últimos 20 anos — a maior parte dela ocorre por meio de contratos coletivos em que as empresas respondem pela cobertura dos funcionários. A perspectiva do setor é que a tendência de expansão continue. Mais recentemente, no entanto, fatores como pós-pandemia, o custo das novas tecnologias e inflação médica desequilibraram as contas do setor.

Os planos de saúde acumulam resultados operacionais negativos desde 2021. O número de operadoras também segue trajetória de queda: hoje somam 678, enquanto que, em 2014, eram 874 atuantes no mercado.

Para o diretor-executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), Antônio Britto, no que concerne aos hospitais, o problema está no fluxo de caixa. "As operadoras têm enfrentado dificuldades e transferido estas dificuldades para os hospitais. Na medida que tiveram suas margens reduzidas, elas montaram uma estratégia de ampliação do prazo de pagamento aos hospitais, afetando o ciclo de receita dos prestadores. Esperamos que esse cenário seja amenizado neste ano", afirma.

> Solução passa por gastar melhor, em vez de gastar menos, diz Ana Maria Malik, da FGV

Já a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), que reúne 141 operadoras, informa que o prejuízo operacional acumulado nos últimos três anos foi de cerca R$ 20 bilhões, considerando que para 2023 é estimado um novo déficit de cerca de R$ 10 bilhões, como no ano anterior. A entidade ressalta que as mensalidades não estão sendo suficientes para o pagamento das despesas e defende o uso mais racional dos recursos. "O Brasil é o campeão do mundo em exames e muitos deles são desnecessários. Somos um país tropical e gastamos com exames de vitamina D sem precisar. Precisamos melhorar a interoperabilidade e o trânsito do histórico do paciente no sistema para que diferentes atores da cadeia tenham acesso aos dados sem demora", diz Marcos Novais, superintendente da Abramge.

Para ele, as informações de saúde não circulam no sistema privado, no sistema público e nem entre ambos. "Por volta de 7 milhões de vidas aderem aos planos anualmente sem que sua nova operadora saiba sequer quando foi que o beneficiário tomou alguma medicação no passado", observa.

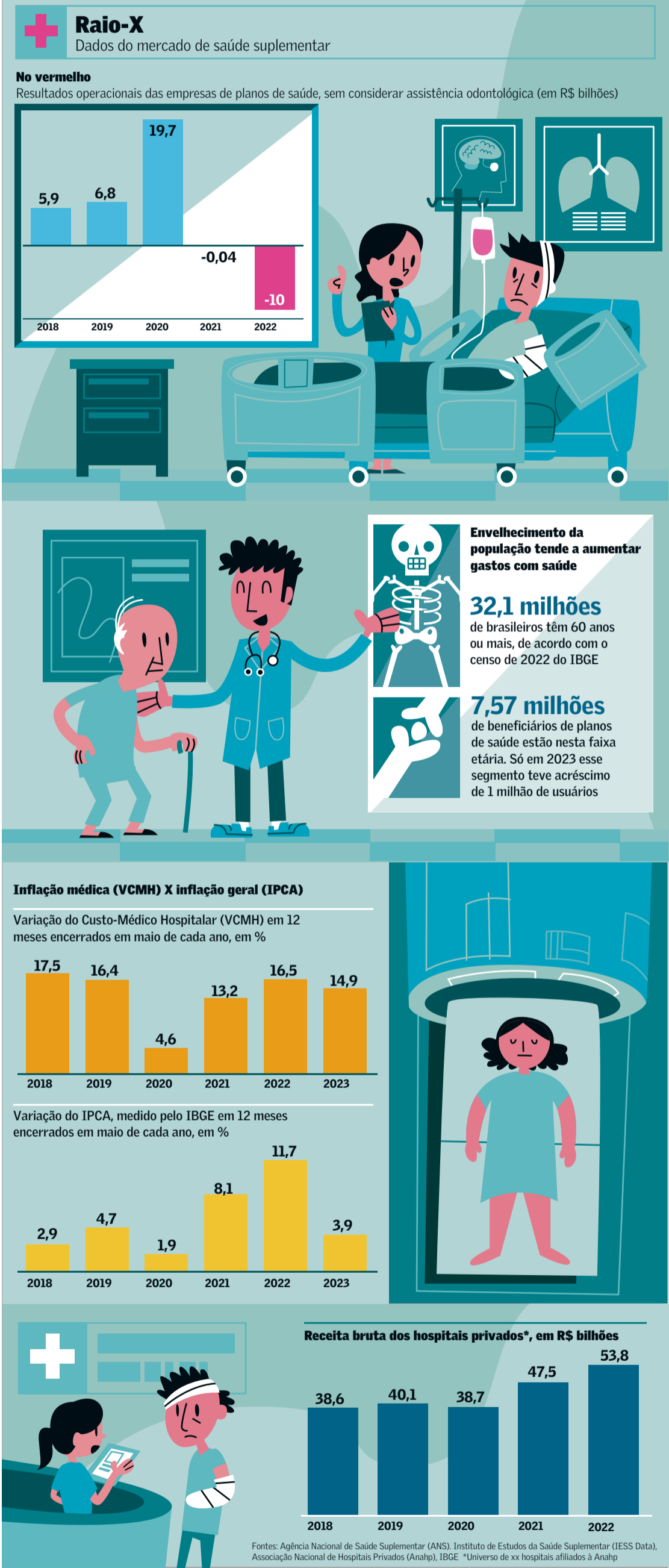
A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) instituiu em 2022 um grupo de trabalho voltado para a criação de um prontuário eletrônico unificado e integração de informações entre os diversos agentes do setor. "O GT conclui que a tarefa deve ser conduzida no âmbito do Comitê Gestor de Saúde Digital e Conselho Intergestores, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde e do programa SUS Digital. Discutimos a organização dos dados em uma única plataforma, que agora depende de recursos do Ministério da Saúde para avançar. A integração destes dados é de suma importância para o Registro Eletrônico em Saúde dos cidadãos", informa Paulo Rebello, diretor-presidente da autarquia. A ANS faz parte do comitê.

Para Ana Maria Malik, professora da FGV EAESP, a sustentabilidade financeira do setor passará por gastar melhor em vez de gastar menos. "A inflação médica é maior que a inflação geral há décadas. A economia da saúde mostra que os custos continuarão crescendo", afirma. Para a especialista, o país precisa pensar em novos modelos de assistência médico-hospitalar para superar a crise que, na sua opinião, também é de eficiência.

"Do ponto de vista do prestador de serviços, está na hora de pensar em outro modelo de gestão do leito. Já existem tecnologias anestésicas que permitem que o paciente cirúrgico volte mais rápido para casa liberando o leito. Já do ponto de vista das operadoras, talvez elas precisem conhecer a vantagem econômica de usar mais as clínicas de transição para atender pacientes de quadros não agudos", exemplifica. "No limite, sai mais barato do que o leito hospitalar."

Na busca por sustentabilidade, hospitais posicionados entre os melhores do país apostam em um mix de estratégias. O Moinhos de Vento, de Porto Alegre, monta equipes enxutas de alta performance e prioriza a microgestão, uso de dados e investimento em ciência. Nos últimos dois anos, atingiu faturamento superior a R$ 1 bilhão. "Geramos conhecimento aqui dentro e temos mais de 280 protocolos de pesquisa clínica publicados, com vários deles envolvendo o uso de inteligência artificial", afirma Mohamed Parrini, CEO do hospital.

O executivo observa, porém, que o surgimento de novas drogas em intervalos de tempo cada vez menores é um fator que está puxando os custos para cima. "Trata-se de medicamentos personalizados, lançados a cada dois anos, com tempo menor para 'payback' da descoberta. Isto encarece muito o preço e está pressionando o sistema privado, o SUS e os sistemas públicos da Inglaterra e Canadá também... Assim, a conta não fecha. É uma inequação", observa.

Para Parrini, o país está precisando, sobretudo, de um pacto coletivo para reconstruir o modelo de assistência com base na prevenção e saúde da família. A ANS também se posicionou pela mudança no modelo de gestão das operadoras para que saiam da posição de intermediadoras financeiras para coordenadoras de cuidados. "Investir em prevenção é o melhor caminho. E é importante dizer que há um grande desafio estrutural imposto por alterações demográficas e no perfil das doenças e grupos populacionais afetados", acrescenta Rebello.

O Laboratório Sodré, de Lins, no interior paulista, sente o impacto das dificuldades que o segmento atravessa. A alta nos preços dos insumos como os reagentes químicos, todos importados, e do frete pesou nas contas. A alternativa que ajudou a equilibrar o balanço foi a diversificação dos serviços. Recentemente, os sócios expandiram o Sodré Toxicológico, primeiro laboratório do país a oferecer o exame de mesmo nome exigido por lei aos motoristas profissionais das categorias C, D e E. Hoje, o Sodré faz e envia o teste para uma rede de 3,3 mil laboratórios espalhados pelo país. O investimento na unidade especializada, que conta com 84 colaboradores incluindo pesquisadores, foi de R$ 100 milhões.

"Percebemos que seria vital inovar porque a inflação foi corroendo nosso negócio. Na medicina diagnóstica, a tabela de preços é imposta pelas operadoras e os reajustes não costumam cobrir os custos. Além disso, a população brasileira está envelhecendo. A faixa acima de 60 anos está demandando mais cuidados... Então, enfrentamos a pressão de receber menos dos planos e dar mais serviço", afirma Lucelaine Morales, presidente do Grupo SL Sodré.

A estratégia para garantir as margens futuras é continuar diversificando. O Atralabs, braço de análises ambientais e de alimentos inaugurado pelo Sodré no ano passado com tecnologia de ponta, mira a pujança da agropecuária. A intenção é testar a qualidade de produtos como carnes de frigoríficos, açúcar, grãos, leite, ovos, mel e processados.

Conjuntura Atenção primária, prevenção e gestão de pacientes crônicos são citadas por especialistas como caminhos possíveis

Envelhecimento da população desafia saúde suplementar

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

O censo 2022 do IBGE confirmou dados que desafiam o setor de saúde suplementar: os brasileiros estão envelhecendo. O número de habitantes com 60 anos ou mais chegou a 32,1 milhões — 15,6% da população — subindo 56% em relação a 2010. Dados da Agência Nacional de Saúde (ANS) indicam que, nos últimos cinco anos, houve um aumento de 1 milhão de beneficiários dessa faixa etária nos planos de saúde, fechando 2023 com 7,57 milhões de pessoas.

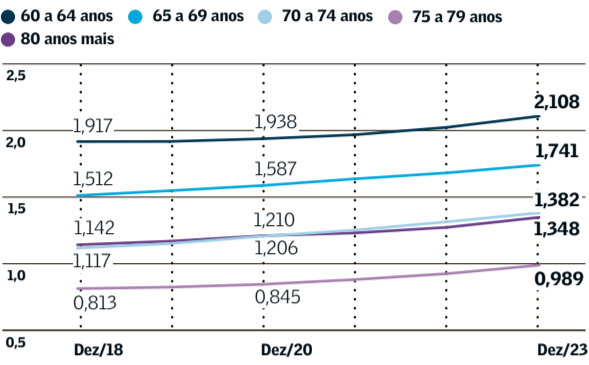
Com a longevidade, crescem a incidência de doenças crônicas, internações e tratamentos mais longos, entre outras demandas que elevam as despesas assistenciais. Levantamento de 2021 do Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS) indica que o número de usuários de planos com 60 anos ou mais deve aumentar 47% até 2031.

"E os cuidados com idosos consumirão 45% do total das despesas assistenciais ante os atuais 35%", observa a diretora-executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), Vera Valente. Outro estudo, da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde mostra que, em 2020, a despesa assistencial anual per capita na faixa etária acima de 59 anos foi mais que o dobro da faixa imediatamente anterior, de 54 a 58 anos.

A ANS, que regula o setor, está engajada na mudança do modelo assistencial, tornando-o mais direcionado a medidas preventivas e menos focado no tratamento. "Embora tratar a doença seja imprescindível, é fundamental cuidar integralmente do beneficiário, prevenindo agravos e doenças", diz o diretor presidente da agência, Paulo Rebello.

O envelhecimento populacional, lembra ele, impacta a sustentabilidade financeira do setor e exige reavaliar o modelo vigente. Por isso, a ANS desenvolve programas de incentivo à promoção da saúde e prevenção de doenças.

Para o superintendente médico da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Cássio Ide Alves, a atenção primária, a medicina preventiva e a gestão de pacientes crônicos são ações fundamentais, já em curso no setor. Além disso, ele lembra a responsabilidade dos gestores em identificar quais tecnologias "realmente atendem a necessidades dos beneficiários".

Há quem veja, nesse contexto demográfico, um nicho de negócio, como a operadora MedSênior, cuja carteira tem idade média de 69 anos. No ano passado, seu crescimento foi de mais de 50%, atingindo 141 mil beneficiários. Até dezembro pretende chegar a 420 mil usuários e, em 2030, 1 milhão.

"Focamos em medicina preventiva e atenção diferenciada", diz o vice-presidente executivo da Medsênior, Mauly Coelho Filho. A estratégia visa aliviar o custo a partir do acompanhamento personalizado do paciente.

Presente em Vitória, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Rio e São Paulo, a MedSênior estuda avançar para outras regiões. Sua rede de prestadores de serviço tem 37 unidades próprias e 97 hospitais credenciados.

Outro exemplo de como lidar com o envelhecimento vem da Bradesco Saúde, que está orientando do seu modelo para a atenção primária e programas de cuidado. Além de ajudarem no esforço de controlar custos, essas iniciativas servem para fidelizar e atrair clientes empresariais, segmento de atuação da operadora. "Os programas de promoção da saúde, bem como as iniciativas de atenção primária, são percebidos pelas empresas como diferenciais dos nossos planos", diz o presidente da Bradesco Saúde, Manoel Peres.

Um levantamento de 2022, realizado com os idosos do Meu Doutor Geriatria, uma das linhas do programa Meu Doutor, da operadora, e feito em parceria com o HCor, mostrou que a ida a pronto socorros caiu 55% no primeiro ano de participação dos pacientes, em relação aos 12 meses anteriores.

"O envelhecimento da população é um fator perturbador para a saúde suplementar", aponta o professor da USP e pesquisador da Unicamp/Fapesp, Jorge Félix. Pelo lado das operadoras, diz, há as limitações do modelo mutualista e aumento dos custos da saúde, incluindo "altas abusivas por parte dos hospitais".

Já na ponta do cliente, Félix observa que a mensalidade dos planos vem se caracterizando como uma dívida eterna no orçamento de idosos e de famílias com idosos. "Muitos começam a abrir mão do plano devido a reajustes acima da inflação. O setor vive um desequilíbrio crônico com o fenômeno da longevidade, o que faz piorar a prestação do serviço."

Em 2023, o reajuste dos planos individuais dado pela ANS foi de 9,6% contra uma inflação de 4,62%. Para os planos coletivos, que têm aumento negociado entre operadoras e clientes, o percentual superou a casa dos 20%.

O economista e doutor em saúde coletiva Carlos Ocké, ressalta que o modelo de negócio das operadoras normalmente impõe uma seleção de risco que acaba expulsando idosos e doentes crônicos por meio do aumento abusivo de preços. Segundo ele, a regulação deveria ser mais racional.

O setor, comenta Ocké, recebeu subsídios indiretos do Estado que somaram cerca de R$ 25 bilhões em 2021, de acordo com dados da Receita, considerando valores que deixam de entrar nos cofres públicos por conta das deduções no Imposto de Renda para clientesdeplanos (tanto famílias quanto empregadores). Esses subsídios, a seu ver, são ineficientes e retiram do Sistema Único de Saúde (SUS) verbas fundamentais.

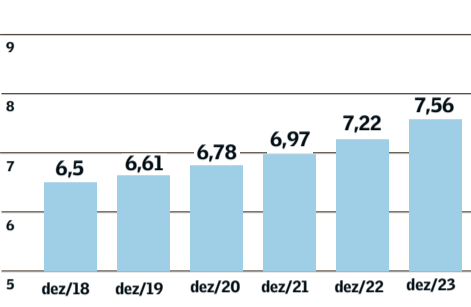
"No entanto, uma vez que eles existem, deveria ser exigido da saúde suplementar uma contrapartida, como mensalidades menores , especialmente para os idosos", destaca. "Seria oportuno também reduzir a ineficiência administrativa no interior da cadeia produtiva dos serviços médico-hospitalares", acrescenta.

Para a consultora Ana Carolina Navarrete, que integra oConselho Nacional de Saúde, as operadoras ainda veem o envelhecimento como fator de risco para os negócios, "a ser amortizado, digamos assim, por meio de práticas abusivas, como cancelamentos de contratos sem motivo, e reajustes por faixa etária impraticáveis", diz.

Evolução de beneficiários
Planos de assistência médica por faixa etária - em milhões

Fonte: Tabnet – Extração: 26/3/2024

SILVIA ZAMBONI/VALOR

"É fundamental cuidar integralmente do beneficiário, prevenindo agravos e doenças"
Paulo Rebello

Setor desacelera ritmo de fusões e aquisições

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Após intensa movimentação de fusões e aquisições até 2021, o setor de saúde vem desacelerando a consolidação de um mercado ainda fragmentado. As transações continuam acontecendo, mas em menor escala e com aportes e tíquetes reduzidos. A última grande operação, a aquisição da operadora de planos de saúde Amil por R$ 11 bilhões, foi feita em dezembro de 2023 pelo empresário José Seripieri Filho, fundador da Qualicorp, conhecido como Júnior. De lá para cá, os negócios são de volumes financeiros menores.

As consultorias divergem, mas quase todas indicam uma redução de transações em 2023 e 2024, bem como uma retomada prevista para 2025 devido ao potencial apresentado pelo segmento. Segundo Deloitte, PwC, Fortezza Partners e XP, o ano de 2023 teve menos transações por conta do elevado custo de capital no contexto econômico de juros elevados e dado o alto endividamento das grandes empresas que entraram no páreo da consolidação.

Conforme levantamento da Deloitte, com base nos dados da TTR (Transactional Track Record), que considera os segmentos de indústria e serviços em assistência médica (healthcare), farmacêutico, higiene, estética e cosméticos, foram 139 transações em 2023, volume 32% menor do que no ano anterior. Já na parcial de janeiro a março deste ano, foram oito negócios realizados, sendo que cinco ainda estão em andamento. O pico do setor se deu em 2021, com 246 negociações. Em 2022, foram 204.

"Não vejo um ano de retomada de grandes fusões e aquisições no setor. Por outro lado, têm algumas áreas que começaram a ganhar força, como medicina reprodutiva, aumentando as operações. As clínicas de fertilização in vitro têm crescido", afirma Luís Joaquim, sócio-líder de life sciences e health care da Deloitte. O executivo explica que as grandes aquisições que ocorreram até 2021 precisam de tempo de maturação e que grandes players como Rede D'Or, Hapvida, Dasa e Grupo Fleury precisam organizar seus custos financeiros.

Outro ponto de atenção é a sinistralidade dos planos de saúde, que atingiu 87%. "Este é um problema que pressiona as margens de pagamentos das empresas. Teve também a demanda reprimida da pandemia que ocasionou um acréscimo no número dos serviços. O número de autismo, por exemplo, teve aumento de 317% de 2000 para cá e acelerou muito a partir de 2020", conta Joaquim.

Este ano as principais operações foram as da Blue Health Holding, adquirindo a Servilogi Health, em janeiro, com valor de transação não divulgado. A Oncomed anunciou também em janeiro a participação majoritária na Clínica de Neoplasias Litoral. A Genial Care recebeu aporte de US$ 7,1 milhões da General Catalyst Partners e de investidores privados, incluindo Mauro Figueiredo, ex-CEO do Fleury, e João Alceu Amoroso Lima, ex-CEO da Qualicorp. Além disso, o Sou Odonto recebeu aporte de capital de Paulo Batista, ex-CEO da Dental Cremer, em troca de uma participação na companhia. O valor da transação não foi divulgado. "Teve também a Raia Drogasil que adquiriu a 4 Bio, distribuidora de medicamentos. Não são grandes estratégias de consolidação como no passado", diz o sócio da PwC Brasil, Leonardo Dell'Oso.

Para o analista de research da XP, Rafael Barros, apesar de haver bastante espaço para consolidação, em 2024 as aquisições serão mais pontuais. "Não acredito em um movimento acelerado como em 2020 e em 2021. Em 2025, aí sim, pode ser mais generalizado, porém, menos acelerado do que no passado", afirma Barros.

Para os especialistas, dentre as grandes aquisições do passado, o Grupo Fleury foi quem manteve a saúde financeira mais estável e com menos alavancagem. Apesar das 17 aquisições feitas nos últimos cinco anos — sendo a maior a do Grupo Hermes Pardini em 2023 — que a tornaram uma empresa com receita bruta superior a R$ 7 bilhões, seu endividamento está em 1,2 vez a dívida líquida versus o Ebtida.

"Nosso nível de alavancagem está adequado para o momento de juros alto. Além disso, demos lucro de R$ 467 milhões em 2023, um crescimento de 51,7%, quando tiramos as despesas da combinação de negócios", observa Jeane Tsutsui, presidente do Grupo Fleury. A executiva não descarta novas aquisições, mas salienta que os ativos precisam estar em valores corretos e não superestimados.

Na visão de Harold Takahashi, sócio da Fortezza Partners, compradores como Fleury, Rede D'Or e Hapvida, estarão, de fato, mais seletivos e menos dispostos a pagar caro pelas aquisições.

R$ 11 bi
foi o valor da compra da Amil em dezembro de 2023

Operadoras investem em rede própria e buscam visão sistêmica

Do Rio

A verticalização dos planos de saúde, com ampliação de rede própria como forma de controlar melhor os custos, segue como tendência em alta, segundo especialistas e executivos do setor. Empresas de diferentes portes e regiões, entre elas a mineira Unimed BH, a gaúcha Doctor Clin e a baiana Promédica, apostam nessa integração de serviços.

A Promédica, com 80 mil vidas — 14% em planos individuais e 86% em coletivos — faz 85% dos atendimentos em sua rede própria. Para este ano, destaca o CEO da operadora, Jorge Oliveira, a ideia é crescer cerca de 10%. Em 2023, a receita de contraprestações da Promédica foi de R$ 402 milhões, com sinistralidade de 72%.

"Nossa estratégia de expansão tem que estar associada à existência de rede própria", diz Oliveira. A rede ambulatorial e hospitalar está concentrada em Salvador e os atendimentos feitos por prestadores de serviço credenciados geralmente ocorrem em outras cidades baianas.

Do outro lado do país, a Doctor Clin vai investir R$ 280 milhões na abertura de novas unidades no Rio Grande do Sul até 2028. Na lista, estão um hospital, pronto atendimento, centro médico, centros de diagnóstico. Essa expansão vai elevar para 60% os atuais 30% de atendimentos realizados em sua rede.

"Demais investimentos dependerão do crescimento esperado e da provável abertura de novas geografias para a operação do plano de saúde", destaca Marcelo Dietrich, diretor executivo do DC Group, do qual a operadora faz parte.

Segundo ele, a verticalização traz uma economia média de 10% a 20% nos atendimentos, podendo ser maior em oncologia. Hoje a operadora soma 42 unidades próprias, entre centros médicos, pronto atendimento, laboratórios, clínicas de oncologia e infusão, centros de terapia e um hospital.

A Doutor Clin, diz Dietrich, não pretende atingir 100% de verticalização. Isso porque reconhece que há prestadores melhores e mais eficientes, como por exemplo na baixa complexidade, oferecendo capilaridade complementar, e na alta complexidade e resolutividade, como hospitais de referência. "Estamos buscando implantar um sistema de saúde integrado e colaborativo", salienta o executivo.

Outra que vem reforçando sua capacidade de atendimento é a Unimed-BH. Dona de uma carteira de 1,5 milhão de clientes, a operadora começou a construir, em 2023, um hospital em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. Será a quinta unidade hospitalar própria e está exigindo R$ 350 milhões em investimentos.

"É uma região estratégica por ser um importante polo industrial e por reunir uma grande parcela de clientes da cooperativa", diz Frederico Peret, diretor-presidente da Unimed-BH. A inauguração está prevista para 2026.

Segundo ele, a operadora tem hoje 14 unidades assistenciais e ambulatoriais, incluindo hospitais, diversos centros de promoção da saúde, laboratórios e clínicas, atua de forma integrada à rede credenciada. Em 2023, 55% dos atendimentos em prontos-socorros e 69% das internações foram feitos na rede própria. "O nosso foco é atuar em uma lógica complementar", comenta o executivo.

DIVULGAÇÃO

A possibilidade de concentração de mercado com a verticalização preocupa Marina Paullelli, do Idec

Leandro Berbert, sócio-líder de Health Sciences & Wellness da EY Brasil, observa que já se vê no mercado operadoras que vendem planos de rede aberta desenvolvendo produtos que concentram atendimentos em suas redes próprias. "Muitas cooperativas e até mesmo algumas autogestões têm implantado ou considerado o fortalecimento de suas estruturas assistenciais", acrescenta o consultor.

Para o superintendente executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Marcos Novais, o setor tem baixos níveis de integração. Segundo ele, a grande comunicação entre os elos da cadeia — consultórios, clínicas, laboratórios, hospitais, operadoras — é sobre faturamento. "Ou seja, não tem informação de saúde, não tem informação de alocação de recursos e isso faz com que a gente tenha um setor bastante descentralizado". afirma. Por isso, ele vê a verticalização com potencial de trazer uma visão sistêmica, com interoperabilidade de dados, para seja possível um atendimento mais adequado e resolutivo.

Embora traga mais controle sobre os serviços prestados, a verticalização exige a necessidade de investimentos significativos em infraestrutura e recursos humanos, ressalta o sócio da KPMG, Leonardo Giusti. E lembra que o modelo embute um ponto delicado. "É a possibilidade de conflitos de interesse entre a operadora e os prestadores de serviços de sua propriedade", avalia.

A possibilidade de concentração de mercado, criada pelo processo de verticalização, é uma preocupação levantada pela advogada do programa de saúde do Idec, Marina Paullelli. "Em muitos casos, essa conformação não garante necessariamente o melhor desfecho à saúde", observa.

Além disso, não é incomum operadoras descredenciarem prestadores de serviço à medida que aumentam sua rede. Paullelli defende que a ANS avance em regras sobre descredenciamento. "A legislação atual não regulamenta adequadamente a relação entre operadoras de planos de saúde e prestadores", afirma. *(SG)*

Remuneração Pagamento por serviço ainda é o mais usado, mas soluções híbridas ganham força

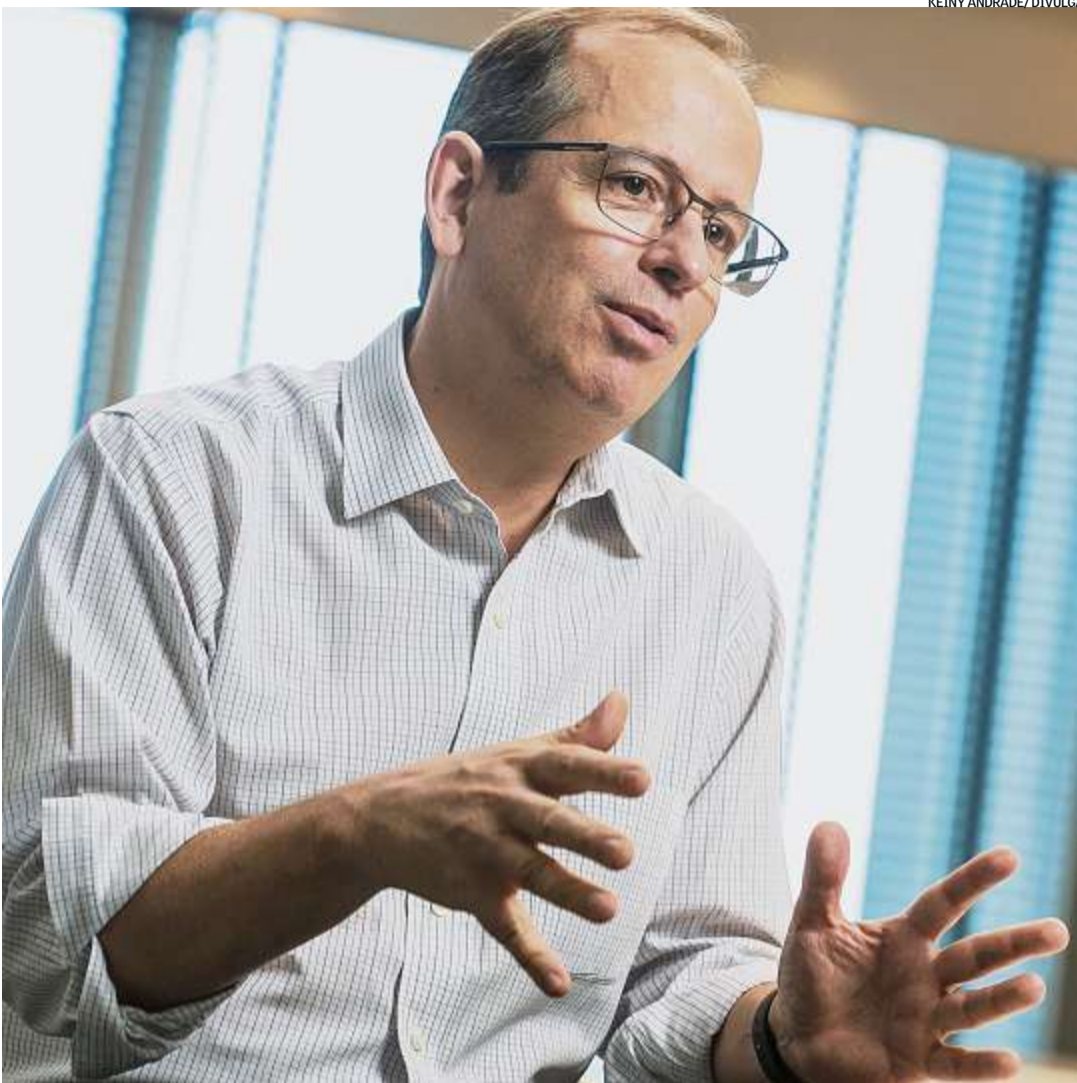
Transição para modelos alternativos se mostra complexa

Katia Simões
De São Paulo

Cerca de 12,7% da receita das operadoras de saúde, que respondem pelo atendimento de quase 51 milhões de brasileiros, é perdida em decorrência de fraudes e desperdícios. Foi o que revelou estudo feito pela consultoria EY, a pedido do Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS). Apenas em 2022 as cifras ficaram entre R$ 30 bilhões e R$ 34 bilhões. Não à toa a substituição do tradicional sistema "fee-for-service" (que remunera médicos, hospitais e clínicas pela quantidade de procedimentos) por um modelo de remuneração por valor, que preza pela qualidade e eficiência dos cuidados com foco maior na prevenção e na coordenação dos cuidados ao paciente, vem ganhando mais eco.

O desafio é grande. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), 91% dos planos de saúde no país adotavam em 2021, ano do último levantamento, o sistema de remuneração tradicional. "O sistema fee-for-service cria incentivos para o volume de procedimentos, o que pode levar a processos desnecessários e custos inflados", afirma Cássio Alvez, superintendente médico da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge). "Precisamos de um modelo de remuneração que valorize a qualidade e não a quantidade de serviços." Segundo ele, não há uma receita única, uma vez que o Brasil apresenta realidades distintas na área da saúde, "mas as mudanças precisam acontecer".

O modelo de pagamento por serviço é o mais usado, mas não é o único. Entre os adotados de maneira híbrida figuram "capitation", sistema de remuneração fixa por paciente inscrito, independentemente do volume ou custo do serviço prestado; "bundles" (pacotes), no qual a precificação ocorre por agrupamento em pacotes completos pelo tratamento de uma condição específica ou conjunto de serviços relacionados a um episódio de cuidados previamente escolhido; e DRG-Sistema de Classificação de Pacientes, os quais são categorizados com base em diagnósticos, tratamentos e características clínicas similares e agrupados em categorias específicas. Para cada grupo de diagnóstico é atribuído um valor fixo.

KEINY ANDRADE/DIVULGAÇÃO

Oliveira, do Hospital Oswaldo Cruz: desafio do modelo é a coordenação do cuidado da saúde, seja preventivo ou agudo

Na teoria, o processo de mudança do pagamento por volume para o de valor parece simples. Na prática, porém, a transição se mostra complexa. Inaugurada em 2017, a unidade Vergueiro do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, com 140 leitos, deverá encerrar as atividades ainda no primeiro semestre. Foi o primeiro grupo hospitalar do país a ter uma unidade trabalhando exclusivamente com valor fixo por grupo de procedimentos médicos. "O sistema de 'bundles' é promissor, mas o mercado ainda não está maduro", afirma José Marcelo A. de Oliveira, presidente do Hospital Alemão Oswaldo Cruz. "O desafio do modelo é a coordenação do cuidado da saúde. Coordenar não é só controlar, é dar a quem precisa o cuidado certo, no momento certo, tendo informações do histórico de saúde do paciente. Isso vale para o cuidado preventivo e para o agudo", afirma.

Segundo Oliveira, um dos principais entraves para a mudança está na fragmentação dos sistemas de saúde, que faz com que as informações geradas para o paciente não sejam compartilhadas. "O benefício do histórico integrado é real", diz. Como exemplo, ele reforça que a taxa média de complicação de uma paciente que faz pré-natal é de 2%, enquanto daquela que não é acompanhada alcança 10%. "Quando falamos de novos modelos de remuneração, falamos de previsibilidade, que pode ser trabalhada, uma vez que 80% das necessidades de saúde são de baixa e média complexidade", acrescenta.

Em 2022, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) — que congrega cerca de 4 milhões de vidas e mais de 100 filiadas —, lançou um projeto piloto de cuidados para pacientes com remuneração baseada na entrega de valor ("value based health"), a fim de transformar a maneira como o mercado remunera os tratamentos médicos e oferecer desfechos clínicos melhores e mais eficientes para os pacientes. "Trata-se de um modelo colaborativo, no qual prestador e a operadora trabalham juntos para entregar o cuidado ideal para o paciente", diz Anderson Mendes, presidente da Unidas.

Segundo Mendes, o mercado avançou na régua de evolução com o objetivo de sair de pagamentos fragmentados para globais, porém, não na velocidade desejada. "A mudança não acontecerá da noite para o dia. Os contratos hoje são bem diferentes dos firmados há uma década. O modelo híbrido começa a ser percebido como estratégia positiva na busca de maior eficiência, qualidade e menos desperdícios. Mas, para que isso avance o setor precisa pautar seus modelos em três pilares: previsibilidade, compartilhamento de risco e eficiência", argumenta.

Ferramenta reduz custos com consultas, exames e internações

De São Paulo

Ciente de que a transição do modelo tradicional de remuneração para um sistema de valor exige mudanças nas práticas de pagamento, infraestrutura de TI, cultura dos prestadores de serviço e até na legislação, o médico Cesar Luiz Abicalaffe usou o conhecimento adquirido no mestrado fora do país para criar, em Curitiba, a startup 2iM, que ajuda a organização de escritórios de valor em saúde dentro das operadoras de planos de saúde. A proposta é criar um modelo de cuidado no qual o desfecho clínico — eficiência no tratamento dado ao paciente — será protagonista. A healthtech oferece ferramentas que medem de maneira padronizada, o número de consultas, exames e internações realizadas e a real necessidade dos procedimentos juntamente com os desfechos possíveis e a experiência do paciente.

Em seis meses de uso da ferramenta, a Unimed de São José do Rio Preto (SP), uma das primeiras a adotar o sistema de escore de valor em saúde, conseguiu uma redução de R$ 500 mil no custo gerado pelas consultas. A economia foi possível, afirmam, porque deixaram de serem realizadas consultas e exames de alta complexidade que não eram necessários.

"Qualquer modelo simples de remuneração pode ser modificado para lógicas de pagamentos baseadas em valor, desde que parte da remuneração seja condicionada ao valor gerado ao paciente. 70% dos indicadores são focados em qualidade e 30% em custo", afirma Abicalaffe. "O pagamento variável acontecerá a partir de diversas opções determinadas pelo gestor, mas sempre vinculado à melhoria de resultados operacionais e redução de desperdícios". A meta, segundo ele, é até dezembro rodar o sistema em 50 instituições de saúde, entre cooperativas e medicinas de grupo hospitais — um crescimento de 150% em relação a 2023. O investimento para implantação varia de R$ 60 mil a R$ 80 mil por ano por instituição.

O A.C.Camargo Câncer Center foi um dos primeiros a adotar o sistema de navegação para portadores de câncer. Desenvolvido

DIVULGAÇÃO

"Enfermeira treinada consegue traçar agenda multidisciplinar para seguir o melhor caminho"
Victor de Andrade

nos Estados Unidos, o programa consiste em melhorar a jornada de cuidado do paciente, a fim de garantir o cumprimento do tratamento, reduzir as taxas de não comparecimento às consultas e colaborar para um resultado melhor, com mais eficiência, além de oferecer suporte emocional. Na ponta, a adoção da navegação somada a uma gestão de saúde pautada em dados, com foco na qualidade e não na quantidade de procedimentos, diminui os gastos e desperdícios.

Segundo o Global Oncology Trends 2022, serão gastos US$ 242 bilhões este ano com oncologia em todo o mundo. Montante que, segundo os especialistas, poderia ser diminuído com a adoção de novas práticas de acompanhamento da jornada do paciente. "A pessoa sozinha não dá conta de pensar o caminho certo, na velocidade certa, a fim de encontrar o melhor desfecho no tratamento da doença, no menor tempo e com menor custo", diz Victor Piana de Andrade, CEO do A.C.Camargo.

"A navegadora, que no nosso caso é uma enfermeira treinada, consegue traçar uma agenda multidisciplinar para seguir o melhor caminho na velocidade ideal da jornada, segundo o protocolo de cada paciente". Para exemplificar a importância de se seguir à risca o protocolo, ele observa que, para um câncer de cérebro, uma semana pode ser tarde para uma cirurgia, enquanto um câncer de próstata não deve ser removido antes de 40 dias após feita a biópsia.

Com 12 centros de referência e uma média de 8 mil novos pacientes/ano, o A.C.Camargo conta com 16 enfermeiras navegadoras, que acompanham portadores de 50 diferentes tipos de tumores. Desde 2017, já foram navegados mais de 11 mil pacientes e formados novos profissionais para o mercado. "Cada paciente navegado portador de câncer do colo-retal, com ciclo de acompanhamento de 150 dias, sendo 60 antes da cirurgia e 90 dias pós, custa R$ 25 mil a menos para o A.C.Camargo", diz Andrade. Em 2022, foram evitados 2.967 dias em UTIs pós-cirurgia, uma economia de diárias hospitalares de R$ 10,3 milhões. *(KS)*

Cresce a mobilização de esforços para combate às fraudes

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

A campanha "Saúde Sem Fraude" completou um ano com resultados positivos. Lançada pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), que representa 13 grupos de operadoras de planos de saúde e seguros privados, a iniciativa resultou na abertura de 2 mil notícias-crime e ações cíveis contra fraudes, um aumento de 66% em relação ao ano anterior. A cartilha busca orientar os consumidores a identificar, prevenir e denunciar os golpes.

Dentro do escopo de fraudes está o reembolso sem desembolso (em que clínicas enganam os pacientes e pedem o valor do reembolso para elas), comprovantes de pagamentos e pixes falsos, empréstimo de carteirinha, falsa declaração de saúde, troca ou cobrança de procedimentos médicos que não foram realizados ou foram multiplicados. Isso sem contar as quadrilhas especializadas.

R$ 30 bi
gastos com fraudes e desperdícios

Segundo o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), cerca de R$ 30 bilhões foram gastos, em 2022, pelos planos de saúde com fraudes e desperdícios. Isso representa um impacto de 12% nas despesas assistenciais do setor de saúde privada, que tem um faturamento anual aproximado de R$ 270 bilhões.

Para equalizar a batalha contra fraudes, o setor também está adequando procedimentos internos e treinando seus recursos humanos, além de agregar tecnologias. "Em 2023, identificamos 244 contratos com fraudes comprovadas, evitando um custo de mais de R$ 35 milhões", diz Fabiano Catran, diretor executivo institucional e de cliente da Seguros Unimed.

"Durante o mesmo período, foram revogadas 34 liminares e concedidas 17 liminares a favor da seguradora, evitando o pagamento de custos falsos totalizados em mais de R$ 15 milhões. Construímos uma estrutura antifraude dedicada internamente e investimos em parcerias como a Neurotech, que tem uma rede neural treinada a partir de milhões de imagens capaz de mapear as características mais importantes de cada um dos documentos já enviados em pedidos de reembolsos anteriores", acrescenta o executivo.

O setor defende ainda leis que tipifiquem com mais clareza os casos de fraude como um crime específico, com a respectiva pena e que seja agravada quando praticada no sistema de saúde.

Integração de dados deve vir em 2028

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil avança em um projeto crucial para a transformação digital na área da saúde, o open health, inspirado no open banking, que promete revolucionar o cuidado com o paciente ao centralizar os dados médicos em um prontuário unificado, integrar informações entre os agentes do setor, facilitar a portabilidade dos planos de saúde e reduzir desperdícios na casa dos bilhões de reais, que poderão ser realocados em áreas da maior carência.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informou que o Grupo de Trabalho (GT) instituído em 2022 encerrou as discussões iniciais e elaborou um relatório que prioriza a transparência dos dados abertos e a melhoria da experiência do usuário. O GT chegou ao entendimento de que o compartilhamento dos dados pessoais de saúde deve ser conduzido no âmbito do Comitê Gestor de Saúde Digital e no Conselho Intergestores Tripartite, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde e do Programa SUS Digital, do governo federal.

"Com isso, o governo elaborou uma Estratégia de Saúde Digital, dentro do SUS Digital, cujo plano de ação prevê a integração dos dados até 2028", diz a ANS. A agência afirma também que está aprimorando seu guia de planos de saúde, prevendo o compartilhamento dos dados administrativos dos beneficiários para agilizar a contratação de planos de saúde e a troca de plano por portabilidade de carências. A continuidade desse projeto, no entanto, depende do envio de recursos do Ministério da Saúde.

Mesmo com o projeto em andamento, serão necessários investimentos significativos em infraestrutura tecnológica, incluindo o desenvolvimento de prontuários eletrônicos interoperáveis, sistemas robustos de segurança de dados e a garantia de acesso à tecnologia de comunicação, como o 5G, especialmente em áreas remotas do país.

A regulamentação do uso das informações pessoais, especialmente dados pessoais sensíveis sobre saúde e utilização de serviços médicos e hospitalares, embute um grande desafio: o de respeitar os limites definidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para a advogada Bruna Fabiane da Silva, sócia da DeServ Academy, a centralização dessas informações é bastante complexa, sobretudo para estar em conformidade com a LGPD que, embora esteja há mais de três anos em vigor, no segmento da saúde no Brasil ainda está distante do que a legislação exige.

Larissa Pigão, advogada especializada em direito digital e proteção de dados pessoais, diz que a LGPD estabelece diretrizes rigorosas para o tratamento de dados sensíveis, como o histórico completo de saúde dos pacientes. Isso inclui a necessidade de consentimento explícito para o uso compartilhado desses dados, medidas de segurança robustas para proteção contra acesso não autorizado e restrições ao uso dessas informações para vantagens econômicas sem o consentimento do paciente.

"O sucesso do open health também está intrinsecamente ligado à colaboração entre instituições públicas e privadas de saúde do país. Essa colaboração exige uma mudança de cultura e mentalidade, superando barreiras históricas e incentivando a cooperação entre os diversos atores do setor de saúde", ressalta Pigão.

O diretor de inteligência para saúde da Neurotech, Marco Antunes, afirma que vê a implementação total do open health em dez anos. "Não é no curto prazo, existem muitos agentes envolvidos, farmácias, muitas discussões a serem realizadas, mas serão inúmeras vantagens, pois não se faz política pública de saúde de qualidade sem dados estruturados e qualificados", diz Antunes.

Startups Hospitais e fundos investem em empresas que trazem melhor produtividade e oferecem mais resultados para pacientes

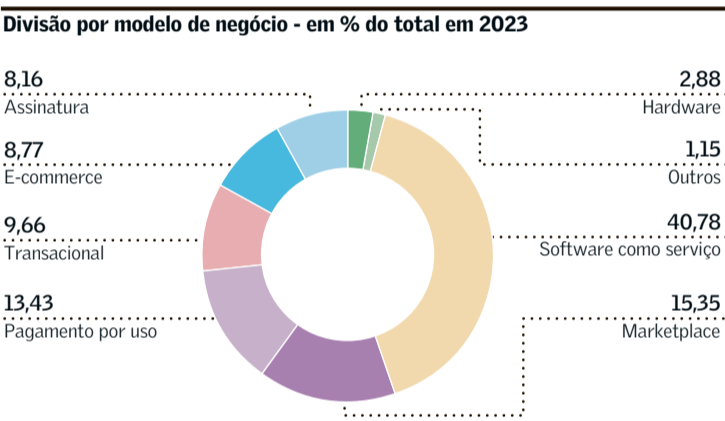
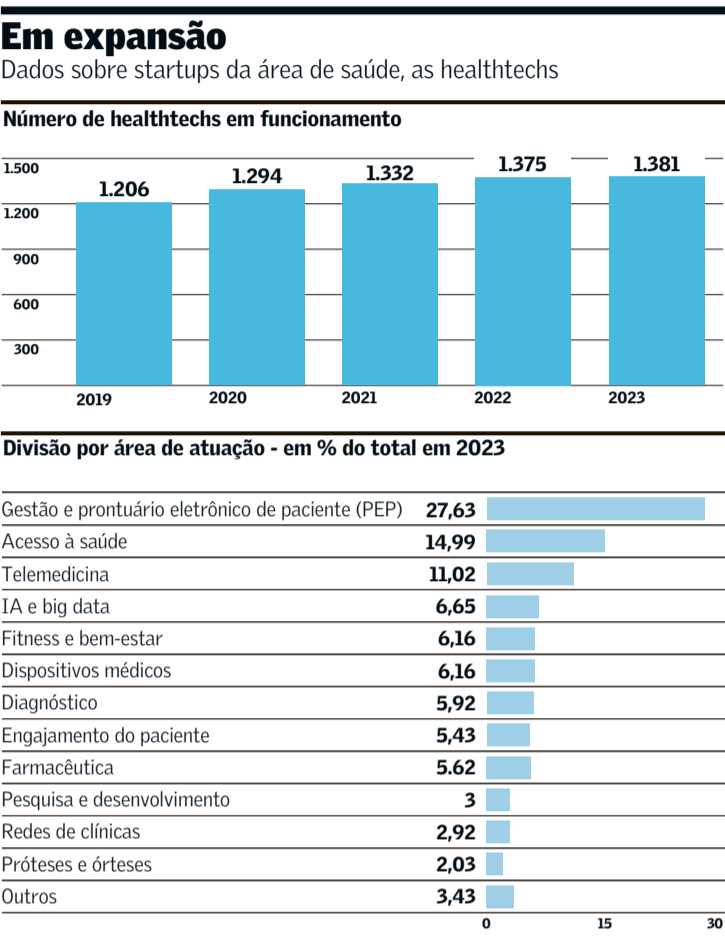
Diagnósticos e tratamentos avançam com healthtechs

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

A necessidade de inovação tem estimulado a criação de startups focadas em saúde, seja trazendo ganhos de produtividade para as companhias do setor, seja melhorando os resultados para os pacientes. No Brasil, já existem quase 1,4 mil healthtechs, como são chamadas essas empresas que, entre outras soluções, oferecem acesso a tratamentos, agilidade no atendimento, auxílio em diagnósticos e até desfechos clínicos. Segundo a Distrito, pouco mais de um quarto (27%) das healthtechs do país trabalha com gestão de processos e prontuários eletrônicos do paciente, peças-chave para a produtividade de empresas do ramo. Em seguida vêm aquelas focadas em a saúde (14%) e telemedicina (11%).

Grandes grupos hospitalares, inclusive, têm hubs próprios para o desenvolvimento dessas startups, de olho nas novidades que são capazes de desenvolver. É o caso do Hospital Israelita Albert Einstein, que lançou em 2017 o hub de inovação Eretz.bio. Um dos destaques é a Hoobox, cujo aplicativo Nanopass Room usa inteligência artificial (IA) para direcionar solicitações de pacientes ao setor responsável pela demanda, aliviando a enfermagem.

O Eretz.bio já fez parcerias com mais de 180 startups em mais de 230 projetos, diz o diretor executivo de inovação do Einstein, Rodrigo Demarchi. O crescimento gerou até um fundo corporativo (CVC), o Arava, lançado em 2021 e com previsão de investir até R$ 140 milhões até 2026. Gerido pela Vox Capital, o fundo tem investido até agora uma média de R$ 20 milhões por ano. Entre as beneficiadas estão Isa Lab, de exames em domicílio, Intuitive Care, de gestão financeira para centros médicos, e Klivo, que oferece coordenação de cuidados de pacientes crônicos.

Já o Grupo Fleury avaliou, nos últimos cinco anos, mais de 800 startups, das quais 57 tiveram soluções implementadas em 27 áreas da empresa, que tem seis programas de inovação. Um deles, o Impacta, anunciou em março as novas selecionadas, entre elas Afro Saúde (promoção da saúde da população negra), Visão do Bem (democratização da saúde ocular) e Na Porta (logística, pesquisa local e endereçamento digital).

Há quatro anos o Fleury, em parceria com o Grupo Sabin, lançou o CVC Kortex, com meta de aportar até R$ 200 milhões em negócios de medicina diagnóstica, personalizada e saúde digital. A primeira selecionada foi a israelense Sweetch, que usa IA para gestão de pacientes crônicos. Também já foram selecionadas as startups Speedbird, que utiliza drone para transporte de amostras biológicas na região metropolitana de Belo Horizonte, Quoretech, responsável por holter sem fio, e a Vuupt, plataforma de roteirização para produtividade, relata a diretora executiva de estratégia, inovação e ESG do grupo Fleury, Andrea Bocabello. O prêmio Inovação Fleury ajuda a conectar premiadas com o fundo.

"O que as fintechs [do setor financeiro] foram nos últimos 15 anos, healthtechs serão nos próximos 10 ou 15 anos", afirma Romero Rodrigues, head de venture capital na XP e sócio-gestor do Headline XP, parceria entre XP Asset e Headline Global que levantou R$ 915 milhões com 12,5 mil cotistas e tem duas healthtechs entre nove investidas: a Fin-X (com R$ 8,5 milhões) e a Fiibo (R$ 15 milhões).

A Fiibo, criada por Ítalo Marting em 2022, mira oferta de benefícios flexíveis com uma plataforma de saúde e bem-estar que reúne um marketplace com nove categorias, desde planos de saúde até vale-alimentação, academias, farmácias e exames, além de soluções voltadas a RH, como gestão de benefícios e acesso de funcionários e dependentes para aquisição de mais de mil produtos e serviços. O modelo é B2B2C: a empresa cliente dá acesso aos consumidores, que hoje são cerca de 67 mil. A empresa já captou mais de R$ 28,5 milhões.

A Fin-X, por sua vez, levantou no total quase R$ 15 milhões para organizar processos e dados na gestão e execução de cirurgias, integrando médicos, hospitais e seguradoras para maior eficiência operacional. A operação abrange 16 Estados e o Distrito Federal, com mais de 140 hospitais. "Neste momento miramos hospitais filantrópicos e públicos focados em gestão de filas de cirurgias do SUS", diz o co-fundador Daniel Shiraishi.

Aggir Ventures e FHE Ventures também miram as healthtechs. A primeira surgiu em 2021 para investir em startups em estágio inicial e já selecionou quatro nas áreas de educação médica, serviços de saúde e processos de gestão, conta a general manager Nadia Armelin. Uma delas é a Upflix, uma espécie de Netflix para serviços de saúde. Já a FHE Ventures, do Grupo FCJ, é voltada a venture builder (desenvolvimento de outras empresas) em saúde e educação, com 20 startups no portfólio.

Em janeiro, o FCJ e um grupo de investidores-anjo em saúde criaram a Health Angels Venture Builder, que já tem R$ 2 milhões captados e duas investidas, segundo o médico Rafael Kenji, CEO da FHE Ventures e da Health Angels Venture Builder. Uma delas é a Hi! Healthcare Intelligence, que coleta desfechos de saúde para entregar análises econômicas, dados e insights para melhor eficiência operacional.

Em expansão

Dados sobre startups da área de saúde, as healthtechs

Número de healthtechs em funcionamento

Divisão por área de atuação - em % do total em 2023

Área	%
Gestão e prontuário eletrônico de paciente (PEP)	27,63
Acesso à saúde	14,99
Telemedicina	11,02
IA e big data	6,65
Fitness e bem-estar	6,16
Dispositivos médicos	6,16
Diagnóstico	5,92
Engajamento do paciente	5,43
Farmacêutica	5.62
Pesquisa e desenvolvimento	3
Redes de clínicas	2,92
Próteses e órteses	2,03
Outros	3,43

Divisão por modelo de negócio - em % do total em 2023

Fonte: Distrito

Cursos priorizam formação em novas tecnologias

Jacílio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

A formação de pessoal para cuidados médicos prioriza, cada vez mais, conteúdos que tratam de novas tecnologias. Em pelo menos quatro cursos de graduação e pós em gestão da saúde com turmas abertas este ano, até 50% das disciplinas abordam diretamente as inovações ou as apresentam, de forma complementar, em todo o ciclo de estudo.

Os programas ofertados incluem temas como telemedicina, big data e machine learning (aprendizagem de máquina). Novas abordagens, como a "liderança algorítmica", que ensina como usar a inteligência das máquinas para aperfeiçoar o funcionamento das organizações, estão no radar dos educadores.

o Instituto Butantan, o MBA em gestão da inovação em saúde existe desde 2013 e se renova com o tempo, de acordo com Ana Marisa Chudzinski-Tavassi, diretora do Centro de Desenvolvimento e Inovação da entidade. "Já formou cerca de 200 gestores, com o conteúdo adaptado às estratégias de enfrentamento das crises de saúde", afirma ela.

Em março, o curso foi relançado em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Com 460 horas-aulas e um ano de duração, a ideia do treinamento é investigar todas as etapas do processo de inovação em saúde, desde a pesquisa e o patenteamento de soluções, até a produção e venda de insumos.

As novas tecnologias são um dos pilares do currículo do MBA, diz Chudzinski-Tavassi. "Embora exista um módulo dedicado exclusivamente à saúde digital, sobre telemedicina e registros eletrônicos, as inovações aparecem de forma transversal em todo o programa", afirma. "Há necessidade de profissionais capacitados para gerenciar ambientes cada vez mais digitalizados." A nova versão do curso recebeu 25 inscritos este ano e a previsão é que as matrículas sejam reabertas a partir de março de 2025.

No Ensino Einstein, área de educação do Hospital Israelita Albert Einstein, a novidade é a graduação em administração, iniciada em 2023, com 70 vagas. Cerca de 50% das disciplinas são ligadas a setores técnicos, como ciência de dados, logística e gestão da cadeia de suprimentos. "O curso foi idealizado para acelerar a formação de líderes", diz o professor e coordenador João Paulo Bittencourt. "Quando um gestor aprende a atuar em um ambiente complexo como a saúde, consegue se destacar em qualquer outro setor."

O programa tem 3 mil horas, previstas pelo Ministério da Educação para diplomas de administração, com 700 horas adicionais sobre gestão de saúde. Entre as disciplinas que lidam com conhecimentos de ponta está a modelagem de dados para a tomada de decisões. Os alunos aprendem a organizar e interpretar as informações obtidas em sistemas e prontuários eletrônicos, de acordo com Bittencourt.

O coordenador adianta que enfoques inéditos estão em estudo para compor a grade, como a liderança algorítmica. Segundo estudiosos, o conceito abrange as chefias que desejam usar a inteligência das máquinas para acelerar o desempenho das organizações. "Mais do que aprender linguagens de programação, os gestores precisam saber fazer perguntas para que as novas tecnologias deem as melhores respostas", diz Bittencourt.

Na opinião de André Chiga, professor da pós-graduação em gestão de negócios da saúde da Fundação Dom Cabral (FDC), que inicia turmas a partir de 26 de abril, em Belo Horizonte (MG), é crítico conscientizar as diretorias da área médica sobre a importância de incorporar as ferramentas digitais nas rotinas. "Assim, os pacientes podem ter uma melhor experiência nas instituições e os funcionários eliminam processos manuais que demandam tempo no dia a dia", destaca o professor.

Atualmente, quando pensamos em gestão de saúde, continua Chiga, é impossível "desconectá-la" da tecnologia. "Todas as atividades repetitivas podem ser automatizadas, liberando o expediente do médico para o mais importante: a relação com os pacientes, suas famílias e equipes de trabalho", analisa.

Mas o professor da FDC chama a atenção também para os entraves à inserção das invenções no setor hospitalar. "O grande desafio está relacionado ao treinamento de pessoal e altos custos de implementação de sistemas e equipamentos", diz.

Para Marcelo Marinho Aidar, coordenador do MBA em gestão da saúde na Fundação Getulio Vargas (FGV) — que forma, em média, 240 alunos ao ano —, os talentos do setor terão de se aprofundar em demandas emergentes, como robótica, big data e machine learning. "Os profissionais de assistência atuam com um volume de dados crescente e vão necessitar dessas tecnologias para trabalhar mais na promoção da saúde do que no tratamento de doenças", justifica.

DIVULGAÇÃO

Marisa Chudzinski-Tavassi, do Instituto Butantan: conteúdo adaptado

Empresas tentam reduzir custo de convênio

Vivian Soares
Para o Valor, de São Paulo

O aumento dos custos com as operadoras de saúde vem fazendo com que empresas adotem programas alternativos para ter mais controle e eficiência sobre a gestão da saúde corporativa. Em um cenário em que a inflação médica chega ser o quase o triplo dos índices de preços ao consumidor, as organizações estão optando por benefícios complementares, programas de prevenção e telemedicina para reduzir custos.

O estudo Variação do Custo Médico Hospitalar (VCMH), realizado pela consultoria Arquitetos da Saúde, aponta que nos três primeiros trimestres de 2023, o custo das operadoras de saúde aumentou em 9,85%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 3,5% no mesmo período. Responsáveis pelo financiamento de aproximadamente 70% dos planos de saúde privados no país, as empresas estão entre as principais afetadas por essa inflação da saúde. Sem repassar o custo aos clientes, elas assumem uma despesa que pode chegar a ser a segunda maior com pessoas depois da folha de pagamento.

É o caso da Heineken Brasil, empresa com 13 mil colaboradores e uma gestão de 35 mil vidas, incluindo dependentes. O diretor de planejamento de RH da Heineken, Giuliano Neri, explica que o plano médico representa 10% do custo de pessoal. A empresa tem investido em conhecer melhor o perfil dessa população, analisar indicadores e oferecer planos de prevenção e qualidade de vida para evitar casos clínicos mais críticos — e mais caros. O modelo de plano utilizado pela Heineken é o de pós-pagamento, em que a empresa paga à operadora pelos serviços utilizados em um determinado período. Nesse caso, a "conta" é variável, dependendo do uso que os funcionários fazem do plano.

Uma das maneiras de evitar o sobreuso, segundo Neri, é a coparticipação. Os funcionários pagam por 20% do valor de consultas e exames simples, e a empresa cobre o restante. Outro programa é o de corregulação, em que a empresa oferece a possibilidade de uma segunda opinião para que o paciente possa comparar diagnósticos e condutas em casos mais complexos. O serviço é prestado por uma consultoria externa ao plano de saúde.

> "Vários mecanismos coexistem, como coparticipação, redesenho da rede, ou programas de prevenção"
> *Fábio Gonçalves*

Mas é atuando em frentes como a prevenção que se coloca em prática o aprendizado obtido com a análise do perfil dos usuários. Há programas de incentivo ao exercício físico, cuidado da saúde mental, controle de doenças crônicas e acompanhamento de gestantes, por exemplo. Ao acompanhar tendências, a empresa consegue lançar novas iniciativas sempre que se detecte a necessidade. "Se há uma alta incidência de câncer de mama, por exemplo, podemos lançar uma campanha específica. É um trabalho de inteligência de indicadores", diz o diretor.

Essa forma de gerenciar as características dos funcionários e seus dependentes é chamada pelos especialistas de gestão da saúde populacional. Fábio Gonçalves, diretor técnico da Aliança para a Saúde Populacional (Asap), defende essa abordagem mais abrangente com os cuidados de saúde. "Quando se trata de saúde corporativa, vários mecanismos coexistem, como regulação do uso através de reembolso ou coparticipação, o redesenho da rede, ou programas de prevenção e saúde ocupacional. Essa gestão precisa ser multidisciplinar, integrando elementos de forma estratégica e indo além da visão de simples benefício de RH", afirma.

Com o aumento dos custos, no entanto, o tema já está nas mãos da alta liderança em muitas empresas, principalmente as de menor porte. O Grupo Ivy, consultoria de soluções tecnológicas que atualmente gerencia aproximadamente 260 pessoas, entre funcionários e terceirizados, oferece aos primeiros o plano pré-pago, sem coparticipação. Para os prestadores de serviço terceirizados, o grupo lançou no ano passado um plano de benefícios que inclui vacinação em casa, além de um pronto-atendimento 24h via telemedicina.

"Esses benefícios não substituem o convênio médico, mas a empresa não conseguiria cobrir os custos do plano para todos", pondera Miller Augusto, CEO do Grupo Ivy. "Somente este ano os reajustes dos planos foram de 13% a 24%, um valor que não posso repassar para os clientes", diz. Além da economia, as operadoras dos dois benefícios oferecem relatórios com dados de uso e resultados para a empresa. "Com o plano de vacinação, houve uma redução de 16% no absenteísmo por gripe. É um benefício com custo muito baixo e um retorno alto", afirma.

Augusto explica que seria ideal ter acesso a mais dados de uso também dos planos tradicionais para tomar decisões informadas. Fábio Gonçalves, da Asap, também defende essa colaboração entre operadoras e clientes para que os contratos sejam mais inteligentes. "Ao compartilhar dados e riscos, as operadoras empoderam as empresas e geram muita oportunidade para o setor", diz.

Oncoclínicas lança solução para facilitar acesso a tratamento contra o câncer

OC Acesso pretende atingir público que não tem plano de saúde e precisa de atendimento médico oncológico

De acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), são esperados 704 mil novos casos da doença anualmente, no período entre 2023 e 2025, no país. Esse avanço acelerado destaca a necessidade de se criar alternativas para tornar o tratamento oncológico cada vez mais acessível aos brasileiros.

Ciente desse cenário, a Oncoclínicas&Co, maior grupo médico dedicado aos cuidados do câncer da América Latina, decidiu agir com foco em democratizar o acesso à prevenção e aos tratamentos e terapias oncológicos. Recentemente lançou o OC Acesso, uma plataforma que disponibiliza uma variedade de procedimentos a custo acessível se comparado aos preços praticados pelo setor privado, incluindo biópsias, consultas e exames de imagem, além de testes genéticos, com o intuito de realizar diagnósticos e tratamentos de maneira precoce e integrada.

A criação do OC Acesso se deu a partir de uma avaliação do cenário oncológico no Brasil ao longo dos últimos anos, acompanhando de perto o avanço do câncer, com o objetivo de disponibilizar alternativas de tratamentos a um grande volume de pessoas. Segundo Bruno Ferrari, fundador e CEO da Oncoclínicas&Co, a iniciativa é um marco importante na missão da empresa em vencer o câncer. "O OC Acesso reafirma nosso compromisso com os princípios de qualidade e eficiência ao sistema de saúde e a quem precisa dele", destaca.

Além disso, de acordo com ele, reflete a premissa da companhia de se manter de mãos dadas com a inovação responsiva, aliada às necessidades do paciente. "Tudo isso proporcionando uma via mais rápida de acesso e garantindo uma experiência de cuidado integrado e de qualidade para os pacientes, independentemente da sua localização ou condição financeira", ressalta.

NA PRÁTICA

Seguindo a premissa de atendimento aos quatro cantos do Brasil, a Oncoclínicas está presente em 38 cidades brasileiras, com 143 unidades. O OC Acesso também tem ampla atuação e, segundo Ferrari, deve alcançar todas as regiões do país onde a empresa atua até o fim deste ano. "O OC Acesso é um programa transformador, e estamos com uma expectativa positiva de que ele vai beneficiar um grande número de pacientes ao redor do país."

Um dos pontos altos do OC Acesso é que o paciente pode ter descontos significativos — que podem chegar a 70% do valor de um tratamento particular — e opções flexíveis de pagamento, sem mensalidades ou taxa de adesão. A contratação do serviço pode ser realizada por diversos canais, como site, telefone e WhatsApp.

Marcos Cunha, diretor executivo comercial e líder da iniciativa na Oncoclínicas, aponta que, com o OC Acesso, a empresa amplia seu alcance, oferecendo condições de pagamento que se ajustam às diferentes realidades financeiras.

"O programa reflete nosso compromisso em tornar o diagnóstico precoce e o tratamento ágil mais acessíveis, reduzindo barreiras e possibilitando que todas as pessoas tenham maior controle e participação ativa no gerenciamento dos cuidados com sua saúde. Esses esforços são vitais para diminuir a letalidade do câncer e reforçam nossa prioridade de colocar o paciente no centro de todas as nossas atenções", acrescenta o executivo.

IMAGENS: DIVULGAÇÃO

1. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA) / 2. GLOBAL CANCER OBSERVATORY 2024

CENÁRIO DESAFIADOR

A iniciativa da Oncoclínicas entra em operação em um momento no qual o câncer é a segunda doença que mais mata no Brasil, motivada por mudanças de hábitos e estilo de vida, fatores ambientais e o envelhecimento populacional, cuja expectativa de vida segue aumentando a cada ano.

De acordo com o CEO da Oncoclínicas, a capacidade de diagnóstico e o acesso a serviços de saúde de excelência são cruciais para melhorar as taxas de sobrevida e a qualidade de vida dos pacientes. "Nesse contexto, o OC Acesso desempenha um papel essencial, não apenas aprimorando o diagnóstico e tratamento, mas também impulsionando a pesquisa oncológica e o desenvolvimento de novas terapias."

Cerca de 20 milhões de novos casos foram registrados em 2022, segundo dados do "Relatório Global Cancer Observatory", divulgado neste início de 2024 pela Organização Mundial da Saúde. A expectativa é que esse número ultrapasse os 35 milhões em 2050. Além disso, cerca de 53,5 milhões de pessoas atualmente estão vivendo com câncer, considerando o período de prevalência da doença no período de cinco anos.

No Brasil, segundo o Inca, o câncer é responsável por mais de 220 mil mortes anualmente. O levantamento destacou também que sete em cada dez brasileiros dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) para o seu cuidado. Em 2022, das 625 mil pessoas diagnosticadas com câncer no país, apenas 24% tinham plano de saúde, o que reforça a relevância de soluções como o OC Acesso.

"O OC Acesso desempenha um papel essencial, não apenas aprimorando diagnóstico e tratamento, mas também impulsionando a pesquisa oncológica e o desenvolvimento de novas terapias"

Bruno Ferrari
Fundador e CEO da Oncoclínicas&Co

"Esses esforços são vitais para diminuir a letalidade do câncer e reforçam nossa prioridade de colocar o paciente no centro de todas as nossas atenções"

Marcos Cunha
Diretor executivo comercial e líder da iniciativa na Oncoclínicas&Co

Com a palavra, os pacientes

Morador da cidade de Serra Talhada, em Pernambuco, José Alves Cardouzo, descobriu um câncer na próstata e, após passar por um procedimento cirúrgico, recebeu a orientação de que precisaria fazer radioterapia.

Ele conta que o OC Acesso foi uma das alternativas mais acessíveis que ele encontrou para ser atendido em Recife, onde tem feito o acompanhamento médico. "Recebemos boas recomendações desse serviço da Oncoclínicas e realmente ficamos surpresos com a excelência no atendimento e no preço praticado, que foi bem abaixo dos tratamentos particulares oferecidos por outros locais, e não pesa tanto no bolso, já que esse tipo de tratamento normalmente é custoso."

Já Regina Maria Cardoso da Rocha, de João Pessoa (PB), paciente Oncoclínicas Recife, optou pelo serviço do OC Acesso para conseguir fazer cinco sessões de radiocirurgia no pulmão. "O meu convênio não cobria esse tipo de procedimento em Recife, então foi a melhor alternativa, pois não precisei ficar esperando para ser atendida na rede pública, além de ter pagado um preço muito justo pelo tratamento. Também contei com o padrão Oncoclínicas de atendimento, que foi excelente, com os melhores aparelhos e pessoas muito atenciosas."

Estratégia Entre as iniciativas conjuntas está o uso de telemedicina para acompanhar casos de câncer entre indígenas, com apoio do Sírio-Libanês

Parcerias devem destinar R$ 2,5 bi para a rede pública

Kátia Mello
Para o Valor, de São Paulo

A crise sanitária e humanitária dos Yanomami, com dados aterrorizadores como as mortes de ao menos 570 crianças nos últimos quatro anos, escancarou a necessidade de uma política de saúde prioritária voltada às comunidades indígenas do Brasil.

Nos anos recentes, as principais causas das mortes dos Yanomami têm sido malária, desnutrição infantil e doenças infecciosas. O garimpo é apontado como o principal fator do agravamento da situação. Estudo da Fiocruz divulgado na quinta-feira passada (4) mostrou que 94% dos indígenas de nove comunidades Yanomami têm alto nível de contaminação por mercúrio — substância tóxica associada a uma gama de doenças, de problemas neurológicos a casos de câncer e má-formações congênitas.

Na tentativa de reverter esse quadro, este ano o Ministério da Saúde aumentou em 53% as verbas para as áreas indígenas, em relação a 2023, totalizando R$ 2,6 bilhões.

De forma complementar, em março foi assinada uma parceria com o Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, que vai usar a telemedicina para o acompanhamento de casos de câncer em territórios indígenas. Com orçamento de R$ 25 milhões, o projeto é o primeiro da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) na área de telessaúde.

"No projeto, que é para este próximo triênio, temos um médico especialista em etnias indígenas que vai se juntar a oncologistas e outros médicos que cuidam de câncer de colo do útero", explica Vânia Bezerra, diretora do Hospital Sírio-Libanês.

Como sublinha Bezerra, as comunidades indígenas, em sua maioria, estão em áreas de difícil acesso e para isso será usada a tecnologia. O projeto abrange 42 equipes multidisciplinares em 28 municípios, podendo alcançar cerca de 30,5 mil indígenas na Bahia e 8,7 mil no Ceará. Haverá expansão para outros Estados.

Na análise do SUS, o câncer do colo do útero é o segundo mais incidente nas regiões Norte (atinge 20,48 a cada 100 mil habitantes) e Nordeste (17,59 por 100 mil) e o terceiro na Centro-Oeste. A doença ocorre predominantemente em mulheres não brancas e com baixa escolaridade (62% dos casos), expondo a chaga da falta de acesso à informação e aos serviços de saúde em grupos mais vulneráveis.

A parceria público-privada com o Sírio está sendo feita por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), criado em 2009. O programa consiste em acordos com instituições de referência para ampliar a capacidade de atendimento e trazer ao setor público práticas desenvolvidas na saúde privada. São ciclos trienais de projetos em conjunto com os filantrópicos Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Hcor, Albert Einstein, Sírio-Libanês, Beneficência Portuguesa (BP), em São Paulo, e o Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Pelo modelo, o Ministério da Saúde não desembolsa pagamentos, uma vez que estes hospitais têm renúncia fiscal (PIS, Cofins e a cota patronal do INSS) e os investimentos sociais são a contrapartida das instituições para esses benefícios.

Em 15 anos, o Proadi destinou R$ 7,9 bilhões a mais de 700 ações em 5,5 mil municípios. Neste período, 580 mil profissionais receberam cursos e 6 mil treinamentos de alta complexidade, além da realização de 4,7 mil transplantes e participação de mais de 400 mil pessoas em pesquisas. Para o sexto triênio do programa (2024-2026), a previsão é de R$ 2,5 bilhões destinados a 122 projetos.

VICTOR SILVA KANINDÉ/COLETIVO JUVENTUDE INDÍGENA CONECTADA

Secretário nacional de saúde indígena, Ricardo Tapeba, recebe informações sobre a plataforma de teleinterconsultas

A telemedicina tem sido um dos instrumentos usados nas parcerias. Segundo o diretor de responsabilidade social do Hospital Albert Einstein, Guilherme Schettino, entre 2018 e 2023 foram feitas 200 mil consultas remotas no país no âmbito do Proadi. Basicamente, os médicos generalistas do SUS se apoiam em assistência remota de colegas especialistas das áreas de endocrinologia, neurologia, neurologia pediátrica, pneumologia, cardiologia, reumatologia e psiquiatria dos hospitais parceiros.

"O Einstein cuida da região Norte e Centro-Oeste e os demais hospitais do Nordeste e outras regiões" diz Schettino, ao destacar o papel do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) na identificação das demandas de cada Estado e município.

Outro programa em parceria com os hospitais filantrópicos é o Saúde em Nossas Mãos, para reduzir infecções nas UTIs. "Abordamos as três principais infecções que são de cateter venoso central, pneumonia associada à ventilação mecânica e infecção urinária relacionada ao cateterismo. A meta era reduzir em 30% no triênio 2021-2023 e conseguimos alcançar 50%, evitando 15 mil infecções e salvando 5,5 mil vidas nos dois últimos triênios", diz Schettino.

Na área pediátrica, o Hcor, em parceria com o Proadi e a prefeitura de São Paulo, atua na redução dos índices de mortalidade infantil e no suporte a cirurgias cardíacas complexas. O projeto oferece apoio técnico à rede nacional de atenção às cardiopatias congênitas, por meio de cuidados especializados. "Ao tornarmos disponível um tratamento de ponta para pacientes do SUS, ajudamos a diminuir sequelas desnecessárias, deterioração clínica e reinternações. Desta forma, contribuímos não só com a família, mas também com a saúde financeira do SUS", afirma Ieda Biscegli Jatene, líder médica da cardiologia pediátrica do Hcor.

50%
foi a redução de infecções em UTIs

Gestão do SUS é desafio complexo e coletivo, diz ministra

De São Paulo

A complexidade da gestão e do uso de financiamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) é proporcional a seu gigantismo, uma vez que é o maior sistema de saúde pública do mundo ao atender 150 milhões de brasileiros, oferecendo não apenas cuidados médico-hospitalares, mas também serviços de prevenção e de promoção da saúde. Segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), o orçamento previsto para a pasta em 2024 é da ordem de R$ 218,5 bilhões, montante 46% maior que o anunciado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

"Encaro a gestão do SUS como um desafio complexo e coletivo, que demanda sensibilidade e capacidade de construção. É uma tarefa conjunta das instituições, dos governos e da sociedade. A saúde não é só uma política social, mas uma política de desenvolvimento. E tem que ser um objetivo não só do Ministério da Saúde, mas dos governos e da sociedade. É um grande pacto pelo SUS, o que significa termos sustentabilidade para essas políticas. Nós vemos que o setor privado pode atuar em parceria em projetos como o Novo PAC, mas sempre orientado pelo SUS", afirmou ao **Valor** a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Parte das parcerias com o setor privado ocorre por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), com a participação de hospitais filantrópicos de referência.

Um dos projetos é o Lean Emergência, voltado à redução da superlotação hospitalar, em conjunto com os hospitais Sírio-Libanês, BP e Moinhos de Vento. Entre 2017 e 2022, 128 hospitais públicos e filantrópicos receberam treinamentos e participaram do projeto.

> "A saúde não é só uma política social, mas uma política de desenvolvimento"
> *Nísia Trindade*

Vânia Bezerra, diretora do Sírio-Libanês, conta que a metodologia usada é a "teoria do espaguete", que contabiliza o tempo em cada procedimento, acompanhando a jornada do paciente desde sua entrada. "O tempo de espera do paciente do pronto-socorro até ser atendido pelo médico foi reduzido em 30 minutos", diz.

Segundo a diretora do Sírio, uma das dificuldades na parceria com o SUS é adaptar a realidade dos hospitais privados ao serviço público que, muitas vezes, não oferece um sistema integrado de informações sobre o paciente. "A grande maioria dos hospitais públicos do país não tem esse sistema", diz.

Para atacar esse problema, o governo anunciou, em 1º de março, o Programa SUS Digital. A iniciativa abraça áreas como telessaúde, teleassistência, telediagnóstico, teleducação, monitoramento e avaliação de dados, sistemas de informação e plataformas e desenvolvimento de aplicativos. Neste contexto, a tecnologia pode servir como grande aliada para vencer as dificuldades do SUS. *(KM)*

Lixo é descartado incorretamente por 1 em cada 3 instalações da área

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

São aplicadas diariamente 16 bilhões de injeções no mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Durante os anos mais agudos da pandemia de covid, o número foi acrescido de mais de 8 bilhões de doses de vacinas administradas globalmente, que produziram 144 mil toneladas adicionais de resíduos na forma de seringas, agulhas e caixas de segurança.

No Brasil, o total de resíduos dos serviços de saúde (RSS) passou de quase 253 mil toneladas em 2019 para 290 mil no ano seguinte, ficando, atualmente, na casa das 307 mil toneladas, segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema). No primeiro ano da pandemia o índice saltou 15%, em consequência do aumento nas internações hospitalares e atendimentos no sistema de saúde. Já nos anos de 2021 e 2022 foram geradas quantidades semelhantes, com pouco mais de 307 mil toneladas, mas por motivos diferentes. "Com a diminuição nos casos de covid, aumentaram as cirurgias eletivas", afirma Pedro Maranhão, presidente da Abrema.

Embora apenas 15% dos resíduos dos serviços de saúde demandem gerenciamento específico, por serem considerados perigosos, infecciosos, tóxicos ou radioativos, esse total é capaz de causar grandes danos, como a contaminação de rios e lagos e a disseminação de doenças. Outro impacto visível é que mais da metade dos afastamentos dos profissionais que atuam na limpeza urbana ocorre em consequência de acidentes com objetos perfurocortantes.

"São agulhas, lâminas, ampolas, tubos de ensaio, vidros de armazenagem e bisturis que acabam causando acidentes, por estarem misturados ao lixo comum manipulado", exemplifica Carlos Silva Filho, presidente da International Solid Waste Association (ISWA).

> "38% dos resíduos em todo o mundo terminam em lixões a céu aberto"
> *Carlos Silva Filho*

O problema é de difícil solução já que, de acordo com a OMS, uma em cada três instalações de saúde no mundo não descarta corretamente os resíduos médicos. "Sabemos que 38% dos resíduos em todo o mundo terminam em lixões a céu aberto. E o Brasil está acima da média, com 40%", diz Silva Filho, que também é sócio da S2F Partners, consultoria especializada em gestão de resíduos e economia circular. A data para que os lixões sejam extintos foi marcada para 2 de agosto, mas este prazo já foi diversas vezes postergado.

Paralelamente à questão sobre a correta destinação dos resíduos infectantes, a OMS busca protocolos para estabelecer o uso racional dos equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras, luvas e aventais. No relatório de análise global sobre resíduos de saúde no contexto da covid-19, a organização detectou que permanece ocorrendo o "uso excessivo" de EPIs, pelo temor da contaminação nos moldes da ocorrida no início da pandemia, quando as taxas de infecção de profissionais de saúde eram quatro vezes maiores do que entre o público em geral.

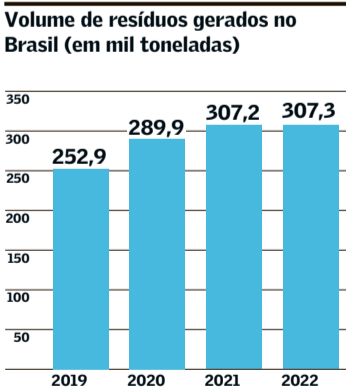
As regiões mais ricas produzem muito mais volume de RSS do que as mais pobres. Enquanto na América do Norte cada leito hospitalar gera 4,42 kg de RSS por dia, no continente africano são 580 gramas, oito vezes menos. Na América do Sul, o índice fica em 1,64 kg. "Essa é mais uma evidência da desigualdade social, presente em todos os lugares. No Brasil, há uma enorme disparidade na quantidade e nos métodos de descarte entre os grandes centros, que adotam normas mais rígidas, e os locais distantes, muitas vezes sem estrutura ou recursos", diz o presidente da ISWA.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece as diretrizes para o manejo. A norma criada, que leva em consideração a Política Nacional de Resíduos Sólidos, contempla a proteção do trabalhador, a preservação da saúde pública e dos recursos naturais. "A destinação do RSS pode variar desde reciclagem, recuperação, reutilização, compostagem, logística reversa, aproveitamento energético, sepultamento, cremação e destinação licenciada pelo órgão ambiental competente", afirma Janaina Barros, gerente de regulamentação e controle sanitário em serviços de saúde da Anvisa.

A Abrema informa que 100% dos resíduos descartados corretamente pelos sistemas de saúde são incinerados, passam por autoclave ou outras modalidades de descontaminação. O desafio consiste em aumentar a destinação apropriada. "Isso passa por investimentos em educação ambiental, conscientização e gestão", diz Silva Filho.

Problema global

Dados sobre volume e destinação dos resíduos da área de saúde

Volume de resíduos gerados no Brasil (em mil toneladas)

1 em cada 3
instalações de saúde do mundo não gerenciam adequadamente os resíduos

16 bilhões
de injeções são administradas globalmente a cada ano

8 bilhões
de doses de vacinas foram administradas nos anos mais agudos da covid-19, produzindo 144 milhões de resíduos adicionais, na forma de seringas, agulhas e caixas de segurança

Volume médio de resíduos hospitalares gerado no mundo

Fontes: Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema) e Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA, na sigla em inglês), com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)